



MARIA ALICE PESTANA DE AGUIAR REMY

**Estruturas Familiares e Padrão de Gastos em Educação no Brasil:
primeira década dos anos 2000**

**Campinas
2014**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

MARIA ALICE PESTANA DE AGUIAR REMY

**Estruturas Familiares e Padrão de Gastos em Educação no
Brasil: primeira década dos anos 2000**

**Prof. Dr. Waldir José de Quadros – orientador
Prof. Dr. Alexandre Gori Maia – Coorientador**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA MARIA ALICE
PESTANA DE AGUIAR REMY E ORIENTADA PELO
PROF. DR. WALDIR JOSÉ DE QUADROS E
COORIENTADA PELO PROF. DR. ALEXANDRE GORI
MAIA.**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "W. Quadros", is written above a horizontal line.

Orientador

**CAMPINAS
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Maria Teodora Buoro Albertini - CRB 8/2142

R289e Remy, Maria Alice Pestana de Aguiar, 1955-
Estruturas familiares e padrão de gastos em educação no Brasil : primeira década dos anos 2000 / Maria Alice Pestana de Aguiar Remy. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Waldir José de Quadros.
Coorientador: Alexandre Gori Maia.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Educação - Brasil. 2. Consumo (Economia). 3. Famílias - Aspectos econômicos. I. Quadros, Waldir José, 1949-. II. Maia, Alexandre Gori, 1972-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Family structures and education expenditures patterns in Brazil : years 2000 first decade

Palavras-chave em inglês:

Education - Brazil

Consumption (Economics)

Households - Economic aspects

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutora em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Waldir José de Quadros [Orientador]

Denis Maracci Gimenez

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Cristina Helena Almeida de Carvalho

Daniela Verzola Vaz

Data de defesa: 06-06-2014

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



TESE DE DOUTORADO

MARIA ALICE PESTANA DE AGUIAR REMY

**Estruturas Familiares e Padrão de Gastos em Educação no Brasil:
primeira década dos anos 2000**

Defendida em 06/06/2014

COMISSÃO JULGADORA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Waldir José de Quadros".

Prof. Dr. WALDIR JOSÉ DE QUADROS

Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Denis Maracci Gimenez".

Prof. Dr. DENIS MARACCI GIMENEZ

Faculdades de Campinas / FACAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Carlos Alonso Barbosa de Oliveira".

Prof. Dr. CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA

Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Cristina Helena Almeida de Carvalho".

Profª Drª CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO

Universidade Federal de Brasília / UNB

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Daniela Verzola Vaz".

Profª Drª DANIELA VERZOLA VAZ

Universidade Federal de São Paulo / UNIFESP

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é avaliar a dinâmica dos gastos das famílias brasileiras em educação sob o impacto concorrente das alterações econômicas, populacionais e sociais ocorridas na primeira década dos anos 2000. Dessa maneira, é possível traçar o percurso recente, facilitando a identificação de alguma intervenção necessária. A hipótese central é de que esse tipo de despesas, tendo sofrido interferência desses condicionantes (econômico, social e populacional), principalmente em relação à renda conduziram ao aumento dos gastos em educação das famílias nesse período, apesar de se vivenciar um processo de transição demográfica que desacelera a necessidade contínua de criação de vagas na escola. Isso porque o crescimento da massa de renda da sociedade brasileira aconteceu para todas as camadas sociais, já que se supõe uma associação entre rendimentos e gastos com educação. Além disso, a intensificação da utilização da rede privada de ensino em todos os níveis implicaria em crescimento dos gastos por aluno, o que reforçaria a hipótese central. Uma hipótese secundária é a de que há diferenças expressivas nos padrões de gastos das famílias, que variam de acordo com o nível educacional a que o aluno esteja vinculado, básico ou superior, e da rede de ensino, pública ou privada. A combinação entre o nível e a rede de ensino reflete em certa medida os limites e possibilidades de orçamento e valores sociais das famílias brasileiras. A terceira hipótese é que as extremas desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil também se reproduzem nos padrões de gastos com educação das famílias. Nesse caso, a combinação de alguns atributos como: sexo, raça/cor, idade, escolaridade, renda e região de residência implicariam em padrões de gastos em educação substancialmente distintos. Para comprovar ou não as hipóteses relacionadas este trabalho foi organizado em quatro capítulos. No primeiro, será exposto o panorama da educação no Brasil e no mundo, bem como os principais trabalhos e teóricos que refletem e influenciam o pensamento contemporâneo em matéria de educação. No segundo capítulo, procura-se contextualizar o período de estudo, descrevendo a dinâmica da renda, da população e dos gastos da sociedade brasileira. O terceiro capítulo vai ater-se aos gastos em educação e incorporará a dinâmica regional da população. No quarto capítulo, examina-se o impacto isolado de algumas características sociais e demográficas sobre as despesas em educação das famílias brasileiras procurando captar sua evolução durante a década e finalmente, na conclusão, se indica algumas proposições.

ABSTRACT

The main objective of this work is to evaluate the dynamics of the expenditures of Brazilian families in education under the concurrent impact of economic, population, and social changes during the first decade of the 2000s. This way, it is possible to trace the recent development by facilitating the identification of any necessary intervention. The central hypothesis is that this type of expenditure influenced by these conditions, income in special would have been increased in this period despite the demographic transition, which has reduced the speed of the continuous necessity of creating school vacancy. This is especially due to the growth in total income of Brazilian society which occurred for all strata of society, since it assumes an association between income and education spending. Moreover, the private sector's enlargement for all educational levels would necessarily result in the growth of per student expenditure which reinforces the main hypothesis. A secondary hypothesis is that there are expressive differences in the families expenditures' patterns which varies according to the student level; elementary or higher education, and the student administrative entailment; public or private school. The arrangement between the student educational level and its administrative entailment reflects the limits, budget possibilities and social family's worth. A third hypothesis supports that the extreme socioeconomic inequalities that exist in Brazil also reproduce over the families educational expenditures. Therefore, the conjunction of some characteristics such as: sex, race/color, age, schooling, income and area of residence would imply in substantial distinct education expenditures patterns. To achieve the confirmation or non-confirmation of the listed hypothesis this paper is organized into four chapters. The first chapter presents the landscape of education in Brazil and in the world, as well as major works and writers that reflect and influence contemporary thinking in education. In the second chapter, the objective is to contextualize the study period describing the dynamics of the income, population and expenditures of the Brazilian society disaggregating them into various items. The third chapter will stick to spending on education and incorporate regional population dynamics. The fourth chapter examines the isolated impact of social and population characteristics on expenditure on education of Brazilian families looking to capture its evolution. Finally, the considerations will suggest some consensus' measures that could take place in a short period of time.

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO 1

1.1	Gastos em educação dos países como percentual do PIB: 2000 e 2009	25
1.2	Percentual da população com ensino superior por faixa etária, 25-34 anos e 55-64 anos: 2002	28
1.3	Percentual da população com pelo menos nível médio por faixa etária, 25-34 anos e 55-64 anos: 2002	30
1.4	Evolução da proficiência média em Língua Portuguesa: SAEB	35
1.5	Evolução da proficiência média em Matemática: SAEB	36
1.6	Evolução da taxa de analfabetismo segundo regiões do Brasil	44
1.7	Taxa de aprovação 4ª série do ensino fundamental	45
1.8	Taxa de aprovação 8ª série do ensino fundamental	46
1.9	Taxa de aprovação 3ª série do ensino médio	48

CAPÍTULO 2

2.1	Evolução da taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade total e crescimento geométrico anual da população brasileira: 1950-2010	64
2.2	Distribuição (%) das famílias brasileiras em relação à percepção de renda	87
2.3	Distribuição (%) das famílias brasileiras em relação à percepção da quantidade de alimentos	88
2.4	Distribuição (%) das famílias brasileiras em relação à percepção do tipo de alimentos	89
2.5	Distribuição (%) das famílias brasileiras em relação à razão da insatisfação do tipo de alimento consumido	90

2.6	Distribuição (%) das famílias brasileiras em relação à condição de moradia	91
-----	--	----

CAPÍTULO 3

3.1	Composição das despesas em educação: Brasil 2002-2003/2008-2009	101
3.2	Evolução dos preços relativos em geral e em educação: INPC acumulado no ano	105
3.3	Distribuição percentual da população por faixa etária, por grande região e Brasil: 2002-2003 / 2008-2009	115
3.4	Evolução das despesas em educação em percentual da despesa total por grande região: 2002-2003 / 2008-2009	116
3.5	Evolução das despesas das famílias em educação por aluno segundo grande região 2002-2003 / 2008-2009	117
3.6	Participação das matrículas na rede privada de ensino em relação ao total de matrículas na UF: 2008-2009	121

CAPÍTULO 4

4.1	Distribuição do logaritmo dos gastos em educação das famílias brasileiras	141
-----	---	-----

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 1

1.1	Matrículas em cursos presenciais regulares por dependência administrativa: 2003 e 2009	41
1.2	Evolução do número de pessoas não alfabetizadas entre a população de 15 anos ou mais segundo grandes regiões do Brasil: 1992 / 2001 / 2011	44
1.3	Evolução da população em idade escolar referente ao nível superior, matriculados e taxa de escolaridade líquida	49

CAPÍTULO 2

2.1	Evolução da estrutura dos arranjos familiares: Brasil 2002-2003 / 2008-2009	66
2.2	Distribuição percentual da população em faixas etárias: 2002-2003 / 2008-2009	67
2.3	Evolução da distribuição dos rendimentos totais das famílias: 2002-2003 / 2008-2009	69
2.4	Evolução da distribuição dos rendimentos de transferência das famílias brasileiras: 2002-2003/2008-2009	70
2.5	Evolução da distribuição da renda do trabalho segundo posição na ocupação: Brasil 2002-2003 / 2008-2009	71
2.6	Índice de Gini da renda das famílias: Brasil e grandes regiões 2002-2003 / 2008-2009	71
2.7	Evolução da renda média total por arranjo familiar: 2002-2003 / 2008-2009	72
2.8	Evolução do rendimento médio total das famílias brasileiras distribuídas em décimos da renda familiar <i>per capita</i> 2002-2003 / 2008-2009	74
2.9	Índice de Gini de gastos das famílias: Brasil e grandes regiões 2002-2003 / 2008-2009	75
2.10	Evolução do gasto médio total por arranjo familiar	76

2.11	Evolução dos gastos das famílias brasileiras distribuídas em décimos de renda familiar <i>per capita</i> : 2002-2003 / 2008-2009	76
2.12	Evolução da composição das despesas em percentual da despesa total e média por item de despesa: 2002-2003 / 2008-2009	78
2.13	Estrutura de gastos das famílias em décimos de renda (hierarquizadas por renda familiar <i>per capita</i>) Brasil 2002-2003	80
2.14	Estrutura de gastos das famílias em décimos de renda (hierarquizadas por renda familiar <i>per capita</i>) Brasil 2008-2009	81
2.15	Variação percentual por categoria de despesa para as famílias brasileiras distribuídas em décimos de renda familiar <i>per capita</i> : 2002-2003 / 2008-2009	83
2.16	Evolução da renda média total e do gasto médio total segundo características demográficas do responsável pela família: Brasil 2002-2003 / 2008-2009	84

CAPÍTULO 3

3.1	Evolução do número de famílias, pessoas, estudantes (totais e rede privada), gastos totais, com educação e gastos médios médios por aluno: Brasil 2002-2003 / 2008-2009	102
3.2	Distribuição dos alunos brasileiros segundo nível escolar: Brasil: 2002-2003 / 2008-2009	103
3.3	Evolução de matrículas segundo proveniência da rede de ensino: Brasil 2002-2003/2008-2009	104
3.4	Variação percentual do número de alunos (total e rede privada) por décimos de renda familiar <i>per capita</i> e renda total: 2002-2003 / 2008-2009	107
3.5	Evolução da Renda Média Total e dos Gastos Médios em Educação das Famílias com despesas em educação distribuídas em décimos de renda familiar <i>per capita</i> : Brasil 2002-2003 / 2008-2009	109
3.6	Evolução do percentual dos gastos desagregados em educação das famílias distribuídas em quintos da renda familiar <i>per capita</i> : 2002-2003 / 2008-2009	112
3.7	Evolução da taxa de fecundidade total segundo grande região: 2000 / 2010	115

3.8	Distribuição percentual das famílias, alunos, alunos da rede privada de ensino e gastos em educação entre grandes regiões: 2002-2003/2008-2009	116
3.9	Evolução da composição das despesas em educação por grande região geográfica do Brasil: 2002-2003 / 2008-2009	119
3.10	Variação (%) do número de alunos na rede privada conforme nível (regular e superior) por grande região do Brasil: 2002-2003 / 2008-2009	119
3.11	Variação (%) dos gastos médios das famílias conforme nível (regular e superior) segundo grande região do Brasil: (2002-2003 e 2008-2009)	120
3.12	Distribuição das famílias segundo características da pessoa de referência: Total Brasil / Famílias com Gastos em Educação: 2008-2009	128
3.13	Distribuição das famílias: total, com despesas em curso regular e em curso superior segundo características sociodemográficas: 2008-2009	134

CAPÍTULO 4

4.1	Observações excluídas por atributo não informado ou não declarado: 2002-2003 / 2008-2009	140
4.2	Observações selecionadas por existência de estudantes na família 2002-2003 / 2008-2009	141
4.3	Variáveis determinantes das despesas familiares e suas categorizações: 2008-2009	144
4.4	Comparativo da estimação dos gastos em educação das famílias brasileiras através do método MQO e do modelo Tobit: 2008-2009	150
4.5	Comparativo dos efeitos marginais incondicionais e condicionais: 2002-2003 / 2008-2009	157

LISTA DE MAPAS

3.1	Gastos médios das famílias em cursos regulares: Brasil 2002-2003	124
3.2	Gastos médios das famílias em cursos regulares: Brasil 2008-2009	124
3.3	Gastos médios das famílias em curso superior: Brasil 2002-2003	126
3.4	Gastos médios das famílias em curso superior: Brasil 2008-2009	126

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
O sistema e os gastos educacionais no Brasil e no mundo	
1.1 Introdução	5
1.2 Revisão da literatura	7
1.2.1 Abordagens teóricas sobre o papel da educação para as sociedades	7
1.2.2 Estudos e pesquisas internacionais e nacionais	13
<i>Pesquisas internacionais</i>	13
<i>Pesquisas nacionais</i>	18
1.2.3 Características internacionais dos gastos em educação	24
<i>Investimentos em educação dos países em percentual de seu produto</i>	25
<i>Comparativo de perfis educacionais internacionais entre faixas etárias</i>	27
<i>Avaliação qualitativa do ensino no mundo</i>	31
1.3 Educação no Brasil	33
1.3.1 Avaliação qualitativa nos anos 2000	33
1.3.2 A participação das redes: pública e privada nos anos 2000	40
1.3.3 Situação educacional nos anos 2000	42
<i>O Analfabetismo</i>	42
<i>Ensino Fundamental</i>	45
<i>Ensino Médio</i>	47
<i>Ensino Superior</i>	49
1.4 Considerações gerais	51

CAPÍTULO 2

Dinâmica da população da renda e do consumo no Brasil nos anos 2000

2.1	Introdução	55
2.2	Aspectos metodológicos	58
2.2.1	A Base de dados	58
2.2.2	Deflação de rendimentos e despesas nominais	61
2.2.3	Variáveis utilizadas	61
2.3	Panorama da estrutura e evolução da composição familiar brasileira	63
2.4	Panorama da estrutura de renda das famílias brasileiras	68
2.5	Panorama da estrutura de gastos das famílias brasileiras	75
2.6	Evolução das condições de vida conforme as POFs – 2002-2003 / 2008-2009	86
2.7	Considerações gerais	91

CAPÍTULO 3

Estrutura e evolução dos gastos das famílias em educação

3.1	Introdução	97
3.2	Material e métodos	98
3.3	Dinâmica dos gastos totais	100
3.3.1	Composição dos gastos em educação segundo a POF	100
3.3.2	Variáveis de interesse	101
	<i>Evolução das matrículas segundo as POFs</i>	102
	<i>Evolução dos preços</i>	104

<i>Evolução das matrículas versus gastos em educação por estratos de renda</i>	106
<i>Evolução das famílias (populacional) versus gastos</i>	109
3.3.3 Diferenciais regionais	113
<i>Cursos regulares e curso superior</i>	118
3.3.4 Diferenciais entre Unidades da Federação	120
<i>Cursos regulares e curso superior</i>	122
3.3.5 Diferenciais segundo características da pessoa de referência	127
<i>Perfis dos responsáveis com alunos na rede privada de ensino (cursos regulares e curso superior)</i>	131
<i>Perfis dos responsáveis com alunos na rede pública de ensino (cursos regulares e curso superior)</i>	132
3.7 Considerações gerais	135

CAPÍTULO 4

Aspectos determinantes dos gastos em educação

4.1 Introdução	137
4.2 Material e métodos	139
4.2.1 Descrição das variáveis	139
4.2.2 Avaliação do método	145
<i>Estimação por mínimos quadrados ordinários</i>	145
<i>Estimação para informação limitada e variável censurada</i>	146
4.3 Determinantes e dinâmica dos gastos com educação	148
<i>Determinantes dos gastos com educação em 2008-2009</i>	148
<i>Dinâmica dos gastos em educação ao longo dos anos 2000</i>	154

4.4	Considerações gerais	158
	CONCLUSÃO	161
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
	ANEXOS	175
1	Passos utilizados para seleção de material usado na revisão de literatura	177
2	Evolução da pontuação no PISA para alguns países da América Latina	178
3	Variação das despesas médias por família em cursos regulares segundo UF: 2002/2003 – 2008/2009	179
4	Variação das despesas médias das famílias em curso superior por UF: 2002/2003 – 2008/2009	180
5	Equivalência entre níveis educacionais – INEP- e rubricas de despesas em educação POF - IBGE	181
6	Resíduos do Modelo de gastos em educação utilizando o método de mínimos quadrados ordinários 2002-2003 e 2008-2009	182
7	Resíduos do Modelo de gastos em educação utilizando o modelo Tobit, 2002-2003 e 2008-2009	183
8	Comparativo da estimação dos gastos em educação das famílias brasileiras através do método MQO e do modelo Tobit: 2002-2003	184
9	Descrição dos itens de despesa segundo as Pesquisas de Orçamentos Familiares: 2002-2003 / 2008-2009	186
10	Comparativo da distribuição das matrículas entre a rede pública e privada para o ensino fundamental, ensino médio e o ensino superior segundo décimos de renda familiar <i>per capita</i> : 2001 e 2012	198
11	Variação percentual do número de alunos segundo rede privada, pública e total conforme UF: 2002-2003 / 2008-2009	201
12	Gastos médios das famílias por aluno em cursos regulares	202
13	Gastos médios das famílias por aluno em curso superior	203

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de doutorado na Unicamp se constituiu numa situação especial para o meu aperfeiçoamento acadêmico e profissional. Neste período, muitas foram as ocasiões adversas à sua realização e, como diz meu orientador, o professor doutor Waldir José de Quadros, “às vezes nos dá a impressão de que tudo conspira contra”. Agradeço em especial a ele pela oportunidade e confiança, além da compreensão em relação aos problemas de saúde familiares, durante os quais tive que interromper o estudo.

Em segundo lugar, agradeço ao meu coorientador, professor doutor Alexandre Gori Maia, tanto pelos ensinamentos e acompanhamento econométrico quanto pela revisão geral desta pesquisa. Suas críticas, juntamente com as da professora doutora Eugênia Troncoso Leone, por ocasião da etapa de qualificação, foram fundamentais para a melhoria do trabalho.

Em terceiro lugar, agradeço ao professor doutor Rodolfo Hoffmann, que na dimensão empírica me possibilitou acesso à documentação da Pesquisa de Orçamentos Familiares, não disponibilizada pelo IBGE. Sem suas explicações não seria possível trabalhar com a versão 2002-2003 desse inquérito familiar.

Em termos institucionais, agradeço ao Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na pessoa de seu ex-coordenador e de seu atual, respectivamente, professor doutor José Dari Krein e professor doutor Anselmo Luís dos Santos, por proporcionarem condições para desenvolvimento deste estudo.

Aos colegas do CESIT pelo saudável convívio.

Também devo agradecer às demais pessoas que de diversas formas contribuíram e que involuntariamente omiti.

APRESENTAÇÃO

Gastos Públicos e Gastos Privados

A motivação para a escolha do tema desta tese recai sobre três princípios. O primeiro de que a economia deva servir para o bem-estar da população, e que, portanto, a economia social é a referência para o desenvolvimento do trabalho. Segundo pelo credo de que o que distingue uma pessoa socialmente é a educação. O terceiro refere-se a um desafio empírico que era o de enfrentar as dificuldades para compreender e utilizar os microdados das Pesquisas de Orçamentos Familiares – POF – do IBGE, uma base de dados com informações acerca dos dispêndios das famílias brasileiras.

Há informações suficientes sobre o financiamento público da educação, mas quanto à complementariedade desses recursos advindos da dimensão privada ou mais precisamente dos domicílios brasileiros, as informações são poucas.

Além disso, as primeiras incursões sobre os dados mostravam algo instigante, isto é, o aumento de matrículas na esfera privada de ensino *vis-a-vis* à pública ocorrendo simultaneamente à diminuição do gasto médio das famílias com educação ao longo da primeira década dos anos 2000. Essa constatação somada aos três elementos descritos anteriormente levaram ao estudo.

Para o arcabouço teórico da tese recorreu-se as duas teorias normalmente utilizadas para se explicar o papel da educação nas sociedades que são: a Teoria do Capital Humano (BECKER, 1964) e a Teoria da Reprodução Social (BORDIEU e PASSERON, 1975), sendo esta última mais apropriada para explicar os processos que conduziram aos maiores ou menores gastos em educação para algumas camadas da população brasileira. Além disso, foram percorridos alguns trabalhos internacionais e nacionais recentes sobre o tema. Para o acompanhamento empírico utilizou-se algumas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Quanto aos gastos educacionais, eles compreendem tanto os montantes despendidos pelas atividades do setor público quanto os recursos empregados pelo setor privado da economia, abrangendo as empresas particulares, as organizações não governamentais e as próprias famílias. Essa combinação de esforços que compõe a estrutura de financiamento varia de participação entre os diversos países do mundo. Nas sociedades em que o sistema de proteção social é mais desenvolvido, tal tarefa recai, integralmente, sobre o Estado, agente que propicia as condições

materiais para viabilizar a formulação e aplicação das políticas educacionais, sobretudo, no nível básico de ensino e, muitas vezes, no superior também.

No Brasil, a Constituição Federal vigente desde 1988, em seu capítulo III, seção I, artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, o artigo 206 prevê que o ensino deve ser ministrado com base: na “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, no “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”, na “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, na “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006), na “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, na “garantia de padrão de qualidade” e no “piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal” (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). A autonomia universitária é garantida no artigo 207, e o artigo 208 garante a gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental.

Para o atendimento das exigências constitucionais, são estabelecidos percentuais mínimos pela Constituição e que devem ser aplicados pelos entes federados com base na receita advinda dos impostos.

Recentemente, em 2013 foi sancionada a lei nº 12.858, destinando parte dos *royalties* do petróleo do pré-sal à educação. Entre as principais demandas que devem ser atendidas estão: a valorização de professores, o ensino em tempo integral, a expansão da oferta de vagas e a educação de qualidade. A expansão da oferta de vagas na dimensão pública poderá trazer impactos para o tamanho da rede privada de ensino e conseqüentemente para os gastos das famílias brasileiras em educação.

Paralelamente, é importante salientar a influência de outras variáveis sobre os possíveis gastos, como a dinâmica populacional e as políticas de renda. Dessa forma, este trabalho pretende contribuir traçando a estrutura atual e a dinâmica recente (anos 2000) dos gastos em educação das famílias brasileiras. Busca-se avaliar o impacto das alterações socioeconômicas e populacionais

ocorridas. Para isso, interessa compreender a estrutura e os condicionantes desses gastos a partir de algumas perspectivas: econômicas, demográficas e espaciais. Serão examinados aspectos como as transformações do tamanho e composição das famílias, sobretudo no que diz respeito à dinâmica do número de dependentes em determinadas faixas etárias. A desagregação das despesas entre distintas categorias permitirá compreender sua evolução associada à dinâmica das famílias. Dessa forma, considerando as transformações em curso, devem ser respondidas primordialmente as seguintes questões: como gastam, onde estão e quem são essas famílias.

CAPÍTULO 1

O sistema e os gastos educacionais no Brasil e no mundo

1.1 Introdução

As transformações demográficas vêm ocorrendo em grande parte do mundo. Nesse processo de transição em que ocorre redução da fecundidade e queda da mortalidade acompanhada também pelo aumento da longevidade, inicia-se uma desaceleração do crescimento populacional e alteração da estrutura etária da sociedade.

De modo geral, os países desenvolvidos já apresentam uma transformação sem precedentes na história humana. Há, contudo, uma nítida defasagem temporal entre as trajetórias dos diversos continentes. Tomando-se dois casos extremos, a África vai apenas apresentar redução de sua taxa média percentual de crescimento populacional a partir de 1985, uma situação bem diferente da Europa, que além de apresentar as menores taxas comparativamente aos demais continentes, esta diminuição já ocorre a partir de 1950 (BRITO *et al.*, 2008a).

No Brasil, o processo de alteração demográfica confirma-se no censo 2010. A taxa de fecundidade, após quedas sucessivas, chegou a 1,9 filhos por mulher, número inferior à taxa de reposição populacional. Projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam ainda que a taxa de fecundidade continuará caindo, se aproximando ao padrão demográfico dos países ricos.

Ao contrário dos países desenvolvidos que vivenciaram o crescimento da renda para depois diminuir a fecundidade e o crescimento populacional, o Brasil exibe taxa de fecundidade baixa com tendência de declínio, porém, com níveis de renda bem inferiores. De acordo com as Nações Unidas, o Brasil é considerado um país de renda média. A reunião desses dois aspectos (taxa de fecundidade baixa e níveis médios de renda) aponta um grande desafio para o país: atingir a prosperidade econômica e o progresso social, elevando a renda *per capita* concomitantemente ao movimento de envelhecimento da população. Some-se a isso ainda o fato de o Brasil ser reconhecido como um país com os mais elevados níveis de desigualdade do mundo. Fruto de um processo histórico com diversos aspectos causadores dessa situação, uma das formas de reduzir essa injustiça é o amplo acesso à educação de qualidade para toda a

população. Não se trata apenas do preparo para se obter maior rendimento no mercado de trabalho, mas para a formação, tanto do indivíduo quanto de seu efeito para o conjunto da sociedade.

A formação educacional tem sido considerada como *proxy* do desenvolvimento das sociedades. De fato, são nos países considerados mais desenvolvidos onde as populações registram os mais elevados níveis de ensino e em estágios mais avançados de transição demográfica.

O emprego conjunto de análise econômica, social e demográfica torna-se uma valiosa ferramenta para compreender as características que conformam o desenvolvimento de Brasil e, mais especificamente, de decisões políticas tomadas no decorrer da história.

A alteração do perfil demográfico da sociedade brasileira nas suas diversas dimensões – na sua estrutura etária ou na própria composição da família – têm implicações na estrutura de gastos. Em relação aos gastos com educação, é preciso ressaltar que a rede de ensino brasileira é mista, isto é, pode ser de origem pública e privada. Na primeira (pública), não há despesas com matrículas ou mensalidades, o que torna os valores despendidos significativamente inferiores quando comparados com os das famílias com filhos estudando na rede privada.

O estudo em curso pretende então averiguar a dinâmica dos gastos das famílias com educação durante os anos 2000, considerando as características sociais, demográficas e de escolhas políticas no país.

Embora as características demográficas brasileiras impliquem em um grande contingente populacional em idade escolar, a oferta de origem pública (gratuita) faz com que a participação deste tipo de gasto seja de impacto limitado na estrutura de dispêndios das famílias quando, equivocadamente, tomada em seu conjunto. Isso porque normalmente apresenta-se o gasto médio considerando-se todos os domicílios, o que conseqüentemente mostra um valor inferior à realidade, uma vez que uma família sem estudantes não apresentará despesas em educação e normalmente ela é contabilizada para este cálculo.

O setor público no Brasil é majoritariamente responsável pela provisão do serviço de educação, exceto para o ensino superior. Nesse último caso, as instituições privadas detinham 73% das matrículas enquanto o setor público, 26,3%, segundo o MEC/INEP (2012a)¹.

¹ Estatísticas referentes ao ano de 2011, tendo sido contabilizados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Centros Federais de Educação Tecnológica (IF/CEFET).

O objetivo deste capítulo é inicialmente traçar um panorama geral da educação no mundo. Inicia-se pelas abordagens teóricas sobre o papel que cumpre a educação nas sociedades e recorre-se, inclusive, a trabalhos específicos e recentes, internacionais e nacionais sobre o tema. Além disso, são destacadas algumas características fundamentais para o desenvolvimento educacional, como o montante de investimento e a abrangência quantitativa e qualitativa do ensino, além de tratar do dimensionamento das redes de origem pública e privada. As conformações dessas redes estão de certa maneira relacionadas a alguns pressupostos teóricos aplicados e às características dos arranjos institucionais, resultantes dos processos históricos de cada sociedade.

Assim, a partir dessa visão geral sobre as intenções deste trabalho, as seções foram divididas da seguinte forma, em dois blocos maiores: i) Revisão da Literatura e ii) Educação no Brasil.

A “Revisão da Literatura” contém o arcabouço teórico, duas abordagens de autores consagrados no estudo do tema e que representam visões distintas sobre o papel da educação para as sociedades. Além disso, uma gama de estudos internacionais e nacionais que incluíram a avaliação dos gastos condicionada a elementos locais como tamanho das redes, pública e privada, aspectos sociais, demográficos e espaciais da população foram considerados. Ainda nesse bloco comparou-se algum aspecto específico, como: a evolução de término de ciclos entre duas gerações e os instrumentos de avaliação qualitativa do ensino entre alguns países no mundo. No item seguinte, “Educação no Brasil”, recorre-se a alguns indicadores recentes que permitem comparar aspectos da situação educacional brasileira para a década estudada.

1.2 Revisão da Literatura

1.2.1 Abordagens teóricas sobre o papel da educação para as sociedades (Becker e Bourdieu)

Dentre as reflexões sobre formação educacional, é perceptível uma segmentação entre a preocupação com a preparação profissional, ou orientada para empregabilidade, e a preocupação mais voltada para a preparação crítica ou humanística.

O arcabouço teórico que qualifica a educação como instrumento para melhor desempenho no mercado de trabalho e na produtividade econômica das sociedades ficou conhecido como teoria do capital humano. A utilização do termo na literatura econômica moderna coube a Mincer

(1958) e posteriormente novas contribuições foram desenvolvidas por Schultz (1959). Todavia, Becker (1964) tornou-se a referência clássica com a publicação de seu livro enfatizando a questão, buscando comprovação empírica e utilizando como base de estudo a economia dos Estados Unidos.

Conceitualmente, o capital humano consiste em um conjunto de conhecimentos e capacidades que funcionaria como os meios físicos de produção. A utilização do estoque de capital de uma sociedade implicaria em maior ou menor nível do produto. A teoria considera, portanto, que os atributos de um trabalhador, adquiridos ao longo da vida, seja por meio da experiência, seja por conta de seus hábitos, mas sobretudo, pela formação educacional do indivíduo vão implicar em resultados de maior (ou menor) valor econômico. Ao mesmo tempo, o autor dá atenção especial à interação entre os processos de crescimento e sua relação direta com o capital humano conquistado pela sociedade e os processos demográficos.

According to our analysis, at some point in the growth process, economies experience periods of particularly rapid accumulation of human and physical capital and declines in birth rates and family size [...] These periods of rapid change are reminiscent of the takeoff in theory of growth [...] Takeoffs in our approach are driven by increasing returns to investments in human capital and increased costs of children as capital is accumulated (BECKER, 1964, p. 344).

Na dimensão empírica, o autor observou, com base na economia dos Estados Unidos, que a despeito do capital físico ter se mantido estável ao longo de um determinado tempo, ocorria aumento do produto. A explicação para essa expansão se assentaria justamente no maior preparo educacional dos trabalhadores. Becker explorou as informações sobre as taxas de retorno de diferentes pessoas e suas implicações nos resultados macroeconômicos.

O princípio que norteia a teoria é neoclássico e, portanto, baseado na busca de todo o indivíduo por utilidade e no equilíbrio macroeconômico. Assim, essa linha teórica atribui o avanço da escolaridade nos diversos países a dois aspectos principais: i) a demanda individual que busca maximizar o retorno (prêmio) do trabalho, incluindo variáveis demográficas como a redução do tamanho da família e ii) ao massivo investimento de países que passaram a desempenhar um papel mais proeminente na economia internacional, buscando aumentar sua produtividade. Ainda confere peso a um fator de externalidade, admitindo que um ganho escolar de um indivíduo ou um grupo deles seja capaz de influenciar positivamente toda a comunidade

ou sociedade. Dessa forma, a formação educacional é um dos principais fatores para o crescimento da economia e o conseqüente desenvolvimento do país.

Our analysis appears to highlight important variables in growth and development: investments in human capital, choices over family size and birth rates, interactions between human capital and physical capital (BECKER, 1964, p. 348).

Outra importante contribuição no campo do papel do ensino, e de tradição sociológica, acredita que a educação por si só não garante o aumento da riqueza, mas apenas quando está associada a outros aspectos de desenvolvimento econômico. A estagnação econômica seria responsável por manter as desigualdades existentes entre os estratos sociais controlando o acesso a posições de maior prestígio determinadas por condições pregressas da pessoa, sua família ou grupo social. Nesse sentido, o modelo conceitual concebido sobre a reflexão da reprodução social (BOURDIEU e PASSERON, 1975) deve ser destacado. Embora seja um trabalho que trata primordialmente da sociologia da educação e dos atos pedagógicos, o conjunto de reflexões explica as opções de algumas sociedades.

Como Becker, os autores Bourdieu e Passeron também entendem o termo “capital” com sentido mais amplo e não apenas como o conjunto de bens e riquezas econômicas, ou seja, o capital econômico.

O termo “capital simbólico”², utilizado por Bourdieu e Passeron, seria o aparato de atributos que permitiria identificar os agentes no espaço social, composto de capital cultural e de capital social. O primeiro (cultural) refere-se ao complexo de saberes e conhecimentos reconhecidos (diplomas e títulos) e o segundo (social) seriam as relações sociais que poderiam ser convertidas em recursos de dominação. Nesse sentido, as desigualdades sociais não resultariam apenas das desigualdades econômicas, mas dos obstáculos de acesso aos bens simbólicos. O *déficit* de capital cultural, por exemplo, produzido por acesso de uma camada da população apenas a escolas de má qualidade, causaria uma desigualdade social promovida dentro do próprio sistema de ensino, no qual esse grupo de pessoas seria privado de obtenção de habilidades e conhecimentos, reproduzindo a estrutura social vigente.

Os autores defendem ainda que a educação escolar tem por premissa impor um conjunto de valores culturais socialmente arbitrários, já que o significado se constitui a partir de uma

² Prestígio social.

relação de força entre grupos e estratos sociais. Assim, a educação escolar como instituição permitiria a reprodução de uma cultura dominante, favorecendo a permanência da estrutura das relações de poder. Tomando a sociedade francesa para estudo, eles afirmam que o processo educacional apresentaria concomitantemente dois eixos de sustentação: i) a reprodução da cultura e ii) a reprodução da estrutura social. Apesar disso, sob a aparência de neutralidade, o sistema de pensamento legitimaria a exclusão dos não privilegiados, fazendo-os tomar parte da dinâmica de maneira subordinada, sem que estes se apercebam desta condição. Essa exclusão ocorreria despercebidamente, pois é atribuída à falta de habilidades, capacidades, mau aproveitamento acadêmico, entre outros. “Ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos” (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p. 218). Os autores denominam de violência simbólica essa dominação consentida, ou seja, a aceitação de regras como se fossem “naturais”.

O próprio corpo docente, de acordo com os autores, seria colocado em uma posição de cumprir condições institucionais, ou seja, promover o atendimento a um programa de ensino, codificado e homogeneizado, produto de um consenso que passa de geração em geração sem maiores alterações. Por essa razão, a cultura escolar estaria sempre em descompasso (mais atrasada) com as transformações da sociedade.

A aplicação teórica dessa linha de pensamento indica que a educação escolar é concebida exercendo diferenciações sociais previamente existentes e as perpetuando. Além disso, a forma como evolui o poder político tem implicações para a evolução das instituições escolares. Ainda que os objetivos sejam universais, ou seja, que pretendam atingir toda a população (em idade escolar), é inevitável concluir que as diretrizes gerais operem de forma a favorecer mais as camadas sociais detentoras de maior representação política nessa estrutura.

Some-se a todo esse aparato teórico outro debate que trata sobre o desígnio da operação da rede de ensino. Para parte dos analistas, o mercado deve ser o executor, pois consideram a organização pública pouco dinâmica, inflexível, de menor eficiência e certamente mais “engessada”. Outra linha rebate, preferindo como operador o Estado. Isso pelo fato desse último agente (Estado) ter menos compromisso com o lucro, preservando melhores condições acadêmicas. Ambas as visões, contudo, consideram o Estado como o maior financiador.

Educação é um consenso das sociedades e certamente não há quem seja contrário a ela, ou pelo menos desta forma se expresse; os debates se assentam sobre sua abordagem. Neste trabalho, em que a questão central é os gastos das famílias brasileiras, a teoria de reprodução social (BOURDIEU e PASSERON, 1975) é mais adequada para explicar o comportamento de se optar pela despesa em educação principalmente no que diz respeito à escolha da instituição privada no nível básico.

A instituição de ensino pode oferecer estudos com maior ou menor qualidade e essa preparação quando se relaciona ao trabalho desempenhado pela pessoa no mercado pode implicar em resultados diversos. Becker (1964), com base em distintos níveis educacionais para a economia dos EUA calculou diferentes taxas de retorno. Embora Becker tenha dado ênfase ao desenvolvimento do capital físico, diversos interpretes de seu trabalho (Teoria do Capital Humano), principalmente do Brasil, vem atribuindo uma relação direta *ex-ante* entre educação e desenvolvimento. Em outras palavras, a educação precederia o desenvolvimento. Alguns analistas argumentam, com propriedade, que países ricos são aqueles com os maiores e melhores níveis educacionais, mas não observam os processos históricos que geraram a condição atual. Internacionalmente, o exemplo clássico destaca a Coreia, cujo desenvolvimento era comparável ao Brasil nos anos 60, e que o seu grande investimento em educação tornou-a uma nação desenvolvida na atualidade. Utiliza-se como evidência a proporção de pessoas de uma geração (25 a 34 anos) com nível universitário na Coreia (64%) contra o parco nível (13%) no Brasil para o ano de 2011.

Entretanto, utilizando-se a mesma lógica de análise para outras sociedades observa-se que o argumento não prevalece. Tome-se então o comparativo para Brasil/China e Portugal/Itália. Observa-se que as proporções de pessoas com formação universitária (25 a 34 anos) na China eram 6% e, no Brasil essa participação era de 13%, mesmo que haja alguma diferença entre o momento de comparação (2009 para a China e 2011 para o Brasil). O fato de o Brasil possuir uma população de 25 a 34 anos de nível universitário relativamente maior do que a China não o torna mais desenvolvido economicamente. Assim também ocorre entre Portugal e Itália. Portugal possuía 27% de sua população na faixa de 25 a 34 anos com nível superior e a Itália 21% em 2011, mas isso não faz com que Portugal tenha um nível de desenvolvimento superior ao da Itália.

Portanto, neste trabalho acredita-se que a educação e investimento em capital fixo devem ocorrer simultaneamente. A educação por si só não garante uma renda digna num mundo capitalista caso a economia não ofereça uma estrutura de emprego que a possibilite e essa estrutura está diretamente associada ao desenvolvimento de capital fixo de um país. Os jovens formandos universitários espanhóis sabem bem o que significa isso e, entre outros, vêm buscando países, como o Brasil, para se estabelecer. Portanto, a falta de sintonia entre a formação profissional da sociedade e a formação de capital fixo produz a fuga de cérebros e de fato levou diversos engenheiros brasileiros (1980-2000) a migrarem (O Canadá foi um dos países receptores deste contingente) para onde poderiam efetivamente trabalhar em engenharia e não apenas aceitar ocupações de vendedores especializados, o que o Brasil oferecia naquela oportunidade.

Retomando-se o aspecto da Coreia do Sul, seu milagre (econômico) resultou de um amplo espectro de políticas de investimentos, escolhas produtivas e a abertura de alguns mercados consumidores para seus produtos, principalmente o dos Estados Unidos por questões de interesse geopolítico. A política educacional não precedeu às demais, mas ocorreu em paralelo, ou melhor, no interior das próprias políticas de investimentos que também se ocuparam com o capital fixo.

Portanto, entre a TCH (BECKER, 1964) e a Teoria da reprodução social, TRS, (BOURDIEU e PASSERON, 1975) a aplicação teórica mais compatível com este trabalho recai sobre a última. Isso porque a TRS apresenta maior aderência quanto às constatações das escolhas das famílias brasileiras entre matricular seus filhos na rede pública ou na privada, em escolas de maior ou menor qualidade de ensino e a consequente despesa em educação advinda da opção ou falta de opção, o que será abordado com mais detalhe ao longo da análise empírica, no terceiro e quarto capítulos.

Todavia como este é um estudo de gastos das famílias, na próxima seção, será analisado um conjunto de pesquisas, tanto de nível internacional como nacional, considerando aspectos que podem implicar em maiores ou menores despesas das famílias em educação. Nesse sentido, foi identificado um complexo de fatores sociais e demográficos. Ênfase especial será dada aos estudos que tratam das escolhas das famílias por matricular seus filhos na rede pública ou particular. É possível encontrar, no final deste trabalho (Anexo 1), os passos percorridos para a seleção dos trabalhos analisados na revisão literária.

1.2.2 Estudos e pesquisas internacionais e nacionais

A educação é classificada economicamente como um bem normal e, como tal, à medida que uma família possua mais filhos em idade escolar, a tendência é que seus gastos no item se elevem. Contudo, a extensão desses valores pode variar de país para país, dependendo, de um lado, da oferta: legislação nacional, qualidade de ensino oferecida pelas escolas públicas em todos os níveis, federal, estadual e municipal e do tamanho destas redes; e, de outro lado, da demanda: do perfil demográfico da população, da percepção, valores e das condições econômicas da família, como os montantes de renda do domicílio.

Na sequência, procura-se discorrer resumidamente a contribuição dos estudos internacionais.

Pesquisas internacionais

Uma pesquisa realizada em domicílios europeus (COMISSÃO EUROPEIA, 2010) encontra uma variação ampla de gastos familiares entre os estados membros, desde 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em Portugal a 0,7% do PIB no Reino Unido, o que representa um dispêndio *per capita* por domicílio de dez a 190 euros em 2002, padronizando-se os valores pela paridade de poder de compra. De acordo com esse mesmo estudo e incluindo países asiáticos, os resultados mais comuns obtidos para as razões pelas quais as famílias gastam valores mais elevados em educação são: i) sociedades nas quais os exames de ingresso em cursos superiores sobretudo, são competitivos, as famílias tendem a despender mais recursos em cursos preparatórios, ii) quando as famílias percebem que a qualidade da educação pública não atende às expectativas e iii) quando a sociedade atribui um alto valor em relação à educação. Na Coreia do Sul, por exemplo, o estudo detectou que apesar do ensino público oferecido ser um dos melhores sistemas em termos de qualidade, as famílias ainda gastam recursos com seus filhos, preparando-os particularmente.

Numa abordagem distinta, James (1993), economista do Banco Mundial, parte de que sociedades de países centrais e periféricos apresentam padrões diferentes para escolha do tipo de rede de ensino. A autora procura explicar a razão de haver no nível médio, sistematicamente, uma proporção mais elevada de matrículas na rede privada entre os países em desenvolvimento comparativamente aos países desenvolvidos. O estudo encontra uma proporção bem maior de

matrículas na rede privada entre os países em desenvolvimento³ (média de 31,3%) do que entre os países ricos⁴ (média de 21,4%). A hipótese central do trabalho baseia-se no princípio de “excesso de demanda”, ou seja, um número demasiado de pessoas teria preferência por ingressar em escolas públicas em oposição ao parco investimento público e o consequente número restrito de vagas. Essas pessoas seriam, então, involuntariamente excluídas do sistema público e impelidas à utilização da rede privada. O estudo, portanto, abrange 12 países desenvolvidos e 38 em desenvolvimento, dentre os quais figura o Brasil. O trabalho inclui diversas variáveis, como o estágio de desenvolvimento, a renda *per capita* e o nível educacional do país; contém ainda uma variável de heterogeneidade, utilizando-se, para tanto, do coeficiente de Gini para aferir a desigualdade de renda, um indicador de heterogeneidade religiosa e outro de heterogeneidade linguística.

Esse conjunto de variáveis busca destacar a demanda e a oferta não lucrativa, ambas baseadas na heterogeneidade cultural, uma vez que são importantes explicações para variações no tamanho do setor privado dentro de um determinado estágio de desenvolvimento e nível educacional.

Os resultados do trabalho apontam para a importância das forças culturais, como no estudo da Comissão Europeia para o caso da Coreia, mas a autora destaca a influência das políticas públicas sobre o tamanho e a natureza do setor privado. A investigação ressalta ainda a influência entre as alterações de renda e demográficas em curso em alguns países em desenvolvimento com os gastos em educação (especialmente no nível médio), pois as escolas particulares devem sofrer uma significativa redução de matrículas.

The coalition favoring higher public spending at the secondary level is predicted to increase with development, due to income and demographic changes, especially the decline in family size. As the public sector expands, people who have been involuntarily excluded can now find places, so excess demand-driven private schools are crowded out. According to our estimates, this process ultimately reduces the percentage in private schools to the level found in developed countries (JAMES, 1993, p. 589).

Para o período do estudo, os gastos em educação das famílias seriam explicados, principalmente, pelos valores despendidos em matrículas e mensalidades dos estudantes que não

³ Kenya, Lesotho, Sudão, Camarões, Chade, Liberia, Niger, Nigéria, Togo, Alto Volta, Argélia, Irã, Jordânia, Marrocos, Arábia Saudita, Síria, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Índia, Indonésia, Filipinas, Cingapura, Tailândia.

⁴ Austrália, Bélgica, Dinamarca, Inglaterra e País de Gales, França, Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos, Nova Zelândia, Suécia, Estados Unidos.

encontraram vagas nas escolas públicas. Mas, à luz da transição demográfica, a autora prevê a solução do problema no futuro, com o conseqüente encurtamento da rede de origem privada. Ela acredita que as escolas remanescentes (privadas), ou seja, as que sobreviverem, provavelmente serão aquelas de nível acadêmico mais elevado.

Outro trabalho que analisa a composição entre matrículas na esfera pública *versus* matrículas na esfera privada, proveniente da Divisão da Avaliação de Políticas e Planejamento da UNICEF (MEHROTRA e DELAMONICA, 1998), estudou, durante o período 1993 a 1995, a situação dos custos da educação fundamental em cinco países considerados periféricos e de baixa renda⁵.

O trabalho estudou as relações entre custos e matrículas, observando as variáveis de custos por aluno na esfera privada e, na pública, a razão entre o salário médio dos professores e o PIB *per capita*, de forma a captar o peso da remuneração desembolsada pela sociedade e sua capacidade de pagamento e a taxa de matrícula total e a feminina, como percentual da taxa de matrícula dos homens.

Os resultados mostraram que há uma forte associação entre a distribuição de custos, o nível de custos por aluno e as taxas de matrícula na dimensão pública e privada. Nas sociedades nas quais os governos empregam poucos recursos no ensino fundamental, os custos acabam por incidir sobre as famílias. Quando os custos totais são baixos e não comprometem uma parte significativa da renda familiar, a demanda pelo ensino privado é alta como em Myanmar e no Vietnã. Contudo, nas sociedades nas quais os custos são relativamente altos para as famílias, as taxas de matrículas são baixas, sobretudo quando se refere às meninas como no Butão, em Burkina Faso e em Uganda.

Em outro estudo, os autores Chiswick e Koutroumanes (1996) identificam variáveis que influenciam na escolha entre a matrícula em escolas privadas e públicas em um país central, nos EUA. O trabalho teve por escopo os ciclos fundamentais utilizando os microdados do Censo Populacional dos EUA (1980). Além das variáveis demográficas, os autores levaram em conta a religião praticada pela família, uma vez que esta condição poderia influenciar na escolha de uma instituição de ensino privada confessional. O interesse do estudo baseou-se no processo de

⁵ Burkina Faso, Butão, Myanmar, Uganda e Vietnã.

decisão da unidade familiar restringindo-se à seleção do modelo econométrico às famílias nucleares, com pelo menos uma criança de 6 a 17 anos na escola⁶.

Os principais resultados revelaram que católicos mostram demanda mais elevada pela rede privada do que protestantes e que os níveis educacionais dos pais, à medida que se elevam, encorajam a frequência dos filhos nas escolas particulares. Contudo, a influência da escolaridade da mãe é superior a do pai, pois a mãe trabalhadora tem associação com a matrícula em escolas particulares. Quanto à raça, negros são menos afeitos à participação na rede privada. Fundamentalmente, a escolha da instituição de ensino foi influenciada pelo seu preço, pela renda familiar e por variáveis que refletiam a percepção do custo/benefício da escolha da rede, indicando também que a escolha da rede de ensino está sistematicamente relacionada às variáveis econômicas e demográficas. Quanto ao sexo, não houve diferença significativa na demanda por escolas privadas entre brancos, mas entre homens e mulheres negras ocorreram maiores taxas de matrícula na esfera privada por parte de mães negras. Em resumo, a decisão de optar pelo pagamento de mensalidades está principalmente associada à religião, à renda da família e ao sexo dos pais (no caso de negros).

A questão da matrícula em relação ao sexo do aluno também foi objeto de estudo (KINGDON, 2005). A autora considerou a probabilidade de haver preconceito entre homens e mulheres, ou seja, se seria fato que as famílias teriam maior propensão a gastar com a educação dos filhos do que com as filhas na Índia. Segundo a pesquisa, a utilização metodológica de estudos baseados em consumo domiciliar (curva de Engel) para detectar possíveis diferenças quanto à variável “sexo” apresentou falhas. O estudo busca então encontrar explicações sobre essas falhas utilizando uma base de dados com informações para o nível familiar, mas também para o nível individual de gastos. Os resultados empíricos mostram pequeno grau de correspondência entre os dois níveis (individual e familiar), indicando que o método da curva de Engel como convencionalmente utilizado prejudica os efeitos sobre a composição da variável “sexo”⁷.

⁶ A análise estatística empregada foi dividida em etapas. Inicialmente, comparou-se uma análise com mínimos quadrados ordinários e uma regressão probit estimando o efeito das variáveis independentes (renda, preço, sexo e outras variáveis sociodemográficas) sobre a variável dependente (a escolha do tipo de escola). Em seguida, estimou-se um modelo logit multinomial para estimar os determinantes da escolha entre as redes público-privada. A variável dependente foi a escolha das famílias em relação aos filhos: i) simplesmente não matricular em escola, ii) matricular em escola pública, iii) matricular em escola confessional e iv) matricular em outro tipo de escola privada.

⁷ A estratégia econométrica então empregada por Kingdon foi de fundamental importância. Ela comparou o método de mínimos quadrados ordinários (incondicional) com os do modelo Tobit (efeitos marginais condicionais), estimando o efeito sobre as variáveis demográficas para homens e mulheres com mínimos quadrados ordinários (convencional) inicialmente e,

Os principais resultados do trabalho de Kingdon revelaram que o mecanismo discriminatório se apresenta no diferencial entre filhos e filhas matriculados. Em outras palavras, há mais alunos na escola do que alunas, e por este motivo os gastos são superiores com meninos do que com meninas. Para isso, o trabalho considerou dispêndios condicionais à equivalência entre os matriculados do sexo masculino e os do sexo feminino, tornando a comparação o mais similar possível. Nos estados indianos onde houve evidência de piores resultados educacionais para as meninas do que para os meninos, as despesas familiares com educação para elas (meninas) foram efetivamente menores. Outro ponto trata a questão metodológica, ou seja, o tipo de dado, concluindo que apenas as informações individuais podem capturar com exatidão a amplitude da propensão comportamental, ou seja, de uma possível discriminação entre sexos. O trabalho aponta para a necessidade de se considerar o lado da oferta na investigação dos dispêndios domiciliares sobre um tipo de mercadoria/serviço específico. No caso de educação, por exemplo, há que se considerar a disponibilidade de instituições próxima à moradia, principalmente em áreas rurais da Índia. Portanto, a disposição em despender recursos em mensalidades não se deveu ao sexo do aluno, segundo a pesquisa, sendo admitida a necessidade de buscar outras variáveis relacionadas à oferta de ensino.

Ainda entre os trabalhos que investigam a opção por matricular o estudante na rede pública ou privada, os autores Long e Toma (1988) estudaram também os determinantes que influenciam entre a matrícula em escolas privadas (paroquiais ou seculares) e públicas nos Estados Unidos. O estudo foi elaborado a partir da utilização dos microdados dos Censos Populacionais de 1970 e 1980⁸.

Os principais resultados revelaram que a renda do domicílio, a religião e as características demográficas do responsável pela família são determinantes, assim como as condições de oferta, como custos relativos e oferta de escolas das redes pública e privada, e que a heterogeneidade

posteriormente, utilizando um modelo de barreiras, isto é, um modelo probit binário para verificar a probabilidade de as famílias gastarem ou não com educação e uma regressão de mínimos quadrados ordinários (condicional) para famílias com gastos positivos em educação.

⁸ A técnica estatística utilizada foi um modelo logit ordenado no qual a variável dependente foi enumerada como 0, 1 ou 2, correspondentes aos níveis ascendentes de classificação das mensalidades escolares. O ordenamento se baseou no preço das escolas e, contrariamente, ao estudo de Kingdon, o foco foi o lado da oferta, isto é, o preço das escolas. Os autores também incluíram outras condições de oferta, como as remunerações dos empregados da escola particular e o número de escolas na rede privada dividido pelo número de escolas na rede pública no estado de residência da pessoa, como indicativo da disponibilidade da rede privada em contraposição à rede pública. Entre as condições de demanda foram utilizados fatores sociodemográficos, principalmente renda e raça.

observada na frequência de alunos nas escolas privadas, entre crianças de baixo e alto rendimento, ou entre brancas e não brancas, se reduziram entre 1970 e 1980.

A literatura internacional é vasta, sendo possível encontrar um amplo espectro de trabalhos sobre a motivação das famílias em efetuar despesas em educação. Pelo fato de os valores mais elevados estarem relacionados com as matrículas e as mensalidades da utilização da rede particular de ensino, os estudos vão desde um conjunto que trata de identificar o tamanho do setor privado *vis-à-vis* ao público e os preços cobrados pelas instituições de ensino aos estudos sobre os determinantes e características sociais, demográficas e espaciais que influenciam os dispêndios das famílias no tema em pauta.

Dentre os trabalhos mencionados, é possível destacar que a propensão de uma família investir em educação é afetada por inúmeros fatores. Resumidamente, o rol de motivos inclui o tamanho restrito do ensino público (JAMES, 1993) em comparação à oferta privada, o que está diretamente relacionado com as políticas adotadas pelo Estado e as forças culturais que a produzem (COMISSÃO EUROPEIA, 2010). Ainda considera fatores econômicos como a renda da população (MEHROTRA e DELAMONICA, 1998; CHISWICK e KOUTROUMANES, 1996), de transição etária da população (JAMES, 1993) e de variáveis demográficas, tanto relacionadas aos responsáveis pelas famílias como aos estudantes (CHISWICK e KOUTROUMANES, 1996; KINGDON, 2005; LONG e TOMA, 1988).

Pesquisas nacionais

Um dos trabalhos com foco no Brasil em relação à escolha das famílias pela rede de ensino indica que dois fatores foram considerados relevantes para a escolha da rede particular de ensino no nível fundamental e médio. O primeiro deles, a magnitude restrita da rede pública, já foi detectado anteriormente por James (1993) quando estudado um conjunto de países de capitalismo tardio, dentre os quais o Brasil. O segundo refere-se à qualidade inferior da rede pública de ensino comparativamente à particular.

Analisando os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) realizado em 2005 em todo o Brasil, notamos que em geral o desempenho dos alunos da rede pública é 20% inferior ao dos alunos da rede privada (CURI e MENEZES, 2010, p. 3)

As conclusões mais importantes da pesquisa⁹ revelam que a opção das famílias por matricular seus filhos em escolas privadas é determinada fundamentalmente pela educação da mãe, a renda familiar, a parca oferta de escolas públicas e o custo da educação na unidade da federação e na região de residência no Brasil. No que se refere especificamente aos gastos com mensalidades, o principal aspecto foi à renda familiar *per capita*. Os autores incluíram variáveis separadamente às despesas com diferentes ciclos de ensino, da seguinte forma: a) creche e pré-escola b) ensino fundamental (1^a à 4^a série), c) ensino fundamental de 5^a à 8^a série e d) ensino médio (1^a à 3^a série), revelando que a sensibilidade dos gastos às variações nos rendimentos das famílias foi maior no ensino fundamental do que no médio.

Com olhar demográfico dirigido especificamente à variável “sexo”, Carvalho e Kassouf¹⁰ (2009) estudaram as escolhas paternas em investir na educação dos filhos no Brasil verificando se há discriminação, tal como Kingdon (2005) havia feito anteriormente para a Índia. Eles partiram do pressuposto de que, apesar de as mulheres brasileiras apresentarem níveis escolares superiores aos dos homens, havia sinais de que a composição demográfica da família podia afetar meninas e meninos de forma diferente, pois estudo anterior (CORSEUIL, 2001) havia detectado que a presença de menores de 14 anos e de idosos na unidade domiciliar reduzia a probabilidade de os filhos frequentarem a escola em uma proporção maior para as garotas do que para os garotos. Além disso, em relação às carreiras universitárias, constatou-se que mulheres optavam por carreiras com menos *status*, prestígio e remuneração (BELTRÃO e TEXEIRA, 2004).

As despesas foram consideradas como função de algumas características da pessoa de referência da família, como cor/raça, sexo, a escolaridade e a presença ou não de cônjuge. Foi também considerada a escolaridade do cônjuge. Além disso, as famílias foram identificadas segundo região de residência para possibilitar a captação de diferenças na infraestrutura

⁹ A metodologia econométrica utilizou inicialmente um modelo de escolha binária logit (pública ou privada) em que a unidade referência foi o aluno, sendo os dados provenientes da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD – IBGE – de 2001 a 2006 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF – IBGE para 2002-2003. A partir da PNAD, foi verificada a evolução do percentual de pessoas com idade de 0 a 25 anos que frequentavam escola privada, considerando as características próprias e familiares, como sexo, cor e idade do aluno, educação e cor dos pais, renda familiar *per capita* e o número de pessoas por família. Em seguida, foram empregados dois métodos econométricos de modelos censurados: Tobit e Heckman, para a POF, considerando que a escolha das famílias é feita em dois estágios: i) investe ou não em educação e ii) os determinantes daquelas famílias que investem em educação.

¹⁰ Os autores selecionaram uma amostra de famílias da base, aquelas com filhos e filhas entre 7 a 20 anos e com ao menos um (ou uma) matriculado no ensino regular. As famílias com algum membro matriculado que não fosse filho ou filha foram excluídas. Modelos Tobit foram utilizados para estimar curvas de Engel das despesas, além da adoção dos testes de Wald para verificar a igualdade dos parâmetros estimados da quantidade de filhos e filhas na escola. Eles estimaram cinco modelos, tendo como variáveis dependentes as seguintes despesas: a) total com educação, b) mensalidade escolares, c) artigos escolares, livros e materiais bibliográficos, d) outras despesas escolares e e) outras despesas escolares de cursos não regulares.

educacional do país e a necessidade ou não de se recorrer ao ensino privado, implicando, portanto, em maiores despesas.

O resultado mais relevante indicou que não havia discriminação educacional contra as filhas nos recursos investidos pelas famílias, repetindo o encontrado na pesquisa de Kingdon, descrita anteriormente, sobre a disposição dos pais em despendere recursos em mensalidades na Índia que não se deveram ao sexo do aluno. Outras contribuições menores mostraram que as despesas em educação cresceram com o número de filhos, mas depois diminuíram. Em outras palavras, famílias tendem a investir na educação das crianças, porém, até um limite, pois aquelas muito numerosas devem priorizar dispêndios destinados à sobrevivência em detrimento dos recursos para a educação. Além do mais, características regionais também mostraram as diferenças de investimento, pois, o fato de uma família não residir no Sudeste implicaria em menores valores destinados à preparação escolar dos filhos.

Em artigo com o propósito de averiguar o padrão de gastos em educação das famílias brasileiras, Santana e Menezes (2009) detêm-se a outro aspecto demográfico, isto é, à questão racial, buscando identificar possíveis diferenças na determinação deste tipo de despesa. O estudo teve como base empírica a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE para o período de 2002-2003. As autoras separaram as famílias em quatro faixas de renda com o objetivo de verificar a ocorrência de diferenças dentro da mesma faixa e limitaram a amostra a domicílios que tivessem filhos entre 6 e 25 anos e com chefes de família que se declararam brancos, negros ou pardos.

Duas definições de gastos em educação foram utilizadas: na primeira, os gastos totais e na segunda, mais restrita, considera-se apenas a agregação dos dispêndios com cursos regulares (ensino fundamental, médio e superior), livros didáticos e material escolar, denominados, pelas autoras¹¹, de gastos diretos.

Os principais resultados revelaram elasticidade-gasto com educação próxima a “um” indicando, portanto, que as famílias aumentam o gasto com educação proporcionalmente com o aumento dos gastos, seja por camada de renda (*familiar per capita*) ou grande região do país. As famílias chefiadas por pessoas que se declararam brancas e pessoas que possuíam mais elevados anos de estudos mostraram maior propensão a gastar com educação. Na análise com gastos restritos (cursos regulares, material escolar e livros didáticos) evidenciou-se que, entre os mais

¹¹ A técnica estatística utilizada baseou-se em uma análise semiparamétrica da curva de Engel de educação.

pobres, as questões raciais não influenciam, mas, entre os mais ricos, há diferenciação. A estimação revelou que um aumento de 1% nos gastos totais eleva em mais de 1% os gastos diretos. Assim como na estimação para os gastos totais, somente entre os mais ricos há diferença racial na determinação dos gastos (diretos). Esses gastos são inelásticos para os mais ricos, uma vez que nos gastos restritos torna-se mais forte o peso das mensalidades escolares, principais gastos diretamente relacionados ao número de dependentes, que não se altera com o aumento dos gastos totais.

Outra importante contribuição diz respeito à evolução dos valores despendidos com educação pelas famílias como porcentagem dos gastos domiciliares correntes (CASTRO e VAZ, 2007). Os autores também fizeram uso dos microdados da POF – IBGE e estudaram as versões desde os anos 80 (1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003), compatibilizando informações, sobretudo as referentes à abrangência geográfica. No decorrer do período, os gastos das famílias com educação ampliaram sua participação das despesas correntes. No momento inicial (1987/1988) representavam cerca de 3,2% do total (correntes) passando no final (2002-2003) a representar 5,5% destes gastos, constituindo-se no grupo que registrou o maior aumento de participação no período.

Dentre as diversas despesas contempladas no item educação, os pesquisadores apontam para a grande elevação de participação referente aos cursos regulares (de 44,8% em 1987-1988 para 66,5% das despesas correntes em 2002-2003).

Se pensarmos que o aumento dos gastos com cursos regulares está relacionado à expansão dos serviços privados de educação, então o crescimento dos gastos com educação dentro da estrutura de despesa familiar que se observa entre 1987-1988 e 2002-2003 possivelmente tem relação com a expansão do ensino superior privado observada nesse período. (CASTRO e VAZ, 2007, p. 83)

A constatação dos autores é acompanhada por um significativo aumento das matrículas na rede privada de ensino superior¹², pois, enquanto o total de matrículas no ensino superior público cresceu em 80%, no ensino privado ele mais que dobrou (174%) ao longo do tempo estudado. A expansão das matrículas no educação superior privada foi um fator importante para determinar o crescimento dos gastos das famílias, pois, no ensino fundamental e médio, a participação das escolas privadas no total de matrículas caiu (de 1991 para 2002), inclusive, em termos absolutos.

¹² Metodologicamente, a classificação dos cursos regulares no trabalho inclui: ensino superior, ensino fundamental e médio.

Ainda sobre as despesas em educação, outro trabalho estudou a evolução dos valores gastos com educação pelas famílias, estimados do montante total despendido por elas (MENEZES e NUÑEZ, 2012). Os autores extraíram as informações diretamente dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, calculando a razão entre esses gastos e o Produto Interno Bruto anual para dois períodos (2002-2003 e 2008-2009) com o objetivo de comparar dois pontos da década. A estimativa apontou que as famílias brasileiras gastaram 1,9% do PIB em 2002-2003 e 1,3% em 2008-2009.

Para um período pouco anterior, 1995-1996 e 2002-2003, e restringindo o escopo às regiões metropolitanas do país, uma pesquisa revelou que os gastos em educação contribuíram para a evolução da desigualdade dos dispêndios familiares totais. O período é particularmente interessante por inicialmente permitir observar a dinâmica imediatamente anterior a da década estudada nesta pesquisa. Além disso, estudos empíricos sobre o rendimento das famílias, naquele momento, apontaram para a redução da desigualdade de renda no país, mas que, segundo os autores, não encontrado quando se trata do Brasil metropolitano.

Assim, o foco neste período permite investigar em que medida a dinâmica de desigualdade dos gastos em consumo reflete aquela da desigualdade da renda num período de inflação baixa, onde simultaneamente, há expansão do crédito e mais fácil planejamento dos gastos (SILVEIRA NETO e MENEZES, 2010, p. 344).

A base empírica para esses dois biênios foi a POF e foram utilizados apenas dados monetários, comparando a participação dos diferentes itens de gastos nas despesas totais e a razão de concentração para a distribuição dos gastos familiares *per capita*.

Os resultados mostraram que a participação das despesas em educação aumentou em 1.1 ponto percentual ao longo do tempo, uma variação apenas inferior à evolução do item “Transporte”, cuja participação nos gastos teve um aumento maior. Também, entre as demais despesas de consumo (alimentação, transporte, recreação, higiene pessoal etc.), o item “gastos em educação” foi o único a apresentar uma trajetória de elevação da concentração. De acordo com o trabalho, para as faixas de renda mais baixas tal despesa é praticamente nula, o que implica constatar que o aumento dessas despesas deveu-se à elevação dos gastos das famílias distribuídas nos décimos mais altos de rendimento. Em outras palavras, o aumento da concentração em serviços educacionais decorreu da maior utilização efetiva destes serviços por parte das classes de média e alta rendas, provavelmente e sobretudo no ensino superior, sugerem os autores.

Todavia, para o período subsequente (de 2005 a 2009), Carvalho (2011) observa um movimento contrário à evolução dos gastos familiares em educação para o nível superior de ensino, em que pese à expansão contínua das empresas educacionais. A autora revela que o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 e concebido para atender demanda reprimida por parte de candidatos das camadas sociais excluídas do ensino superior, culminou na concessão de bolsas de estudos para este grupo de maior vulnerabilidade social. O programa adotou política afirmativa para o recebimento de bolsas de estudos, considerando uma série de fatores socioeconômicos do candidato, como renda, categoria administrativa da escolaridade prévia, cor/raça e deficiência. Ela chama a atenção para o caráter das pressões políticas também existentes por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), outro importante campo de força que levou à implantação do programa.

A sustentação financeira dessas organizações particulares de ensino passou a não depender intensivamente dos recursos das famílias. Isto ocorreu por meio de três caminhos: a renúncia fiscal através da concessão de bolsas de estudos a candidatos carentes, as transferências orçamentárias via bolsas permanência e o crédito educativo como medida complementar. Na verdade, segundo a autora, a renúncia fiscal para as entidades de ensino já era prevista pela Constituição de 1946, mas durante o período do regime militar este mecanismo tornou-se ainda mais evidente em virtude do crescimento exponencial do número de instituições privadas. Os estabelecimentos particulares usufruíam de imunidade tributária desde sua criação, mas as entidades consideradas sem fins lucrativos deveriam, em contrapartida, reinvestir o superávit obtido na manutenção de suas atividades acadêmicas. Contudo, na década de 90, a legislação passa a permitir um novo modelo institucional, admitindo a existência de organizações particulares no sentido estrito, ou seja, aquelas que operariam de fato como empresas com fins lucrativos.

As vantagens quanto à desoneração tributária foram diferenciadas de acordo com o modelo institucional, privilegiando as IES mercantis em detrimento daquelas menos lucrativas e, conseqüentemente, menos beneficiadas pelo programa.

O preenchimento de vagas ociosas nas IES concretiza-se a baixo custo unitário, de modo a cumprir os ditames da política fiscal. Ainda assim, vale frisar que o gasto tributário e orçamentário cresce em ritmo mais acelerado que a oferta de bolsas convencionais e de permanência, o que caracteriza perda do poder indutor da política pública. (CARVALHO, 2011, p. 2)

A autora ainda alerta que a renúncia fiscal reduz o fundo destinado às instituições públicas federais, já que o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) contribui para o conjunto de recursos que são destinados ao desenvolvimento da educação pública. Mas, se por um lado há uma lógica de financiamento ao setor privado, também há maior abrangência de escolarização para as camadas mais pobres da população.

Na próxima seção, pretende-se traçar um breve quadro geral da situação de alguns países face a fatores diretamente relacionados com a abrangência e qualidade da educação. A questão da qualidade, mesmo que abordada genericamente, é um dos elementos que influencia na escolha entre a dimensão pública e a privada.

1.2.3 Características internacionais dos gastos em educação

Um dos principais fatores a influenciar os níveis e a eficiência da educação no mundo envolve, entre outros, os montantes de seu investimento. Embora não garanta necessariamente bons resultados sem o devido estabelecimento de objetivos claros e prioridades que se atenham efetivamente ao aprendizado do aluno, é possível perceber internacionalmente um elevado padrão de recursos destinados à educação nos países com ensino reconhecidamente de qualidade.

A comparação entre diversas sociedades é um primeiro passo para a avaliação da condição de cada uma delas tanto no sentido de verificar o seu posicionamento em relação às demais nações quanto em mostrar a necessidade de se identificar novas demandas e redirecionamento de prioridades. A forma mais corriqueira é recorrer aos indicadores quantitativos, embora estejam sempre sujeitos a imperfeições.

As limitações dos indicadores estão nas especificidades locais, como o tamanho e o Produto Interno Bruto – PIB - do país, o perfil demográfico de sua população, as taxas de matrícula, o nível salarial dos professores e instrutores, além de outros fatores importantes e nem sempre mensuráveis, tratando-se, portanto, de uma síntese.

Um dos guias que aponta a relevância conferida à educação em um país é a razão entre a proporção de riqueza produzida durante o ano naquela sociedade e seu gasto no item (educação).

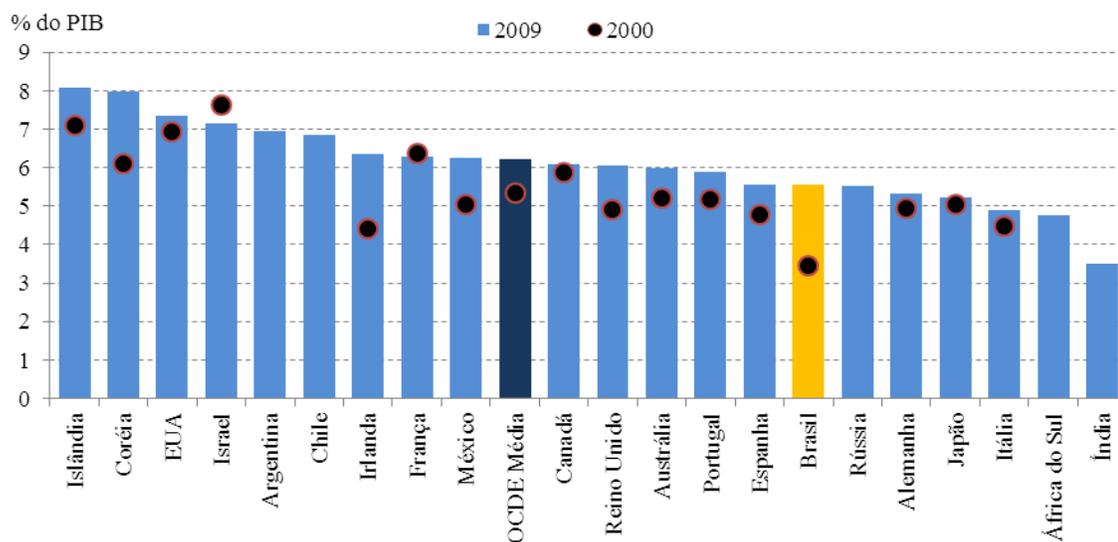
Neste sentido, a OCDE sistematizou um indicador, constante na publicação “Education at a Glance” incluindo além dos países membros, outros não membros, como é o caso do Brasil, da

Rússia, bem como de outros membros do G20. A riqueza nacional é estimada com base no PIB e os gastos em educação incluem as despesas governamentais, de fundo privado e das famílias para a maioria dos países. Entretanto, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul apresentaram apenas as despesas realizadas pelo Estado.

Investimentos em educação dos países em percentual de seu produto

O Gráfico 1.1 revela o posicionamento de algumas sociedades em 2000 e em 2009, mostrando a média de 6,2% do PIB para o total de países estudados (OCDE, 2012 p. 236). O Brasil foi destacado pela cor amarela e a média da OCDE, em azul escuro.

Gráfico 1.1 - Gastos em educação dos países como percentual do PIB (todos os níveis educacionais): 2000 e 2009



Fonte: OCDE – Education at a glance, 2012 - Países selecionados

A evolução de gastos para todos os níveis educacionais em conjunto, entre 2000 e 2009, elevou-se mais rapidamente do que o crescimento do PIB na maioria dos países. O Brasil mostrou uma trajetória bastante significativa, embora ainda tenha-se mantido abaixo da média da OCDE. Entretanto, o posicionamento do país foi superior aos demais BRICs, embora não haja sempre informações para a China, um importante protagonista para este tipo de análise. O

aumento do gasto brasileiro foi um dos mais expressivos dentre os países, ultrapassando um ponto percentual, acompanhando o mesmo movimento captado para outro país das Américas, o México. Todavia, o montante (2009) empregado no Brasil fica ainda aquém da proporção destinada, para este fim, por outros países da América Latina, como a Argentina, o Chile e o próprio México.

O documento da OCDE chama a atenção para a trajetória oposta que os gastos em educação, na maioria dos países, apresentaram em relação à dinâmica do PIB durante a recente crise econômica mundial. “Entre 2008 e 2009, os gastos conjuntos de todos os níveis educacionais aumentaram em 24 dos 31 países com informações disponíveis, enquanto em 26 dos mesmos 31 países observou-se uma queda em termos de PIB” (OCDE, 2012 p. 236). Portanto, esse perfil comportamental se deu mesmo nos casos em que o produto medido pelo PIB decresceu, apontando para os esforços dos países direcionados à educação. “Já os gastos por aluno elevaram-se em 15 pontos percentuais em média entre 2005 e 2009 enquanto países como Brasil e Rússia vivenciaram aumentos em torno de 60 p. p. ao longo do mesmo período” (OCDE, 2012 p. 14).

A elevação das despesas em educação também não se circunscreveu ao Estado. “Estudantes e famílias têm apresentado cada vez maiores participações nos custos da educação em muitos países”. (OCDE, 2012 p. 14)

Os valores empregados em educação decorrem das necessidades da população, e está associado à estratégia do país e ao perfil demográfico de sua sociedade. Países em processos mais adiantados da transição demográfica, ou seja, no qual as famílias são menores, com menos exigência quantitativa de vagas na escola, são levados a adotar políticas específicas e destinar mais recursos na preparação para áreas consideradas prioritárias, ou seja, relacionadas a atividades econômicas determinadas. Ainda de acordo com a OCDE, a Alemanha é um exemplo desse tipo de comportamento. Em 2009, a política pública direcionou grande parte dos valores especificamente para a preparação de mão-de-obra para a execução de soldagens.

Embora o Brasil apresente gastos relativos próximos aos dos países desenvolvidos, como a Alemanha (Gráfico 1.1), é preciso atentar para as peculiaridades da sociedade e, mais especificamente, para o seu perfil demográfico. A população em idade escolar no Brasil representa uma proporção mais elevada da população total do que nos países centrais. Dessa forma, seria mais adequado analisar-se o gasto por aluno, que apontaria com maior acurácia,

entre sociedades ricas e pobres de diferentes perfis demográficos, o padrão de despesas. “O gasto público por aluno nos países desenvolvidos é de cerca de 20% da renda *per capita* nos níveis correspondentes ao nosso ensino fundamental e ensino médio e no Brasil a despesa nesses níveis de ensino é de 15% e 11%, respectivamente” (VELOSO, 2009 p. 12). Embora as informações sejam apenas referentes à educação básica, é sabido que no nível superior há predominância da esfera privada, o que possivelmente faça com que os valores envolvidos na educação superior sejam de maior monta.

Outra dificuldade na comparação das informações de gastos brasileiros com as de outros países é o fato de o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP não disponibilizar os dados referentes às despesas privadas.

Outro relevante indicador do nível educacional de um país é verificar a escolaridade média de sua população com 15 anos ou mais. No início do período estudado, em 2000, a escolaridade média do brasileiro era de apenas cinco anos. Veloso (2009) estimou uma relação entre escolaridade média e renda *per capita* de diversos países para o ano de 2000 e concluiu que o nível de escolaridade esperado para países com o mesmo nível de desenvolvimento do Brasil deveria ser de seis anos de estudos, ou seja, um ano a mais.

A evolução quantitativa da escolaridade nos diversos países pode ser verificada tomando-se um nível de estudos e comparando a proporção de pessoas em faixas etárias distintas, contrapondo faixas jovens com faixas mais velhas para um determinado ano.

Estudos (HUGHES *et al.*, 1994; OCDE, 2011; SPERA *et al.*, 2009) revelam que o perfil educacional dos pais também tem associação direta com o fato de os filhos buscarem alcançar o mesmo padrão de estudos ou mesmo ultrapassá-los. A consequência natural dessa constatação seria uma evolução contínua para gerações mais escolarizadas.

Na próxima subseção averigua-se a conclusão de ciclos educacionais no ano 2002 para duas camadas etárias com o intuito de avaliar o diferencial intergeracional da conquista educacional da população em diferentes sociedades.

Comparativo de perfis educacionais internacionais entre faixas etárias

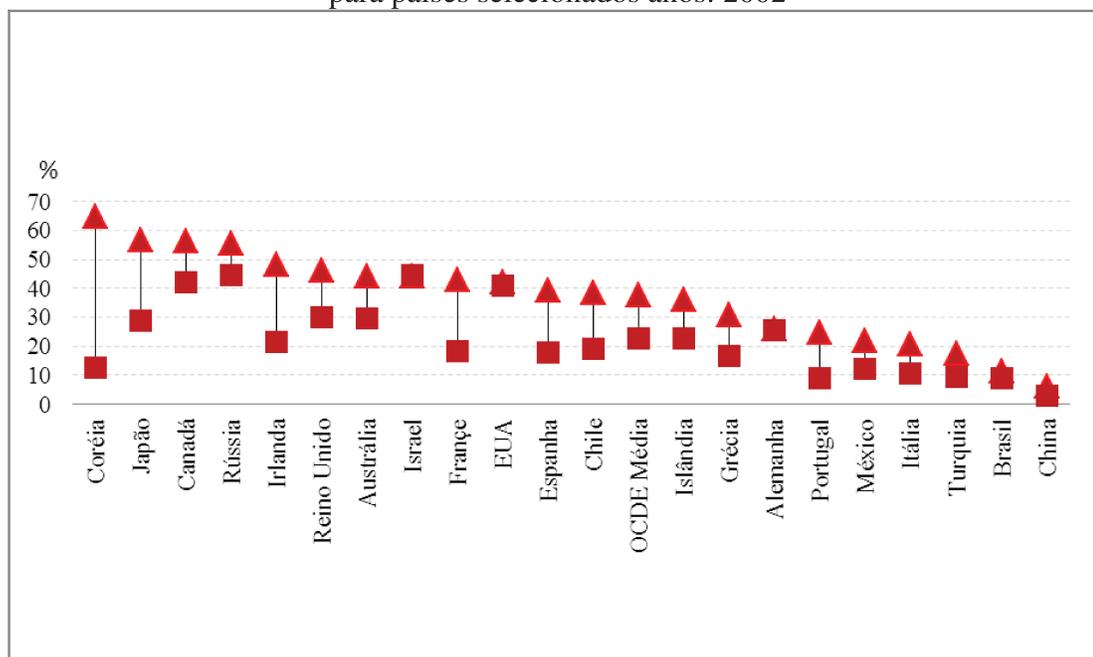
O Gráfico 1.2 ilustra claramente a evolução do ensino superior para diferentes grupos etários da população em diversos países. A base da seta retrata a proporção de pessoas com idade entre 55 a 64 anos com nível superior completo, enquanto a ponta da seta, ou o triângulo, indica o

percentual de pessoas numa faixa etária bem mais jovem (entre 25 a 34 anos) nas mesmas condições. Assim, a linha que conecta as duas extremidades, da base à ponta da seta, indica quantitativamente o caminho percorrido, mostrando a proporção a mais da população que conquistou o nível superior de ensino naquele país.

A Coreia, por exemplo, tinha em 2002 pouco mais de 10% da sua população na faixa etária de 55 a 64 anos com nível universitário completo. No mesmo ano, cerca de 70% da camada de seus jovens adultos (25-34 anos) havia concluído o nível superior, o que indica o maior progresso obtido entre as diversas sociedades do mundo.

O Brasil mostrou pouco progresso intergeracional com base no ano de 2002. Pode-se afirmar que houve alguma evolução, mas ainda tem uma longa trajetória a percorrer, pois, enquanto em países como Rússia (BRIC) ou Chile (América do Sul) mais de 40% das pessoas da faixa mais jovem (25-34 anos) concluiu o ensino superior, no Brasil esta participação atinge pouco mais de 20%.

Gráfico 1.2 - Percentual da população com ensino superior por faixa etária, 25-34 e 55-64 anos para países selecionados anos: 2002



Fonte: OCDE – Education at a Glance, 2012.

Legenda: Triângulo 25-34 anos, Quadrado 55-64 anos.

Ano de referência: 2002, exceto Brasil (2009) e China (2000)

Os países foram organizados em ordem decrescente do percentual de 25-34 anos com nível universitário.

Como anteriormente mencionado, a escolaridade vem sendo uma das características marcantes e comumente utilizada como *proxy* do desenvolvimento de uma sociedade e o nível

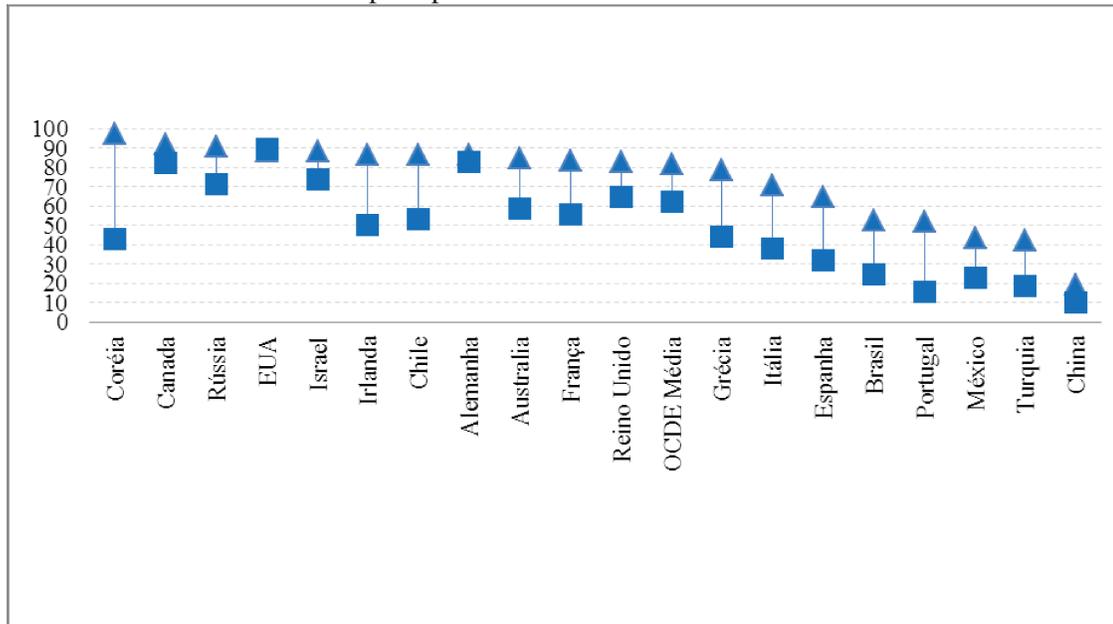
educacional médio do brasileiro é baixo. De fato, “É difícil encontrar um país com renda *per capita* igual ou maior do que a do Brasil e que simultaneamente apresente um menor nível de escolaridade” (HOLANDA BARBOSA e PESSOA, 2009).

O mesmo tipo de comparação estabelecendo a dinâmica escolar entre duas gerações pode ser aplicado também ao nível médio de ensino, o que é mostrado no Gráfico 1.3.

Países centrais como Canadá e Alemanha, com quase 100% da população com nível médio, mostram comparativamente pouca diferença entre a proporção de duas faixas etárias (25-34 anos e 55-64 anos). Nesses casos, o ensino médio já foi disseminado como um item fundamental na formação acadêmica da população.

A Coreia deve ser particularmente destacada novamente, pois enquanto na geração mais jovem (25-34 anos) 100% da população conquistou o ensino médio em 2002, na faixa de idade mais elevada (55-64 anos) apenas cerca de 40% conseguiu graduar-se neste nível. Trata-se, portanto, de uma das trajetórias de escolarização mais expressivas e um exemplo a ser seguido. Mas, países periféricos como o Brasil e o México também têm motivos para comemorar o caminho percorrido. No caso brasileiro, entre a população de 55-64 anos, quase 30% possuía no mínimo o nível médio de ensino, mas esta proporção atinge mais de 50% quando a população está na faixa mais jovem (25-34 anos). Em outras palavras, entre as duas gerações houve um progresso de mais de 20 pontos percentuais.

Gráfico 1.3 - Percentual da população com nível médio por faixa etária, 25-34 e 55-64 anos para países selecionados: 2002



Fonte: OCDE – Education at a Glance, 2012.

Legenda: Triângulo 25-34 anos, Quadrado 55-64 anos.

Ano de referência: 2002, exceto Brasil (2009) e China (2000)

Os países foram organizados em ordem decrescente do percentual de pessoas de 25-34 anos com pelo menos nível médio.

Além da constatada evolução positiva para o nível médio entre gerações (OCDE, 2010), o relatório “De Olho nas Metas de 2009”, da organização “Todos pela Educação”¹³, mostra que o Brasil superou a meta estabelecida para o ano em relação às taxas de conclusão do ensino médio para jovens de 19 anos.

As evidências empíricas apontam avanços significativos em termos quantitativos no atendimento escolar. De acordo com a PNAD 2008, divulgada pelo IBGE, no nível fundamental o ensino havia sido praticamente universalizado, apontando para uma taxa de atendimento de quase 98% para crianças de 7 a 14 anos.

Em que pese às conquistas quantitativas, o progresso em relação ao aprendizado do que está sendo ensinado pode ser acompanhado através de indicadores de qualidade. Em outras palavras, deve-se aferir se o aluno efetivamente aprendeu e não apenas considerando o fato de ele estar matriculado.

¹³ Movimento composto, sobretudo, por empresários em prol da Educação Básica, criado em 2006, com o objetivo de contribuir para a garantia do direito de todas as crianças e jovens à educação de qualidade no Brasil. A missão proposta pelo movimento consiste no estabelecimento de cinco metas: toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola, toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos, todo aluno com aprendizado adequado à sua série, todo jovem com ensino médio concluído até os 19 anos e investimento em educação ampliado e bem gerido.

A próxima subseção, então, procura trazer referências analíticas acerca de como considerar uma avaliação da qualidade em nível mundial.

Avaliação qualitativa do ensino no mundo

Avaliar a qualidade da educação é indispensável, pois é a partir daí que se podem traçar ou alterar caminhos e práticas, aperfeiçoando o processo de ensino. O conhecimento do aluno, do professor e da própria escola sobre o desempenho estudantil permitirá focalizar o objetivo a ser trabalhado.

O problema do processo avaliativo reside no amplo espectro de itens a serem considerados, implicando em escolhas de critérios para essa avaliação. A mensuração da qualidade do que um estudante aprendeu envolve ainda outras dimensões, sendo mais fácil aferir-se a qualidade do conteúdo programático de natureza das ciências exatas do que das humanas. Tome-se, a título de exemplo, uma operação algébrica qualquer e aplica-se o teste em uma turma. Se um aluno respondeu erroneamente às questões pode-se inferir uma fragilidade do aprendizado específico daquele estudante. Mas, se o resultado de toda a turma foi negativo, muito provavelmente o problema do aprendizado deve estar no contexto, nas condições e em outros atores que fazem parte do processo.

Há ainda que se considerar outros fatores, como a herança cultural na aprendizagem e sucesso do aluno (BOURDIEU e PASSERON, 1975; BOURDIEU, 2001) bem como sua origem (BAUDELLOT e ESTABLET, 1989). A avaliação é, portanto, um grande desafio.

Dourado e Oliveira (2009) também chamam a atenção para o caráter multidimensional da tarefa, pois implica em escolhas, em definições dos elementos para qualificar as condições necessárias de um processo educativo. Alcançar um conceito de padrão de qualidade único, abrangendo uma extensa gama de diferentes sociedades, atores, níveis educativos, bem como a evolução histórica de cada sociedade, com seus distintos regulamentos e bases do sistema educacional revelam a complexidade do tema.

Cabrito (2009) é ainda mais enfático ao indagar sobre a avaliação da qualidade em educação: “Avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?”. O autor admite a importância do processo que permite traçar novos rumos ou confirmar a direção que está sendo tomada, mas, segundo ele, deve-se lançar mão de uma bateria de indicadores tanto de caráter quantitativo como também qualitativo. Também discute a importância da abrangência, ressaltando que não se pode

tomar apenas um ou dois, que refletiriam apenas parte da realidade. A avaliação deveria, então, considerar uma bateria de indicadores quantitativos. Ele compara a avaliação da educação à avaliação de saúde de um paciente. Cabrito lembra que o médico prescreve um tratamento levando em consideração diversos exames conjuntamente e não apenas um ou dois. Esses exames seriam os indicadores, no caso, de saúde. Portanto, quanto mais forem os indicadores, melhor espelhada terá sido a realidade.

Os sistemas de indicadores de qualidade do ensino são bons balizadores que, além de verificar o bom desempenho do aluno, também devem ser acompanhados por outros tipos de avaliação, como a infraestrutura da escola, a remuneração dos envolvidos, a distância que o aluno deve percorrer diariamente, entre outros. É o conjunto das diversas dimensões que permitirá identificar fragilidades, possíveis pontos de intervenção e prioridades.

Outra questão a se levantar é pensar no estabelecimento de valores de referência padronizados internacionalmente considerando contextos tão díspares, com processos histórico-culturais das sociedades tão diferentes.

A UNESCO assumiu essa tarefa e desenvolve um projeto regional de indicadores educativos (PRIE) dando seguimento às metas estabelecidas na Cúpula das Américas. O objetivo é construir um conjunto de indicadores internacionalmente comparáveis nas Américas, considerando as iniciativas já existentes.

Em um trabalho que reúne uma revisão bibliográfica sobre os principais estudos, pesquisas e contribuições de países membros da Cúpula das Américas acerca do tema da qualidade em educação, Dourado, Oliveira e Santos (2007) destacam como fundamentais a consideração de duas dimensões: extraescolares e intraescolares. Dentro delas – extraescolares e intraescolares – existiria um extenso conjunto de parâmetros analíticos que ainda se estenderia para além da medição efetivada por meio de provas standardizadas, mas que levaria em conta outras variáveis como a autoavaliação e o desenvolvimento institucional.

Embora não leve em consideração os elementos levantados pelos elementos críticos descritos anteriormente, o indicador que cumpre hoje um importante papel, comparativo dos níveis de aprendizado entre os países é o *Programme for International Student Assessment*, também conhecido por suas iniciais – PISA. Trata-se de um teste aplicado a alunos de 15 anos de idade com o intuito de avaliar conhecimento. Inicialmente aplicado apenas em países membros da OCDE, a idade foi escolhida por se tratar normalmente, do momento quando se completa o

estudo obrigatório em muitos desses países. Na avaliação dos alunos, três aspectos de aprendizado são averiguados: i) leitura, ii) matemática e iii) ciências.

A pesquisa foi realizada primeiramente em 2000, a segunda em 2003, a terceira em 2006 e assim foi ocorrendo sucessivamente a cada três anos. Na última avaliação, cerca de 70 países passaram a participar, incluindo países associados (não membros), o que perfaz quase 87% da economia mundial. O processo seleciona as escolas aleatoriamente.

Os países com os maiores níveis de aprendizado em 2009 foram Austrália, Bélgica, Canadá, Finlândia, Japão, Coreia, Estados Unidos, entre outros. É possível encontrar no Anexo 2 a evolução das notas aferidas em leitura e matemática para alguns países de capitalismo tardio da América Latina. Na aferição ao longo do tempo, o indicador de aprendizado mostrou as mais elevadas alterações para Chile, Peru e República Tcheca (cerca de 40 pontos).

É preciso atentar-se para o histórico da formação educacional em cada país, pois a mobilização humana e dos governos é de fundamental importância para o sucesso do sistema. Há países de uma mesma região com qualidade de ensino bastante diversa. Na Ásia, por exemplo, é possível destacar o bom desempenho dos indicadores da Coreia, comparáveis aos dos países desenvolvidos, em oposição aos da Indonésia. Para permanecer no próprio continente sul-americano, pode-se contrapor as evidências empíricas escolares de relativo sucesso, como no caso do Chile, as do Brasil, com um dos piores indicadores de escolaridade dentre os países de capitalismo tardio, apesar dos progressos recentes. O Brasil, em patamares bem abaixo da média da OCDE (499), será objeto de análise específica.

1.3 Educação no Brasil

1.3.1 Avaliação qualitativa nos anos 2000

O objetivo de se avaliar a qualidade de ensino para um estudo de gastos das famílias em educação se refere fundamentalmente à postura das famílias, isto é, em que medida a percepção positiva ou negativa pode conduzir a uma alteração de comportamento em relação às instituições. Isso vale tanto como forma de pressão em prol da qualidade, e considerando-se a educação pública e a privada, para a disposição da família em contrair gastos mais elevados na esperança de obter um ensino de maior qualidade.

Há um largo espectro de avaliações empregadas para exame do sistema de ensino brasileiro. Dado os limites deste trabalho, destacaremos apenas alguns dos principais exames,

procurando abranger os níveis fundamental, médio e superior. Também incorporaremos um teste internacional que vem ganhando cada vez mais credibilidade entre os diversos países do mundo.

Um dos principais indicadores para avaliar a qualidade do aprendizado no nível da educação básica no Brasil é a nota média do aluno obtida pelo Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB).

O SAEB foi criado em 1988, mas o primeiro levantamento foi realizado apenas em 1990, sendo aplicado a cada dois anos. A avaliação sofreu algumas evoluções metodológicas ao longo do tempo e passou a incorporar o ensino médio. A partir de 1995, as apreciações passaram a se concentrar no final de cada ciclo de estudos, ou seja, na 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio. O SAEB foi criado inicialmente para avaliar o ensino público, mas teve sua aplicação expandida para todas as redes: i) pública (federal, estadual e municipal) e ii) particular, estendendo também sua abrangência para todo o território nacional (INEP, 2010)

Além disso, professores e diretores das escolas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e condições de trabalho (MEC, 2012b).

Um estudo realizado com base nos dados do SAEB indicou que o desempenho dos alunos para o ano de 2007 foi sofrível. A forma de aferir é feita com base na proporção dos alunos que se encontra acima de um nível de proficiência mínima para sua série.

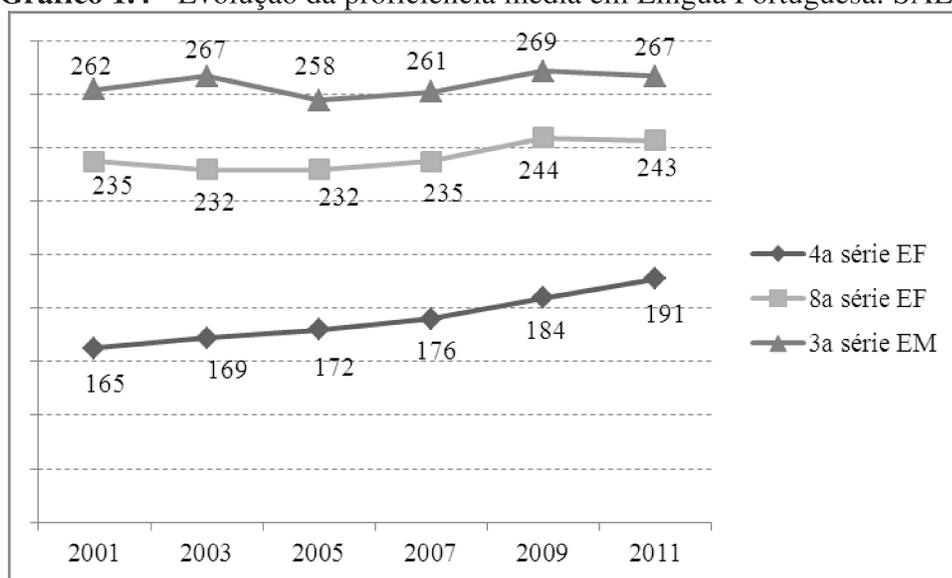
Apenas 28% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental tiveram desempenho adequado para sua série em Língua Portuguesa. Esses percentuais também são muito baixos na 8ª série do ensino fundamental (21%) e na 3ª série do ensino médio (25%). Os resultados são ainda piores em Matemática. Somente 24% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental tiveram desempenho adequado para a sua série enquanto na 8ª série do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio esses percentuais foram de 14% e 10%, respectivamente (VELOSO, 2009, p. 6).

O SAEB também se apoia na Prova Brasil, um instrumento complementar e censitário criado em 2005 pelo Ministério da Educação com o intuito de avaliar competências e detectar dificuldades de aprendizagem. O direito de aprendizado deve ser garantido de forma equitativa, ou seja, todos os alunos devem ter acesso às informações e apresentar um nível de ideal, embora alguns possam apresentar mais informações do que outros. A aferição de qualidade é feita sobre as disciplinas de leitura e de matemática.

O desempenho do SAEB e da Prova Brasil fornecem material para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica¹⁴ (IDEB), sendo importantes subsídios para que o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais de educação possam definir ações direcionadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país (MEC, 2012b).

As séries históricas¹⁵, incluindo os dados preliminares de proficiência em Língua Portuguesa (2011), para os três níveis – 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio – evidenciam valores médios inferiores aos considerados satisfatórios. Contudo, é possível constatar o progresso ocorrido ao longo dos anos 2000, ainda que lento.

Gráfico 1.4 - Evolução da proficiência média em Língua Portuguesa: SAEB



Fonte: INEP

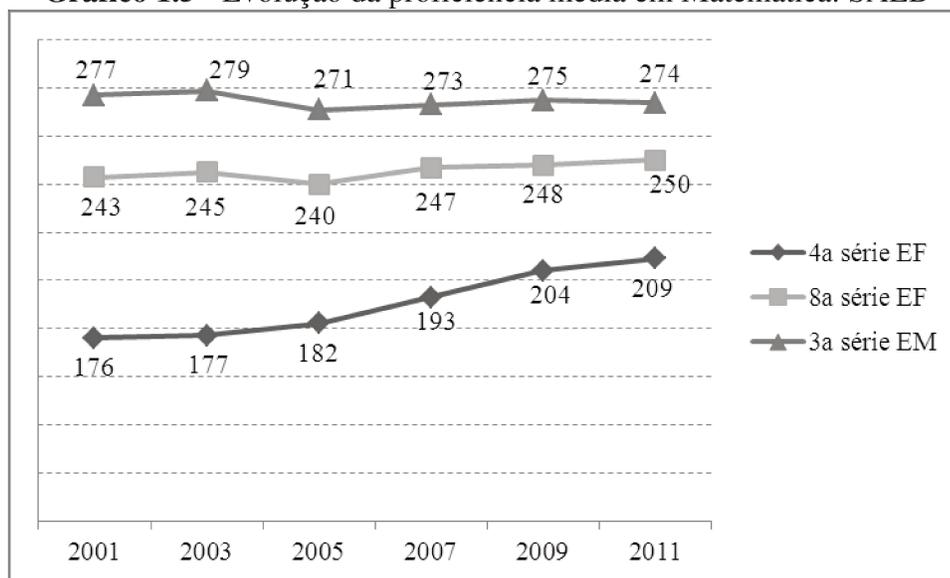
Da mesma forma que para a Língua Portuguesa, o teste de proficiência média para Matemática confirma o progresso obtido em todos os níveis ao longo do tempo. Todavia, examinando as três séries, pode-se constatar que a evolução nos quatro primeiros anos do ensino

¹⁴ A avaliação identifica a qualidade da educação básica nos estados e municípios combinando dois indicadores: o fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir) e o desempenho dos estudantes.

¹⁵ Ao final da 4ª série, ou seja, após quatro anos de escolarização, a média mínima satisfatória na escala do SAEB é da ordem de 200 pontos. Segundo o Ministério da Educação (MEC), isso significa que o estudante é capaz de localizar informações explícitas, identificar as personagens dos textos, distinguir fato de opinião, compreender as relações de causa e consequência, bem como efeitos de sentido a partir da pontuação e de outras formas de notações. Para os concluintes do ensino fundamental, 8ª série, o mínimo é de 300 pontos em Leitura. Os alunos com este nível de pontuação são capazes de interpretar padrões sintáticos menos usuais, isto é, mais distantes do padrão elementar da frase simples e da ordem direta. Para os estudantes da 3ª série do ensino médio seria apropriada uma pontuação em torno de 350 pontos. De acordo com o MEC, nesse nível de proficiência os alunos dominam habilidades mais refinadas de leitura – seja de textos poéticos, seja de textos de opinião.

fundamental foi mais significativa, mostrando vantagem na variação sobre os demais (8ª série do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) durante o período estudado.

Gráfico 1.5 - Evolução da proficiência média em Matemática: SAEB



Fonte: INEP

O conjunto de informações constantes nos gráficos anteriores (1.4 e 1.5) nos mostram que o aperfeiçoamento do aprendizado nos quatro primeiros anos do ensino fundamental tem ocorrido com maior vigor tanto para Português como para Matemática. Tal constatação indica que as políticas empregadas neste nível (fundamental) têm apresentado bons resultados práticos, a despeito de algum refinamento que possa ser aplicado. Na verdade, um estudo mais minucioso¹⁶ aponta a necessidade de verificar o nível de proficiência considerando os padrões segundo escala qualitativa.

Outros elementos também podem e devem ser considerados. Um importante estudo (SOARES e MAROTTA, 2009) sobre avaliação do ensino fundamental brasileiro chama a atenção para a necessidade de se adotar um modelo teórico, para análise empírica, que considere simultaneamente os fatores de qualidade e equidade. A média obscurece os diferenciais socioeconômicos tratando desiguais como iguais, ou seja, seria necessária a adoção de um critério de justiça a partir de dois conceitos.

¹⁶ Ver Horta Neto (2013).

O primeiro, denominado *déficit* educacional ou de qualidade, mediria a distância entre a distribuição dos alunos de um sistema da distribuição ideal, ou seja, quão longe a qualidade do aprendizado destes alunos está da qualidade ideal.

O segundo refere-se a um princípio de equidade, ou seja, trata grupos homogêneos. Portanto, estabelece que a distribuição de desempenho dos alunos deva ser igual para todos os grupos de alunos definidos por características sociodemográficas, tais como posição social, raça/cor, sexo e religião.

Aplicando o modelo teórico que trata grupos homogêneos segundo fatores de qualidade e equidade para o ensino fundamental brasileiro (SOARES e MAROTTA, 2009) verificou-se empiricamente que a distância de desempenho dos alunos brasileiros e a distribuição de referência com base nas informações do PISA foi maior do que aquela que considerou a distribuição homogênea dos alunos definida pelas características sociodemográficas e a distribuição do total de alunos que realizaram o teste no período estudado (1997 a 2005). Isso quer dizer que os aspectos sociais e demográficos trazem determinações históricas que efetivamente implicam em desempenhos diferenciados dos diversos grupos.

Na mais abrangente avaliação internacional aferida através do PISA, o Brasil mostrou resultados abaixo da média da OCDE (499), mas apresentou alguma evolução (12 pontos), de 396 (em 2000) para 412 em média (em 2009).

A possibilidade comparativa permite alguma desagregação de informações e valiosas constatações.

Talvez a pior notícia do PISA seja a constatação de que a capacidade de compreensão de leitura dos alunos das nossas elites (quartil superior) é inferior ao nível obtido pelos alunos das classes mais baixas da Europa (quartil inferior) (MOURA CASTRO, 2009 p. 157).

Além de participar da avaliação internacional, outros níveis de desempenho também tem sido objeto de avaliação.

Para o nível superior de ensino, a qualidade dos cursos oferecidos por uma universidade, centro universitário ou faculdade no Brasil é aferida através da utilização do Índice Geral de Cursos (ICG), que varia de 1 a 5 indicando a qualidade de todos os cursos oferecidos pela instituição (MEC, 2012b).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes, com caráter sistêmico. Um dos primeiros passos para averiguar o desempenho da instituição é a avaliação do rendimento de seus alunos do nível de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados, avaliado através da aplicação do Exame Nacional dos Estudantes (ENADE). O exame é obrigatório para os alunos selecionados. A primeira aplicação, bem recente, ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima com que cada área do conhecimento é avaliada é trienal.

As informações do ENADE, das avaliações institucionais e dos cursos são reunidas no SINAES. São considerados fatores como a titulação dos professores, os recursos didático-pedagógicos e a infraestrutura da organização. A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (MEC, 2012b).

Resumidamente os objetivos do SINAES consistem em identificar mérito das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação, melhorar a qualidade da educação e orientar a expansão da oferta. Além disso, pretende promover a responsabilidade social das instituições de ensino superior.

Há também pesquisas de instituições privadas, organizações de *mídia* e organizações não governamentais que desenvolvem critérios próprios para a elaboração de *rankings* de instituições de nível superior no mundo.

Em um dos estudos mais recentes, desenvolvido e aplicado pelo QS Quacquarelli Symonds, uma organização internacional de pesquisa educacional hierarquizou, em 2012-2013, as instituições de ensino superior no mundo utilizando quatro critérios como pilares: pesquisa, ensino, empregabilidade e internacionalização. De acordo com a organização, o objetivo prioritário foi o reconhecimento das universidades como instituições diversificadas.

Na estrutura obtida através da classificação da QS Quacquarelli Symonds (2012), 81 universidades brasileiras apareceram entre as 300 melhores do mundo, estando em melhor posicionamento no Brasil a Universidade de São Paulo (139ª colocada). Entre as dez instituições mais bem classificadas na América Latina estavam, além da USP, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em outra hierarquização conduzida pela Thomson Reuters, companhia de comunicação e informação de origem canadense, a Universidade de São Paulo também aparece como a melhor

instituição de ensino superior no Brasil em 2012-2013, mas diferentemente da pesquisa anterior, a instituição aparece na 158ª posição. Os critérios estabelecidos são fundamentais para a hierarquização. A pesquisa empregou critérios diferentes e outras categorias, como: a) a visão internacional da instituição de ensino, b) o volume da pesquisa, orçamento e reputação, c) a influência da pesquisa ou capacidade de alastramento do conhecimento, d) a habilidade da universidade de interagir com a indústria promovendo inovações e consultorias e e) o ambiente de ensino tanto da perspectiva do aluno quanto da acadêmica.

A visão internacional é medida através dos seguintes itens: i) a habilidade da universidade em atrair estudantes e professores de várias partes do mundo, obtida através da razão entre os alunos internacionais e os alunos locais, além da razão entre os professores internacionais e os locais; ii) a proporção de publicações em jornais de pesquisa que tenha pelo menos um coautor internacional; e iii) um indicador normalizado contabilizando o conjunto de disciplinas oferecidas e a influência na pesquisa aferida pela quantidade de citações.

O volume da pesquisa, orçamento e reputação consideram: i) o orçamento *versus* a quantidade de trabalhadores na universidade; ii) as notas para as disciplinas ofertadas; iii) a produtividade da pesquisa, considerando o total de pesquisas por total de trabalhadores na instituição; iv) o número de artigos publicados em jornais acadêmicos indexados pela Thomson Reuters, sempre normalizados pelo tamanho da universidade e quantidade de disciplinas oferecidas.

A influência da pesquisa ou capacidade de alastramento do conhecimento é aferida pelo número de vezes que os trabalhos publicados pela universidade são citados por pesquisadores mundialmente. As fontes são 12.000 jornais acadêmicos publicados entre 2006 e 2010.

A habilidade da universidade de interagir com a indústria promovendo inovações e consultorias é verificada pelos valores (*funding*) que a instituição é capaz de atrair da indústria.

O ambiente de ensino, tanto da perspectiva do aluno quanto da acadêmica, é mensurado pelas seguintes características: i) pesquisa estatisticamente representativa conduzida internacionalmente, ii) razão entre o *staff* acadêmico-administrativo e a quantidade de alunos na instituição, iii) razão entre doutorandos e graduados e iv) relação entre o orçamento da instituição e o número de *staff* acadêmico (docentes e pesquisadores).

Os critérios para o estabelecimento de uma avaliação da instituição de ensino de nível superior podem variar bastante. A primeira organização mencionada (QS Quacquarelli Symonds)

considerou a empregabilidade dos alunos, o que não foi feito pela segunda (Thomson Reuters) e esta última valorizou a capacidade de receber recursos das empresas, o que a primeira não trata como condição fundamental.

À parte os estudos que tem como objetivo estabelecer uma hierarquização das instituições e organizações de ensino superior, o sistema de avaliações evidenciou que o Brasil se encontra bem aquém do que seu posicionamento mundial em termos de PIB. Por certo, houve progressos, mas o comparativo internacional, tomando apenas a América Latina, atesta que na disciplina de interpretação da própria língua os jovens brasileiros apresentaram níveis inferiores aos jovens de países como: Chile, Colômbia, México e Uruguai. Em Matemática, além desses países, os jovens brasileiros também mostraram notas inferiores aos argentinos.

O debate sobre as razões que levaram a sociedade brasileira a apresentar baixos níveis acadêmicos tanto quantitativos quanto qualitativos é extenso. Nesse contexto, há que se considerar o processo histórico do desenvolvimento educacional no país e as forças e interesses políticos que determinaram e que produziram a educação brasileira tal como ela é hoje. Na próxima seção mostra-se a composição da nossa rede de ensino.

1.3.2 A participação das redes: pública e privada nos anos 2000

Nos países da OCDE, incluindo os países do G20, as instituições de educação básica são em sua grande maioria públicas. “Para o ensino fundamental essas instituições (públicas) atingem em média cerca de 90% do total e a proporção no nível médio é pouco menor. Em número de alunos as instituições públicas abarcam mais de 95% dos estudantes” (OCDE, 2012).

O Brasil acompanha essa tendência. De acordo com as séries estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a participação das matrículas para a educação básica em instituições públicas em 2009 atingiram quase 85% do total. No nível básico, o fundamental e o médio, mostram a mesma proporção (88%).

A evolução¹⁷ entre os dois períodos (2003 e 2009) aponta para o crescimento da participação da rede privada tanto na educação básica quanto na superior. Como é possível verificar na Tabela 1.1, o peso do aumento das matrículas nas instituições particulares de ensino deve-se exclusivamente ao nível fundamental, que passou a representar 11,9% em 2009 (9,5% em 2003).

¹⁷ Para um acompanhamento em detalhe ver Anexo 10.

Tabela 1.1 - Matrículas em cursos presenciais regulares por dependência administrativa: 2003 e 2009

Curso	Pública		Privada	
	2003	2009	2003	2009
Pré-escola	74,4	76,8	25,6	23,2
Fundamental	90,5	88,1	9,5	11,9
Médio	87,6	88,2	12,4	11,8
Básica*	88,2	84,3	11,8	15,7
Superior**	29,2	26,4	70,8	73,6

Fonte: INEP/MEC

*Creche não incluída para possibilitar comparação com as POFs

** Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Escolas, Institutos e Centros de Educação Tecnológica

No nível superior, há, internacionalmente, uma inversão no padrão anterior e o papel mais relevante passa a ser o das instituições privadas, o que não significa que o financiamento destas instituições seja necessariamente de origem particular. Em muitos casos, o financiamento pode ser parcialmente público.

De acordo com a OCDE (2012), no Reino Unido, por exemplo, toda a educação superior bem como os programas de pesquisa são oferecidos por instituições privadas; contudo, essas instituições são financeiramente dependentes do Estado. Isso ocorre também em outros países, como Israel. Em que pese a titulação de dependência administrativa “privada”, os recursos têm majoritariamente origem pública.

No Brasil, a participação em número de matrículas da rede privada do ensino superior é muito mais elevada do que a da rede pública. Assim, mais da metade dos estudantes de nível superior cursam instituições privadas, de acordo com a OCDE, e 73,6% segundo o INEP/MEC, ambos com informações para 2009.

No que se refere à evolução, a participação do número de matrículas no ensino superior segundo o INEP/MEC passou de 70,8% em 2003 para 73,6% em 2009, a despeito da expansão das instituições de ensino superior públicas ocorrida neste interregno.

A partir das características que de alguma forma moldam e estruturam o ensino no mundo, é possível encontrar uma grande diversidade entre os países. Há sociedades que destinam mais ou menos recursos para a educação, com mais ou menos jovens em idade escolar, com

professores valorizados ou não, com mais ou menos financiamento público. Há razões históricas e determinantes do porquê certas sociedades ou famílias trilham alguns caminhos no ensino ao invés de outros.

No intuito de delinear um panorama geral da educação no Brasil em período mais recente, apresenta-se a seguir a evolução de um conjunto de indicadores educacionais. A análise segue método utilizado pelo IPEA para acompanhamento de políticas sociais (IPEA, 2007) e trata aspectos como: analfabetismo, acesso, desempenho, conclusão e escolaridade média.

1.3.3 Situação educacional nos anos 2000

O Analfabetismo

Como pudemos acompanhar na seção anterior, o analfabetismo é uma característica que a sociedade brasileira ainda não conseguiu superar. Em seu livro, com o sugestivo nome de “História inacabada do analfabetismo no Brasil”, Ferraro (2009) chama à atenção para a necessidade de se considerar o longo prazo, ou seja, atentar para a tendência secular do analfabetismo no país em qualquer estudo sobre o tema, mesmo quando se analisa um período de menor tempo como no caso deste trabalho. Segundo o autor, comparativamente a países europeus, ou mesmo sul-americanos, o Brasil partiu de um ponto mais elevado de analfabetismo, iniciou sua queda mais tarde e também de forma mais lenta.

A Argentina já apresentava em 1914 uma taxa de analfabetismo entre as pessoas de 14 anos ou mais igual a 35,9%, quase a metade da taxa brasileira apurada em 1920 entre as pessoas de 15 anos ou mais [...] em 1960 a taxa de analfabetismo da Argentina (8,6%) era 4,6 vezes menor do que do Brasil (39,7%) (FERRARO, 2009. p. 99).

O autor manifesta a relevância de três pontos.

No primeiro, ele destaca os limites da perspectiva estatística quando considerada como um fim, pois um indicador quantitativo, como a própria palavra descreve, aponta para uma investigação, não se tratando, portanto, de um objeto dado. No segundo, considera a dimensão regional salientando o analfabetismo como um dos elementos que expõe os traços da construção social das desigualdades regionais e no terceiro e último, também no campo das desigualdades, põe em relevo as características pessoais ou de inserção social, como a classe, a raça, o gênero e a geração do brasileiro.

Tomando o primeiro aspecto, observa-se uma queda na taxa de analfabetismo desde o primeiro censo demográfico, ocorrido ainda no período imperial. As pessoas contabilizadas naquela ocasião eram aquelas com idade de cinco anos ou mais. De acordo com Ferraro (2009), a tendência de queda ocorreu gradualmente ao longo do tempo, distinguindo-se o movimento mais intenso de redução verificado entre 1960 e 2000.

Para o período dos últimos censos demográficos (1991, 2000 e 2010), observa-se uma significativa queda da taxa de analfabetismo no Brasil. Essa taxa consiste em mostrar a proporção da população com 15 anos ou mais que não sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

Entre 1991 e 2010, essa taxa apresentou uma redução de quase 10 pontos percentuais, registrando uma participação de 19,3% em 1991, 12,8% em 2000 e 9,4% em 2010.

De qualquer forma, há ainda na atualidade um contingente elevado de pessoas nessas condições. Embora a expressiva trajetória declinante da taxa de analfabetismo, em termos absolutos, a última Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2012 – registrou 13,2 milhões de analfabetos no Brasil contra 16,5 milhões existentes no mesmo tipo de inquérito em 1992. Em outras palavras, significa que tanto o movimento da taxa como do número de analfabetos apresentaram declínio, mas foram necessários 20 anos para diminuir em 3,3 milhões o número de analfabetos no país.

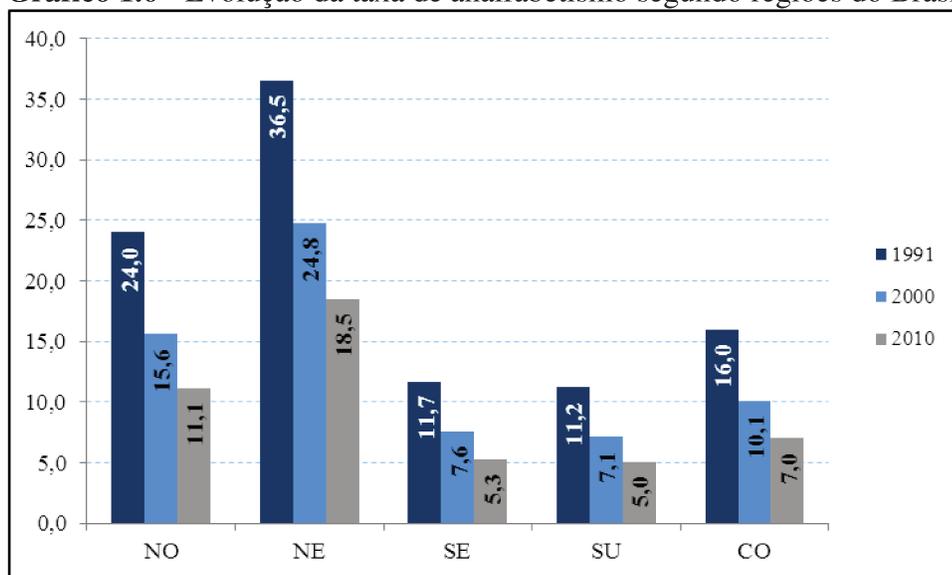
A dimensão regional é outra face da expressão das diferenças no país. O último Censo Demográfico (2010) revelou que a taxa de analfabetismo no Nordeste superou em mais de três vezes as taxas encontradas no Sul e no Sudeste, em que pese a trajetória de redução ocorrida entre 1991 e 2010 em todas as grandes regiões do país.

A maior queda da taxa de analfabetismo entre 1991 e 2010 ocorre justamente na região mais pobre do país, com muito maior velocidade do que nas demais. A região Nordeste vivenciou um descenso de 18 pontos percentuais na taxa de analfabetismo enquanto nas regiões Sudeste e Sul os valores não chegam a atingir 6,5 p. p.

Não basta, contudo, avaliar a tendência sob o prisma da proporção de analfabetos, mas a evolução da quantidade, ou seja, em valores absolutos. Nesse sentido, dizer que o analfabetismo caiu para todas as regiões é apenas meia verdade. Isso porque, tomando as PNADs subsequentes aos censos demográficos referidos, constata-se que o número de analfabetos entre as pessoas com 15 anos ou mais duplicou na região Norte se compararmos o ano de 1992 com o de 2011.

Portanto, a trajetória do número absoluto de pessoas não alfabetizadas cai nas grandes regiões brasileiras à exceção do Norte, onde esse contingente se expande. Assim, na trajetória regional é possível constatar que a informação para o país obscurece as diferenças existentes entre os diversos espaços regionais.

Gráfico 1.6 - Evolução da taxa de analfabetismo segundo regiões do Brasil



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010

Tabela 1.2 - Evolução do número de pessoas não alfabetizadas entre a população de 15 anos ou mais segundo regiões do Brasil: 1992 / 2001 / 2011

	Ano			Variação 1992/2011 (%)
	1992	2001	2011	
Norte	556.459	734.208	1.183.266	112,6
Nordeste	8.677.351	8.027.521	6.775.540	(21,9)
Sudeste	4.798.108	4.131.623	3.112.035	(35,1)
Sul	1.566.689	1.329.073	1.086.848	(30,6)
Centro Oeste	919.471	878.147	707.862	(23,0)
Brasil	16.518.078	15.100.572	12.865.551	(22,1)

Fonte: PNADs – microdados – elaboração própria

Na PNAD 2012, o comparativo entre área rural e urbana mostra que na primeira o analfabetismo abrangia 21% da população, o que equivale a uma proporção três vezes maior do que na área urbana (6,6%). Ainda na dimensão raça, gênero e geração as diferenças são significativas. Pretos e pardos tendem a apresentar taxas de analfabetismo mais elevadas do que

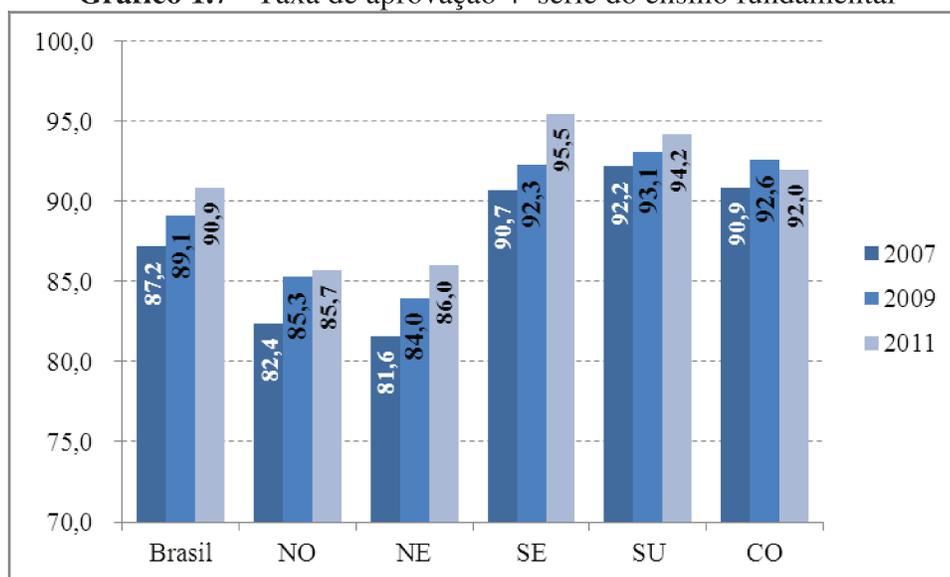
brancos; homens mostram taxas maiores que mulheres e gerações mais velhas revelam taxas mais altas do que gerações mais novas.

Ensino Fundamental

O crescimento da oferta de vagas ao longo dos anos 1990 e nos anos 2000 permitiu a universalização deste nível de ensino. Contudo, o acesso à escola ainda não é garantido de maneira uniforme a todo e qualquer candidato à estudante em todas as regiões brasileiras.

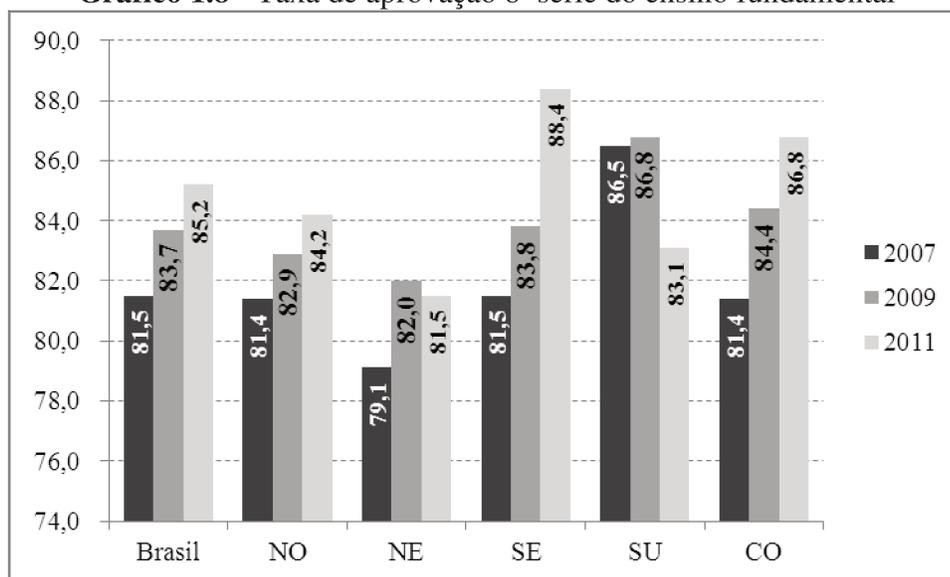
Em relação ao rendimento escolar, observa-se que as taxas de aprovação são bem superiores na quarta série do que ao final do ensino fundamental (oitava série), apesar da aplicação da progressão continuada em algumas unidades da federação. Em 2011, por exemplo, a taxa de aprovação brasileira na quarta série foi de quase 91% dos estudantes matriculados, mas na 8ª série apenas 85%, uma diferença de seis pontos percentuais, conforme gráficos.

Gráfico 1.7 - Taxa de aprovação 4ª série do ensino fundamental



Fonte: INEP – elaboração própria

Gráfico 1.8 - Taxa de aprovação 8ª série do ensino fundamental



Fonte: INEP – elaboração própria

As taxas de aprovação, seja para a 4ª ou 8ª séries do ensino fundamental, também mostraram uma trajetória crescente ao longo do tempo no Brasil. Dito de outra forma, o número de alunos aprovados aumentou em relação aos alunos matriculados entre 2007 e 2011.

Há os repetentes, que muitas vezes acabam por abandonar a escola, e existem aqueles que se desenvolvem de maneira insatisfatória e, nesse caso, a avaliação executada através do SAEB permite verificar o nível de aprendizado.

A taxa de aprovação para os níveis selecionados (4ª e 8ª) foi justamente escolhida de forma a possibilitar a comparação entre a trajetória da avaliação (Gráficos 1.4 e 1.5) e a taxa de aprovação para os alunos brasileiros. Constatou-se que ambas se elevam, ou seja, há mais aprovados entre os matriculados e o aprendizado foi maior ao longo do tempo. Embora essa evolução tenha ocorrido com mais vigor na 4ª série do que na 8ª, ambas mostram que o ensino no nível fundamental mostrou progressos tanto no acesso quanto no aprendizado.

Entretanto, os resultados médios do SAEB – 2011 – para Língua Portuguesa (191 pontos) na 4ª série ainda estão aquém do nível considerado satisfatório pela sua própria escala (200 pontos), diferentemente do que ocorre na disciplina Matemática. Há ainda um contingente superior a 40% dos alunos classificados com desempenho “crítico” e “muito crítico”.

Referente à evasão escolar, as notícias quanto sua evolução também são boas. A taxa de abandono do ensino fundamental declinou ao longo do tempo, mas permaneceu ainda em 2,1% no ano de 2011.

Ensino Médio

Diferentemente do ensino fundamental, esta segunda etapa do ensino básico ainda permanece com seu acesso limitado.

A oferta e o atendimento do ensino médio previstas no Plano Nacional de Educação 2001-2011 não só não foram alcançadas, como também estamos razoavelmente distantes da universalização, com qualidade, da oferta e do atendimento desse nível de ensino (BRANDÃO, 2011, p. 200).

Esta etapa de ensino apenas se tornou legalmente obrigatória e gratuita para todos os brasileiros a partir da Emenda Constitucional nº 59 de 2009.

Para se avaliar o tamanho do desafio de contemplar todos os possíveis candidatos, Brandão (2011), apoiado nos dados da PNAD 2006, informa que cerca de 20% dos jovens brasileiros com idade entre 15 a 25 anos não trabalhavam e tampouco estudavam.

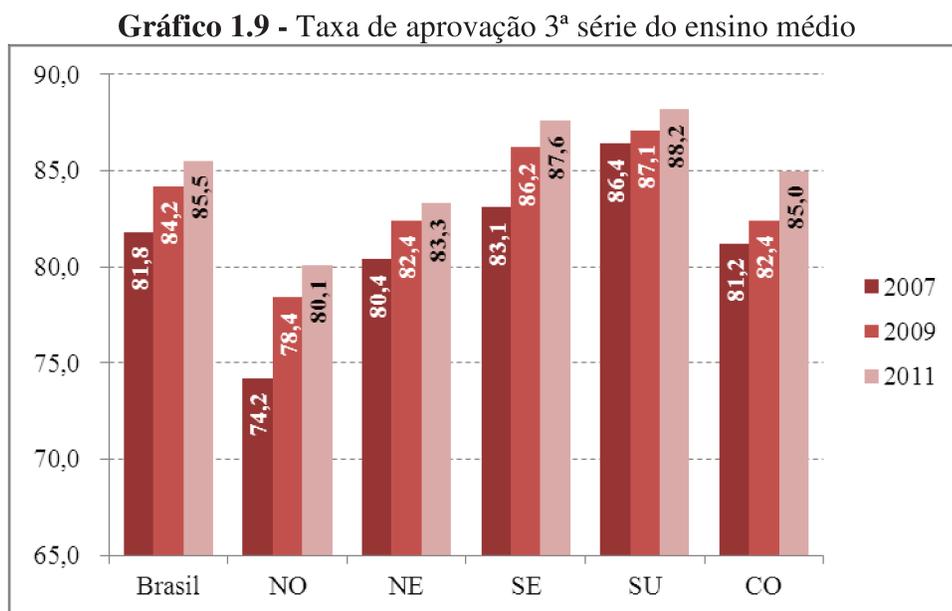
Melo e Duarte (2011) chamam a atenção para a alternativa apresentada para os jovens com 18 anos ou mais excluídos da escola. “A alternativa apresentada para esses jovens foi a educação de jovens e adultos, situada fora do ensino regular”. Os autores ainda revelam preocupação em relação aos programas federais que têm sido marcados pelo caráter de focalização em estudantes que apresentam defasagens, sejam elas de âmbito social, econômico ou mesmo escolar. Eles indagam se esses programas estariam realmente voltados para inclusão social ou se, sob este argumento, estariam na verdade canalizando recursos públicos para o setor privado e, sobretudo, para o Sistema S ao invés dirigi-los para a expansão da rede pública de ensino.

Além de contemplar os jovens na faixa etária correspondente ao ensino médio, registra-se assim o contingente que ultrapassou esta faixa e ainda temos que considerar o universo de estudantes que ao deixar o fundamental não ingressam no ensino médio, o que traria ainda mais pressão sobre a oferta de vagas no Ensino de Jovens e Adultos - EJA. Baseado em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brandão (2011) afirma que, em 2002, dos quase 28 milhões de alunos que concluíram o ensino fundamental, apenas pouco mais de 9 milhões se matricularam no ensino médio no ano seguinte (2003).

Entre os atendentes do nível médio, as taxas de aprovação são um pouco inferiores às aquelas encontradas para o nível fundamental, mas, da mesma forma que esta última (fundamental), se encontram em trajetória ascendente. Isso quer dizer que mesmo atendo-se aos três anos para os quais os dados são disponibilizados na página eletrônica do INEP, os aprovados são cada vez mais numerosos entre o universo dos matriculados.

Por outro lado, não há diferenças substanciais, ao longo dos anos 2000, nos resultados encontrados através do teste de proficiência ministrado através do SAEB, como é ilustrado nos gráficos 1.4 e 1.5. Em Língua Portuguesa houve um pequeno progresso no tempo, mas em relação à Matemática a pontuação média de 2011 (274) é levemente inferior à encontrada para 2001 (277).

Brandão (2011) classifica como caótico o alcance de algumas metas que dizem respeito à oferta, ao atendimento e também às questões pedagógicas específicas do ensino médio brasileiro, constante no Plano Nacional de Educação – PNE¹⁸ - 2001-2011.



Fonte: INEP – elaboração própria

Dentre os autores que pesquisam as políticas educacionais no país consultados, o acesso tem sido considerado o maior desafio para o ensino médio. Mas, o PNE para o período 2011-

¹⁸ Trata-se de um documento com diretrizes de políticas públicas de educação para o período de 2011 a 2020. O projeto original saiu dos debates ocorridos na Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010, com o intuito de substituir o primeiro plano (2001-2010). O PNE propõe 10 diretrizes e 20 metas, que versam sobre o acesso à Educação Básica e do Ensino Técnico e Superior de qualidade, formação e plano de carreira para os docentes, e gestão e financiamento da educação no país. (MEC, 2012).

2020, a ser sancionado, prevê a universalização, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e, a elevação até 2020, da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária.

Educação Superior

A característica mais marcante deste nível de ensino é a reduzida oferta de vagas pelos sistemas públicos de educação. O acesso às vagas públicas, gratuitas e normalmente de melhor qualidade da educação superior cria uma disputa bastante desigual entre os estudantes advindos do ensino médio particular e daqueles provenientes do ensino médio público. Ainda há que se destacar a diferença entre os alunos matriculados em ensino diurno e noturno. Normalmente, o público noturno além de frequentar escola, também trabalha durante todo o dia.

Comparativamente a outros países, inclusive da América Latina, o ensino superior no Brasil é bastante restrito, sendo um valor hoje generalizado e aspirado por todos os segmentos sociais.

Durante os anos 2000, vivenciou-se uma forte expansão da oferta deste nível de ensino. De acordo com a PNAD 2001, o número de jovens em idade correspondente ao nível superior, 18 a 24 anos, totalizava mais de 23 milhões de pessoas e o número de matriculados no ensino superior era pouco mais de dois milhões, o que significou uma taxa de escolaridade líquida de 9%. Ao longo do tempo, essa cobertura se amplia e, na PNAD 2011, ela chega a 14,8% dos indivíduos na faixa etária respectiva. A Tabela 1.3 mostra que enquanto a população de 18 a 24 anos apresentou um encolhimento de 2,8%, os matriculados no ensino superior nesta idade expandiram-se em quase 60%.

Tabela 1.3 - Evolução da população em idade escolar referente ao nível superior, matriculados e taxa de escolaridade líquida

	Ano		Var (%)
	2001	2011	
População de 18 a 24 anos	23.141.094	22.497.453	(2,8)
Matriculados ensino superior	2.087.038	3.331.146	59,6
Cobertura	9,0	14,8	64,2

Fonte: PNADs – elaboração própria

Durante os anos 2000, várias medidas em prol da oferta do ensino superior foram tomadas. A criação de instituições públicas ou mesmo da expansão de programas de

financiamento e outras modalidades de inserção, além de expandir a oferta de vagas, possibilitou a inclusão de pessoas de níveis de renda inferiores, aos de costume, no nível superior de ensino.

Por outro lado, o crescimento do financiamento privado no ensino superior ou da multiplicação das instituições privadas são respostas rápidas à elevação veloz de sua demanda. Ademais, os processos de internacionalização do capital, segundo Sampaio (2011), também têm contribuído para o crescimento do setor. A autora afirma que embora as despesas públicas com ensino superior tenham crescido no período 1995-2007, o investimento privado intensificou-se no país especialmente na última década.

A qualidade nesse contexto de expansão deve ser tema central.

Em 2012, entre as 2.136 instituições de nível superior do Brasil, apenas 27 atingiram o conceito máximo de qualidade atribuído pelo MEC, isto é IGC igual a 5. Dentre essas, 15 eram universidades públicas e 12 institutos especializados da rede privada. Apesar de 27% das faculdades não terem alcançado a nota mínima estipulada pelo MEC (3), o ministro Aloísio Mercadante considerou que a índice mostrou evolução, já que o percentual de instituições aprovadas subiu de 51,8% em 2008 para 60,8% em 2011. A conclusão é que houve expressiva evolução do ensino superior em todos os níveis nas universidades, centros universitários e faculdades (UOL, 2012).

Há, porém controvérsias quanto o conteúdo ou método de avaliação. Por um lado, o embate é sustentado por aqueles que defendem testes padronizados, caracterizados pela mensuração do desempenho e dos resultados. De outro lado, se reúnem aqueles que criticam o método atual e apoiam uma avaliação realizada por toda a comunidade acadêmica de ampla participação, alegando que o nome SINAES já traz em si a ideia de sistema, pois, do contrário, deveria ser conhecido pela sigla de INAES – Índices Nacionais da Educação Superior (DIAS SOBRINHO, 2008; PEIXOTO, 2011).

O sistema de avaliação de qualidade existente, do Ministério da Educação, utiliza índices de ranqueamento, mas inexistente uma escala de padrão de qualidade. De acordo com Schwartzman (2012), o sistema é próprio para identificação de instituições de má qualidade, que, de âmbito privado, podem ser punidas seja através da suspensão de matrículas ou, em caso mais extremo, com o seu fechamento. Mas o autor questiona sobre a falta de punição ou fechamento para as instituições de âmbito público e afirma: “o Ministério da Educação não tem como dizer, por exemplo, que eu posso sem riscos me tratar com um médico formado por uma faculdade que tem um conceito 3 no ENADE” (SCHWARTZMAN, 2012, p.2).

1.4 Considerações gerais

Relacionando as diversas dimensões as quais se propõe este estudo, observa-se que enquanto países centrais incorporaram toda a sua população ao sistema de ensino mostrando melhores níveis educacionais, processos demográficos mais adiantados e maior renda, países de capitalismo tardio e, mais especificamente, o Brasil, conseguiram apenas universalizar o ensino fundamental em período recente. Vale lembrar que o documento referência da Conferência Nacional de Educação – CONAE (MEC/CONAE, 2010) estipulou que o direito fundamental à educação está diretamente relacionado ao estado democrático de direito, o que já é previsto na Declaração Universal dos Direitos dos Homens e na própria Constituição Federal.

Observa-se também que comparativamente a outros países de semelhante nível de desenvolvimento, a condição brasileira apresenta nível inferior. Seja em relação a países da América Latina, seja em relação aos BRICS, o país demonstra piores indicadores em termos de acesso (quantitativos), mas principalmente em qualidade. Enquanto no Brasil ainda se trava um embate para garantir o acesso a outros níveis de ensino, além do Fundamental, pode-se constatar que na Coreia do Sul toda a população na faixa de 15 a 34 anos concluiu pelo menos o nível médio. Para ater-se apenas ao continente sul-americano, no Chile, mais de 90%, desta população, terminaram o nível médio.

As evidências da qualidade do ensino também não são auspiciosas para o Brasil. Dentre os sistemas avaliatórios, tanto o SAEB quanto o PISA apresentam resultados que apontam para a deficiência da educação básica no Brasil durante os anos 2000. O país se encontra em patamares inferiores aos da média da OCDE em relação às notas do PISA e abaixo da Argentina, do Chile, da Colômbia, do México e do Uruguai na prova de Matemática. Mas, entre os anos de realização deste teste, foi possível perceber alguma evolução. Além disso, o que há de positivo é a possibilidade de se perceber a preocupação da sociedade com a qualidade do aprendizado no Brasil, o que ensejou a elaboração e adoção de um aparato técnico e metodológico abrangente para avaliar o progresso dos alunos e instituições. Do seio da sociedade civil também surgem movimentos em prol da educação como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação¹⁹.

¹⁹ Organização da sociedade civil que surgiu em 1999, impulsionada por grupos que participariam da Cúpula Mundial de Educação em Dakar (Senegal) no ano seguinte. Atualmente, constitui-se de uma rede com mais de 200 grupos e entidades distribuídas por todo Brasil, incluindo movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais nacionais e

No nível superior é possível constatar que algumas universidades públicas brasileiras ocupam boa posição nos *rankings* internacionais. Trata-se de ilhas de excelência, pois das mais de duas mil instituições de ensino superior no Brasil, apenas 27 obtiveram o conceito máximo conferido pelo MEC em 2012.

A explicação para a configuração atual da educação no país está em seus processos de formação histórica. De colônia a império, da proclamação da república à industrialização, povos se fixaram no Brasil a partir de condições desiguais. Sob esses pressupostos, surgiram as iniciativas educacionais no país, entre elas, a escola pública de qualidade coexistindo com o grande número de analfabetos.

Ainda hoje, a escola pública dos anos 1940 e 1950 é lembrada como de grande qualidade, todavia, seu acesso era restrito, não atingindo grande parte da população em idade escolar, tampouco todos os recantos do país. Era de qualidade, porém seletiva. A demanda social por educação tornou-se mais intensa à medida que aumentava a densidade demográfica resultante da industrialização. A massificação do acesso ao nível fundamental vai ocorrer apenas no final dos 1990, sendo consolidada nos anos 2000. Pode-se afirmar que na atualidade a escola pública de nível fundamental atinge quase toda a população em idade escolar, no entanto, está aquém em qualidade. Nesse processo, as famílias de posicionamento mais elevado na estrutura social passam a buscar as escolas privadas de nível básico para matricular seus filhos.

O esforço em busca da qualidade tem por intuito a preparação do estudante para ingresso ao nível superior gratuito. As instituições públicas nesta esfera, além de gratuitas, são reconhecidamente de melhor nível de ensino, mas o número de vagas é exíguo perante à demanda. De acordo com o INEP, apenas 26,4% das matrículas de nível superior provinham das instituições públicas em 2009.

A participação, em número de matrículas, da rede de ensino privada no Brasil durante os anos 2000 aumentou no nível fundamental e, sobretudo, no ensino superior, seguindo a trajetória da expansão de mercados. Vale lembrar que neste mesmo período diversas novas instituições públicas de nível superior foram criadas ou ampliadas, o que mostra que a expansão das matrículas na rede privada foi ainda mais intensa.

internacionais, fundações além de estudantes cujo objetivo é priorizar ações de mobilização em prol da oferta de uma educação pública de qualidade (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2014).

Internacionalmente, alguns países de educação superior bem-sucedida possuem uma configuração baseada na esfera pública, enquanto outros, na particular, sugerindo que não há um só caminho para alcançar a meta de uma educação de qualidade. Todavia, mesmo aqueles (a maioria) na qual a educação superior é oferecida por instituições privadas, como o Reino Unido, dependem financeiramente do Estado.

Dessa forma, os pressupostos teóricos concebidos por Becker, embora baseados na maximização do bem-estar individual, nos quais a elevação da escolaridade contribui para a produtividade geral da sociedade, parecem sustentar a participação fundamental e norteadora do Estado.

O atendimento da demanda social por ensino que se impõe recai necessariamente sobre o Estado e, aqui, o debate se transfere para o âmbito da eficiência de gestão na dimensão pública ou privada, incluindo o próprio critério de eficiência. Isto porque, no que se refere ao financiamento parece não haver dúvidas quanto à prominência do papel do Estado.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) apresenta alguma semelhança com o formato anteriormente descrito, isto é, se trata de um financiamento público indireto em instituições de ensino superior privadas. “Criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096 em janeiro de 2005 o programa oferece, em contrapartida à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, isenção de tributos às instituições que aderem ao programa” (MEC, 2012c). O ingresso às poucas universidades públicas e de qualidade é seletivo e o PROUNI é um esforço para incluir um contingente de pessoas que por impossibilidade econômica e formação em escolas com menor nível de qualidade de ensino não permite o ingresso em instituições públicas. Trata-se de um esforço para romper o *status quo* e nos remete às reflexões teóricas de Bourdieu, segundo as quais a aparente neutralidade do sistema legitima a exclusão dos não privilegiados, fazendo-os tomar parte da dinâmica sem perceber sua condição subordinada. O não ingresso às poucas universidades públicas e de qualidade e a manutenção deste contingente de pessoas à margem pode ser, erroneamente, atribuída à sua falta de capacidade ou ausência de méritos.

Famílias com rendimentos mais elevados colocariam seus filhos em escolas privadas de ensino médio, e até mesmo fundamental, com o objetivo de prepará-los e torná-los competitivos para entrar na universidade pública, ocorrendo no nível superior o excesso de demanda. Portanto, famílias dos estratos sociais mais altos teriam os maiores dispêndios em educação, referentes, sobretudo, ao pagamento de matrículas e mensalidades no nível básico de ensino.

Outras importantes ações afirmativas para vencer a lógica da reprodução social via formação acadêmica são: o REUNI²⁰, o PNAES²¹ e o SISU²².

Nesse cenário, entre a literatura percorrida encontra-se um trabalho que admite existir dois padrões de escolha do tipo de rede de ensino no mundo (JAMES, 1993) no que diz respeito ao ensino médio. O primeiro referente aos países em desenvolvimento, nos quais a opção recai sobre a rede privada e o segundo, dos países desenvolvidos, onde a rede pública atende a maioria da população desta faixa escolar. Embora o estudo atribua o fato de que em países como o Brasil as famílias sejam compelidas a matricular seus filhos na rede privada devido ao excesso de demanda de vagas neste nível, o estudo de Curi e Menezes (2010) constatou uma forte relação com a estrutura social.

Outros estudos internacionais e nacionais buscaram verificar de que forma uma gama de atributos como fatores econômicos, culturais, demográficos e políticas públicas condicionam os montantes gastos em educação pelas famílias. É importante enfatizar que esses condicionantes resultam de processos históricos.

No próximo capítulo procuraremos apresentar a dinâmica da população e da economia durante os anos 2000 de forma a compreender possíveis impactos de transformações sobre as despesas em educação das famílias.

²⁰ Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades.

²¹ Criado em 2008 o programa utiliza critérios de seleção dos estudantes que levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos. O programa oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa (MEC, 2014a).

²² Sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do ENEM (MEC, 2014c).

CAPÍTULO 2

Dinâmica da população da renda e do consumo no Brasil

2.1 Introdução

Este capítulo tem por objetivo examinar três eixos: a dinâmica da composição populacional, a evolução da renda e a evolução do padrão de gastos das famílias brasileiras ao longo dos anos 2000. Com esse conjunto de finalidades, é importante contextualizar, ainda que brevemente, a situação da economia brasileira durante esse período.

Antes de analisar o primeiro eixo, dois marcos de relevância político-econômica devem ser destacados. No âmbito interno, a ascensão ao mais elevado cargo de mandatário do país de um líder sindical e, no âmbito externo, a emergência da economia chinesa.

O candidato presidencial vitorioso para o mandato que se iniciava em 2003 pertencia à oposição e a incerteza quanto ao rumo da política macroeconômica a ser adotada provocou incertezas que vão resultar na desvalorização da moeda brasileira. O real chegou a alcançar a cotação de R\$ 3,63, fazendo elevar substancialmente a dívida pública atrelada ao dólar.

Internamente, o governo instaurado em janeiro de 2003 procura trazer calma ao cenário macroeconômico do país ao adotar políticas fiscais e monetárias restritivas, mantendo os princípios instituídos na tríplice: metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário. Paralelamente, o governo passa a desacelerar o processo de privatizações de empresas nacionais vivenciado em anos anteriores e impõe um papel de maior ímpeto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

No ambiente externo, o crescimento da China proporcionou condições favoráveis à pauta exportadora brasileira, permitindo uma elevação significativa (5,7%) do PIB já em 2004, que não se reproduziu com a mesma intensidade em 2005, mas, de qualquer forma, apresentou logo resultados positivos no mercado de trabalho ao longo dos anos 2000.

Medidas internas adicionais permitiram maior dinamismo na economia. Nesse sentido, incentivos fiscais à formalização de micro e pequenas empresas – onde se concentrava grande parte do trabalho informal – possibilitaram acesso ao crédito, tanto por parte das empresas quanto por parte dos trabalhadores. A variação positiva da ocupação formal passa a crescer com muito

maior intensidade (3,8%) do que o aumento da ocupação em geral (1,5%), de acordo com as informações extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2001-2008). Esse desempenho vai perdurar até a crise econômica internacional de 2008, mas, apesar da crise, ainda é possível constatar, já em 2009, uma baixa taxa de desocupação (8,3%). Além da expansão do mercado de trabalho formal²³, a política de valorização do salário mínimo elevou o salário médio do brasileiro e propiciou a expansão da massa salarial, conferindo maior cobertura da proteção social e a diminuição da desigualdade de renda entre trabalhadores. O programa de crédito consignado, garantido pelo Estado, permitiu o acesso de uma camada social de baixa renda a uma série de bens de consumo duráveis (geladeiras, fogões, lavadora de roupas). Em 2003 o crédito representava 23% do PIB passando para 49% em 2010 segundo informações do Banco Central. Durante a crise econômica internacional, este crédito produziu um efeito dinâmico na economia²⁴, impedindo a “queima” de empregos ocorrida em muitos países desenvolvidos durante 2009.

No campo social, a expansão dos programas de transferência de renda (como o Programa Bolsa Família – PBF²⁵) também contribuiu para estas melhorias ao oferecer importante apoio aos segmentos mais vulneráveis da população. De acordo com o Banco Central, em 2008, 0,38% do Produto Interno Bruto (PIB) eram destinados ao programa, recurso que seria diretamente injetado na economia através do consumo das famílias.

Assim, apesar de a década ter se iniciado com desconfianças no campo político e econômico e observando o que aconteceu no país após 2003, há evidências de que a sinergia entre o dinamismo econômico, puxado pela demanda chinesa, e as políticas adotadas no campo do trabalho e da assistência social produziram impactos positivos no conjunto da sociedade.

Além do cenário econômico que afetou positivamente a renda e o consumo dos brasileiros, outros aspectos de natureza demográfica influenciaram diretamente o perfil de gastos dos domicílios.

O ímpeto do crescimento populacional, embora ainda tenha apresentado incrementos absolutos da população no Brasil, não teve mais o vigor apresentado até pouco tempo antes – até os anos 1970 do século XX (BRITO, 2008b). Dessa forma, a transição da estrutura etária passou a apresentar uma diminuição da proporção de jovens e o aumento da participação dos idosos.

²³ Cerca de 1,3 milhões de novos empregos ao ano, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.

²⁴ A ação dos bancos públicos foi fundamental na expansão do crédito e no incentivo ao investimento.

²⁵ O PBF atendia, em 2009, cerca de 12,5 milhões de famílias pobres beneficiadas.

Consequentemente pode-se constatar a tendência para novas e menores formações familiares. Acrescente-se ainda outros processos concorrentes como a diminuição da quantidade de casamentos e a elevação das separações que, da mesma forma, cooperaram para a ampliação do número de famílias. Tornou-se mais comum, sobretudo ao longo dos anos 2000, a existência de famílias com apenas um filho, pessoas que vivem sós ou mesmo casais sem filhos com renda dupla, denominados na literatura de DINC²⁶.

Por outro lado, a estrutura das famílias determina o estilo de vida, os tipos de gastos familiares e os padrões de consumo. Portanto, a proliferação de certos tipos de arranjos familiares em detrimento de outros possivelmente implicou em hábitos distintos.

Some-se a isso a coexistência de diferentes etapas demográficas dentro do mesmo país, resultantes de especificidades locais do processo histórico e que vão implicar em dinâmicas de renda e consumo diferenciadas.

Assim, o objetivo inicial deste capítulo foi apresentar brevemente um panorama político-econômico do país durante os anos 2000 para em seguida analisar de forma mais minuciosa a dinâmica populacional, que produz interferências diretas nos domicílios brasileiros, a evolução da renda, a identificação dos padrões e tendências de gastos das famílias brasileiras durante este período.

Esse conjunto de objetivos requer o acesso a diversas informações, disponibilizadas pelo IBGE através das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) que são fontes importantes para a análise empírica, pois contêm informações concernentes tanto a valores como a possibilidade de se verificar o peso de cada item de despesa para as famílias.

Portanto, seguindo esta introdução, na próxima seção procura-se explicar a abrangência, os limites da base de dados e as variáveis utilizadas no estudo empírico. Na terceira seção será analisada a estrutura etária da população e a composição familiar brasileira, bem como sua evolução ao longo da década (2000). A seguir, na quarta parte, será a vez de expor a estrutura da renda; na quinta, a estrutura dos gastos das famílias brasileiras; na sexta, a percepção das famílias quanto às condições vida e, por último, apresenta-se algumas considerações.

²⁶ *Double Income No Children*, um tipo alvo para direcionamento de campanhas de *marketing*.

2.2 Aspectos metodológicos

2.2.1 A Base de dados

Para empreender a análise empírica, recorreu-se aos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) elaborada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) que ocorre com frequência indeterminada a partir de pesquisa amostral nos domicílios brasileiros. Ela tem uma duração de 12 meses e, desta maneira, além das despesas realizadas continuamente durante o ano, é possível captar aquelas efetuadas com maior intensidade durante uma das estações do ano, como agasalhos e sorvetes, ou mesmo resultante de condições de preços especiais, como por ocasião de safras e entressafras, além das datas especiais como Natal, férias e outras.

Os objetivos principais da POF são mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e da variação patrimonial das famílias. Isso permite o cálculo dos índices de custo de vida, ou seja, a determinação e atualização das estruturas de ponderação de dois índices de preços do IBGE – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A pesquisa investiga os bens consumidos e os serviços utilizados pelas famílias brasileiras durante um ano, além do que representa este conjunto de gastos na despesa global, resultando no conhecimento da parcela do consumo das famílias no Sistema de Contas Nacionais (SCN) e da cesta básica de compras da população.

Assim, é possível retratar o perfil socioeconômico da sociedade a partir dos orçamentos domésticos, em que pese as limitações de dados de ordem demográfica relativas à nupcialidade e migração e ligadas ao mercado de trabalho em detalhes. Nesse último aspecto, as informações de ocupação restringem-se à origem dos rendimentos do trabalho e à posição na ocupação. Entretanto, em termos de rendimentos, trata-se de uma das pesquisas mais apuradas por investigar em detalhe o rendimento de origem não monetária. Um estudo comparativo realizado entre duas pesquisas do IBGE – PNAD e POF 2003 – apresentou na POF “uma renda total 26% maior do que aquela obtida pela PNAD” (BARROS *et al.*, 2007a, p. 8)

Historicamente, a primeira POF data de 1987-1988 e as demais ocorreram em 1995-1996, 2002-2003 e 2008-2009. Entretanto, como a POF resulta da evolução do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) realizada em meados dos anos 1970, a primeira POF (1987-1988) é considerada a segunda versão da pesquisa de orçamentos e assim sucessivamente. Dado o custo

envolvido na ocasião, a sequência do ENDEF se deu pelas POFs “de escopo bastante inferior ao do referido estudo” (DINIZ *et al.*, 2007, p. 19), na ocasião.

A primeira POF, intitulada como tal, tinha limitações espaciais, restringindo-se às nove regiões metropolitanas oficiais (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) além da cidade de Goiânia e o Distrito Federal, bem como outros tipos de restrições. A partir da versão 2002-2003, elas tornaram-se mais abrangentes.

Neste trabalho, utilizam-se as POFs 2002-2003 e 2008-2009 e essas duas versões diferem das anteriores²⁷, pois, passam a cobrir todo o território nacional e, além dos gastos monetários, incorporaram os gastos não monetários.

O desenho amostral da pesquisa permite obter resultados espaciais para o Brasil, Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e Unidades da Federação. Além disso, é possível captar informações para o tradicional binômio Urbano/Rural e ainda possibilita examinar cortes segundo: municípios de capital, região metropolitana e o restante da UF (municípios que não são capitais, regiões metropolitanas ou áreas rurais). Para as Unidades da Federação, os resultados contemplam o total e a situação urbana. Nas nove regiões metropolitanas e nas capitais das UFs os resultados correspondem à situação urbana.

Foram investigados apenas os domicílios particulares permanentes²⁸, nos quais se identifica a unidade básica da pesquisa, isto é, a Unidade de Consumo. “A Unidade de consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou as despesas com moradia” (IBGE, 2010, p.17).

“Na POF a unidade de consumo é considerada equivalente ao termo família” (IBGE, 2010, p.17). Portanto, o conceito de família é um pouco mais amplo do que aquele usualmente considerado no campo sociológico, como grupo de pessoas com laços de parentesco.

A pesquisa identifica para cada família uma pessoa de referência como uma espécie de chefe. Trata-se do responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxas etc). Quando nenhum morador satisfaz pelo menos uma das condições anteriores, a pessoa de referência passa a ser

²⁷ As pesquisas de 1987-1988 e 1995-1996 foram realizadas apenas nas nove principais regiões metropolitanas do país, mais os municípios de Brasília e Goiânia.

²⁸ De acordo com o conceito do IBGE, o domicílio particular permanente destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia. (IBGE, 2010 p 17).

apontada pelos próprios moradores da unidade de consumo. “Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, estabeleceu-se a idade mais alta como critério de escolha” (IBGE, 2010, p. 22).

Consideraram-se moradores na POF as pessoas que tinham o domicílio como residência única ou principal e que não se encontravam afastadas deste por período superior a 12 meses.

Quanto ao período de realização, a POF 2002-2003 ocorreu “de julho de 2002 a junho de 2003 e a data para apresentação dos resultados foi 15 de janeiro de 2003” (IBGE, 2004, p. 22). Já “a POF 2008-2009 teve início no dia 19 de maio de 2008 e término no dia 18 de maio de 2009, com data de referência fixada para apresentação dos resultados em 15 de janeiro de 2009” (IBGE 2010, p.21).

Consideraram-se despesas monetárias, na POF, aquelas efetuadas através de pagamento realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito. As despesas não monetárias correspondem a tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa.

As despesas ou gastos totais são compostos pelas despesas correntes, somadas ao aumento de ativo e diminuição de passivo. As despesas correntes incluem o consumo em geral (alimentação, habitação, transporte etc.), além de outras despesas correntes, como impostos, contribuições trabalhistas, pensões, mesadas e doações, previdência privada entre outros.

De acordo com o IBGE, o rendimento bruto total da família, na metodologia adotada para a pesquisa, corresponde ao somatório dos rendimentos brutos monetários e não monetários dos componentes das unidades de consumo, exclusive os empregados domésticos e seus parentes.

A amostra da POF 2002-2003 reuniu dados de 48.568 famílias, totalizando 182.333 observações (pessoas) enquanto a POF 2008-2009 abarcou 56.091 famílias com 190.159 observações. Após ponderação, a amostra da POF 2002-2003 representou 48.534.638 milhões de famílias brasileiras com 175.845.964 milhões de pessoas. Já a POF 2008-2009 representou 57.815.504 milhões de famílias e 190.519.297 milhões de brasileiros.

2.2.2 Deflação de rendimentos e despesas nominais

Para possibilitar a comparação entre informações referentes a rendimentos e gastos nominais em instantes distintos foi necessário levar-se em consideração a inflação entre este hiato temporal, isto é, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2009.

Adotou-se o INPC como deflator, sendo os valores correntes da POF 2002-2003 multiplicados por 1,391437 afim de expressá-los em reais de janeiro de 2009, ou seja, uma inflação de 39% no período. O INPC costuma ser o índice mais utilizado por basear-se justamente na cesta de consumo.

2.2.3 Variáveis utilizadas

Primeiramente, é preciso esclarecer que o IBGE não disponibilizou na documentação que acompanha os microdados de 2002-2003 informações que permitissem agregar os itens de despesas e rendimentos nos grupos e subgrupos de despesas e rendimentos como apresentados nas tabulações do IBGE. Após tentativas frustradas de obtenção deste material, o Professor Rodolfo Hoffmann gentilmente passou a orientação de como agregar os diversos itens, obtida diretamente de um técnico do IBGE.

As famílias ou unidades de consumo foram consideradas como tal excluindo-se: os pensionistas, os empregados domésticos e seus parentes²⁹.

Algumas análises consideraram as famílias classificadas por tipo de arranjo familiar. Considerou-se então o seguinte recorte: i) “unipessoal”, ii) “casal sem filhos”, iii) “casal com filhos”, iv) “mãe com filhos”, v) “pai com filhos”, vi) “estendida³⁰” e vii) “outros tipos”. Foram classificados como “outros tipos”, aquelas unidades de consumo que não se enquadravam nos tipos anteriores. Portanto, constam nesse segmento: “unipessoal” com outros parentes ou com agregados ou com outros parentes e agregados; “monoparental” com outros parentes ou com filhos e agregados ou com outros parentes e agregados; e “casal” com outros parentes ou com agregados ou com outros parentes e agregados.

As famílias foram distribuídas em percentuais de rendimentos uma única vez e sempre utilizada esta estrutura, mesmo que nem todas as unidades de consumo estejam contempladas no

²⁹ Pensionistas, empregados domésticos e seus parentes representaram, cerca de, 0,2% da população, restando um total de 175.331.797 pessoas em 2003-2003 e 190.135.745 pessoas em 2008-2009.

³⁰ Composta por pais, filhos e outros parentes.

assunto específico. Em outras palavras e para efeito de exemplo, ao se retratar as famílias com despesas em educação superior, foi mantida a distribuição original (de todas as famílias em décimos de renda) e retiradas aquelas famílias sem despesas, posteriormente.

Os gastos médios das famílias para cursos regulares foram calculados a partir dos seguintes passos: i) seleção das famílias com despesa no item cursos regulares; ii) razão entre o total do gasto no item, dividido pelo número de famílias.

Para os gastos médios com ensino superior foi utilizado o mesmo procedimento aplicado ao ensino regular e anteriormente descrito.

O critério utilizado para o cálculo dos gastos médios por aluno para cursos regulares e superiores obedeceu as seguintes etapas: i) seleção das famílias com despesas no item (cursos regulares) e ii) razão entre o total do gasto no item dividido pelo número de estudantes³¹.

A nomenclatura adotada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - estabelece uma classificação para entre níveis de ensino da seguinte forma: a) Educação básica e b) Educação superior.

A educação básica brasileira subdivide-se em: 1) Educação infantil, que abrange creche e pré-escola, 2) Ensino fundamental de nove anos, 3) Ensino médio de três anos, 4) Ensino profissionalizante e 5) Educação especial. Contudo, os dados da POF apresentam as informações agregadas em: a) cursos regulares, que englobam cursos pré-escolares sem a creche, cursos regulares de primeiro grau e cursos regulares de segundo grau; e b) curso superior.

Para tornar mais próximas as informações do INEP com as das POFs, os dados do INEP foram reorganizados de maneira a apresentar a agregação da POF. A classificação “cursos regulares” contém, então, i) o “pré-escolar” para crianças de quatro a seis anos de idade, ii) o “ensino fundamental” para crianças na faixa de sete aos 14 anos de idade, e iii) o “ensino médio” de três anos também conhecido como “ensino secundário” para jovens de 15 a 17 anos. Para verificar a correspondência ver Anexo 5.

Para efeitos deste trabalho e com o objetivo de facilitar a denominação dos dois níveis estudados convencionou-se então a chamar de educação básica o ensino anterior ao nível superior, excetuando-se a “creche”.

³¹ Criou-se uma variável de acumulação do número de estudantes da rede privada por família a partir do arquivo pessoas.

Um conceito utilizado a partir das variáveis disponibilizadas foi a proveniência da matrícula do aluno em instituição pública ou privada que serviu de balizador para a avaliação do tamanho das respectivas redes.

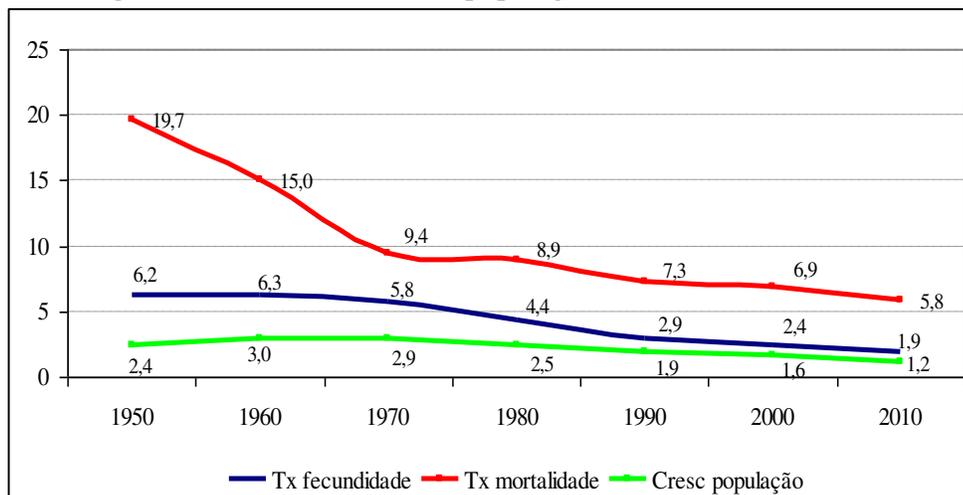
Para o tratamento da Tabela 2.16 foram excluídas as famílias nas quais não havia informação raça/cor e anos de estudos da pessoa de referência da família.

Os microdados da POF foram extraídos com o auxílio do aplicativo estatístico SAS (*Statistical Analysis System*) versão 9.2 e do pacote *Statistical Package of Social Science* (PASW), versão 18.0.

2.3 Panorama da estrutura da população e evolução da composição familiar brasileira

Comparativamente aos países desenvolvidos, o Brasil tem vivenciado uma transição demográfica mais acelerada. De acordo com os censos demográficos do IBGE, a taxa de fecundidade, que em 1960 era de 6,3 filhos por mulher, em 2010 chega a 1,9 filhos, depois de diversas quedas ao longo das décadas. Durante os anos 1970, o declínio foi ainda mais intenso e cada vez mais acelerado. Isso ocorreu em todas as faixas etárias, estratos socioeconômicos e regiões do Brasil, “mas indicam um padrão de rejuvenescimento, ou seja, as taxas são maiores para mulheres na faixa de 20 a 24 anos, o que antes de 1991 ocorria para a faixa de 25 a 29 anos” (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004, p. 5. A mortalidade apresentou tendência declinante ao longo do tempo, e dada a intensidade com que ocorreu entre 1940 e 1970 em relação à taxa de fecundidade total do período, promoveu um crescimento populacional brasileiro acelerado. A partir de então, o aumento da população passa a ocorrer em níveis cada vez menores, principalmente em função da queda das taxas de fecundidade. Portanto, “as transições de mortalidade e fecundidade já estão adiantadas e estamos passando, atualmente, pela terceira fase da transição demográfica” (BRITO *et al.*, 2008b, p. 113), caracterizada por incrementos populacionais a ritmos decrescentes (Gráfico 2.1). Ainda persiste, no entanto, um aumento substantivo da população em idade ativa resultante dos níveis mais elevados de fecundidade do passado.

Gráfico 2.1 - Evolução da taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade total e crescimento geométrico médio anual da população brasileira: 1950-2010



Fonte: IBGE – Séries estatísticas – elaboração própria

De acordo com Carvalho a diminuição no número de filhos ocorreu inicialmente entre os mais ricos, a partir de 1960, para em seguida chegar ao restante da população, com um atraso inversamente proporcional à renda familiar.

A cadeia de eventos que liga a queda na taxa de fecundidade a seus efeitos sociais e econômicos atuais pode ser apresentada de forma esquemática. Nos anos 80, o número de filhos por mulher caiu de maneira dramática, mesmo entre as famílias pobres. Nos anos 90, pela primeira vez, o número absoluto de crianças parou de crescer, resultado da queda na fecundidade uma década antes (CARVALHO, 2013).

Do ponto de vista das unidades familiares, todos os componentes da dinâmica demográfica mencionados anteriormente, isto é, a redução das taxas de fecundidade e de mortalidade e a conseqüente elevação das taxas de crescimento da população, acrescentados ao aumento da longevidade vão repercutir no tamanho das famílias, bem como em sua composição.

Estudos constataam a tendência para novas e menores formações familiares e apontam para a redução de filhos nas sociedades industrializadas contemporâneas (THERBORN, 2006; ROSERO-BIXBY, 2008). Neste novo contexto demográfico destacam-se mudanças no padrão das uniões, como o aumento da coabitação em detrimento da quantidade de casamentos oficiais, a elevação de separações e os novos tipos de união, contribuindo para a proliferação do número de famílias. É comum na atualidade a existência de um arranjo familiar com apenas um filho,

peessoas que vivem sós ou mesmo casais sem filhos. Portanto, os padrões tradicionais têm dado lugar a configurações mais complexas.

Ao circunscrever a análise às duas últimas POFs observa-se que, de fato, o número de famílias amplia-se com muito mais vigor (19,1%) do que o número de pessoas (8,4%). Ainda, confirmando as transformações mencionadas, o tamanho médio das famílias se reduz de 3,6 (2002-2003) para 3,3 (2008-2009) (Tabela 2.1).

Em termos de sua composição, é possível constatar a prevalência do tipo de arranjo “casal com filhos”, embora sua ocorrência tenha diminuído ao longo do tempo. Também apresentou retração a denominada família estendida, que ainda inclui outros parentes. O segundo e terceiro arranjos mais comuns no Brasil são, respectivamente, o de casal sem filhos e o unipessoal (homem ou mulher que vive só), ambos apresentando maior participação comparando-se os dois momentos. O tipo de arranjo casal sem filhos que no primeiro período representava 6,2% do total de famílias passa no segundo a constituir 8,6% delas. Entretanto, a maior expansão no período ocorreu para o arranjo “Casal sem filhos”, seguido pelo tipo “Unipessoal”.

A proliferação das separações é evidenciada pela variação positiva do tipo de arranjo monoparental com filhos ao longo do tempo. O número de famílias de mães com filhos cresceu em 33% e o de pais com filhos em mais de 22%. A família com maior número de componentes, denominada estendida – pais, filhos e outros parentes – é o único tipo de arranjo a apresentar retração.

Ainda devemos ressaltar que a expansão do arranjo monoparental com filhos pode ter se dado com maior intensidade do que o aqui registrado. Isso porque pais ou mães que passaram a viver com algum parente ou agregado, compartilhando as responsabilidades de seus filhos, não foram aqui contabilizados como monoparental com filhos, mas considerados apenas como “outro tipo” de arranjo familiar, merecendo posteriormente uma atenção mais detalhada.

Tabela 2.1 - Evolução da estrutura dos arranjos familiares: Brasil 2002-2003 / 2008-2009

Arranjo familiar	2002-2003				2008-2009				Variação (%)	
	Famílias	(%)	Pessoas	(%)	Famílias	(%)	Pessoas	(%)	Famílias	Pessoas
Unipessoal	5.030.867	10,4	5.030.867	2,9	7.009.331	12,1	7.009.331	3,7	39,3	39,3
Casal s/ filhos	5.440.776	11,2	10.881.553	6,2	8.168.913	14,1	16.337.826	8,6	50,1	50,1
Casal c/ filhos	22.577.945	46,5	94.021.683	53,6	24.611.712	42,6	97.212.045	51,1	9,0	3,4
Mãe c/ filhos	4.416.099	9,1	13.137.790	7,5	5.875.728	10,2	16.460.986	8,7	33,1	25,3
Pai c/ filhos	641.764	1,3	1.846.244	1,1	785.684	1,4	2.047.523	1,1	22,4	10,9
Estendida	4.411.011	9,1	26.450.135	15,1	4.377.643	7,6	24.631.934	13	(0,8)	(6,9)
Outros tipos*	6.016.175	12,4	23.963.525	13,7	6.987.593	12,1	26.436.100	13,9	16,1	10,3
Total	48.534.638	100	175.331.797	100	57.816.604	100	190.135.745	100	19,1	8,4

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

*Unipessoal (c/ outros parentes ou c/ agregados ou c/ outros parentes e agregados); Monoparental (c/ outros parentes, c/ filhos e agregados ou c/ outros parentes e agregados); Casal (c/ outros parentes ou c/ agregados ou c/ outros parentes e agregados)

As informações constantes nessa base ainda corroboram as tendências de diminuição da taxa de natalidade já captadas nas pesquisas decenais dos censos demográficos. A distribuição das pessoas de acordo com a faixa de idade permite evidenciar a configuração de um novo perfil da composição etária.

Na Tabela 2.2 é possível observar que as cinco primeiras faixas etárias da população (0 a 24 anos) reduzem relativamente sua participação no total e, a partir daí (25 anos ou mais), mantêm ou aumentam seu peso relativo. Entretanto, a maioria da população ainda tem menos de 30 anos, com maior concentração no primeiro período (56,7%) do que no segundo (51,1%)

Tabela 2.2 - Distribuição percentual da população em faixas etárias: período 2002-2003 / 2008-2009

Idade	2002-2003		2008-2009	
	Total	Acum.	Total	Acum.
0 a 4	8,9	8,9	7,2	7,2
5 a 9	9,6	18,5	8,6	15,8
10 a 14	10,1	28,7	9,2	25,0
15 a 19	10,4	39,1	8,8	33,8
20 a 24	9,6	48,7	8,7	42,5
25 a 29	8,0	56,7	8,6	51,1
30 a 34	7,6	64,3	7,6	58,7
35 a 39	7,5	71,8	7,2	65,8
40 a 44	6,4	78,2	7,0	72,8
45 a 49	5,4	83,6	6,3	79,1
50 a 54	4,3	87,8	5,4	84,5
55 a 59	3,3	91,2	4,3	88,8
60 a 64	2,8	94,0	3,5	92,3
65 a 69	2,1	96,1	2,8	95,1
70 a 74	1,7	97,8	2,0	97,1
75 a 79	1,1	98,9	1,4	98,5
80 ou mais	1,1	100	1,5	100

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

Em 2002-2003 a população com idade entre zero e 24 anos representava 48,7% do total e em 2008-2009 eram 42,5%, resultando em um encolhimento de mais de 4,7 milhões de pessoas. Tal contingente populacional é constituído justamente por aqueles em idade escolar. Dessa forma, alguns segmentos específicos podem ser afetados, sendo capazes de promover alterações no padrão de consumo. A redução no número de pessoas em idade escolar, por exemplo, pode influir na contração de gastos na categoria educação.

A tabela 2.1 ilustrou com as informações das POFs (2002-2003 e 2008-2009) que o total de famílias cresceu em 19,1% enquanto o número de pessoas se expandiu em 8,4%. No próximo bloco analisaremos a estrutura de renda e dos gastos destas famílias.

2.4 Panorama da estrutura de renda das famílias brasileiras

De acordo com o inquérito 2008-2009 da POF, passaram a existir no Brasil 57,8 milhões de famílias, compostas por cerca de 190,5 milhões de pessoas. A renda total mensal auferida por essas famílias atingiu R\$ 159,8 bilhões, tendo uma participação de 87,2% de origem monetária e o restante (12,8%) de origem não monetária³². A renda média (da família) foi de R\$ 2.763,53 mensais e, aplicando-se o deflator, em 2002-2003 esse valor correspondia a R\$ 2.523,82, portanto, ao longo do tempo, a expansão da renda média das famílias foi de 9,5%.

As principais fontes de rendimento das famílias são, conforme a POF (Tabela 2.3), o trabalho (61,1%) e as transferências³³ (18,5%). Os rendimentos advindos de aluguel de bens móveis e imóveis têm uma das menores contribuições (1,7%), juntamente com outros tipos de renda (1,6%).

Ao longo do tempo, observa-se que as transferências ganham relevância e, embora a renda média da família tenha crescido, sua participação permanece praticamente a mesma em virtude da forma de desagregação das fontes³⁴ consideradas.

Para se avaliar a evolução da renda do período, é preciso destacar que no momento em que se realizou a pesquisa (2008-2009) o cenário econômico estava sob a forte crise financeira internacional, desencadeada pelo declínio e desconfiança em relação os investimentos com títulos hipotecários denominados de *subprimes*. Os sintomas já teriam sido percebidos em 2006, mas ela tornou-se uma ameaça sistêmica a partir de 2008, com a possibilidade de interrupção da cadeia de pagamentos em nível internacional.

A despeito desse cenário econômico, o montante de renda detectado pelas POFs cresceu entre os dois momentos estudados (2002-2003 e 2008-2009) em cerca de 30,5%, passando de

³² Tratam-se de trocas, doações, etc. que, apesar de serem apresentadas em separada da renda do trabalho, devem ser fruto do mesmo.

³³ Aposentadorias, pensões, doações monetárias, bolsas, transferências transitórias (auxílio-doença, seguro-desemprego, heranças etc.) e outros.

³⁴ As informações de 2002-2003 não constam mais do Sidra – banco de dados dinâmico do IBGE – o que nos obrigou a considerar dados extraídos de outra pesquisa.

122,5 bilhões para 159,8 bilhões. Em termos comparativos a variação da renda real foi muito superior ao aumento no número de famílias (19,1%) e ao número de pessoas (8,3%).

Tabela 2.3 - Evolução da distribuição dos rendimentos totais das famílias brasileiras:
2002-2003 / 2008-2009

Item	2002-2003 / 2008-2009	
	2002-2003	2008-2009
	(%)	
Renda do trabalho	62,0	61,1
Transferências	15,0	18,5
Renda de aluguel	1,8	1,7
Outras rendas	6,6	1,6
Renda não monetária	14,6	12,8
Variação patrimonial	-	4,4
Total	100	100

Fonte: Baltar *et al.* 2009 & Sidra - POF 2008 – 2009

Em relação à segunda maior fonte de renda, que são as transferências, (Tabela 2.4), é importante destacar que a aposentadoria pública corresponde a mais de 80% delas (80,6%), ou seja, cerca de três quartos do total das transferências advém da Previdência Social. Ao se acrescentar a aposentadoria de origem privada, as aposentadorias têm participação de 84,4% no valor das transferências. As pensões alimentícias, incluindo mesadas e doações, foram responsáveis por 8% do total das transferências. Programas sociais federais como bolsa família, benefício de prestação continuada e outros têm menores participações (3,8%).

Os itens considerados em 2008-2009 diferem um pouco daqueles existentes em 2002-2003, o que prejudica a comparação. De toda forma, é possível destacar a aposentadoria pública como um dos principais componentes das transferências.

Tabela 2.4 - Evolução da distribuição dos rendimentos de transferência das famílias brasileiras:
2002-2003 / 2008-2009

Item	2002-2003	2008-2009
	(%)	
Aposentadoria e pensão do INSS	74,9	55,1
Aposentadoria, pensão da previdência pública		25,5
Aposentadoria, pensão da previdência privada	5,4	3,8
Programas sociais federais		3,8
Pensão alimentícia, mesada ou doação	10,2	8,0
Outras transferências	7,2	3,8
Bolsa de estudos	2,3	-
Total	100	100

Fonte: Baltar *et al.* 2002-2003 & Sidra - POF 2008 – 2009

A renda do trabalho é apresentada através da posição na ocupação, ou seja, advém de uma relação de emprego, do trabalho por conta-própria ou pelo fato de ser um empregador. De acordo com a POF, a posição ocupacional dos empregados ocorreu de forma majoritária (70,7%). Em segundo lugar, com cerca de um quinto da participação, estão os trabalhadores por conta própria (20,2%). Por fim, a porcentagem dos empregadores representa menos de 10% da renda do trabalho (9,1%).

Tomando-se a renda do trabalho, segundo a POF (Tabela 2.5), observa-se no período um aumento na participação da posição de “empregado” e “conta própria” e a redução de “empregador”. O aumento da participação da renda do empregado pode ser explicado pela valorização do salário mínimo, por medidas tributárias que permitiram a formalização de empresas e postos de trabalho, anteriormente mantidos na informalidade e pelo dinamismo do mercado de trabalho em geral (REMY *et al.*, 2011). O crescimento da participação da renda dos conta próprias deve estar associado à valorização das remunerações do setor de serviços, que, por sua natureza de não comercializáveis no exterior, passaram a aumentar com muito maior vigor do que nos demais setores.

Tabela 2.5 - Evolução da distribuição da renda do trabalho segundo posição na ocupação
Brasil 2002-2003 / 2008-2009

	2002-2003	2008-2009
Empregado	68,5	70,7
Empregador	11,7	9,1
Conta própria	19,8	20,2
Total	100	100

Fonte: POF – Sidra – POFs

O conjunto da renda (rendimento do trabalho e transferências) munuiu as famílias de recursos e, para se ter noção de como foi sua distribuição, faz-se a utilização do índice de Gini, constante na Tabela 2.6.

Segundo esse coeficiente, calculado com base nos dados das POFs, a desigualdade de renda entre as famílias brasileiras diminuiu no período, passando de 0,557 em 2002-2003 para 0,527 em 2008-2009. Deve-se destacar que esse não foi um fenômeno localizado, pois o movimento de redução ocorreu em todas as grandes regiões do país (Tabela 2.6). Em outras palavras, as famílias brasileiras se tornaram mais homogêneas do ponto de vista da renda, mas as famílias do Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste também repetiram este comportamento.

Tabela 2.6 - Índice de Gini da renda das famílias: Brasil e grandes regiões
2002-2003 / 2008-2009

Região	Renda	
	2002-2003	2008-2009
Norte	0,531	0,505
Nordeste	0,563	0,532
Sudeste	0,531	0,509
Sul	0,519	0,480
C. Oeste	0,580	0,534
Brasil	0,557	0,527

Fonte: POFs – microdados

A Tabela 2.7 ilustra que a renda média cresceu para quase todos os tipos de família. Na evolução temporal, dentre os diversos tipos de arranjos familiares, o que obteve maior crescimento da renda média foi o de denominação “estendida”, ou seja, aqueles que além do núcleo: pai, mãe e filhos, incluem ainda outros parentes, como avô ou avó. O arranjo “outros” engloba uma grande variedade de tipos e como não incluído na análise por apresentar bastante

heterogeneidade: Unipessoal (c/ outros parentes ou c/ agregados ou c/ outros parentes e agregados); Monoparental (c/ outros parentes, c/ filhos e agregados ou c/ outros parentes e agregados); Casal (c/ outros parentes ou c/ agregados ou c/ outros parentes e agregados).

Tabela 2.7 - Evolução da renda média total por arranjo familiar

Arranjo familiar	2002-2003	2008-2009	Var (%)
Unipessoal	1.885,85	2.133,22	13,1
Casal s/ filhos	2.688,40	2.900,63	7,9
Casal c/ filhos	2.733,18	3.028,53	10,8
Mãe c/ filhos	1.968,89	2.075,20	5,4
Pai c/ filhos	2.783,88	3.163,57	13,6
Estendida	2.321,69	3.176,25	36,8
Outros tipos*	2.690,04	2.577,42	-4,2
Total	2.523,82	2.763,53	9,5

Fonte:POFs – microdados

*Unipessoal (c/ outros parentes ou c/ agregados ou c/ outros parentes e agregados); Monoparental (c/ outros parentes, c/ filhos e agregados ou c/ outros parentes e agregados); Casal (c/ outros parentes ou c/ agregados ou c/ outros parentes e agregados)

Além dos arranjos de tipo “estendido”, outra abordagem foi observar a distribuição das famílias entre décimos de renda, de forma a captar a variação de renda média total entre as diversas camadas. Assim, as unidades de consumo foram organizadas em dez faixas a partir da renda familiar *per capita*, com aproximadamente o mesmo número de famílias, o que evidencia a expansão da renda para todas as camadas, ocorrida ao longo do tempo. Tal evolução mostra que são aquelas (famílias) dos níveis inferiores de rendimento que apresentaram as mais elevadas variações ao longo dos anos estudados (Tabela 2.8). É possível também conferir através da tabela mencionada que há uma associação entre rendimento e tamanho médio da família. Isso sugere que as unidades de consumo de tipo “estendida” estão distribuídas provavelmente nas faixas de base de rendimentos.

A título de exemplo, tomem-se as famílias situadas nos extremos, isto é, aquelas distribuídas no décimo mais pobre apresentaram uma variação de 26,9% do rendimento médio, enquanto nas (famílias) situadas na camada 10% mais ricas esse aumento foi da ordem de 3,6%. O fenômeno do crescimento da variação da renda ocorreu em todos os décimos e sempre diminuindo a intensidade à medida que se galga as faixas de renda mais elevadas. As famílias 40% mais pobres possuíam 48,9% das pessoas em 2002-2003 e, embora tenha havido redução do

tamanho médio destas famílias entre os dois períodos, em 2008-2009 este segmento (famílias 40% mais pobres) tinha 49,3% da população.

Paralelamente, se constatou que com a elevação do rendimento, a parcela de renda apropriada pelo décimo mais pobre das famílias cresce, passando de 1,6% (2002-2003) da renda total para 1,8% (2008-2009) e que no décimo mais rico ocorre justamente o contrário, isto é, as famílias que detinham 40,2% da renda total passam a se apropriar de 38%, reduzindo, portanto, a heterogeneidade de rendimento entre elas.

Tabela 2.8 - Evolução do rendimento médio total das famílias brasileiras distribuídas em décimos da renda familiar *per capita* 2002-2003 / 2008-2009

Décimos Renda	2002-2003				2008-2009				Variação Renda (%)
	No Pessoas	Particip (%)	No Famílias	Tamanho Médio	No Pessoas	Particip (%)	No Famílias	Tamanho Médio	
+Pobre	25.655.681	14,6	4.854.157	5,3	27.557.473	14,5	5.781.850	4,8	26,9
2°	22.208.651	12,7	4.861.858	4,6	24.168.188	12,7	5.781.754	4,2	26,1
3°	19.731.244	11,3	4.845.121	4,1	21.560.720	11,3	5.781.483	3,7	22,9
4°	18.044.822	10,3	4.854.078	3,7	20.531.092	10,8	5.782.384	3,6	27,8
5°	16.826.876	9,6	4.852.680	3,5	17.802.472	9,4	5.781.315	3,1	17,6
6°	15.933.442	9,1	4.853.028	3,3	17.108.437	9,0	5.781.733	3,0	17,3
7°	15.202.636	8,7	4.854.362	3,1	16.610.565	8,7	5.781.897	2,9	16,1
8°	14.879.121	8,5	4.854.875	3,1	15.656.309	8,2	5.786.316	2,7	8,0
9°	14.489.874	8,3	4.852.236	3,0	15.466.189	8,1	5.776.521	2,7	4,0
+Rico	12.359.449	7,0	4.852.242	2,5	13.674.300	7,2	5.781.351	2,4	3,6
Total	175.331.797	100	48.534.638	3,6	190.135.745	100	57.816.604	3,3	9,5

Fonte: POFs microdados – elaboração própria

2.5 Panorama da estrutura de gastos das famílias brasileiras

Os gastos totais da sociedade brasileira em 2008-2009 atingiram o montante de R\$ 151,8 bilhões um acréscimo de 26,5% a mais em relação ao período anterior (2002-2003). Assim como ocorrido com a renda, a desigualdade de gastos entre as famílias brasileiras também se reduz, o que da mesma forma acontece para as famílias de todas as grandes regiões brasileiras.

Tabela 2.9 - Índice de Gini de gastos das famílias: Brasil e grandes regiões
2002-2003 / 2008-2009

Região	Gastos	
	2002-2003	2008-2009
Norte	0,474	0,472
Nordeste	0,526	0,526
Sudeste	0,505	0,504
Sul	0,488	0,486
C. Oeste	0,533	0,528
Brasil	0,524	0,522

Fonte: POFs – microdados

O recorte de gastos totais segundo tipo de arranjo familiar mostra que “casal com filhos” teve a maior despesa média tanto em 2002-2003 quanto em 2008-2009.

A despesa média total para as famílias brasileiras foi superior, no final do período (2008-2009), em 6,2% comparativamente ao início dos anos 2000. Durante o mesmo tempo, o arranjo do tipo “estendido” apresentou a maior variação de gastos (28,5%). Chama a atenção a variação das despesas dos casais sem filhos, pois superaram o aumento registrado para suas respectivas rendas médias.

Tabela 2.10 - Evolução do gasto médio total por arranjo familiar

Arranjo familiar	2002-2003	2008-2009	Var (%)
Unipessoal	1.788,79	1.897,62	6,1
Casal s/ filhos	2.513,04	2.741,48	9,1
Casal c/ filhos	2.709,75	2.974,43	9,8
Mãe c/ filhos	2.040,40	2.012,51	(1,4)
Pai c/ filhos	2.711,46	2.593,66	(4,3)
Estendida	2.240,82	2.880,56	28,5
Outros tipos*	2.651,35	2.356,99	(11,1)
Total	2.472,59	2.626,31	6,2

Fonte: POFs – microdados

*Unipessoal (c/ outros parentes ou c/ agregados ou c/ outros parentes e agregados); Monoparental (c/ outros parentes, c/ filhos e agregados ou c/ outros parentes e agregados); Casal (c/ outros parentes ou c/ agregados ou c/ outros parentes e agregados)

Quanto ao comportamento dos gastos por estratos de rendimento ao longo do tempo, observa-se que uma variação bem maior para as famílias mais pobres do que para as relativamente mais ricas (Tabela 2.11). Dito de outra maneira, famílias distribuídas nos segmentos de renda menores tenderam a despendar bem mais do que os núcleos familiares mais ricos.

Tabela 2.11 - Evolução dos gastos das famílias brasileiras distribuídas em décimos de renda familiar per capita: 2002-2003 / 2008-2009

Décimos Renda	Varição (%)
+Pobre	9,0
2°	11,7
3°	10,4
4°	12,3
5°	9,1
6°	6,7
7°	7,0
8°	0,8
9°	3,5
+Rico	6,2
Total	6,2

Fonte: POFs microdados

Relembrando o conceito descrito na parte metodológica, a despesa total, segundo definição adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é constituída pelas despesas correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), aumento de ativo e diminuição de passivo.

As despesas de consumo incluem itens como: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas não classificadas anteriormente.

Outras despesas correntes referem-se a impostos (sobre propriedade de imóveis, de renda, sobre serviços, sobre propriedade de veículos, sindical), além de emplacamento de veículos, contribuições trabalhistas como previdência pública, conselho e associação de classe, tarifas e taxas bancárias, pensões, mesadas, doações e previdência privada.

As despesas de consumo foram responsáveis por 81,3% dos gastos das famílias em 2008-2009. Dentre os itens que compõem esse tipo de gasto destacam-se: i) habitação (29,2%), ii) alimentação (16,1%), iii) transporte (16%) e iv) saúde (5,9%). Esses quatro itens em conjunto são responsáveis por mais de dois terços do orçamento das famílias.

O montante total de gastos em 2008-2009 foi de 151,8 bilhões, cerca de 26,5% a mais do que os gastos registrados em 2002-2003. Trata-se de uma variação inferior encontrada para a renda (30,5%) no mesmo período.

As despesas totais (Tabela 2.12) que representavam 98% da renda das famílias em 2002-2003 passaram a significar 95% em 2008-2009. Tal tipo de evolução mostrou um aumento do patrimônio familiar em quase um ponto percentual, seja por meio de aquisição de imóveis, seja através de construção e melhoramento de imóveis, investimentos com títulos de capitalização e outros.

Ao contrário do verificado para o aumento de ativo, as despesas de consumo diminuem seu peso no total das despesas (82,5% em 2002-2003 para 81,3% em 2008-2009). Entre os diversos itens de consumo que não contribuíram para essa queda, ou seja, que aumentaram a participação estão: i) transporte (de 15,2% para 16%), ii) higiene (1,8% para 1,9%), iii) saúde (5,4% para 5,9%) e iv) serviços pessoais (0,8% para 0,9%).

Entre as principais despesas com redução da participação destaca-se o item “alimentação”, que encolhe relativamente sua participação entre o primeiro (17,1%) e o segundo

período (16,1%), confirmando o esperado, conforme conceituado pela Lei de Engel³⁵, e o item educação (3,4% para 2,5%).

Tabela 2.12 - Evolução da composição das despesas em percentual da despesa total e média por item de despesa: 2002-2003 / 2008-2009

Item	2002-2003		2008-2009		Variação da média (%)
	Média das Famílias	Particip. (%)	Média das Famílias	Particip. (%)	
Despesa total	2.472,59	100	2.626,31	100	6,2
Despesa corrente	2.305,95	93,3	2.419,77	92,1	4,9
Despesa de consumo	2.038,87	82,5	2.134,77	81,3	4,7
Alimentação	423,16	17,1	421,72	16,1	(0,3)
Habitação	723,84	29,3	765,89	29,2	5,8
Vestuário	115,78	4,7	118,22	4,5	2,1
Transporte	375,90	15,2	419,19	16	11,5
Higiene	44,25	1,8	51,02	1,9	15,3
Saúde	132,39	5,4	153,81	5,9	16,2
Educação	83,29	3,4	64,81	2,5	(22,2)
Recreação	48,63	2,0	42,76	1,6	(12,1)
Fumo	14,19	0,6	11,62	0,4	(18,1)
Serviços pessoais	20,66	0,8	23,85	0,9	15,4
Despesas diversas	56,78	2,3	61,87	2,4	9,0
Outras despesas correntes	267,09	10,8	285,00	10,9	6,7
Aumento de ativo	117,70	4,8	152,09	5,8	29,2
Diminuição de passivo	48,94	2,0	54,45	2,1	11,3

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

Outro enfoque para se analisar a evolução dos gastos é considerar o valor médio despendido no início e no final do período para cada tipo de rubrica. A partir desse pressuposto, constatamos que o item educação sofre a maior variação negativa. Dentre os itens de consumo, a maior expansão da despesa média para as famílias ocorre no segmento “saúde”.

A partir desse quadro geral, é possível identificar alguns padrões genéricos de consumo das famílias brasileiras.

A apresentação concomitante da variação das parcelas médias gastas com o item e a participação do item no total da despesa permite verificar dois movimentos simultaneamente. É o

³⁵ Constata que quanto mais pobre a família/sociedade, maior a parcela do orçamento gasta em alimentação.

caso do item “habitação”, que tem uma expansão de gastos (médios) ao longo do tempo, mas mantém a mesma participação no início e final do período.

Refletindo a heterogeneidade das famílias brasileiras, a associação entre rendimento auferido e montantes gastos pode ser observada com distintos movimentos e tendências em cada item, permitindo identificar alguns padrões.

Tomando as informações de 2008-2009, é possível perceber que a rubrica “alimentação”, por exemplo, indica que à medida que cresce a renda, diminui a sua participação na despesa.

Para as famílias distribuídas na camada 10% mais pobre, o item representava 31,1% de seus gastos totais em 2008-2009 (Tabela 2.14). Essa participação vai se reduzindo paulatinamente a cada camada de renda até que, entre as famílias 10% mais ricas, as despesas em alimentação passem a significar apenas 9,5% de seus gastos totais.

O comportamento com o item “educação” inverte-se (em relação à “alimentação”), ou seja, aumenta o peso do dispêndio à medida que se eleva o rendimento da família.

Para as famílias distribuídas no primeiro décimo de renda (o mais pobre) a despesa em educação representou 1,1% da despesa total e no último décimo 2,8% em 2008-2009. Esse tipo de tendência já havia sido observado anteriormente, com base na versão 2002-2003 da POF, embora a comparação tenha sido feita entre gastos em educação e despesas correntes (e não despesas totais).

A participação dos gastos com educação nas despesas correntes é maior para as famílias com renda familiar *per capita* mais alta, com exceção daquelas situadas no último décimo da distribuição de renda. Para as famílias desse último décimo, a participação dos gastos com educação cai em relação às famílias situadas no décimo imediatamente anterior (CASTRO e VAZ, 2007, p. 85).

Na perspectiva temporal (2002-2003 e 2008-2009) percebe-se que os dois décimos mais altos de renda tiveram as maiores quedas no comprometimento de recursos em relação às despesas totais. Em outras palavras, as famílias da camada 10% mais rica destinavam 4,3% de seus gastos em educação no primeiro momento (2002-2003), passando a gastar apenas 2,8% de seus gastos totais. No caso das famílias do décimo imediatamente anterior, o comprometimento passou de 5,1% para 3,5% (Tabela 2.13 e 2.14).

Tabela 2.13 - Estrutura de gastos das famílias em décimos de renda (hierarquizadas por renda familiar *per capita*) Brasil 2002-2003

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	Total
Despesa total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Despesa corrente	97,4	97,1	96,8	96,1	95,7	95,3	94,3	93,5	93,6	90,1	93,3
Despesa de consumo	95,6	94,4	92,9	91,7	90,3	88,6	86,8	84,5	82,9	72,3	82,5
Alimentação	37,0	32,5	28,5	25,8	24,6	21,2	19,2	16,4	13,9	9,8	17,1
Habitação	33,2	33,3	34,9	33,6	33,6	32,7	31,6	30,9	28,1	24,9	29,3
Vestuário	5,9	6,6	6,4	6,4	6,0	5,9	5,4	4,8	4,5	3,2	4,7
Transporte	8,4	9,6	10,1	11,9	11,5	13,7	15,2	15,7	18,2	17,0	15,2
Higiene	2,6	2,6	2,6	2,4	2,4	2,3	2,1	1,9	1,7	1,1	1,8
Saúde	3,5	4,0	4,3	5,0	5,2	5,3	5,1	5,7	5,5	5,8	5,4
Educação	1,1	1,2	1,4	1,4	1,8	2,1	2,7	3,2	5,1	4,3	3,4
Recreação	0,9	1,1	1,2	1,5	1,5	1,8	1,8	2,2	2,4	2,2	2,0
Fumo	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	0,8	0,7	0,6	0,4	0,3	0,6
Serviços pessoais	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	1,0	0,8	0,8
Despesas diversas	1,4	1,7	1,6	1,9	2,0	2,1	2,1	2,3	2,2	2,8	2,3
Outras desp correntes	1,8	2,7	3,9	4,4	5,3	6,6	7,5	9,0	10,8	17,9	10,8
Aumento de ativo	2,2	2,2	2,4	2,7	2,9	3,4	3,9	4,1	4,0	7,4	4,8
Diminuição de passivo	0,3	0,7	0,9	1,2	1,4	1,3	1,8	2,4	2,4	2,5	2,0

Fonte: POF 2002-2003 – microdados - elaboração própria

Tabela 2.14 - Estrutura de gastos das famílias em décimos de renda (hierarquizadas por renda familiar *per capita*) Brasil 2008-2009

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	Total
Despesa total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Despesa corrente	97,2	96,4	96,3	96,0	95,4	95,0	93,7	93,5	91,6	88,1	92,1
Despesa de consumo	94,6	92,9	91,9	90,8	89,3	88,2	86,0	84,5	80,5	70,7	81,3
Alimentação	31,1	27,6	25,3	23,2	21,7	19,6	18,0	16,5	13,7	9,5	16,1
Habitação	34,2	33,5	33,7	33,0	33,0	32,9	31,5	30,2	28,0	25,0	29,2
Vestuário	6,2	6,2	6,1	6,1	5,4	5,3	5,0	4,7	4,2	3,3	4,5
Transporte	9,7	11,4	12,0	13,3	14,1	14,7	15,8	16,4	17,9	17,6	16,0
Higiene	3,1	3,0	3,0	2,8	2,7	2,5	2,2	2,1	1,7	1,2	1,9
Saúde	4,8	5,1	5,4	5,5	5,7	6,0	6,0	6,5	6,0	5,8	5,9
Educação	1,1	1,5	1,3	1,5	1,6	1,9	2,3	2,6	3,5	2,8	2,5
Recreação	1,2	1,4	1,4	1,6	1,5	1,5	1,6	1,7	1,8	1,7	1,6
Fumo	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,5	0,3	0,2	0,4
Serviços pessoais	0,8	0,8	0,9	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	0,9	0,8	0,9
Despesas diversas	1,5	1,6	1,9	2,0	2,1	2,1	2,0	2,4	2,5	2,8	2,4
Outras desp correntes	2,6	3,5	4,4	5,3	6,1	6,7	7,7	9,0	11,1	17,4	10,9
Aumento de ativo	2,0	2,5	2,3	2,5	3,0	3,0	4,3	4,2	6,1	9,5	5,8
Diminuição de passivo	0,8	1,1	1,3	1,5	1,6	2,0	2,0	2,3	2,3	2,4	2,1

Fonte: POF 2008-2009 – microdados - elaboração própria

Na próxima tabela (2.15) é possível observar a evolução temporal da despesa média gasta por item e para as famílias distribuídas entre os diversos décimos de rendimento.

Nesse caso, as despesas totais apresentaram variação positiva para as famílias distribuídas em todos os décimos de renda, ou apresentando de outra maneira, em todos os estratos as unidades de consumo passaram a gastar mais. Contudo, os aumentos são mais acentuados para as famílias das faixas inferiores do que para as demais.

Os gastos em consumo acompanham o mesmo perfil, repetindo o comportamento captado para os domicílios mais ricos e mais pobres em relação às despesas totais.

Entre os itens de consumo é preciso assinalar três tipos de perfil. Alguns apresentaram elevação de gastos, ao longo do tempo, para as famílias de todas as camadas, desde as mais pobres às mais ricas. Fazem parte deste grupo as seguintes categorias “transporte”, “higiene”, “saúde”, “serviços pessoais” e “despesas diversas”.

No segundo perfil, encontra-se o item “fumo”, que, ao contrário, mostra comportamento inverso, isto é, ocorreu redução de gastos para todos os níveis de rendimento e com uma tendência de contração destes (gastos) cada vez mais elevada à medida que a renda aumenta.

Em outro tipo de classe, constam as categorias com comportamento misto, por apresentarem entre os dois períodos algumas camadas de rendimento com expansão de gastos e outras com redução. Nesse segmento estão itens como educação e recreação, nos quais as famílias distribuídas nas faixas de renda mais pobres elevaram seus gastos enquanto as distribuídas nas camadas de renda mais elevadas reduziram-nos. Vestuário tem um comportamento semelhante à educação e recreação, em que pese o aumento de gastos registrado para o décimo mais rico de famílias.

Surpreendentemente, a categoria “alimentação” mostra tendência de redução para as famílias mais pobres e elevação dos dispêndios para as de rendimentos mais elevados. Talvez esse perfil esteja associado à aquisição de produtos importados e à alimentação fora de casa, cabendo estudo mais detalhado futuramente.

A expansão de renda do período, como é possível constatar através dos dados da POF, também impactou no maior aumento de ativo para as famílias 20% mais ricas e na diminuição de passivo com muito maior contundência para as famílias mais pobres. Para as unidades de consumo 10% mais pobres, por exemplo, a diminuição do passivo atinge o nível máximo. Em

outras palavras, a dinâmica do período revela que as famílias mais ricas enriqueceram patrimonialmente, enquanto as mais pobres trataram de quitar suas dívidas.

A comparação entre renda e gastos médios totais trouxe à tona outras evidências, como o fato de que algumas famílias estejam vivendo além dos seus orçamentos. Esse comportamento já havia sido detectado em estudo anterior (HOFFMANN, 2010), embora o autor tenha hierarquizado as pessoas de acordo com a renda familiar *per capita* e não as famílias como nesta pesquisa.

Tabela 2.15 - Variação percentual por categoria de despesa para as famílias brasileiras distribuídas em décimos de renda familiar *per capita*: 2002-2003 / 2008-2009

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Despesa total	9,0	11,7	10,4	12,4	9,1	6,7	7,0	0,7	3,5	6,2
Despesa corrente	8,7	10,9	9,8	12,3	8,7	6,3	6,4	0,8	1,2	3,8
Despesa de consumo	7,7	9,9	9,1	11,3	7,8	6,2	6,1	0,8	0,5	3,9
Alimentação	(8,2)	(4,9)	(1,8)	0,8	(4,0)	(1,0)	0,5	1,5	2,0	2,8
Habitação	12,3	12,3	6,6	10,5	7,2	7,4	6,7	(1,3)	3,0	6,5
Vestuário	15,7	5,0	4,4	6,8	(1,4)	(4,5)	(1,7)	(1,2)	(3,3)	8,1
Transporte	26,2	32,2	31,8	25,9	33,6	14,5	11,3	5,2	1,8	10,3
Higiene	25,5	27,8	28,0	35,2	19,7	13,9	10,4	9,5	5,6	11,1
Saúde	47,8	41,8	38,2	23,3	20,9	21,7	27,0	14,0	12,4	7,5
Educação	10,0	36,8	3,1	20,3	(4,4)	(1,7)	(8,5)	(16,3)	(27,8)	(32,0)
Recreação	47,2	42,6	24,6	22,5	14,2	(7,9)	(5,1)	(22,8)	(23,5)	(19,2)
Fumo	(12,6)	(13,3)	(12,2)	(8,7)	(22,1)	(14,5)	(13,4)	(17,9)	(21,9)	(31,1)
Serviços pessoais	47,8	37,6	23,2	32,2	16,2	35,9	27,4	12,2	0,9	10,1
Despesas diversas	18,7	1,6	27,3	16,0	13,8	3,1	4,0	3,2	19,2	5,8
Outras desp correntes	59,0	44,2	26,6	34,3	24,3	8,8	10,2	0,7	6,3	3,6
Aumento de ativo	(0,5)	24,4	9,7	1,6	14,0	(5,2)	16,1	3,1	57,8	36,4
Diminuição de passivo	100,0	83,1	69,6	39,7	22,2	62,6	19,0	(4,2)	1,1	3,9

Fonte: POFs – microdados - elaboração própria

Além do impacto da renda influenciando os perfis de gastos, outros elementos vão também interferir. É possível conferir na tabela que se segue os diferentes perfis de renda e gastos conforme as características sociodemográficas do responsável pelo domicílio.

Nesse sentido, destaca-se que homens não negros apresentaram maiores rendimentos e gastos médios do que as mulheres em geral e do que homens negros nos dois períodos. Na evolução temporal, a variação da renda e dos gastos também privilegiou os homens, pois, a despeito da raça/cor, o aumento (da renda e dos gastos) foi superior ao das mulheres.

Tabela 2.16 - Evolução da renda média total e do gasto médio total segundo características demográficas do responsável pela família: Brasil 2002-2003 / 2008-2009

Características	2002-2003		2008-2009		Variação (%)	
	Renda Média	Gasto Médio	Renda Média	Gasto Médio	Renda (%)	Gastos (%)
Sexo/Raça cor						
Homem não negro	3.317,20	3.205,32	3.828,98	3.631,17	15,4	13,3
Mulher não negra	2.673,32	2.726,83	3.004,54	2.848,82	12,4	4,5
Homem negro	1.761,71	1.751,27	2.083,35	1.970,05	18,3	12,5
Mulher negra	1.582,62	1.502,52	1.687,12	1.639,51	6,6	9,1
Faixa etária						
Até 20	991,69	1.273,20	1.118,01	1.221,47	12,7	(4,1)
Mais de 20 a 30	1.570,20	1.729,62	1.774,88	1.865,27	13,0	7,8
Mais de 30 a 40	2.352,18	2.370,70	2.501,09	2.518,41	6,3	6,2
Mais de 40 a 50	3.035,72	3.003,11	3.038,60	2.984,20	0,1	(0,6)
Mais de 50 a 60	3.148,44	2.887,58	3.376,63	3.133,85	7,2	8,5
Mais de 60	2.328,28	2.137,42	2.927,79	2.479,00	25,7	16,0
Anos de estudos						
Até 4 anos	1.452,89	1.439,57	1.603,89	1.501,76	10,4	4,3
Mais de 4 a 8	1.931,71	1.958,60	2.021,69	1.970,36	4,7	0,6
Mais de 8 a 11	3.141,04	3.097,36	2.881,36	2.788,11	(8,3)	(10,0)
Mais de 11 a 14	6.063,21	5.977,04	5.192,82	4.802,03	(14,4)	(19,7)
Mais de 14	8.795,92	8.189,80	8.148,41	7.643,74	(7,4)	(6,7)
Região						
Norte	1.743,06	1.769,97	2.100,62	2.015,15	20,5	13,9
Nordeste	1.486,70	1.537,31	1.764,93	1.698,44	18,7	10,5
Sudeste	3.088,29	2.978,62	3.350,99	3.136,50	8,5	5,3
Sul	2.679,46	2.601,96	3.056,97	3.038,58	14,1	16,8
Centro Oeste	2.459,63	2.405,58	2.827,87	2.590,37	15,0	7,7
Área						
Capital	2.797,47	2.660,63	3.533,59	3.235,05	26,3	21,6
Reg Metropolitana	3.425,69	3.330,30	3.554,05	3.380,68	3,7	1,5
Resto da UF	2.272,29	2.247,84	2.586,61	2.475,27	13,8	10,1
Rural	1.219,21	1.199,72	1.482,47	1.396,67	21,6	16,4
Brasil	2.487,67	2.436,31	2.766,96	2.628,11	11,2	7,9

Fonte: POFs – microdados - elaboração própria

Quanto ao aspecto etário, o auge dos rendimentos é registrado para os responsáveis com idade entre 50 a 60 anos. Esse perfil se repete em relação aos gastos totais, mas apenas no último período (2008-2009). No início da década – 2002-2003 – foram os chefes de família de 40 a 50 anos que mostraram os gastos mais elevados. Provavelmente entre os chefes de família com 60

anos ou mais há um número maior de aposentados, o que faz decrescer o rendimento médio em relação à faixa etária anterior. Todavia, ao longo do tempo foram justamente esses (60 anos ou mais) que apresentaram as mais elevadas variações de renda (25,7%) e de gastos (16%).

No que diz respeito à escolaridade, confirma-se a associação positiva entre esta e o rendimento das famílias. Tanto para o primeiro quanto para o segundo período, as unidades de consumo presididas por responsáveis com mais anos de estudos (14 ou mais) exibiram os maiores rendimentos e gastos médios do que os demais estratos. Contudo, a variação positiva de renda e gastos, ao longo do tempo, se deu justamente e apenas para as famílias cujo responsável possuía ensino de nível fundamental ou inferior. A explicação para isso se assenta sobre a formalização dos contratos do trabalho e a valorização real do salário mínimo, possibilitando a inclusão de trabalhadores mantidos na informalidade até então. A consequência imediata foi a elevação do rendimento familiar e a redução das diferenças de renda entre as famílias brasileiras. Ademais, a ampliação do crédito doméstico e de seu acesso a essas famílias (de baixa renda e escolaridade) resultou no aumento positivo da renda média e dos gastos médios totais.

Outro aspecto importante é a questão regional. De fato, através do conteúdo da Tabela 2.16, ficam claras as diferenças entre as cinco grandes regiões brasileiras e a supremacia da região Sudeste no que se refere à renda e gastos das famílias. Os mais elevados rendimentos e gastos médios foram registrados para as famílias que residem no Sudeste, tanto no início da década quanto ao final. Todavia, as famílias das regiões consideradas mais pobres – Norte e Nordeste – apresentaram as mais altas variações de renda ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, as unidades de consumo da região Sudeste mostraram o menor crescimento, da renda entre todas, embora tenha se mantido positivo. Isso reforça o argumento de que a maior ocorrência de empregos formais no período tenha sido especialmente benéfica para locais considerados historicamente mais pobres, como é o caso das regiões Norte e Nordeste. Em relação aos dispêndios, as duas regiões – Norte e Nordeste – foram apenas superadas pela região Sul, comprovando a sinergia entre consumo e mercado de trabalho. Cabe enfatizar que as famílias da região Sul mostraram uma variação média do consumo superior ao da renda.

O corte espacial por área indica que os mais altos rendimentos e consumo são provenientes das famílias das regiões metropolitanas. No outro extremo, ou seja, as famílias de renda e gasto menores, vivem em áreas rurais. Todavia, a diferença que separa as famílias dessas duas áreas se reduz substancialmente ao longo do período estudado. Em 2002-2003 as unidades

de consumo das regiões metropolitanas tinham renda média 180% superiores do que aquelas captadas para as famílias rurais. Já em 2008-2009 essa diferença reduz-se para 140%. Quanto ao consumo, as despesas das primeiras (famílias de área metropolitana) superavam as das segundas (famílias de áreas rurais) com muito maior vigor no início dos anos 2000 (177,6%) do que no seu final (142%).

Ressalte-se novamente o caráter que as políticas de renda e o dinamismo do mercado de trabalho tiveram, ao longo do tempo, para incorporar população de áreas normalmente reconhecidas como de pequena renda, como é o caso da dimensão rural. Contudo, coube às famílias residentes em capitais o maior crescimento da renda e gasto médio, seguidas de perto pelas famílias de áreas rurais. Paralelamente, os domicílios das áreas metropolitanas apresentaram a menor variação da renda e do consumo ao longo do tempo, comparativamente às famílias de outras áreas.

Além da dinâmica da renda e do consumo, a evolução das condições de vida também podem ser captadas nas POFs, pelos resultados de um questionário aplicado à pessoa de referência da famílias.

2.6 Evolução das condições de vida conforme as POFs – 2002-2003 / 2008-2009

Quatro dimensões genéricas podem ser destacadas no inquérito sobre a avaliação das condições de vida: i) a percepção sobre a suficiência de renda, ii) a percepção sobre a suficiência de alimentos, iii) a percepção sobre o tipo de alimento consumido e aquele desejado e iv) avaliação da moradia.

A motivação para investigar as percepções foi propiciar análise complementar à das informações estatísticas objetivas que, tradicionalmente, a qualidade de vida da população brasileira (IBGE, 2010, p. 79).

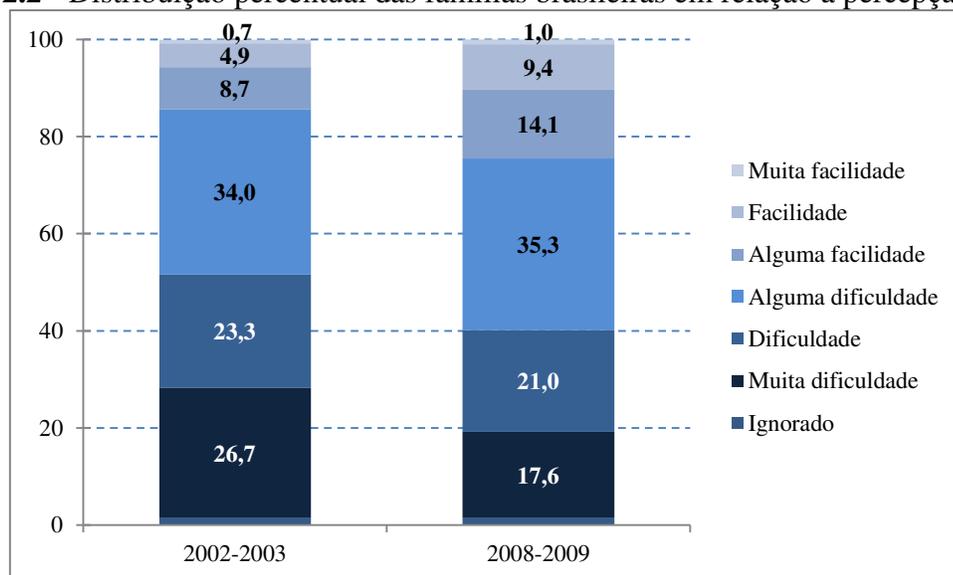
Na dimensão renda foi solicitado ao responsável que classificasse a capacidade da família de levar a vida até o fim do mês com a renda total auferida. A graduação inicia-se com a categoria “muita dificuldade” até “muita facilidade”.

Entre os dois tempos estudados, reduz-se a proporção de famílias que se declaram em dificuldade ou muita dificuldade para terminar o mês com a renda total e eleva-se a proporção daquelas que percebem muita facilidade, facilidade ou alguma facilidade. Também é possível constatar o aumento da proporção de famílias que se declara com alguma dificuldade, mas muito

provavelmente resultante de famílias que migraram de situação inferior em 2002-2003, ou seja, famílias que anteriormente se declaravam em situação de dificuldade. Portanto, o aumento da massa de rendimentos do período é captado por meio da percepção subjetiva dos responsáveis pelas famílias (Gráfico 2.2).

Indagados ainda sobre o valor mínimo mensal de recursos necessários para que a família pudesse chegar ao final do mês, as respostas indicaram a média de R\$ 2.308,07 (2008-2009).

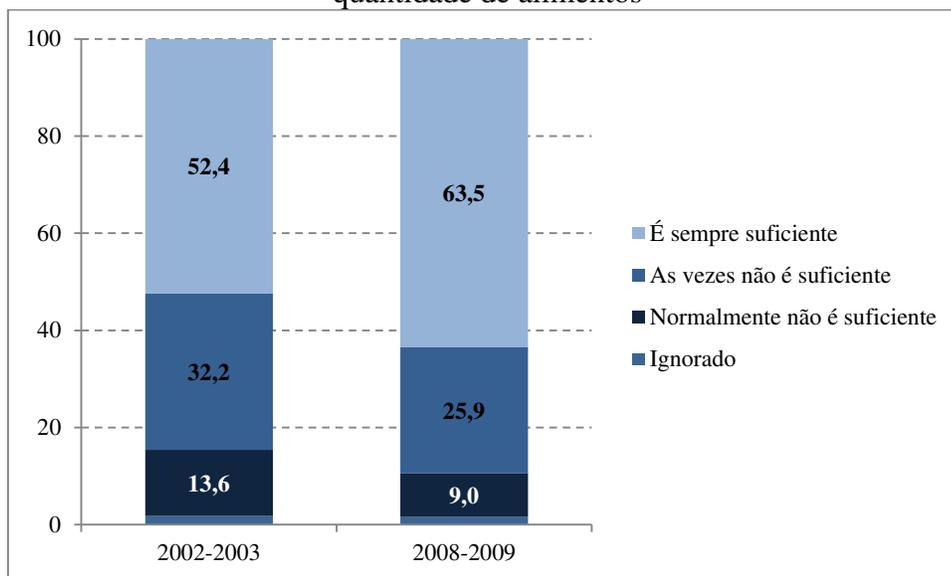
Gráfico 2.2 - Distribuição percentual das famílias brasileiras em relação à percepção de renda



Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

A capacidade de consumo verificada por um item básico que é a aquisição da quantidade de alimentos desejada também apresenta uma evolução positiva. Em outras palavras, a proporção de famílias que consideram sempre suficiente a quantidade de alimentos adquirida aumenta em mais de onze pontos percentuais entre os dois intervalos de tempo estudados. O movimento é oposto quando a categoria de resposta indica que a quantidade de alimentos normalmente não é suficiente, pois as famílias (13,6%) que assim responderam em 2002-2003 reduziram-se em 2008-2009 (9%).

Gráfico 2.3 – Distribuição percentual das famílias brasileiras em relação à percepção da quantidade de alimentos

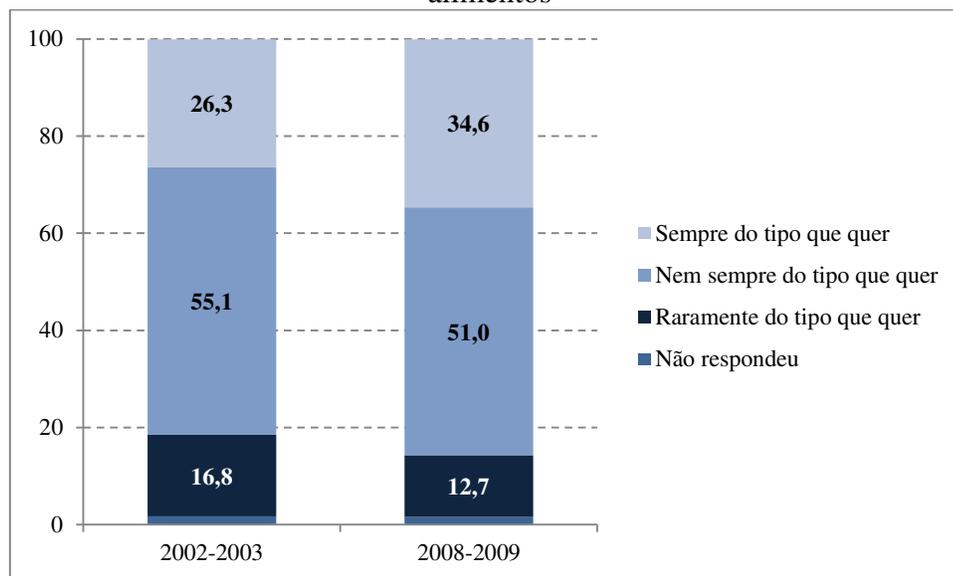


Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

Ainda versando sobre a alimentação familiar, duas outras indagações são formuladas. A primeira avalia a capacidade da família de consumir alimentos do tipo desejado e a segunda busca a classificação do porquê algumas delas não podem se alimentar da forma desejada. Ambas confirmam a trajetória positiva da renda e do consumo.

Em relação ao tipo de alimentos, 51% das famílias afirmaram que os alimentos consumidos nem sempre eram os desejados em 2008-2009 (55,1% em 2002-2003). Acrescentem-se ainda as famílias que declararam raramente consumirem alimentos preferidos e atinge-se a proporção de 63,7%, ou seja, mais da metade das famílias brasileiras reportaram algum grau de insatisfação quanto ao tipo de alimento consumido (71,9% em 2002-2003). O Gráfico 2.4 apresenta as proporções das famílias distribuídas de acordo com as categorias de percepção.

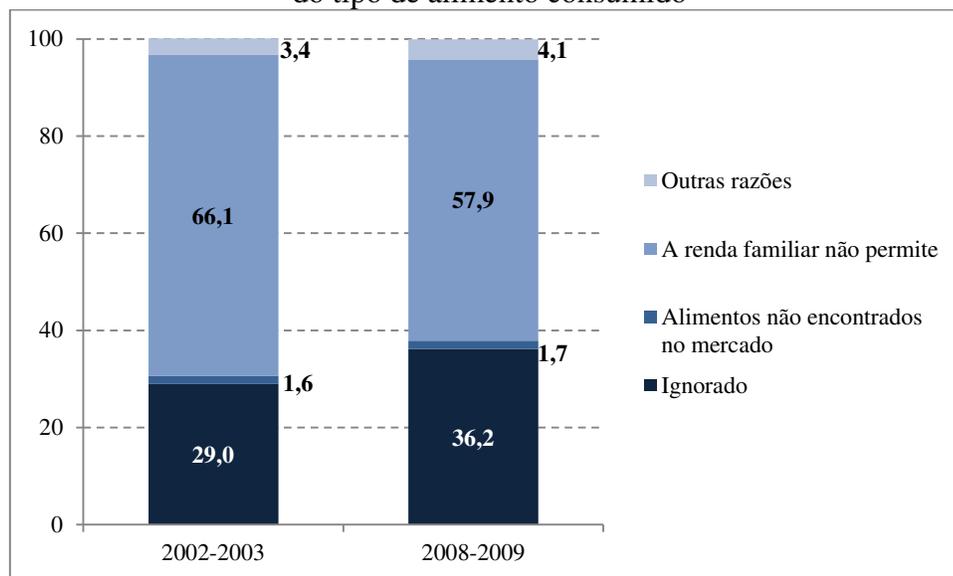
Gráfico 2.4 - Distribuição percentual das famílias brasileiras em relação à percepção do tipo de alimentos



Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

Para o total de famílias insatisfeito com o tipo de alimento consumido (63,7% em 2008-2009), mais da metade (57,9%) atribui o motivo à renda, ou seja, o rendimento total da família é insuficiente para permitir a aquisição do produto desejado. Comparativamente ao período anterior, 2002-2003, a situação apresenta melhoria, pois, naquele momento, as famílias que não podiam adquirir os alimentos desejados em razão da pouca renda, proporcionalmente eram bem mais (66,1%). O Gráfico 2.5 mostra com maior riqueza a distribuição das famílias conforme as categorias de causa pela insatisfação.

Gráfico 2.5 – Distribuição percentual das famílias brasileiras em relação à razão da insatisfação do tipo de alimento consumido



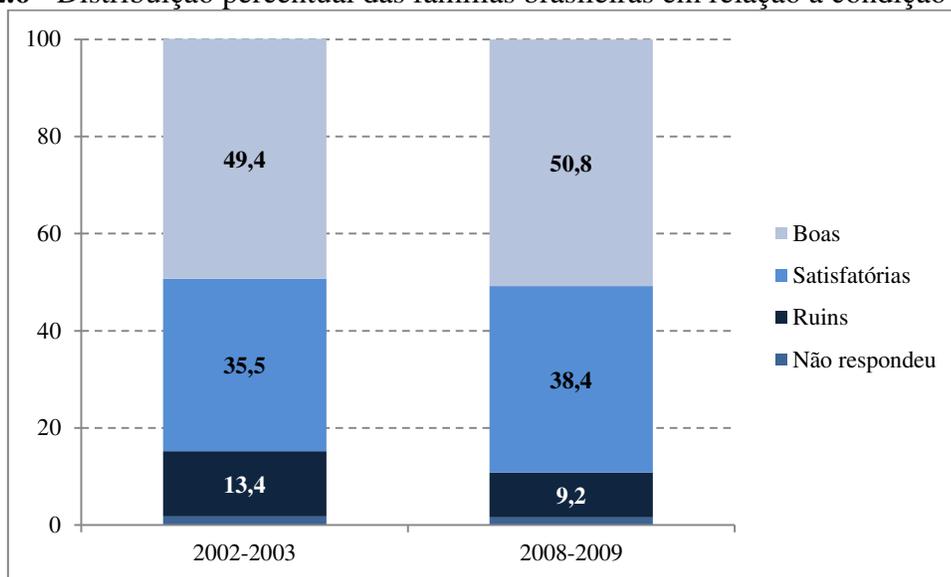
Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

O questionário ainda inclui uma pergunta sobre o valor mínimo mensal de recursos necessários para cobrir os gastos com alimentação de toda a família. O valor médio encontrado como resposta dos chefes foi de R\$ 601,67 (2008-2009), ou seja, quase um quarto do declarado como renda mínima necessária.

Outra dimensão da análise inclui a avaliação sobre a moradia das famílias. Infraestrutura básica é um dos itens que vem sendo incorporado para a avaliação das condições de vida da população. Entre as opções possíveis no questionário, a pessoa de referência da família poderia classificar as circunstâncias de sua moradia como: i) ruins, ii) satisfatórias, iii) boas, além de não responder ou ignorar, agregadas em uma única categoria. A maioria das famílias qualificou sua moradia como boa (50,8% em 2008-2009 e 49,4% em 2002-2003) e com uma trajetória positiva, isto é, muito mais famílias melhoraram a situação de moradia no período mais recente (2008-2009) em contraponto com o período anterior (2002-2003). Os dados (Gráfico 2.6) também revelam que a minoria das famílias qualifica sua própria morada como de qualidade “ruim” embora as proporções sejam ainda significativas (9,2% em 2008-2009 e 13,4% em 2002-2003), mas, com evolução positiva ao longo do tempo.

Renda, alimentação e habitação como itens fundamentais de sobrevivência foram tratados nessa primeira abordagem genérica possibilitada pela disponibilidade de dados.

Gráfico 2.6 - Distribuição percentual das famílias brasileiras em relação à condição de moradia



Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

Outras dimensões, como a oferta de serviços em sua maioria de oferta pública, também é objeto de consulta. Entre os itens de avaliação constam: serviço de água, coleta de lixo, iluminação, limpeza e manutenção de rua, escoamento pluvial, energia residencial, transporte coletivo, serviço de educação, serviço de lazer e esporte e esgotamento sanitário.

Em relação ao serviço de educação cerca de 1,5% das famílias alegam não ter acesso mesmo em período recente (2008-2009).

Todavia, para este trabalho, a apresentação da satisfação em das famílias em relação à renda e a itens básicos como a capacidade de aquisição de alimentos e a moradia são suficientes.

2.7 Considerações gerais

Lançando um olhar sistêmico sobre o conjunto dos três eixos estudados neste capítulo: população, renda e consumo no contexto econômico dos anos 2000 no Brasil, é possível tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, no que se refere à evolução demográfica, o fator de maior relevância é a desaceleração do crescimento populacional, aqui registrado através das duas POFs (2002-2003 e 2008-2009), pois, apesar de ainda aumentar (8,4%), apresenta uma velocidade de crescimento bem inferior aos seus dados históricos. Pode-se inclusive constatar que a população cresce em níveis menores do que aos da proliferação do número de famílias (19,1%). De acordo com as

POFs, o tamanho médio da família se reduz de 3,6 em 2002-2003 para 3,3 em 2008-2009. Essa tendência tem repercussões positivas sobre uma série de variáveis econômicas e sociais, como no mercado de trabalho e no acesso escolar. A redução da pressão crescente impondo a criação contínua e também crescente de postos de trabalho para a População Economicamente Ativa (PEA) traz alívio para a taxa de desemprego, assim como a desaceleração da população em idade escolar sobre a rede de ensino. Tanto uma (PEA) quanto a outra reduzem o ímpeto de seu crescimento durante o período estudado e a despeito da baixa variação positiva do PIB a partir de 2011, o mercado de trabalho segue com taxa de desocupação de pleno emprego. Menezes Filho e Scorzafave (2008) já haviam antecipado este cenário, estimando que variações de curto prazo no PIB teriam pouco efeito no processo de geração de empregos, sobretudo sobre o setor de serviços e trabalhadores menos escolarizados. A população em idade escolar (0 a 24 anos) que representava 48,7% da população brasileira em 2002-2003, segundo a POF, restringe-se a 42,5% em 2008-2009. As projeções do IBGE indicam declínio constante das taxas de crescimento populacional, sendo que a relação entre a população ativa e seus dependentes, expressa pela razão de dependência, revela-se com o mesmo perfil das sociedades desenvolvidas da Europa apenas por volta de 2030. Sem contar mais com a intensa migração rural-urbana que caracterizou o interregno 1950-1970 no Brasil, as estimativas indicam estabilidade da população rural em torno de 30 milhões de habitantes (BRITO, 2008c).

Ainda no aspecto demográfico, confirma-se a redução da taxa de fecundidade pela tendência de os casais adiarem a opção de terem filhos ou de simplesmente recusarem a reprodução observada através do vigoroso aumento do arranjo “casais sem filhos” (50,1%) *vis-à-vis* à variação do número de famílias brasileiras (19,1%) no mesmo período. O aumento do arranjo “unipessoal” também é bastante expressivo (39,3%).

Todavia, restringir o desempenho da criação de vagas no mercado de trabalho e a universalização de acesso ao ensino fundamental aos aspectos demográficos é uma redução analítica. Há que se reconhecer outros aspectos como a contribuição das políticas públicas para os avanços sociais recentes no país e porque não dizer da política macroeconômica que permitiu o país passar por uma crise internacional – 2008/2009 – com ausência de endividamento externo de curto e médio prazos, reservas internacionais robustas e baixa inflação.

Na dimensão da renda observa-se que mais de 90% do rendimento das famílias brasileiras advém do trinômio: trabalho, transferências e renda não monetária³⁶ tanto no primeiro momento quanto no segundo. Os resultados das POFs ao longo do período confirmam a elevação da renda total das famílias brasileiras (9,5%) e uma redução da desigualdade entre elas. Em outras palavras, os estratos de menor renda tiveram seus rendimentos elevados mais intensamente do que os estratos superiores. Isso ocorre tanto no país como em cada uma de suas grandes regiões. Diferentemente do que havia acontecido em momentos anteriores, o crescimento não se concentrou espacialmente e ainda se expandiu relativamente a taxas mais elevadas nas regiões de menor grau de desenvolvimento econômico como o Norte e o Nordeste. Aliás, a percepção de melhoria de condições de vida dos brasileiros durante o período vai além da renda como constatado nos inquéritos das POFs.

Acrescentando o componente demográfico a essa dinâmica são as famílias de maior tamanho médio que apresentaram as maiores elevações da renda total. Em termos gerais, as famílias 70% mais pobres mostraram variações acima de um dígito (Tabela 2.8), paralelamente ao aumento de um dígito registrado para as famílias 30% mais ricas. Isso significa que 145,3 milhões de pessoas tiveram sua renda familiar elevada em 10% ou mais ao mesmo tempo em que para as pessoas mais ricas (44,7 milhões) esse aumento foi bem menor (máximo de 8%). De fato, as informações da renda das famílias sob o recorte de arranjo familiar reforçam esse movimento, pois são justamente as unidades de despesa do tipo “estendida”, aquelas que incluem maior número de membros, que apresentaram a variação da renda total mais alta (Tabela 2.7). No início dos anos 2000 (2002-2003), os maiores níveis de renda eram registrados para arranjos dos tipos “pai com filhos” e “casal com filhos”. No final dos anos 2000 (2008-2009) permanece o tipo “pai com filhos”, mas a composição nuclear (casal com filhos) é substituída pelo arranjo familiar de tipo “estendido”.

Além disso, segmentos demográficos reconhecidamente vulneráveis apresentaram os maiores crescimentos de renda ao longo do tempo. É o caso, por exemplo, das famílias chefiadas por homens negros (Tabela 2.16), bem como por pessoas com mais de 60 anos. Essa última camada da população inclui em sua maioria os aposentados, mas a elevação real do salário mínimo ocorrida a partir de 2004 teve implicação direta sobre os montantes recebidos a título de aposentadorias e pensões. Provavelmente a subida da remuneração desses indivíduos que

³⁶ Lembrando que ela ocorre, por exemplo, por meio da retirada e consumo de um produto.

anteriormente eram obrigados a retornar ao mercado de trabalho para complementar seus respectivos rendimentos pode ter minimizado a pressão sobre os postos e vagas disponíveis. Esse tipo de padrão induziria a um efeito virtuoso, isto é, o menor contingente de idosos em busca de emprego permitiria maior número de vagas livres para o restante da PEA. Os resultados das POFs impõem ainda uma reflexão quanto à evolução da associação entre ganhos e escolaridade. De fato, os chefes de família de menor nível de instrução – até 4 anos de estudos – surpreenderam com a mais alta variação de rendimento total médio da família (10,4%), ao mesmo tempo em que ocorria uma variação negativa (7,4%) para aqueles com mais de 14 anos de estudos. Todavia, o que aconteceu foi uma aproximação da distância abissal que separa o rendimento desses dois grupos. No início de 2000 (2002-2003) os responsáveis pelas famílias, com mais de 14 anos de estudos, possuíam uma renda familiar média total seis vezes superior aos responsáveis com até quatro anos de escolaridade. No final dos anos 2000 (2008-2009) essa diferença continua grande, mas se reduz, passando para cinco vezes mais. Quanto à abordagem espacial, os chefes de famílias do meio rural, apesar de registrarem a menor renda média comparativamente às demais áreas (capitais, regiões metropolitanas, outros municípios) nos dois períodos, mostraram uma das mais altas variações (21,6%) ao longo do tempo, superada apenas pelos residentes em capitais. Os menores aumentos no rendimento médio ficaram por conta das famílias residentes nas regiões metropolitanas.

Como mais de 70% dos rendimentos das POFs provém do trabalho, a melhoria dos indicadores de renda sugere que a estrutura de emprego evoluiu ao longo da década de forma a oferecer melhores oportunidades de renda para famílias de maior fragilidade social. Neste sentido, cabe destacar também o papel crescente das transferências de renda do período através dos programas sociais e das aposentadorias públicas.

O terceiro eixo trata de focalizar os avanços do período em relação ao consumo das famílias. Nesse sentido, uma característica fundamental da economia brasileira foi a possibilidade da abertura de crédito para o estrato de baixa renda da população com o conseqüente aumento no consumo de serviços e bens de consumo duráveis. Vale distinguir aqui os ganhos associados à aquisição de bens e serviços de consumo ocorridos em paralelo a avanços limitados de acesso a bens e serviços públicos.

Observado o impacto da renda sobre os gastos, o fato da variação do rendimento ter sido mais intensa, ao longo do período, para os mais pobres, implicou em maior poder aquisitivo para

essas famílias que apresentaram variações muito mais altas de gastos em itens como: habitação, vestuário, transporte, higiene, saúde, educação, recreação e serviços pessoais do que as famílias mais ricas. Destacando apenas um tipo de despesa a título de exemplo, com saúde, os domicílios distribuídos entre o décimo mais pobre tiveram seus gastos aumentados em 47,8% e, em paralelo, os domicílios no décimo mais rico registraram um aumento de 7,5%. Sabe-se que as famílias mais numerosas estão na base da distribuição e a evolução do comportamento da despesa pode indicar a busca de planos de saúde privada para proteger os seus membros neste segmento de renda, grupo cujo acesso se dá via rede pública.

Em suma, as informações de renda articuladas com as de consumo e as de composição das famílias mostram que: a) houve redução do tamanho médio em todos os estratos, b) as famílias mais numerosas são as de menor renda familiar *per capita*, c) as famílias mais pobres apresentaram uma elevação de rendimento e despesas superior às demais famílias.

Nesse sentido, foi possível constatar uma aproximação tanto no tamanho médio das famílias quanto em termos de renda e consumo. Os arranjos familiares de tipo “estendido” ou com maior número de componentes comprovam, por outro ângulo, a constatação descrita. Ele apresentou a maior variação positiva na renda e nos gastos. Apesar de ainda serem superadas pelo tipo “casal com filhos” em termos de gastos médios no final do período – 2008-2009 – o aumento de suas despesas médias deixou para trás os demais tipos de arranjos. A variação registrada foi de 28,5% entre o início e o final do período estudado e, no mesmo interregno, as famílias brasileiras mostraram um aumento de despesas médias bem inferiores (6,2%).

Assim como ocorreu com a renda, são as famílias com características demográficas historicamente conhecidas como mais frágeis e vulneráveis que apresentaram as maiores elevações de gastos médios. Nesse sentido, chama a atenção os aumentos ocorridos para as famílias da região Norte, das áreas rurais, dos chefes de família negros, daqueles com níveis inferiores de escolaridade ou em faixa etária mais idosa.

Até aqui diversas constatações parecem refutar a hipótese central, ou seja, constata-se uma estabilidade temporal das pessoas em idade escolar, observa-se a redução da participação das despesas em educação nas despesas totais e o valor médio do gasto em educação sofre a maior queda (22,2%) comparada aos demais itens de gastos. Em oposição, há um aumento da renda das famílias de baixa renda e o crescimento de estudantes matriculados na rede privada de ensino. Essa aparente contradição será explorada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

Estrutura e evolução dos gastos das famílias em educação

3.1 Introdução

Este capítulo tem por escopo o estudo dos gastos em educação das famílias brasileiras ao longo dos anos 2000, considerando os três eixos relacionados no capítulo anterior: a composição populacional³⁷, a evolução da renda e a evolução do padrão de gastos³⁸.

Retomando-se a hipótese central deste trabalho e observada a evolução etária da população brasileira registrada anteriormente (Capítulo 2) supõe-se que as despesas em educação deveriam ser canalizadas, sobretudo, para o ensino superior, com a expansão do número de alunos. Além disso, em se tratando do gasto médio por domicílio, há que se considerar uma possível atenuação dessas despesas devido à proliferação do número de famílias.

De acordo com Castro e Vaz (2007), os gastos com o setor privado são bastante abrangentes, pois além dos dispêndios das famílias e indivíduos, ainda incluem outros atores sociais como “associações, empresas privadas e entidades privadas sem fins lucrativos – Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (Senac), sindicatos, igrejas, clubes, etc.”. Contudo, parte da insuficiência dos dados relacionados ao setor privado foi sanada com as informações sobre gastos das famílias contidas na publicação da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE.

Dessa forma, na parte empírica faz-se uso dos microdados das POFs com inquéritos realizados nos anos 2000. Como visto anteriormente, a POF reúne uma gama de informações sobre as características sociais e demográficas dos estudantes e suas respectivas famílias. É possível, por exemplo, saber se o aluno está matriculado na rede pública ou privada, se a unidade de consumo tem gastos com nível superior de educação ou não, tratando-se, portanto, de um instrumento fundamental para ajudar a compreender quem são essas famílias, onde estão, quanto e em que gastam.

Assim, na próxima seção, intitulada “Material e Métodos” apresenta-se alguns aspectos conceituais necessários para a compreensão das análises que se seguem. Na terceira seção, reúne-

³⁷ Ver Tabelas 2.1, 2.2 e 2.8.

³⁸ Ver Tabelas 2.7, 2.8, 2.10, 2.11, 2.12, 2.15, 2.16.

se informações sobre a evolução tanto dos gastos em educação como de sua relação com os aspectos da evolução social e populacional, além da dinâmica regional, analisando como os impactos das mudanças atingem as despesas das famílias com o item “educação” nos diversos espaços do país de maneira diferenciada. Finalmente, na última seção, serão tecidas algumas considerações.

3.2 Material e métodos

As informações sobre despesas em educação contidas nas Pesquisas de Orçamentos Familiares – POFs – permitem a análise em três níveis de gastos: a) gastos totais realizados pelas famílias, b) gastos médios (para famílias com gastos e para todas as famílias) e c) gastos das famílias por aluno.

- a) Gastos totais – constituem-se na massa de recursos realizadas por todas as famílias e destinadas a itens de educação.
- b) Gastos médios – montante de despesas com educação realizadas no domicílio, dividido pelo número de famílias. Os gastos médios ainda podem se referir apenas às famílias com gastos como as famílias em geral, incluindo mesmo aquelas sem estudantes.
- c) Gastos por aluno – montante de despesas com educação de todos os estudantes dividido pelo número de alunos. Por exemplo, para o cálculo da despesa por aluno de curso regular, seguiu-se o seguinte procedimento: i) seleção das famílias com gastos em cursos regulares³⁹, ii) totalização dos gastos, iii) somatório do número de alunos da rede privada que estavam matriculados em cursos regulares e iv) razão dos gastos em educação em cursos regulares pelo número de alunos.

Neste trabalho, inicialmente serão abordadas informações sobre os gastos totais, mas se concentrará, sobretudo, nos gastos médios na maior parte, uma vez que se pretende fazer uma análise considerando a evolução populacional. Apresentar-se-á também algumas informações genéricas sobre os gastos por aluno,

Os gastos em educação na POF são assim conceituados:

³⁹ Alunos de instituições privadas com bolsa de gratuidade foram desconsiderados para o cálculo de despesas médias, tanto para as despesas com cursos regulares como para curso superior.

Despesas efetuadas com mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio), curso superior de graduação, outros cursos e atividades (curso supletivo, informática, cursos de idioma e outros), livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares (mochila escolar, merendeira etc.). Na linha 'outras' estão agregadas as despesas tais como: uniforme escolar, matrícula e outras despesas com educação (IBGE, 2010, p. 28).

Ainda de acordo com a organização estabelecida pelo IBGE para a POF, a estrutura dos gastos distribui-se entre os seguintes tipos: a) cursos regulares, b) curso superior, c) outros tipos de cursos, d) livros didáticos, e) artigos escolares e f) outros.

“Cursos regulares” (a) são constituídos por cursos pré-escolares e cursos de primeiro e segundo graus. O item seguinte, “curso superior” (b), dispensa maiores explicações. Na sequência, aparecem “outros cursos e atividades” (c), que abrangem uma gama heterogênea de tipos de despesa, desde aula de natação a curso de doutorado. O grupo de gastos seguinte, “livros didáticos e revistas técnicas” (d), compreende subitens como assinatura de periódico técnico, livros, revistas e até aluguel de livro. No segmento de “artigos escolares” (e) estão gastos com lápis, caneta, borracha e artigos de papelaria em geral. Por último, no grupo “outros” (f) constam despesas como caixa escolar, taxas, transporte, uniforme e excursões escolares, taxas de inscrição para concursos/vestibulares, inscrição em congressos além de outros (Anexo 9).

Para distribuição das famílias entre estratos de rendimento foram utilizados dois tipos de renda: i) familiar *per capita* e ii) total.

Na primeira abordagem, somou-se o rendimento de todos os membros, além da pessoa de referência (cônjuge, filho e outros parentes) e dividiu-se pelo número de pessoas da família, de forma a expressar o valor por pessoa, ou a “renda familiar *per capita*”.

Na segunda abordagem, somou-se o rendimento de todos os membros além da pessoa de referência (cônjuge, filho e outros parentes) e denominou-se de “renda total” (da família).

Para as duas formas de organização do rendimento, a população (de famílias) foi então distribuída em ordem ascendente, da menor para a maior renda entre dez estratos com aproximadamente o mesmo número de famílias em cada um. Em alguns momentos do estudo, cinco estratos de renda já evidenciavam o resultado, passando a ser utilizados ao invés da distribuição em décimos. O objetivo é captar se a tendência observada é ocasional ou se realmente ela se revela incondicionalmente (para os dois tipos de distribuição).

3.3 Dinâmica dos gastos totais

Dentre os diversos tipos de despesas, os gastos em educação ocupam a quinta posição de maior expressão do total desembolsado pelas famílias brasileiras em 2008-2009, representando 2,5% dos gastos totais, e vindo após os seguintes itens: “habitação” (29,2%), “alimentação” (16,1%), “transporte” (16%) e “saúde” (5,9%).

A evolução temporal (2002-2003 e 2008-2009) mostrou que o item “educação” reduz a sua participação na despesa total das famílias enquanto “transporte” e “saúde”, sobretudo, revelam movimento inverso. Nesse caso, foi considerado o conjunto de famílias e não apenas aquelas com despesas em educação.

3.3.1 Composição dos gastos em educação segundo a POF

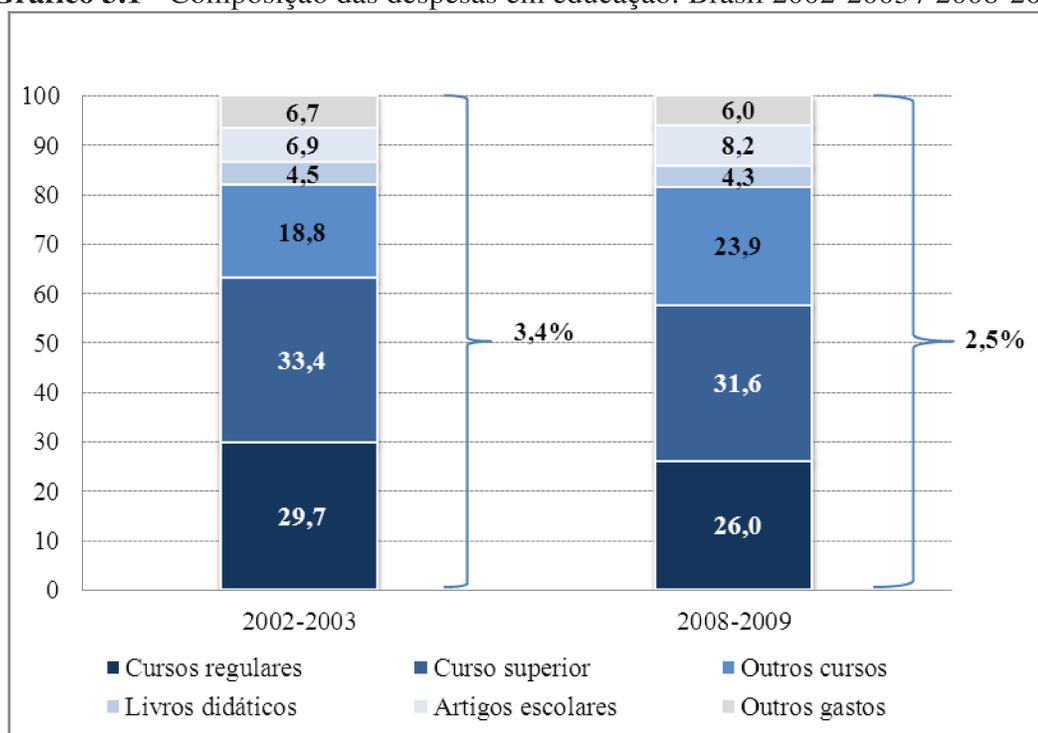
O Gráfico 3.1 mostra o percentual gasto em educação, bem como sua composição entre diversos subitens, sendo possível ainda averiguar sua evolução temporal.

O perfil de gastos⁴⁰ para os dois períodos estudados é parecido. O ensino superior (b) destaca-se como o item de maior peso, ou seja, no qual se concentram majoritariamente os gastos das famílias refletindo o predomínio da rede privada neste nível. Em seguida, aparecem os cursos regulares (a) e outros cursos e atividades (c).

É relevante verificar também a variação desses subitens ao longo do tempo. Nesse sentido, a abordagem pode ser separada em duas partes. Na primeira, identificam-se os itens que ganharam participação nas despesas totais. Dentre esses estão “outros cursos e atividades” e “artigos escolares”. Os primeiros (outros cursos e atividades) aumentam em 17,9% e são compostos por uma grande variedade de despesas, como curso de idiomas, atividades físicas e de informática, cursos supletivos, mestrado e doutorado. Em seguida, com variação positiva também relevante (9,5%), estão as despesas em artigos escolares.

⁴⁰ Para detalhes das diversas rubricas que compõem cada item de despesa, ver Anexo 9.

Gráfico 3.1 - Composição das despesas em educação: Brasil 2002-2003 / 2008-2009



Na segunda abordagem constariam os subitens que perdem o peso no orçamento das famílias ao longo do tempo. Nesse caso estão despesas com “curso superior”, seguidas de perto pelos gastos com “cursos regulares”, além do subitem “outros tipos de gastos”. Vale ressaltar que cursos regulares e curso superior, em conjunto, são responsáveis por cerca de 60% das despesas em educação, referentes às matrículas e mensalidades escolares. Os cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio), que atendem à população da faixa etária que sofreu maior encolhimento no período, acompanham a tendência e apresentam a maior redução (19%), seguidos por outros tipos de gastos em educação (15,9%), livros didáticos (12,5%) e, por último, curso superior (12,2%).

3.3.2 Variáveis de interesse

Alguns atributos são particularmente importantes para uma abordagem preliminar da situação dos gastos da sociedade brasileira na primeira década dos anos 2000. São variáveis, descritas a seguir, e se constituem em valiosos instrumentos para se avaliar o movimento geral de informações que têm interferência entre si, a saber: i) o número de famílias, ii) o número de

pessoas, iii) o número de estudantes, iv) o número de estudantes matriculado na rede privada de ensino, v) os gastos totais, vi) os gastos totais com educação e vii) os gastos das famílias por aluno.

A Tabela 3.1 ilustra esse conjunto de informações do qual se destaca a inflexão dos gastos totais (7,3%), do número de estudantes (0,4%) e dos gastos médios por aluno (6,9%) em termos absolutos. Vale salientar que nem todas as famílias reportaram esse tipo de despesa, seja por inexistirem estudantes no seio domiciliar, seja por não haver qualquer tipo de gasto com eles; no total pouco mais da metade dessas famílias reportaram despesas: 53,2% em 2008-2009 e pouco mais de 60% em 2002-2003.

Tabela 3.1 - Evolução do número de famílias, pessoas, estudantes (totais e rede privada), gastos totais, com educação e gastos médios por aluno: 2002-2003 / 2008-2009

Tipo	2002-2003	2008-2009	Var (%)
Nº Famílias	48.534.638	57.816.604	19,1
Nº Pessoas	175.331.797	190.135.745	8,4
Nº Estudantes	59.859.441	59.626.738	(0,4)
Nº Estudantes (Particular)	12.055.886	12.918.672	7,2
Gastos totais	120.006.215.684,58	151.844.381.988,57	26,5
Gastos c/ educação	4.042.224.342,13	3.747.080.944,73	(7,3)
Gastos médios por aluno	67,53	62,84	(6,9)

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

Bastante relevante para um estudo de gastos em educação é considerar o universo de estudantes, mas também aqueles cujas famílias estão dispostas a despender recursos em matrículas e mensalidades, pois, como visto anteriormente, os gastos em cursos regulares e superiores somam mais da metade das despesas em educação. Dessa forma, é necessário averiguar a dimensão da proveniência da matrícula nas esferas pública e privada, bem como a sua evolução no período em estudo.

Evolução das matrículas segundo as POFs

De acordo com os microdados das POFs (2002-2003 e 2008-2009), o total de alunos no Brasil chegou a quase 60 milhões nos dois períodos estudados. Quase quatro quintos destes declararam matrícula na rede pública de ensino. Como nesses casos o ensino é gratuito, as

despesas em educação registradas são de pequena monta, tratando-se de artigos escolares, livros, apostilas e outros tipos de despesas (uniforme, transporte, caixa escolar, etc.). Os quase 60 milhões de alunos distribuíram-se da maneira retratada na Tabela 3.2 durante os dois períodos em estudo e entre os diversos níveis escolares.

Tabela 3.2 - Distribuição dos alunos brasileiros segundo nível escolar: Brasil 2002-2003 / 2008-2009

	2002-2003		2008-2009		Var. (%)
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Pré-escolar	4.573.084	7,6	4.133.899	6,9	(9,6)
Alfabetização de crianças	1.128.970	1,9	956.610	1,6	(15,3)
Regular do ensino fundamental	35.274.418	58,9	32.849.848	55,1	(6,9)
Regular do Ensino Médio	9.366.514	15,6	9.413.694	15,8	0,5
Cursos Regulares	50.342.986	84,1	47.354.051	79,4	(5,9)
Creche	1.916.948	3,2	2.344.342	3,9	22,3
Alfabetização de adultos	400.210	0,7	380.869	0,6	(4,8)
EJA ou Supletivo Fundamental ou 1º Grau	820.461	1,4	1.263.124	2,1	54
EJA ou Supletivo Ens. Médio ou 2º Grau	428.751	0,7	869.956	1,5	102,9
Tecnológico Superior	145.263	0,2	282.384	0,5	94,4
Pré-Vestibular	460.785	0,8	350.643	0,6	(23,9)
Superior Graduação	3.557.745	5,9	5.853.130	9,8	64,5
Especialização Superior	265.885	0,4	700.036	1,2	163,3
Mestrado ou Doutorado	176.683	0,3	228.203	0,4	29,2
Total	59.859.441	100	59.626.738	100	(0,4)

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

Observa-se, no que se convencionou chamar de “cursos regulares”⁴¹ na POF, uma inflexão no número de alunos, o que já prenunciava a distribuição da população em faixas etárias mostrada no capítulo anterior (Tabela 2.2).

Para estudar os gastos das famílias em educação, contudo, é importante contextualizar a delimitação do universo em que acontece. De forma específica, trata-se de separar a oferta de ensino entre a esfera pública, gratuita, e os serviços privados em educação. Dessa maneira, embora tenha havido redução no número de alunos (cerca de 230 mil) no Brasil, os movimentos da rede privada e da pública são opostos.

⁴¹ Constitui-se no somatório dos alunos de nível pré-escolar, alfabetização de crianças, ensino fundamental regular e ensino médio regular. Ver Anexo 9.

A primeira, particular, vivencia expansão de matrículas (850 mil) e a segunda sofre encolhimento, registrando uma redução de mais de um milhão de alunos. Portanto, o movimento captado para o Brasil deve-se à intensa contração das matrículas na esfera pública, uma vez que esta ultrapassa o aumento do número de alunos ocorrido na rede privada.

Tabela 3.3 - Evolução de matrículas segundo proveniência da rede de ensino:
Brasil 2002-2003/2008-2009

Rede	2002-2003		2008-2009	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Privada	12.055.886	20,2	12.918.672	21,7
Pública	47.803.554	79,8	46.708.067	78,3
Total	59.859.441	100	59.626.738	100

Fonte:POFs – microdados – elaboração própria

As matrículas em rede privada aumentam (7,2%) enquanto o conjunto de estudantes em geral (rede privada mais rede pública) reduz-se (0,4%). Provavelmente a expansão na dimensão privada indica maiores gastos destinados à educação, pois, além dos custos normais em livros didáticos e material escolar, essas famílias têm de arcar com as mensalidades das respectivas escolas. Todavia, os microdados das POFs revelam justamente o contrário.

Em 2002-2003, como mencionado anteriormente, os gastos em educação significavam 3,4% das despesas totais das famílias, reduzindo-se para 2,5% em 2008-2009. Por se tratar de uma composição de despesas, a queda relativa poderia resultar em um aumento mais intenso dos demais itens de gastos, entretanto, em valores absolutos, este montante (educação) também caiu (Tabela 3.1).

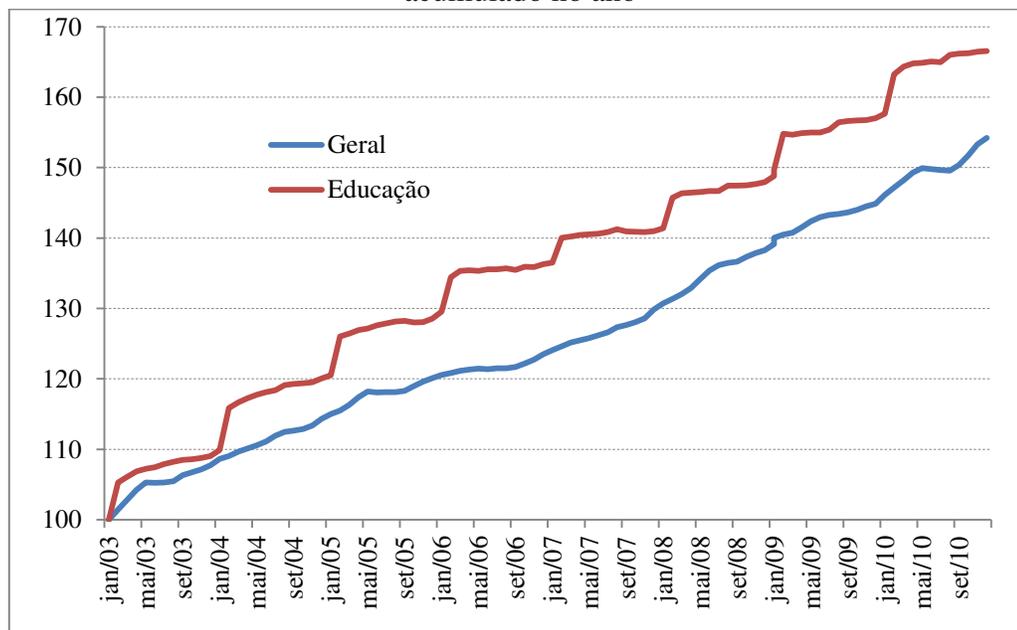
Já que houve aumento do número de estudantes no ensino particular, a explicação para a diminuição dos gastos poderia ser atribuída a um ajuste de preços em níveis inferiores ao restante da economia, o que se analisa a seguir.

Evolução dos preços

Tomando-se a série histórica do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) disponibilizado pelo IBGE, determinou-se como base de evolução a data de janeiro de 2003, uma vez que a POF 2002-2003 tem como data de referência para apresentação das informações o mês de janeiro de 2003.

É possível observar no Gráfico 3.2 que, contrariando a suposição inicial, o movimento dos preços teria colaborado para a expansão dos gastos e não para o seu encolhimento como de fato ocorreu. Dessa maneira, conclui-se que a diminuição das despesas em educação não está associada à variação dos preços relativos.

Gráfico 3.2 - Evolução dos preços relativos da economia em geral e em “educação”: INPC acumulado no ano



Fonte: IBGE – Sidra – elaboração própria

Em resumo pode-se destacar os seguintes pontos até o momento:

- O número total de alunos manteve-se praticamente estável, ocorrendo uma importante alteração de sua composição, isto é alunos de cursos regulares passaram de 50,3 milhões para 47,3 milhões, ou 84,1% para 79,4% e alunos de nível superior passaram de 3,6 milhões para 5,8 milhões (de 5,9% para 9,8%).
- Considerando que a oferta de vagas na educação superior é principalmente privada, deveria ter havido um aumento relativo das despesas em curso superior bem como na educação em geral. Todavia, tais despesas reduziram sua participação de 33,4% para 31,6% (Gráfico 3.1). Registra-se, portanto, maior contingente de alunos na rede privada de ensino e, paralelamente, ocorreu menos gastos para as famílias.

- A elevação dos preços relativos da educação em geral foi superior aos preços da economia brasileira no período o que não explicaria a diminuição dos gastos das famílias brasileiras em educação.

Na próxima seção busca-se então verificar, a partir da distribuição das famílias em camadas de renda (décimos), em que segmento acontece a expansão das matrículas e dos gastos em educação.

Evolução das matrículas versus gastos em educação por estratos de renda

A Tabela 3.4 mostra a variação do número de alunos em dois níveis: i) alunos em geral e ii) alunos da rede privada de ensino. Ambos foram distribuídos de acordo com a camada de renda de suas respectivas famílias.

A distribuição das famílias foi feita em dez intervalos do décimo mais pobre ao mais rico. Na evolução temporal há que se atentar para dois tipos de informação em relação às matrículas: i) a esfera privada e ii) a esfera pública. Enquanto a rede privada vivencia uma expansão, a rede pública perde alunos.

Independentemente do tipo de rendimento (familiar *per capita* ou renda total), é perceptível a redução do número de alunos na rede privada para as famílias localizadas no décimo mais rico. Em outras palavras, são justamente as unidades de consumo que mais gastam com educação as que sofreram redução no número de estudantes. Analogamente, são as mais pobres que apresentam o aumento de número de matrículas. Tomemos como exemplo as pontas da distribuição, isto é, as famílias 10% mais pobres e as 10% mais ricas. Distribuídas pela renda familiar *per capita*, as mais pobres tiveram 12,1% a mais de estudantes matriculados na rede privada de ensino entre o início e o final do período (2002-2003 e 2008-2009). Paralelamente, as famílias 10% mais ricas apresentaram redução do número de estudantes no ensino privado em 8%.

Portanto, o envelhecimento populacional constatado no capítulo anterior (Tabela 2.2) se evidencia em estágio mais adiantado para as famílias de maior renda. Observe-se que, para o conjunto das duas redes (pública e privada), a redução do número de estudantes já é captada para a metade mais rica das famílias.

Tabela 3.4 - Variação percentual do número de alunos (total e rede privada) por décimos de renda familiar *per capita* e renda total: 2002-2003 / 2008-2009

Décimo de Renda	Familiar <i>per capita</i>		Total	
	Total	Particular	Total	Particular
1º +pobre	12,8	12,1	11,2	5,0
2º	8,5	19,0	6,8	8,6
3º	0,1	29,7	3,8	29,7
4º	6,6	21,3	(5,2)	15,4
5º	(8,4)	24,3	0,1	16,4
6º	(10,8)	22,6	(1,5)	9,3
7º	(7,2)	13,8	(4,3)	13,7
8º	(12,3)	5,8	(4,4)	8,9
9º	(9,3)	0,5	(1,8)	16,3
10º +rico	(11,6)	(8,0)	(6,2)	(4,1)
Brasil	(0,4)	7,2	(0,4)	7,2

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

É preciso, no entanto, associar as informações acerca da evolução do número de alunos com a variação dos gastos das famílias nos diferentes segmentos de renda, permitindo assim avaliar a dinâmica desse movimento em termos absolutos. Para tanto, mantém-se a estrutura original da distribuição (em 10 camadas de renda), excluindo-se em seguida aquelas famílias sem despesas no item em pauta.

A Tabela 3.5 mostra tanto a renda média total das famílias dos diversos décimos da distribuição quanto os seus respectivos gastos em educação, de tal maneira que se pode comparar a variação de ambos (renda e gastos em educação) ao longo do tempo.

A primeira observação (Tabela 3.5) a ser destacada é que a renda média total cresce para todas as camadas, mas com muito maior intensidade entre as famílias (70%) mais pobres. Entre elas, a variação dos rendimentos médios foi sempre superior a 20%.

O segundo elemento de ênfase refere-se aos gastos médios, que se ampliam entre as famílias (80%) mais pobres, mas, diferentemente da renda, mostram encolhimento entre o quinto mais rico dos domicílios.

Outra constatação digna de destaque é observar que, para as famílias distribuídas nos segmentos mais pobres da sociedade, em muitos casos os gastos superaram a variação registrada para a renda aumentando com muito maior vigor entre os dois momentos. As famílias do segmento mais rico (10%) gastavam em média cerca de 40 vezes mais em educação do que

aquelas 10% mais pobres no primeiro período (2002-2003). Mas essa relação reduz-se em 2008-2009 para 27 vezes. Em outras palavras, o que os mais pobres passam a gastar em seu conjunto é menos do que os mais ricos deixam de despender. Tal movimento é uma indicação clara da importância que o tema vem adquirindo na sociedade, perpassando os diversos níveis econômicos. Como entre as despesas mais expressivas estão os cursos regulares e o curso superior (de maior peso), essa dinâmica confirma uma busca pela esfera particular de ensino entre os grupos familiares de menor rendimento durante a década em estudo.

Embora o acesso ao ensino privado só seja possível por meio de um gasto monetário que para muitas famílias pobres constitui um ônus exagerado, alguns desses pais preferem arcar com esse ônus por imaginar que estão dando a seus filhos condições de vida melhores do que aquelas que tiveram (CASTRO e VAZ, 2007, p. 100).

A evolução dos gastos médios em educação constatada para famílias de menor renda pode ainda ser um indicador de oferta restrita na esfera pública na região de residência ou de que haja efetivamente qualidade inferior de ensino neste segmento, compelindo essas unidades familiares a buscar outra alternativa, ou seja, o ensino privado.

De qualquer forma, as informações indicam que as famílias mais ricas são as responsáveis pela queda das despesas em educação, embora o número de matrículas na rede particular de ensino tenha se expandido concomitantemente.

Ainda em termos de renda, as famílias mais ricas apresentaram as menores variações positivas ao longo do tempo. Vale ressaltar que, se compararmos as informações da Tabela 3.5 com a evolução da renda das famílias em geral (Tabela 2.8), percebe-se que o décimo mais rico teve ainda um aumento menor (2,2%) no primeiro caso (famílias com gastos em educação) *vis-à-vis* ao segundo, 3,6% (famílias em geral). Isso quer dizer que a variação positiva da renda para o décimo mais rico da população foi ainda menor para aquelas famílias que gastam com educação, ou seja, aquelas com maior capacidade econômica.

Tabela 3.5 - Evolução da Renda Média Total e dos Gastos Médios em Educação das Famílias com despesas em educação distribuídas em décimos de renda familiar *per capita*: Brasil 2002-2003 / 2008-2009

RFPC	2002-2003		2008-2009		Variação (%)	
	Renda Total	Gasto Educação	Renda Total	Gasto Educação	Renda Total	Gasto Educ.
+Pobre	434,77	12,85	543,94	14,71	25,1	14,5
2°	755,83	17,88	948,57	26,71	25,5	49,4
3°	998,07	25,78	1.241,25	30,24	24,4	17,3
4°	1.244,20	32,28	1.592,06	41,52	28,0	28,6
5°	1.585,14	50,00	1.911,79	56,07	20,6	12,1
6°	1.935,73	66,81	2.380,40	80,64	23,0	20,7
7°	2.423,99	98,87	2.916,31	112,41	20,3	13,7
8°	3.312,46	150,49	3.726,60	152,11	12,5	1,1
9°	4.913,05	312,72	5.282,58	255,63	7,5	(18,3)
+Rico	11.672,29	516,52	11.927,24	397,87	2,2	(23,0)
Total	3.098,60	137,3	3.385,45	121,88	9,3	(11,2)

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

Observa-se que ocorreu em paralelo, ao longo do tempo estudado, inflexão de valores despendidos em educação e aumento do número de alunos na rede privada de ensino, o que, a princípio, pareceu uma incoerência e embora os preços relativos da educação em geral, registrados pelo INPC, não expliquem os preços específicos para a educação superior poderiam ter variado em sentido oposto. Além de tudo isso, há que se considerar outro parâmetro que serve como balizador do comportamento dos gastos e é normalmente utilizado para avaliação da evolução das despesas que são os gastos médios em educação das famílias e que analisa-se a seguir.

A dinâmica simultânea dos gastos das famílias, fenômeno de natureza populacional, resultará em redução dos gastos médios despendidos em educação.

Evolução das famílias (populacional) versus gastos

Como descrito na parte metodológica, os gastos médios em educação das famílias resultam da razão entre gastos totais com educação e número de famílias. Também como registrado anteriormente, a proliferação do número de famílias cresce de forma intensa paralelamente à queda dos gastos entre os dois períodos.

O aumento do número de famílias foi de 19,1% e a diminuição das despesas em educação em 7,3%, mesmo considerando que o número de estudantes da rede particular de ensino tenha crescido em 7,2%.

Essas variáveis combinadas explicam a redução do gasto médio (educação), pois, como descrito anteriormente, esta é calculada a partir da relação entre despesas de educação realizadas pelas domicílios e número de famílias. Como o denominador da fração aumentou mais do que o numerador, o movimento naturalmente reduziu os gastos médios com o item em pauta por motivo demográfico (aumento do número de famílias).

Os gastos familiares médios mensais em educação (R\$ 64,81), considerando-se inclusive famílias sem despesas, eram de pouco mais da sexta parte do salário mínimo de janeiro de 2009 e inferior ao valor registrado para 2002-2003 (R\$ 83,29).

Considerando-se apenas as famílias com despesas no item educação, os montantes despendidos quase dobraram comparativamente ao cenário descrito anteriormente (R\$ 137,30 em 2002-2003 e R\$ 121,88 em 2008-2009), ainda assim as despesas entre os dois momentos encolhem.

Como há diversos tipos de gastos, a evolução das despesas de educação desagregadas por subitem permitirá uma avaliação mais acurada sobre que item estaria ocasionando a redução dos gastos.

Há gastos, por exemplo, que são genéricos e podem ser contraídos tanto por alunos da rede privada como da rede pública. É o caso dos subitens, “artigos escolares em geral” e “livros didáticos”. Entretanto, despesas com curso superior serão apenas realizadas por aquelas famílias, nas quais um ou mais de seus membros estejam matriculados no sistema privado de ensino.

A Tabela 3.6 mostra o peso das despesas em educação para os diferentes segmentos de renda das famílias. “Cursos regulares e superiores” são grande parte dos gastos das famílias mais ricas e “artigos escolares” são muito significativos para as famílias mais pobres.

As despesas em cursos regulares agregam: a) os alunos do pré-escolar, b) alfabetização de crianças, c) regular do ensino fundamental e d) regular do ensino médio, perfazendo 84% dos alunos no Brasil e equivalente a um total de 50,3 milhões de alunos em 2002-2003 e 79,4% em 2008-2009 (47,4 milhões), retirando-se as famílias com determinados atributos não informados para os seus responsáveis, como nível educacional.

Assim, observa-se uma tendência ao aumento de participação dos primeiros (cursos regulares e superiores) quando a família está distribuída entre os segmentos de maior renda e, no caso dos artigos escolares, vale salientar que eles concentram cerca de metade dos gastos em educação das famílias 20% mais pobres.

Tabela 3.6 - Evolução do percentual dos gastos desagregados em educação das famílias distribuídas em quintos da renda familiar *per capita*:2002-2003 / 2008-2009

Tipo de gasto	Quintos de Renda Familiar <i>per capita</i>									
	+Pobre		2°		3°		4°		+Rico	
	2002/3	2008/9	2002/3	2008/9	2002/3	2008/9	2002/3	2008/9	2002/3	2008/9
Cursos regulares	13,0	8,7	18,0	15,1	23,8	20,1	20,7	29,2	28,4	31,5
Curso superior	4,6	3,2	15,6	7,0	20,8	14,9	35,2	25,4	34,0	37,3
Outros cursos/atividades	16,7	8,0	20,5	13,7	24,2	20,6	23,2	20,3	24,6	19,2
Livros didáticos	8,5	18,2	7,7	13,9	5,5	8,7	4,1	5,6	3,7	3,4
Artigos escolares	50,2	48,4	29,4	34,8	18,3	20,7	9,9	10,0	3,8	3,6
Outros tipos de gastos	7,0	13,4	8,8	15,4	7,4	15,0	6,9	9,6	5,5	5,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

O tipo de abordagem para o gasto também permite a avaliação de outras dimensões das diferenças entre as famílias brasileiras. O enfoque espacial é de fundamental importância para particularizar a análise regional. Assim, em seguida trata-se de analisar com mais detalhe o comportamento das despesas das unidades de consumo desagregadas por grande região brasileira.

3.3.3 Diferenciais regionais

Para avaliação dos gastos em educação nas grandes regiões brasileiras convém inicialmente analisar o perfil etário de suas respectivas populações e sua evolução ao longo do tempo.

O Gráfico 3.3 deixa claro o processo de envelhecimento da população brasileira, embora se registrem diferentes etapas nas diversas regiões. É possível perceber que as regiões Norte e Nordeste possuem percentuais mais elevados de pessoas mais novas, correspondente, sobretudo, ao nível básico de ensino. Contudo, o Norte é uma das regiões menos populosas do país, com 8,1% do total (Sudeste 42%, Nordeste 28,2%, Sul 14,5%, Norte 8,1% e Centro-Oeste 7,3%), de acordo com a POF 2008-2009.

A composição etária da sociedade complementada pela taxa de fecundidade total por região (Tabela 3.10) revela a trajetória do envelhecimento populacional, bem mais adiantada nas regiões Sudeste⁴² e Sul do que nas demais. O tamanho continental do país e seu desenvolvimento histórico de formação econômica e social, desde a constituição de sua estrutura fundiária à constituição de seu mercado de trabalho influíram de maneira desigual para produzir heterogeneidade quanto ao desenvolvimento socioeconômico entre suas diversas regiões.

As disparidades também são observadas na demografia. Tomando como exemplo a região Sudeste, percebe-se que ela apresenta as menores participações para as faixas de idade mais novas (4,8% de pessoas entre zero e três anos e 22,6% para pessoas de quatro a 17 anos em 2008-2009), bem como a menor taxa de reposição populacional, juntamente com a região Sul. Em oposição, a região Norte apresentou a mais elevada proporção de indivíduos com menos de 17 anos e a mais alta taxa de fecundidade (2,3).

Ao relacionar a faixa etária da população à escola, concluiria-se que há relativamente e potencialmente maior participação de pessoas no Norte e no Nordeste. Embora a região Nordeste seja a segunda mais populosa do país, a região Sudeste detinha 38,8% de todos os estudantes

⁴² Por motivo de “arredondamento” de casas decimais, a região Sul mostra os mesmos valores que a Sudeste. Contudo, esta última apresentou taxa de fecundidade inferior à registrada na região Sul.

brasileiros (Tabela 3.11), paralelamente aos 31% do Nordeste. Em termos da rede privada de ensino, essa diferença ainda é maior. A região Sudeste possuía 45,4% dos estudantes em instituições privadas e a região Nordeste, 26,7%, segundo as informações da POF (2008-2009).

A evolução temporal entre os dois momentos estudados (2002-2003 e 2008-2009) mostra que a região Sudeste vem perdendo participação de alunos em favor da Norte e Centro Oeste.

Quanto ao gasto, recursos destinados a mensalidades dos ensinos pré-escolar, fundamental e médio (cursos regulares), por exemplo, podem ser realizados por famílias com pessoas na faixa etária correspondente (4 a 17 anos), desde que não tenha havido repetência, o que se faz supor que regiões como o Norte e Nordeste teriam maior propensão a este tipo de despesa. Entretanto, as regiões mais pobres tendem a fazer maior uso da rede pública, o que implica despesas mais baixas. A Tabela 3.8 procura elucidar o assunto e revela as grandes diferenças regionais em relação às parcelas de estudantes no ensino privado, aqueles com maiores gastos.

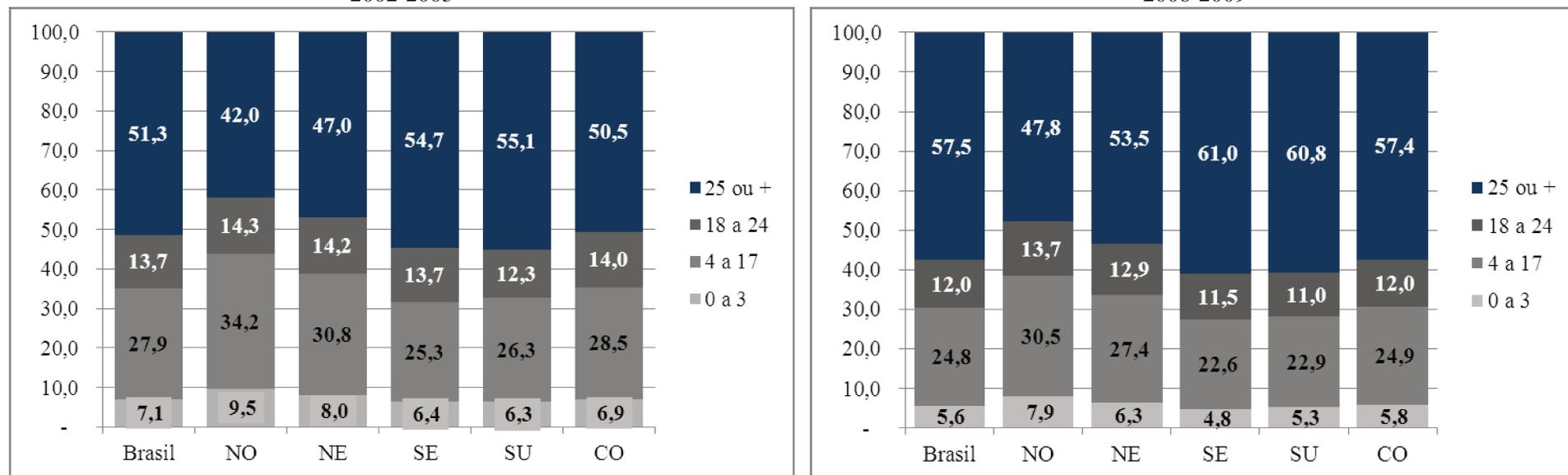
Em 2008-2009, a região Sudeste concentrava a maior parte dos estudantes da rede privada (45,4%). Contudo, suas despesas são bem mais expressivas, pois representavam 58,3% dos gastos das famílias em educação no país.

Um dado que influi na possibilidade desta região registrar maiores gastos *per capita* (por aluno) é o peso da participação de estudantes do ensino privado *vis-à-vis* ao total de alunos (as duas esferas – pública e privada) em conjunto. As regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste revelam a força do ensino privado (2008-2009) evidenciado na Tabela 3.8. Tomando-se como exemplo a região Sul, nota-se que ela detém 7,3% dos estudantes brasileiros, entretanto, entre os estudantes do ensino privado, a região possui 7,9% destes. Para a região Sudeste, a diferença é oposta e ainda maior: 38,8% dos alunos brasileiros e 45,4% dos alunos do ensino privado no Brasil.

A trajetória temporal, entretanto, revela que a região Sudeste foi a única a apresentar diminuição do peso relativo de estudantes da esfera privada de ensino, sendo justamente a de maiores gastos. Tal comportamento associa-se ao processo demográfico mais acelerado mostrado (Gráfico 3.3 e Tabela 3.7).

Observa-se também que a região Sudeste, em termos de despesas em educação como percentual das despesas totais, mostrou uma das maiores quedas em pontos percentuais entre os períodos estudados (Gráfico 3.4). À exceção do Norte, todas as regiões vivenciaram queda de participação deste tipo de gasto entre os dois períodos.

Gráfico 3.3 - Distribuição percentual da população por faixa etária por grande região e Brasil: 2002-2003 e 2008-2009



Fonte: POFs-microdados- elaboração própria

Tabela 3.7 - Evolução da taxa de fecundidade total segundo grande região: 2000 / 2010

	2000	2010
Norte	3,2	2,3
Nordeste	2,7	1,9
Sudeste	2,1	1,7
Sul	2,1	1,7
Centro-Oeste	2,3	1,8
Brasil	2,4	1,9

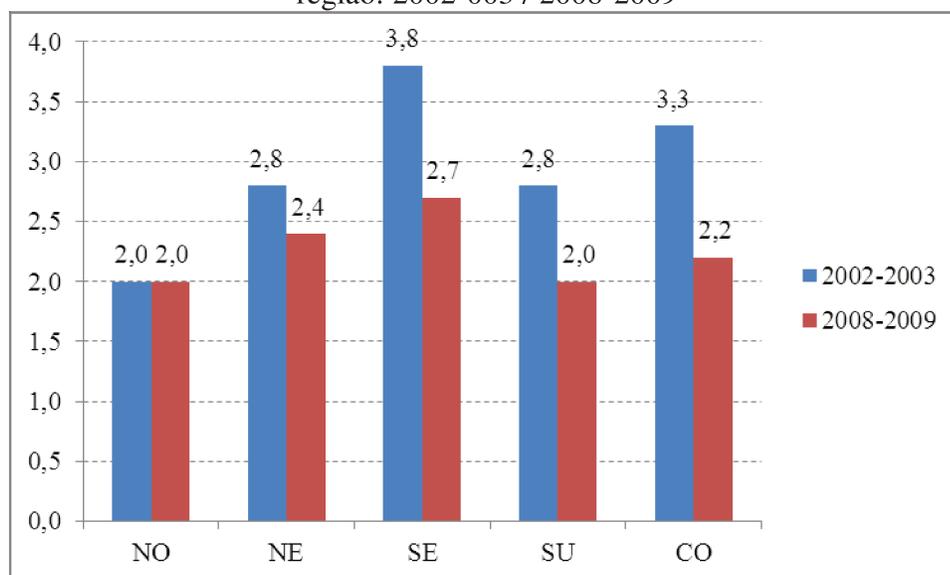
Fonte: Censo demográfico

Tabela 3.8 - Distribuição percentual das famílias, alunos, alunos da rede privada de ensino e gastos em educação entre grandes regiões: 2002-2003/2008-2009

Região	2002-2003				2008-2009			
	Famílias	Alunos		Gastos Educação	Famílias	Alunos		Gastos Educação
		Total	Privado			Total	Privado	
Norte	6,5	9,1	5,1	2,8	6,8	9,5	5,9	4,2
Nordeste	25,2	31,1	25,2	13,5	26,1	31,0	26,7	16,1
Sudeste	45,1	39,8	49,3	62,3	44,1	38,8	45,4	58,3
Sul	16,0	13,2	14,1	14,5	15,4	13,4	14,1	14,6
Centro-Oeste	7,2	6,9	6,3	7,0	7,6	7,3	7,9	6,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: POFs - microdados - elaboração própria

Gráfico 3.4 - Evolução das despesas em educação em percentual da despesa total por grande região: 2002-003 / 2008-2009



Fonte: POFs - microdados - elaboração própria

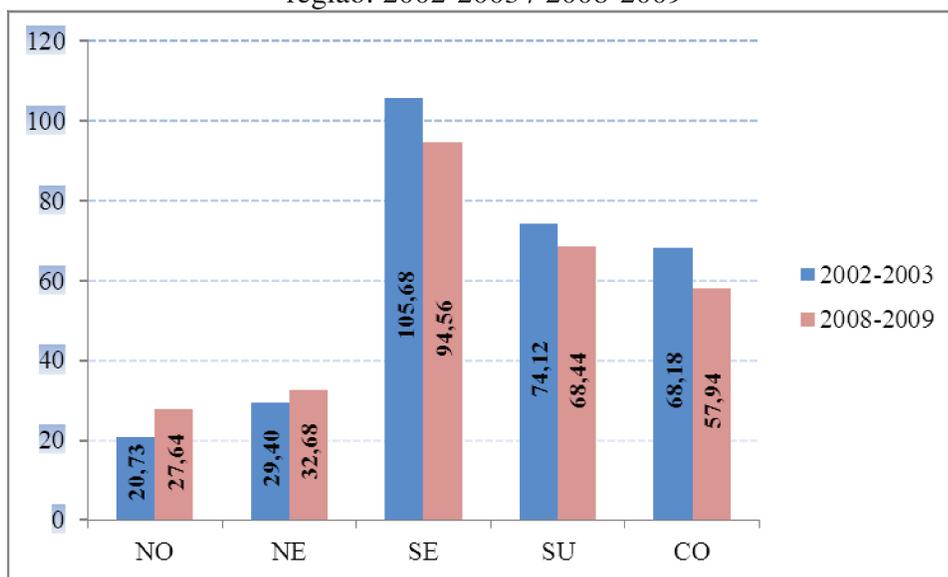
Além da participação das despesas das famílias em cada região brasileira, é relevante considerar a dinâmica considerando os gastos por aluno, já que, em informação anterior (Gráfico 3.4), constata-se o aumento relativo de alunos na rede privada nas regiões Norte e Nordeste.

No gráfico 3.5, podem-se observar diversas informações. A primeira é a de que os gastos por aluno são maiores na região Sudeste, seguida, respectivamente, pelas regiões Sul e Centro-Oeste. Ao longo do tempo, o gasto médio com o aluno nessas regiões se reduz (Gráfico 3.5), acompanhando a evolução demográfica das respectivas regiões, nas quais as participações de pessoas em idade escolar são menores (Gráfico 3.3) comparativamente às demais regiões. Para as

regiões com maior participação das faixas etárias mais novas (Norte e Nordeste), entre os dois períodos em estudo há elevação do gasto médio com aluno.

As famílias do Sudeste, com as mais altas despesas, vivenciaram uma redução de pouco mais de 10% entre os dois períodos. No mesmo intervalo de tempo, a região Norte, caracterizada pelos menores valores despendidos por estudante, mostra um aumento de mais de 33% (de R\$ 20,73 para R\$ 27,64). Assim, é possível traçar um paralelo de regiões mais pobres e mais ricas com o ocorrido entre famílias mais pobres e mais ricas analisado anteriormente. O valor social da educação tem sido incorporado pela sociedade brasileira e, à medida que a renda eleva-se nas áreas ou famílias mais pobres, maiores valores são direcionados para este tipo de bem/serviço. Contudo, essa percepção incorpora também as despesas com mensalidade, podendo ser um indicativo da migração de estudantes da rede pública para a privada.

Gráfico 3.5 - Evolução das despesas das famílias em educação por aluno* segundo grande região: 2002-2003 / 2008-2009



Fonte: POFs - microdados - elaboração própria

*Inclui matriculados na rede pública

Além do comprometimento dos gastos em relação aos gastos totais e a despesa por aluno, a desagregação entre os diversos tipos de subitens em educação permite acompanhar a participação das despesas de acordo com a área de moradia. Em outros termos, significa averiguar e acompanhar o peso de cada item por região. Dessa forma, é possível avaliar o peso que cada item possui para as famílias de uma região comparativamente às demais.

A composição das despesas é bastante distinta entre as regiões. A Tabela 3.9 indica que em 2008-2009 a região Nordeste concentrava mais as despesas de suas famílias em níveis elementares de ensino (cursos regulares). De fato, dentre as regiões, a Nordeste possui uma das populações mais jovens. Paralelamente, em regiões com a população mais envelhecida, como o Sudeste e o Sul, as despesas concentraram-se no nível superior de ensino.

A evolução temporal (2002-2003 e 2008-2009), contudo, indica que mesmo no Nordeste as matrículas nos cursos regulares vêm perdendo peso na esfera privada de ensino (Tabela 3.10). Aliando as informações da Tabela 3.19, observa-se que, em 2002-2003, as famílias nordestinas direcionavam 40,6% de seus recursos em educação nos cursos regulares, o que em 2008-2009 cai para 31,9%.

Considerando-se ainda o movimento no tempo, observa-se que o curso superior passou a contar com participação mais forte das famílias do Norte e Nordeste, explicável por um processo de envelhecimento, mas em estágio menos adiantado do que o da região Sudeste. De fato, o perfil etário daquelas duas regiões (Norte e Nordeste) mostra um contingente percentual maior de pessoas com idade para frequentar curso superior (18 a 24 anos), e mesmo cursos regulares (4 a 17 anos), do que para as demais (Gráfico 3.3).

Detendo-se especificamente aos dois tipos de despesas de maior peso (cursos regulares e curso superior), observamos que há uma clara hierarquia entre as regiões que analisamos a seguir.

Cursos regulares e curso superior

As famílias do Sudeste registram as maiores despesas médias em cursos regulares e as famílias da região Norte, as menores. Contudo, ao longo dos dois períodos estudados, elas (famílias nordestinas) passaram a apresentar a maior elevação positiva (30,4%) dentre todas as grandes regiões.

Quanto ao curso superior, o comportamento é parecido, isto é, a região Sudeste se destaca como aquela em que as famílias mostram os mais elevados gastos. Todavia, esses gastos representam o dobro do que elas despendem com cursos regulares.

Tabela 3.9 - Evolução da composição das despesas em educação por grande região geográfica do Brasil: 2002-2003 / 2008-2009

Item	2002-2003					2008-2009				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C-Oeste
Educação	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Cursos regulares	26,8	40,6	29,3	23,9	25,4	18,5	31,9	27,0	20,3	19,9
Curso superior	22,2	19,6	34,7	38,8	41,2	30,3	26,1	31,4	35,5	38,8
Outros cursos e atividades	17,5	13,5	20,1	20,3	15,8	26,9	19,6	25,1	24,8	20,6
Livros didáticos	6,6	8,6	3,9	3,4	3,8	4,1	7,0	3,9	3,0	3,7
Artigos escolares	19,4	10,6	5,3	7,4	8,9	15,0	10,5	6,6	8,8	10,8
Outros	7,5	7,2	6,8	6,3	4,9	5,2	4,9	6,0	7,5	6,2

Fonte: POFs - microdados - elaboração própria

Tabela 3.10 - Variação (%) do número de alunos na rede privada conforme nível (regular e superior) por grande região do Brasil: 2002-2003 / 2008-2009

	Regular	Superior
Norte	(3,4)	127,5
Nordeste	(17,5)	100,8
Sudeste	(18,5)	12,7
Sul	(20,5)	30,7
Centro-Oeste	(16,8)	59,4
Brasil	(17,6)	32,2

Fonte: POFs - microdados

No Capítulo 2, constatou-se empiricamente a redução da desigualdade de renda e de gastos entre as famílias brasileiras, observada também nas grandes regiões durante o período pesquisado. No que se refere aos gastos médios das famílias com curso de nível superior, ocorreu uma diminuição da dispersão entre os gastos das diversas regiões. Em outras palavras, famílias do Sudeste que, independentemente do momento, mostram gastos superiores aos das demais regiões, passam a registrar valores mais próximos aos das regiões mais pobres ao longo do tempo.

Vale ainda destacar que os gastos médios (família) com nível superior apresentaram variação negativa em todas as grandes regiões, ou, em outras palavras, diminuíram ao longo do tempo. Todavia foram as três regiões, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, em mais avançado processo de transição demográfica e de locais mais ricos, que mostraram as mais elevadas reduções médias dessas despesas ao longo do tempo, embora as demais regiões também acompanhem essa tendência.

Tabela 3.11 - Variação (%) dos gastos médios das famílias conforme nível (regular e superior) segundo grande região do Brasil: (2002-2003 e 2008-2009)

	Regular	Superior
Norte	30,4	(10,5)
Nordeste	2,4	(10,1)
Sudeste	3,5	(19,7)
Sul	16,9	(17,4)
Centro-Oeste	(10,2)	(35,6)
Brasil	3,5	(22,0)

Fonte: POFs - microdados

Outra importante perspectiva espacial é analisar a evolução dos gastos familiares segundo as unidades da federação.

3.3.4 Diferenciais entre Unidades da Federação

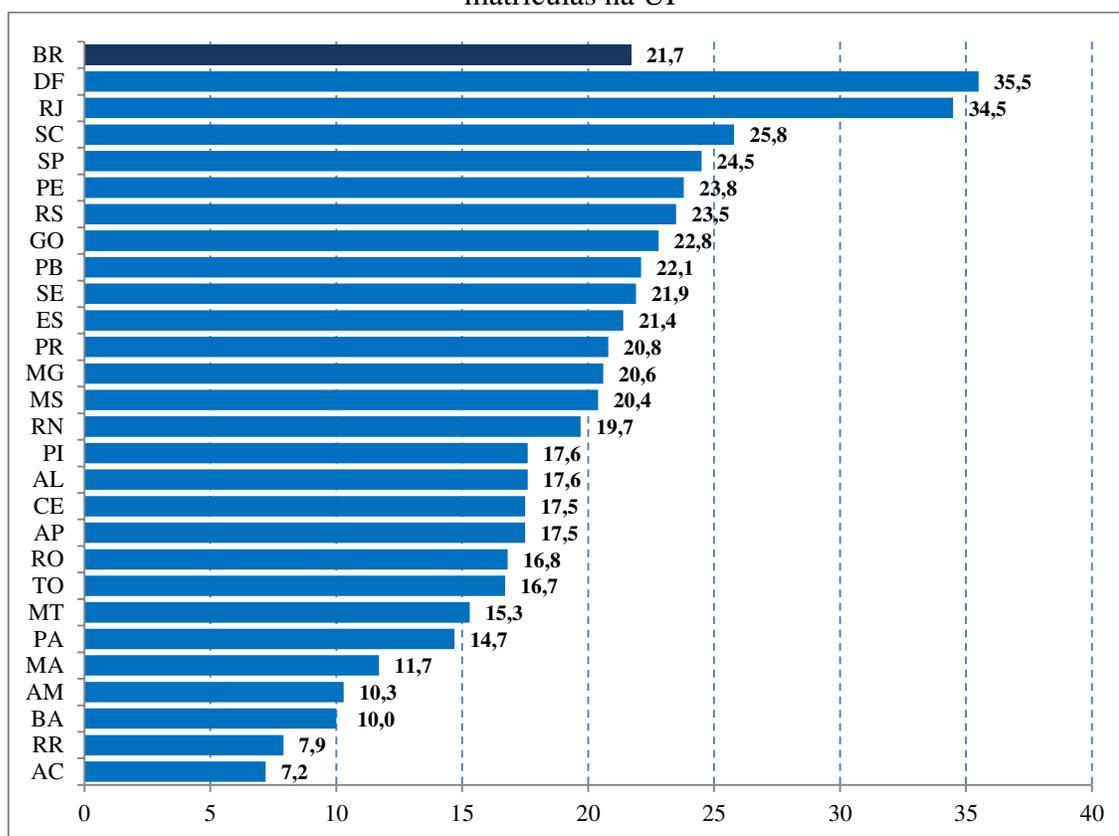
A dimensão da rede privada de ensino é fundamental para a avaliação dos valores despendidos pelas famílias. Assim, mostra-se o tamanho da esfera particular de ensino a partir do conceito para o dimensionamento da rede que consistiu no peso dos vínculos na dimensão privada de ensino, isto é, no número total de matrículas. O Gráfico 3.6 ilustra o tamanho do

ensino privado no Brasil (21,7%), bem como a situação de cada uma de suas unidades da federação.

Dois perfis são dignos de destaque: i) as unidades da federação com uma rede privada expressiva (mais de um terço do total e ii) as unidades da federação nas quais a rede pública é quase absoluta.

No primeiro caso, destacam-se o Distrito Federal (35,5%) e o Rio de Janeiro (34,5%) e no outro extremo, com pouca participação da rede privada, aparecem alguns estados da região Norte (Acre, Roraima e Amazonas).

Gráfico 3.6 - Participação das matrículas na rede privada de ensino em relação ao total de matrículas na UF



Fonte: POF 2008-2009 – microdados – elaboração própria

Ao longo do período estudado (2002-2003 a 2008-2009), o padrão comportamental na maioria dos estados foi de redução das matrículas na esfera pública em favor da expansão da dimensão privada. Embora a UF do Rio de Janeiro apresente a segunda maior proporção privada do país (relativamente à dimensão do número de alunos dentro do próprio estado), ocorreu um encolhimento de quase 9% entre os dois momentos. No estado do Rio de Janeiro, essa redução,

além de na dimensão privada, também ocorreu na pública, mostrando um processo mais avançado da transição demográfica, ou, em outras palavras, havendo menos alunos.

Em outras UFs, por exemplo, Amazonas, ocorre o inverso, ou seja, há uma diminuição relativa das matrículas na rede privada que foi acompanhada pela concomitante expansão do número de alunos na rede pública, indicando um crescimento desta última em detrimento da esfera privada. As duas dimensões, particular e pública, elevam-se simultaneamente em oito unidades da federação. O Anexo 11 retrata a variação do número de matrículas ao longo do tempo por estado e na dimensão pública, privada e total.

Há que se levar em consideração que o peso de cada Estado em número de alunos difere significativamente, pois, enquanto São Paulo detém 20% dos estudantes brasileiros, Minas Gerais, que aparece em segundo lugar, tem menos da metade.

Portanto, uma contração no número de alunos nessas UFs representam grandes encolhimentos, como o ocorrido em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No comparativo temporal, estados do Sudeste mais adiantados no processo de transição demográfica (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) perdem participação em número de alunos.

De acordo com os dados da POF 2008-2009, São Paulo e Minas Gerais são seguidos por Bahia, com cerca de 8% dos estudantes, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. As demais unidades da federação, em conjunto, abrangem menos da metade dos alunos do país.

Quase a metade dos estudantes da rede privada de educação (48%) localiza-se no Sudeste (o Estado do Espírito Santo com apenas 1,3%). Seguindo a ordem da concentração populacional brasileira que está na região Nordeste, dois estados, Bahia e Pernambuco, detêm em conjunto pouco mais da participação do estado do Rio de Janeiro.

Cursos regulares e curso superior

Para os cursos regulares, constituídos pelo ensino básico (sem as crianças matriculadas em creche), ocorreu um declínio em número de alunos na maioria dos estados brasileiros ao longo da primeira década dos anos 2000, exceção para alguns estados da região Norte e para o Distrito Federal, que apresentam expansão.

Tratando apenas da rede particular (Ensino básico sem creche), nota-se expansão na maioria das UFs do Nordeste além do Pará, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Traçada a distribuição dos alunos entre as redes pública e privada, bem como a evolução ocorrida, verifica-se a seguir o dispêndio familiar.

Potencialmente, as UFs nas quais houve expansão de alunos da rede privada deveriam apresentar as maiores evoluções de gastos. De fato, dentre essas unidades da federação, apenas o Distrito Federal apresentou variação declinante das despesas médias, o que não pode ser atribuído à proliferação do número de famílias, já que a quantidade de unidades domiciliares sofreu um leve declínio.

Vale destacar o expressivo aumento do gasto médio das famílias ocorrido na UF do Amapá e em Santa Catarina, cujos valores médios despendidos quase triplicaram.

Os mapas a seguir foram feitos com o objetivo de facilitar a leitura dos padrões de comportamento dos gastos das famílias por aluno entre as diversas unidades da federação. Com base nos gastos médios das famílias em despesas de cursos regulares, recortou-se a distribuição em cinco intervalos aleatórios, utilizando o comando “passos iguais” do aplicativo Terraview versão 3.5 para os dois períodos (2002-2003 e 2008-2009).

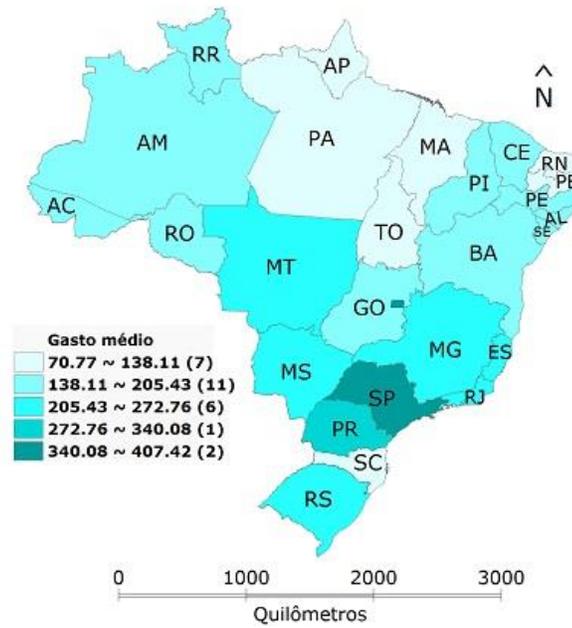
No primeiro período (2002-2003), a UF com maior gasto médio por família foi São Paulo, acompanhada pelo Distrito Federal, ambas representantes do intervalo inicial. No segundo padrão constam: Acre, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

No período seguinte (2008-2009), São Paulo passa a ser a única UF no primeiro intervalo. Em seguida, com os maiores gastos médios familiares estão, em ordem descendente de despesas médias, os estados de Santa Catarina, Acre, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

Ao longo do tempo (2002-2003 / 2008-2009) é possível observar 16 UFs com elevação das despesas médias das famílias e 11 com queda para cursos regulares (Mapa 3.1 e 3.2). Portanto, constata-se que áreas de maiores rendimentos permitem às famílias gastos mais elevados, revelando as heterogeneidades do país.

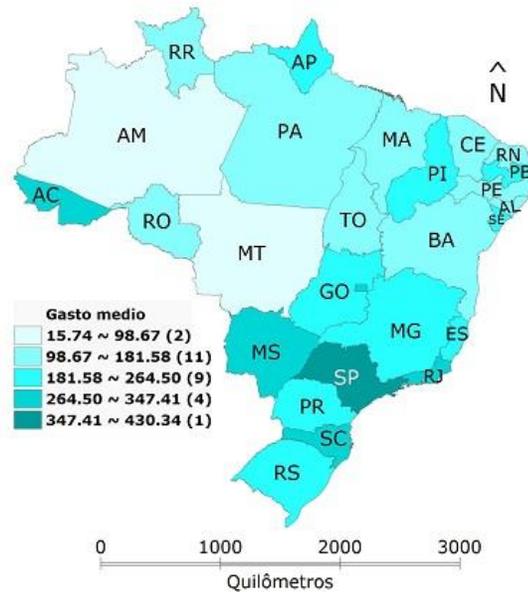
No Anexo 12 apresenta-se os padrões de gastos médios por aluno em despesas com cursos regulares seguindo o mesmo recorte em cinco intervalos, utilizado para aferir os gastos médios das famílias.

**Mapa 3.1 - Gastos médios das famílias em cursos regulares
Brasil: 2002-2003**



Fonte: POF 2002-2003 – microdados

**Mapa 3.2 - Gastos médios das famílias em cursos regulares
Brasil: 2008-2009**



Fonte: POF 2002-2003 – microdados

De forma semelhante, executou-se o mesmo tipo de procedimento comparativo para despesas médias das famílias com curso superior, identificando-se cinco padrões.

As matrículas sofreram expansão em todos os estados brasileiros, tanto na dimensão pública quanto na particular, retratando a composição etária da população. A elevação é significativa, duplicando, triplicando e muitas vezes quadruplicando o número de alunos, principalmente na rede privada de ensino ao longo do tempo.

O único estado a apresentar uma expansão tímida na esfera privada foi o Rio de Janeiro (5,1%), que conta com uma das maiores redes privadas de ensino superior (78,6%). A UF do Rio de Janeiro só é superada por São Paulo (85,6%), Santa Catarina (82,9%) e Rio Grande do Sul (82,5%).

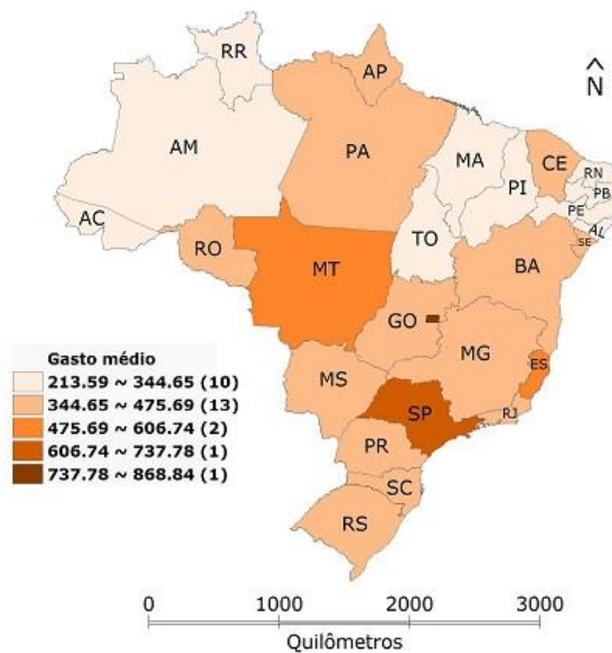
A segmentação em cinco intervalos (passos iguais), em relação aos gastos médios das famílias, mostra São Paulo e o Distrito Federal no mais elevado padrão (2002-2003). No intervalo seguinte, existe apenas o estado do Rio Grande do Sul. O restante do Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) aparece no terceiro nível de distribuição. Surpreendentemente, Roraima mostra despesas no mesmo padrão dos estados do Sudeste (sem São Paulo).

No segundo período (2008-2009), a distribuição em cinco intervalos com base nas unidades da federação revelou algumas surpresas, como o comportamento para o estado do Acre.

No estrato de maior gasto médio em ensino superior está o estado do Rio de Janeiro, posição que no primeiro período (2002-2003) era detida pelo Distrito Federal. Particularmente interessante é a evolução dos gastos no estado do Acre, que apesar de ter apenas 7,2% de seus estudantes na rede privada (2008-2009) teve uma evolução de gasto médio das famílias, entre os dois períodos, superior a 50%, passando a constar no mesmo estrato de estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

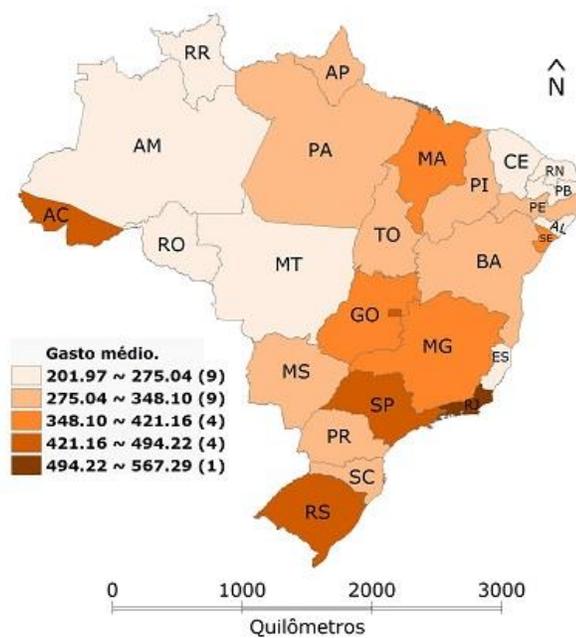
Embora o enfoque do gasto entre o valor médio calculado por família ou por estudante seja diferente, há um padrão de acompanhamento da tendência, isto é, quando se eleva o gasto médio por família, o gasto médio por aluno aumenta concomitantemente (Anexo 13).

**Mapa 3.3 - Gastos médios das famílias em curso superior
Brasil: 2002-2003**



Fonte: POF: 2002-2003 – microdados

**Mapa 3.4 - Gastos médios das famílias em curso superior
Brasil: 2008-2009**



Fonte: POF: 2008-2009 – microdados

Além do aspecto regional, que mostra padrões distintos de gastos das famílias brasileiras, as características do chefe da família também são importantes elementos que podem indicar processos históricos que resultaram em diferentes tipos de estruturas de despesas em educação na atualidade. Dessa maneira, a próxima seção destina-se a avaliação desses perfis.

3.3.5 Diferenciais segundo características da pessoa de referência

A particularização dos gastos de acordo com alguns elementos do responsável pela unidade de consumo expressa na Tabela 3.12 permite visualizar a distribuição conforme diversas características, como sexo, raça/cor, faixa etária, anos de estudos, região e área de residência. Outra possibilidade consiste na disposição dos dados que permite a visualização do mesmo tipo de distribuição considerando apenas os chefes de família com despesas em educação, identificando elementos de concentração e grandes diferenças em relação à distribuição original das famílias. Ademais, uma informação relevante é sobre os gastos médios por aluno segundo diversas características do responsável pelo domicílio.

A partir desse conjunto de informações, é possível constatar que os lares da região Norte são 6,8% do Brasil, mas, entre as famílias com gastos, passam a representar 7,8% delas indicando, porém, o menor gasto por aluno dentre as grandes regiões (R\$ 35,60). Ainda em termos espaciais, a região Sudeste mostra a maior concentração de famílias com gastos em educação (42,6%) e também lidera em se tratando dos valores gastos por aluno (R\$ 123,00). As regiões Norte e Nordeste apresentam os menores gastos por aluno e, em conjunto, perfazem 35,3% das famílias com despesas neste item.

As áreas metropolitanas possuem os mais elevados gastos por aluno enquanto a maioria das famílias com estas despesas concentra-se em cidades que não são capitais ou regiões metropolitanas (48,8%).

**Tabela 3.12 - Distribuição das famílias segundo características da pessoa de referência:
Total Brasil / Famílias com Gastos em Educação: 2008-2009**

Características	Total		Com Gastos em Educação		Gasto Médio Família*	
	Número	(%)	Número	(%)		
Sexo	Masculino	39.580.345	69,1	21.500.937	70,8	106,86
	Feminino	17.682.544	30,9	8.878.909	29,2	85,82
Raça/cor	Branca	28.252.166	49,3	14.903.042	49,1	149,33
	Preta	5.078.492	8,9	2.606.054	8,6	58,67
	Amarela	345.500	0,6	175.533	0,6	179,89
	Parda	23.324.615	40,7	12.558.403	41,3	57,39
	Indígena	262.116	0,5	136.814	0,5	34,86
Fx. etária	Até 20 anos	513.585	0,9	212.108	0,7	91,93
	Mais de 20 a 30 anos	7.962.656	13,9	4.185.671	13,8	58,15
	Mais de 30 a 40 anos	12.400.734	21,7	8.112.410	26,7	82,65
	Mais de 40 a 50 anos	13.243.147	23,1	8.448.514	27,8	124,91
	Mais de 50 a 60 anos	10.524.665	18,4	5.286.702	17,4	130,73
	Mais de 60 anos	12.618.103	22,0	4.134.441	13,6	90,81
Anos de estudos	Até 4 anos	23.332.660	40,8	10.131.717	33,4	31,17
	Mais de 4 a 8 anos	12.810.382	22,4	6.758.771	22,3	49,34
	Mais de 8 a 11 anos	13.346.500	23,3	8.011.596	26,4	104,81
	Mais de 11 a 14 anos	2.258.139	3,9	1.584.214	5,2	270,70
	Mais de 14 anos	5.515.208	9,6	3.893.548	12,8	405,58
Região	Norte	3.910.176	6,8	2.369.979	7,8	53,08
	Nordeste	14.950.557	26,1	8.351.159	27,5	56,72
	Sudeste	25.318.607	44,2	12.944.859	42,6	142,92
	Sul	8.741.411	15,3	4.594.832	15,1	100,98
	Centro-Oeste	4.342.138	7,6	2.119.016	7,0	91,03
Área	Capital	4.016.623	7,0	2.307.287	7,6	128,30
	Região metropolitana	16.955.420	29,6	9.058.564	28,8	152,34
	Resto da UF	27.342.875	47,8	14.814.858	48,8	90,01
	Rural	8.947.971	15,6	4.199.137	13,8	23,25
Brasil	57.262.889	100	30.379.845	100	100,64	

Fonte: POFs - microdados - elaboração própria

*Apenas famílias com alunos e inclui alunos sem gastos

Os responsáveis das famílias com as maiores despesas em educação são homens de raça amarela com faixa etária superior a 50 anos e mais de 14 anos de anos de estudos. Contudo, os responsáveis de cor/raça amarela significam apenas 0,6% das famílias. Os chefes brancos são maioria, representando 49,1% das famílias com gastos e mostrando a segunda maior despesa (R\$ 127,24) dentre as demais raças/cores.

Em relação à variável “sexo”, a chefia masculina dispense em média mais do que a feminina. Cerca de 69% das famílias são chefiadas por homens e, do total das famílias com gastos, mais de dois terços (70,8%) têm uma pessoa do sexo masculino como responsável. As mulheres são referência em quase um terço das famílias (30,9%), mantendo-se quase a mesma distribuição quando se trata daquelas famílias com gastos em educação (29,2%).

A distribuição segundo a raça/cor carece de um esclarecimento. A principal fonte de informação sobre a classificação étnica ou racial no Brasil é obtida através das pesquisas domiciliares, sendo a POF uma delas. É solicitado à própria pessoa pesquisada que ela se identifique entre as seguintes categorias: a) branca, b) preta, c) amarela, d) parda ou e) indígena.

A relação obtida para os chefes de família revela que a educação paga tem uma representatividade mais expressiva entre aqueles de cor parda. Eles representavam 40,7% das famílias brasileiras e, entre aquelas (famílias) com gastos, passaram a representar 41,3%. Isso pode ter sido motivado tanto pelo crescimento da renda das camadas mais pobres (em que pretos e pardos em conjunto são maioria) como pelo próprio aumento de pessoas que se reconhecem como tal. Contudo, chefes negros e pardos gastam em média cerca de um terço em relação às despesas dos brancos. Um estudo recente utilizando informações de gastos da POF 2002-2003 já havia concluído que “chefes de família que se dizem brancos gastam de fato mais com educação do que os que se declaram negros/pardos” (SANTANA & MENEZES, 2009, p. 402). Mas, são os indígenas os de menores dispêndios médios e os amarelos os com valores mais elevados.

Em termos etários, as famílias com gastos em educação (2008-2009) eram majoritariamente (54,5%) chefiadas por pessoas de 31 até 50 anos. Tratam-se principalmente de arranjos familiares nucleares (casal com filhos). As demais faixas participam com intensidade inferior às suas respectivas participações na distribuição original. Tome-se como exemplo as famílias cuja pessoa de referência esteja na faixa mais idosa (de 60 ou mais) e é possível constatar que são 22% das famílias no país. Contudo, quando se trata do universo de famílias com gastos em educação, elas são apenas 13,6%, possivelmente por não existir mais pessoas em

idade escolar em seu seio. Vale ressaltar, ainda, que os maiores gastos médios (R\$ 130,73), no que diz respeito à idade, são realizados pelas famílias cujo chefe possui idade na faixa imediatamente anterior, isto é, entre 50 e um e 60 anos.

Com respeito à escolaridade, é possível perceber uma associação entre o número de anos de estudos do chefe e a despesa com educação da família. Quanto maior a quantidade do primeiro (anos de estudos), mais expressivos recursos serão empregados em educação. A despesa média por aluno para as famílias com responsáveis cuja escolaridade atinge apenas quatro anos de estudos é 13 vezes menor do que entre aqueles com mais de 14 anos de estudos.

Outra abordagem para análise do padrão de gastos é identificar perfis de famílias com e sem despesas nos dois conjuntos: i) cursos regulares e ii) curso superior, ou seja, domicílios nos quais há estudantes da rede privada e aqueles onde há estudantes da rede pública.

Suponha então que em uma unidade de consumo haja dois filhos. O mais velho está matriculado em uma instituição pública de ensino superior e o mais novo em uma escola privada de ensino médio. Essa unidade de consumo será então considerada para os cálculos da renda e dos demais indicadores no conjunto da rede pública de ensino superior e no agrupamento da rede privada de ensino básico mais médio (cursos regulares). Portanto, se uma família atende simultaneamente às duas condições, ela será contabilizada duas vezes.

A Tabela 3.13 informa o resultado dos três tipos de distribuição das famílias a partir de características sociodemográficas do responsável pela unidade de consumo. O primeiro tipo diz respeito às famílias em geral e o segundo e terceiro relacionam-se respectivamente às famílias com alunos na rede privada de ensino e àquelas com estudantes na esfera pública. Além disso, a distribuição obedeceu à separação por nível de ensino.

A variável renda foi apresentada em seus valores medianos ao invés da média pois permite uma noção mais acurada do patamar de rendimento das famílias que realizam despesas com cursos regulares e com curso superior tanto na dimensão pública quanto na privada. Isso permite avaliar se de fato a crença de que as unidades familiares mais abastadas recorrem aos cursos regulares privados tem procedência. Por outro lado, também se pode verificar se o ensino superior público é utilizado apenas pela camada mais rica da população.

A variável renda foi expressa tanto em termos de renda total da família, isto é, a soma do rendimento de todos os membros que o percebem, quanto em termos de renda familiar *per capita* (a renda total da família dividida pelo número de seus membros).

Perfis dos responsáveis com alunos na rede privada de ensino (cursos regulares e curso superior)

O conceito estabelecido, de que as famílias mais ricas enviam majoritariamente seus filhos para instituições públicas de nível superior pode ser parcialmente discutido a partir da análise empírica da renda.

Os valores obtidos para a mediana da renda (total ou familiar *per capita*) das famílias com estudantes matriculados no ensino superior comprovam que o nível superior é menos seletivo do que o ensino básico, no qual o rendimento das famílias é o mais alto. As informações indicam que as famílias de maior renda enviam seus filhos para o ensino básico privado, mas o nível superior público não é apenas destinado aos filhos das famílias de maior renda. No Anexo 10 também é possível constatar que entre 2001 e 2012 a participação na educação pública superior aumentou para a população da faixa de renda mais pobre. Outro resultado importante (Tabela 3.13) indica que o ensino superior privado é, na maior parte, destinado a pessoas com mais renda do que o ensino superior público.

Considerando ainda o ensino superior privado, destaca-se que os responsáveis por essas famílias são majoritariamente brancos (66,2%), com mais de 40 e menos de 60 anos de idade (57,5%), com mais de 11 anos de estudos (40,3%), residentes na região Sudeste (50,7%), em capitais ou regiões metropolitanas (45,2%). Todas essas características estão demasiado representadas em relação às respectivas participações originais dos chefes no total das famílias brasileiras (50% brancos, 41,5% com mais de 40 a 50 anos, 13,5% com mais de 11 anos de estudos, 44,1% residentes na região Sudeste e 36,3% em capitais e regiões metropolitanas).

Os resultados encontrados para os cursos regulares revelam um perfil de renda duas vezes maior das famílias que enviam seus membros para a rede privada em relação àquelas que matriculam seus filhos na rede pública. Pode-se admitir, a partir das informações, que o ensino privado que precede a universidade é preponderantemente utilizado por famílias de renda mais elevada.

No perfil dos responsáveis pelas famílias com estudantes na rede privada do ensino regular (básico), prevalecem pessoas brancas (59,1%), com mais de 30 a 50 anos de idade (67%) e mais de 11 anos de estudos (39%), residentes no Sudeste (45,3%), em capitais e áreas metropolitanas (54,2%). Nesse caso, também há participação superior à distribuição encontrada no total original das famílias brasileiras (50% brancos, 44,8% com mais de 30 a 50 anos, 13,5% com mais de 11 anos de estudos, 44,1% residentes na região Sudeste e 36,3% em capitais e regiões metropolitanas).

Na próxima subseção, passa-se à análise do perfil do chefe de família que possui filhos na rede pública de ensino.

Perfis dos responsáveis com alunos na rede pública de ensino (cursos regulares e curso superior)

A escolaridade é um dos fatores mais relevantes na diferenciação do perfil dos chefes de família que enviam seus filhos à rede pública de ensino. Nos cursos regulares públicos, apenas 5% deles (responsáveis por essas famílias) possuíam mais de 11 anos de estudos.

Pode-se notar, ainda, que além da menor escolaridade dos responsáveis pelas famílias com estudantes no ensino regular (básico) ou pré-universitário da rede pública (72% possuíam até oito anos de estudos), essas famílias têm a menor renda (R\$ 1.344,93), 58,5% são negros, com mais de 30 a 50 anos de idade (61,9%), com uma expressiva participação das famílias da área rural (20%). Em todos os quesitos mencionados há excesso de representatividade, pois no total das famílias os chefes negros são a metade dos responsáveis, 63% possuem até oito anos de estudos, 44,8% têm faixa etária entre 31 até 50 anos e 15,6% pertencem à área rural.

Para o curso superior público, predominam os chefes brancos, homem ou mulher (57,7%), com mais de 40 a 60 anos de idade (59,4%), com maior expressividade no Nordeste (31,3%) e no Centro-Oeste (10,2%) do que na distribuição original desses chefes entre as famílias brasileiras. Essas famílias concentram-se, sobretudo, nas capitais (16%).

Um dos resultados interessantes da pesquisa foi constatar que mais da quarta parte (28,7%) das unidades de consumo com filhos no nível superior público tem como responsável pela família uma pessoa com até oito anos de estudos. Admitindo-se a associação entre renda e escolaridade, esses alunos advêm provavelmente de famílias de baixa renda.

Ainda corroboram essa informação outras duas constatações, os fatos de que: i) o rendimento mediano encontrado para esse grupo ser um dos menores, prevalecendo em termos de

renda apenas sobre as famílias com alunos nos cursos regulares e sendo inferior ao das famílias com alunos em cursos regulares ou superior do ensino privado e ii) mais de 40% dos chefes dessas famílias serem negros ou pardos (representam a metade dos chefes de todas as famílias), mas, de qualquer forma, uma cifra expressiva dado o histórico colonial escravista vivenciado pelas gerações passadas desse grupo étnico.

Tabela 3.13 - Distribuição das famílias: total, com despesas em curso regular e em curso superior segundo características sociodemográficas: 2008-2009

	Total	Privado		Público	
		C Regulares	C. Superior	C Regulares	C. Superior
Renda Total Mediana da Família	1.579,65	3.802,15	4.231,38	1.344,93	3.525,63
R. Familiar <i>per capita</i> mediana	570,05	1.053,97	1.308,04	332,35	983,34
Sexo/Raça cor					
Homem não negro	34,6	45,1	47,4	30,2	37,5
Mulher não negra	15,4	14,0	18,8	11,3	20,2
Homem negro	34,6	31,8	23,1	40,6	30,1
Mulher negra	15,5	9,2	10,6	17,9	12,2
Faixa etária					
Até 20	0,9	0,1	0,7	0,7	1,3
Mais de 20 a 30	13,9	10,4	10,6	12,5	13,6
Mais de 30 a 40	21,7	31,7	15,9	31,6	10,4
Mais de 40 a 50	23,1	35,3	30,9	30,3	29,6
Mais de 50 a 60	18,4	14,0	26,6	14,7	29,8
Mais de 60	22,0	8,5	15,3	10,3	15,2
Anos de estudos					
Até 4 anos	40,7	11,6	14,4	44,5	15,9
Mais de 4 a 8	22,4	14,8	14,2	27,5	12,8
Mais de 8 a 11	23,3	34,5	31,1	23,0	25,1
Mais de 11 a 14	3,9	9,3	16,9	2,2	20,7
Mais de 14	9,6	29,7	23,4	2,8	25,5
Região					
Norte	6,8	5,1	5,2	9,1	10,1
Nordeste	26,1	32,7	17,7	30,2	31,3
Sudeste	44,1	45,3	50,7	38,8	33,6
Sul	15,4	10,9	17,8	14,4	14,8
Centro Oeste	7,6	6,0	8,6	7,4	10,2
Área					
Capital	7,0	11,3	10,2	6,2	16,1
Região Metropolitana	29,6	42,9	35,0	25,4	29,7
Resto da UF	47,7	43,0	50,0	48,2	49,0
Rural	15,6	2,8	4,7	20,1	5,1

Fonte: POF 2008-2009 – microdados – elaboração própria

Verificado, portanto, onde se gasta em ensino regular (básico e médio) e superior, bem como a tendência ou não de expansão desses dispêndios, busca-se a seguir identificar os aspectos determinantes dos dispêndios em educação.

3.7 Considerações gerais

Este capítulo tratou de detalhar as informações sobre os gastos em educação das famílias brasileiras considerando a estrutura de despesas disponibilizada pela POF. Ainda procurou mostrar a dinâmica desses gastos ao longo do tempo, tanto em relação à matrícula na rede pública quanto na rede particular de ensino, nos dois níveis principais de instrução: cursos regulares/cursos superiores e levando em conta a localização da unidade de consumo e seu perfil de gasto de acordo com algumas características sociodemográficas do responsável pela família.

Primeiramente, vale destacar a importância de analisar o gasto em educação a partir de diferentes perspectivas espaciais e de diferentes variáveis que de alguma forma moldam a maneira e o montante investido nos estudantes de cada domicílio.

Foi possível observar no geral que o aumento da renda vivenciado pelas camadas mais pobres da população propiciou gastos mais elevados em educação para esse estrato. Apesar de serem famílias mais numerosas, elas também apresentaram redução de seu tamanho médio e suas despesas foram insuficientes para recompor os valores que os domicílios de rendimentos mais elevados deixaram de gastar (resultando em menores gastos médios ao longo do tempo para as famílias brasileiras). Vale destacar que, em grande parte dos casos, nos domicílios mais ricos passaram a inexistir estudantes.

O quadro descrito anteriormente pode ser constatado tanto em termos da distribuição entre percentis de renda das famílias quanto em termos regionais. Regiões mais pobres como as do Norte e Nordeste apresentaram variações positivas de gastos mais intensas ao longo do tempo, embora ainda registrem os menores gastos médios dentre as cinco grandes regiões do Brasil.

Na esfera privada, a de maiores gastos para as famílias, o ensino básico apresentou retração em número de alunos, sobretudo na etapa fundamental, e expansão de matrículas no nível superior, tanto para o Brasil como para todas as suas grandes regiões. Todas as informações fazem crer que essa expansão no segmento de renda e regiões mais pobres, não se traduziu em variações expressivas para os gastos médios por família e mesmo por aluno.

Uma informação a ser salientada quanto às características de renda das famílias (com pessoas em cursos regulares e cursos superiores, na rede privada ou pública) é que, diferentemente do esperado, a renda mediana das famílias com pessoas no curso superior privado

é superior à renda mediana das famílias com pessoas no curso superior público. Isso comprova que a rede privada de ensino superior detém alunos de famílias mais ricas do que aqueles que na rede pública, ou em outras palavras que a rede pública para a educação superior também não se circunscreve a atender alunos de famílias mais privilegiadas em termos de renda. Além disso, informações recentes da PNAD informam como se expandiu a rede pública de ensino superior *vis-à-vis* à rede particular entre os mais pobres. A única camada de renda na qual se verificou a expansão de participação na rede pública *vis-à-vis* à rede privada de ensino foi justamente a mais pobre (Anexo 10). Tal constatação faz crer que as ações afirmativas incrementaram o ingresso de estudantes das famílias da base da pirâmide de renda na rede pública de ensino superior. Programas como o Plano Nacional de Assistência Estudantil⁴³ (Pnaes) e o Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)⁴⁴ refletem as informações da expansão da proporção de alunos nas instituições públicas de ensino superior de famílias de baixa renda captadas pela PNAD.

Essa análise descritiva preliminar permitiu identificar padrões de associação, mas não relações de causa e efeito. Na próximo capítulo, então, será examinada a utilização de técnicas econométricas para ajuste de um modelo de gastos em educação.

⁴³ Criado em 2008 o programa utiliza critérios de seleção dos estudantes que levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos. O programa oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa (MEC, 2014a).

⁴⁴ Instituída em 24 de abril de 2007 pelo Decreto nº 6.096, de, é de uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Trata-se de uma série de medidas com o objetivo de criar condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. (MEC, 2014b).

CAPÍTULO 4

Aspectos determinantes dos gastos em educação

4.1 Introdução

Nos capítulos anteriores constatou-se, ao longo do período em estudo, uma elevação de gastos em educação para as famílias de rendimentos menos elevados e redução, do mesmo tipo de despesa, nos domicílios relativamente mais ricos.

Além da renda, que variou positivamente com maior intensidade para os estratos mais pobres da população, outros fatores como o número de filhos, a escolaridade dos pais, a região e área de residência da família, entre outros, podem implicar em diferentes padrões de despesas em educação. Vale destacar que a dinâmica demográfica vivenciada pelas camadas mais ricas e mais pobres também ocorreu em velocidades desiguais. Famílias mais ricas tendem a serem menos numerosas do que aquelas distribuídas entre os estratos populares.

Nesta parte do trabalho busca-se comprovar a hipótese de que as extremas desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil também se reproduzem nos padrões de gastos com educação das famílias. Nesse caso, a combinação de alguns atributos como: sexo, raça/cor, idade, escolaridade, renda e região de residência implicariam em padrões de gastos em educação substancialmente distintos. O estudo de Curi e Menezes (2010) já havia constatado que maiores despesas no item (ao tender a matricular o filho em escola privada) estavam relacionadas com a renda familiar e com a escolaridade da mãe. Em estudos de renda também são observadas grandes distinções: entre homens e mulheres Hoffmann e Troncoso (2004) constatam que os primeiros tendem a obter remunerações mais elevadas; entre brancos e negros, (SOARES, 2000; REIS e CRESPO, 2005) captaram a diferença de renda bem mais favorável aos brancos e quanto às regiões, as famílias do Norte e Nordeste do país também possuem rendimentos bem inferiores aos das famílias da região Sul e Sudeste. Além disso, áreas urbanas tendem a concentrar maiores rendas do que áreas rurais (FURTADO, 1959; ULYSSEA, 2007), o que certamente vai reproduzir nas despesas em educação um padrão diferenciado. Nos estudos sobre despesas, Santana e Menezes (2009) observaram que famílias chefiadas por pessoas que se declararam brancas e pessoas que possuíam maior número de anos de estudos mostraram maior propensão a gastar com educação.

Além dos trabalhos específicos, tratando a relação entre variáveis sociais, demográficas e a despesa com educação, capta-se através da última Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009) a ampla heterogeneidade da população brasileira, seja em termos de renda e educação ou em termos regionais. De acordo com a última POF (2008-2009), a população branca com 15 anos ou mais, por exemplo, tinha em média 8,4 anos de escolaridade e a não branca 6,6; a média de renda total da família quando a pessoa de referência é branca era quase duas vezes superior a das não brancas. Os diferenciais regionais (da pessoa de referência da família) também são relevantes, variando de 7,5 anos de escolaridade no Sudeste a 5,4 no Nordeste. Tudo isso contribui para a suspeição de que existam efetivamente níveis de gastos diferentes entre grupos sociais distintos.

A segunda hipótese que se busca comprovar é a de que há diferenças expressivas nos padrões de gastos das famílias, que variam em função do nível, básico ou superior, e da rede de ensino, pública ou privada. A combinação entre o nível e a rede de ensino reflete em certa medida os limites e possibilidades de orçamento e valores sociais das famílias brasileiras. Vale ressaltar que há uma crença generalizada, no país, de que o sistema educacional brasileiro seja regressivo, isto é, os alunos de famílias com mais recursos utilizam-se da rede particular até o nível médio⁴⁵ (o que implica em despesas com mensalidades), sendo preparados de forma mais competitiva academicamente para enfim obter uma vaga de ensino superior em instituição pública. Assim, gasto zero no ensino superior pode ter sido gerado por uma escolha ótima anterior a terem sido realizadas despesas em colégios de qualidade, sobretudo particulares, nos níveis fundamental e médio.

As famílias das classes média e alta colocam seus filhos para cursarem o ensino básico e o secundário em escolares particulares, que são de melhor qualidade, e os preparam para passar para as instituições de ensino superior de maior prestígio, públicas e gratuitas. Estudantes de famílias mais pobres, quando chegam ao curso superior, só conseguem entrar para os cursos menos prestigiados das universidades públicas ou vão para as particulares, onde os cursos também são de baixo prestígio e qualidade, e pelos quais tem de pagar (SCHWARTZMAN, 2003, p. 15).

De acordo com a hierarquização das instituições de ensino médio gerada a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM⁴⁶), das 50 escolas melhores classificadas no país,

⁴⁵ Qualquer tentativa de se comprovar empiricamente tal afirmação é obscurecida pelo fato de que colégios públicos técnicos de qualidade abrigam estudantes advindos dos estratos mais privilegiados em termos de renda, por escolha.

⁴⁶ Foi criado pelo Ministério da Educação em 1998, a princípio, para avaliar a qualidade do ensino oferecida no país. Os estudantes não são obrigados a participar, mas a nota do exame é utilizada para o ingresso em universidades federais e estaduais.

apenas seis eram públicas federais e uma estadual; as demais 43 foram da rede privada (MEC, 2010). Já em 2011, a situação torna-se ainda mais desfavorável para a rede pública quando apenas três escolas eram federais e as demais (47) da rede privada. Trata-se de um indicativo para que as famílias que almejem garantir qualidade a fim de que seus filhos ingressem na educação superior, busquem tais instituições. Como mostrado, ao longo do tempo, as evidências têm sido em prol de um maior número de instituições de qualidade do ensino médio na rede privada.

A terceira hipótese a ser verificada refere-se à evolução das despesas em educação ao longo do tempo que teriam se intensificado para todos os níveis – básico e superior, dado o crescimento dos rendimentos das famílias. Vale lembrar que a elevação da renda vivenciada pela sociedade brasileira ao longo dos anos 2000 se deu com mais vigor para as famílias da base da pirâmide de renda. Tal fator associado à constatação da maior qualidade do ensino privado de nível básico teria intensificado a utilização da rede privada no nível básico de ensino, com tendência, portanto, ao crescimento dos gastos em educação a cada aluno a mais na família, no nível básico. Paralelamente, a demanda de candidatos de nível superior também teria provocado um aumento do valor do aluno adicional entre os dois períodos ao se neutralizar a interferência das demais variáveis sociodemográficas.

Após esta introdução, a segunda seção é destinada a discorrer sobre o material e métodos utilizados. Na terceira seção, serão analisados os resultados e, na última, serão desenvolvidas as considerações finais.

4.2 Material e métodos

As bases de microdados da POF para os anos 2002-2003 e 2008-2009 serão utilizadas para a estimação dos gastos das famílias e para isso selecionam-se algumas variáveis e, em seguida aplicam-se dois métodos de estimação.

4.2.1 Descrição das variáveis

Domicílios com informações não declaradas para quaisquer das variáveis utilizadas nas análises foram eliminados. Para o primeiro período, 2002-2003, o número de observações iniciais

A avaliação é composta de 180 questões de múltipla escolha sobre ciências da natureza, (Química e Biologia), matemáticas e suas tecnologias (Matemática e Física), linguagens e códigos (Língua Portuguesa) e uma redação. A partir de 2010, o Enem passou a ter questões de língua estrangeira (Inglês ou Espanhol). (MEC,2012). Na atualidade, o ENEM tem mais um papel de certificação.

era de 48.568 e restaram 47.591. No segundo momento, 2008-2009, das 55.609 observações constantes na base foram mantidas 55.550, o que pode ser acompanhado na Tabela 4.1. A retirada dessas observações resultou em uma nova quantidade de famílias e pessoas.

Tabela 4.1 - Observações excluídas por atributo não informado ou não declarado
2002-2003 / 2008-2009

	2002-2003		2008-2009	
	Inicial	Final	Inicial	Final
Famílias	48.534.638	47.592.740	57.816.604	57.262.889
Pessoas	175.845.964	172.912.063	190.135.745	188.135.678
Observações	48.568	47.591	55.609	55.550

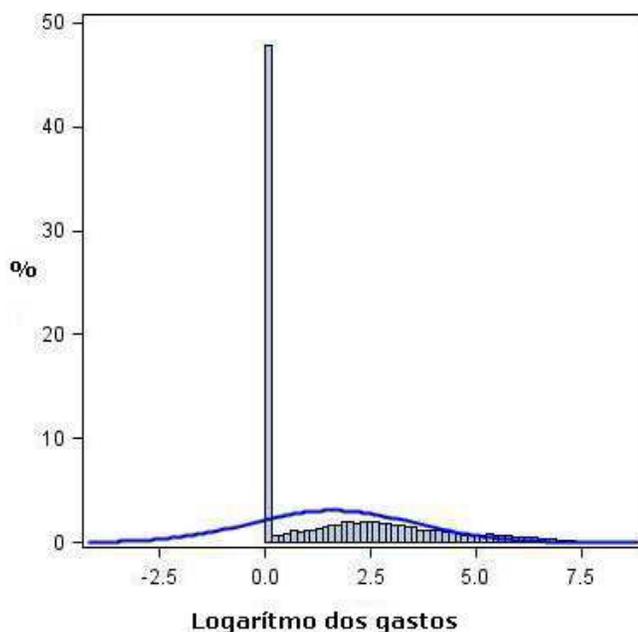
Fonte: POF 2008-2009 – microdados - elaboração própria

As variáveis utilizadas nas análises são apresentadas na Tabela 4.3. O atributo de interesse principal é o gasto familiar com educação. Esta variável foi analisada em sua forma logarítmica, pois, permite melhor aproximação para a distribuição normal e relacionamento linear com as variáveis explicativas.

Para o procedimento de estimação, acrescentou-se uma unidade às despesas em educação de todas as famílias. Tal medida foi necessária por haver famílias com despesas iguais à zero. A soma de uma unidade para os gastos de todas as famílias não altera a amostra e, ao aplicar o logaritmo às despesas iguais a zeros, esses valores passaram a equivaler à uma unidade, tornando possível o emprego do logaritmo.

O Gráfico 4.1, a seguir, ilustra a distribuição do logaritmo dos gastos com educação das unidades de consumo para o período 2008-2009. A grande quantidade de famílias com essas despesas iguais a zero aparecem na coluna mais alta.

Gráfico 4.1 - Distribuição do logaritmo dos gastos em educação das famílias brasileiras



Fonte: POF 2008-2009 – microdados – elaboração própria

Contudo, a literatura especializada indica que para a estimação dos gastos deve-se considerar o universo específico, ou seja, famílias nas quais haja estudantes (Huy, 2012, Andreou, 2012).

Pouco mais da metade dessas famílias revelou a existência de estudantes entre seus membros. Assim, apenas estas foram selecionadas como indicado na próxima tabela.

Tabela 4.2 - Observações selecionadas por existência de estudantes na família 2002-2003 / 2008-2009

	2002-2003	2008-2009
Famílias	29.338.539	32.525.965
Pessoas	128.641.244	132.794.078
Observações	30.428	32.401

Fonte: POF 2008-2009 - elaboração própria

A despesa total da família com educação incorpora valores despendidos com matrículas e mensalidades, mas também com cursos, artigos escolares, livros e outros. Gastos nulos podem advir desde o fato de não haver estudantes na família, como também, da utilização da rede pública de ensino por parte dos alunos, que além de neutralizar as despesas com mensalidades,

minimiza dispêndios com livros e artigos escolares, que na maioria das vezes são oferecidos gratuitamente pela escola. É fundamental destacar que, no Brasil, a utilização da rede pública de ensino pode advir tanto de uma decisão afetada por restrição de renda domiciliar corrente como por uma decisão consciente baseada na busca por qualidade de ensino de alguns colégios considerados de excelência e, portanto, não relacionada à restrição de rendimentos.

As variáveis que podem influenciar nos montantes direcionados ao ensino são diversas. Um dos principais condicionantes das despesas em consumo, como aponta a teoria econômica, é a renda (KEYNES, 1997). Além disso, como na maioria das decisões de gastos, os de educação dependem de características sociodemográficas (ter ou não pessoas em idade escolar na família), sociais (condições de acesso, tamanho das redes de ensino) e escolhas (preferência pela instituição de ensino), para citar apenas algumas características. Da mesma forma, a idade do responsável pela família também pode indicar mais ou menos experiência profissional que possivelmente se associa com o nível de rendimento e a escolha por gastos mais elevados em escolaridade. O uso de outras variáveis demográficas, como sexo, raça/cor e local de moradia, é especialmente importante no caso brasileiro, já que a sociedade brasileira vivenciou um processo de dominação colonial e concentração da atividade industrial em que determinados grupos e regiões não se incorporaram plenamente como outros, sendo um país reconhecido internacionalmente como dos mais desiguais, a despeito de alterações significativas que ocorreram ao longo dos anos 2000.

Possuir um ou mais membros da família estudando também impactará em gastos com educação. Sabe-se, contudo, que alunos da rede privada ainda contam com os dispêndios em mensalidades, o que merece um tratamento diferenciado. Assim, seis variáveis independentes foram incluídas, combinando o nível escolar da despesa (fundamental, médio e superior) e a proveniência da matrícula (pública ou privada), além de uma variável com o número total de alunos. Pudemos ainda perceber os diferenciais do gasto por aluno, no capítulo anterior (Tabela 3.18), entre as grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul ou Centro-Oeste), bem como o que convencionamos a denominar de área (Capital ou Região metropolitana, ou Resto da UF ou Rural), considerando a heterogeneidade regional. Decidiu-se por destacar o estado de São Paulo, uma vez que sozinha esta unidade da federação detém maior número de famílias do que os demais estados do Sudeste em conjunto (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro).

As variáveis demográficas relacionadas ao responsável pela família também podem indicar gastos médios com alunos bastante diferenciados. Foram criadas variáveis binárias para discriminar características associadas à idade, ao sexo/raça e aos anos de estudos, estabelecendo-se algumas agregações. Para efeito de exemplificação toma-se apenas uma das covariadas – “Anos de estudo” – que provavelmente vai indicar que as famílias chefiadas por pessoas mais escolarizadas e com maior renda tendem a despender recursos mais elevados com educação, como apresentado através da estatística descritiva constante no Capítulo 3. Para tal, consideraram-se faixas de anos de estudos de modo a verificar chefes de família em diferentes etapas educacionais.

A agregação dos itens raça/cor e sexo deu-se de forma a captar diferenças sociais, sobretudo de renda, pois há evidências de que mulheres negras têm maior dificuldade em obter rendimento do que homens negros, evidenciada em trabalho anterior (MAIA e GARCIA, 2007).

Tabela 4.3 - Variáveis determinantes das despesas familiares e suas categorizações: 2008-2009

Variável Dependente	Descrição
Despesas em educação da família	Logaritmo das despesas em educação
Variáveis Independentes	
Renda total da família - LNX	Logaritmo da renda total
No. Total de alunos - NALU	Matriculados em ensino público e privado
Ensino Fundamental	
Privado - P1PRIP	Percentual do total de estudantes na família
Público - P1PUBP	Percentual do total de estudantes na família
Ensino Médio	
Privado - P2PRIP	Percentual do total de estudantes na família
Público - P2PUBP	Percentual do total de estudantes na família
Ensino Superior	
Privado - P3PRIP	Percentual do total de estudantes na família
Público - P3PUBP	Percentual do total de estudantes na família
Sexo e raça/cor	HNN, se chefe é homem branco MNN, “1” se chefe é mulher branca HNB, “1” se chefe é homem negro MNB, mulher negra
Faixa etária	Até 20 anos, “1” se chefe tem até 20 anos +20 a 30 anos, “1” se chefe tem mais de 20 a 30 +30 a 40 anos, “1” se chefe tem mais de 30 a 40 +40 a 50 anos +50 a 60 anos, “1” se chefe tem mais de 50 a 60 +60 anos, “1” se chefe tem mais de 60 anos.
Anos de estudo	Até 4 anos, “1” se chefe tem até 4 anos de estudos +4 a 8 anos +8 a 11 anos, “1” se chefe tem mais de 8 a 11 +11 a 14 anos, “1” se chefe tem mais de 11 a 14 +14 anos
Regiões	Norte, “1” se chefe reside na região Norte Nordeste MG+ES+RJ, “1” se chefe reside em MG, ES ou RJ SP, “1” se chefe reside na UF de São Paulo Sul, “1” se chefe reside no Sul Centro Oeste, “1” se chefe reside no Centro Oeste
Área	Municípios de Capital, “1” se chefe vive em Cap. Regiões metropolitanas, “1” “ em Região metropol Resto da UF, “1” Rural

Fonte: POF 2008-2009 – microdados – elaboração própria

Categoria de referência está em negrito

4.2.2 Avaliação do método

As relações de causa e efeito entre as variáveis sociodemográficas e o logaritmo dos gastos com educação foram analisados a partir de modelos de regressão linear múltipla. O objetivo central é avaliar o impacto isolado de diversos fatores independentes (covariadas) sobre a variável dependente. Nesse sentido, o interesse é avaliar os impactos da renda, do número de alunos, do nível escolar e do tipo de rede em que está matriculado o aluno, além das características do responsável pela família (sexo, raça/cor, idade, escolaridade, região e área de residência) sobre os gastos com educação, ou seja, como essas variáveis alteram a decisão de se realizar os gastos com educação. Dois métodos foram utilizados para estimar as relações entre as variáveis: i) Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e ii) Método para variáveis censuradas (Tobit), as quais serão examinadas a seguir.

Estimação por mínimos quadrados ordinários

A técnica de regressão linear múltipla consiste em determinar uma função estatística que descreva o comportamento de uma determinada variável, denominada dependente, com base nos valores de uma ou mais variáveis denominadas independentes. Neste estudo trata-se, portanto, de estimar os gastos em educação (variável dependente) a partir de variáveis sociodemográficas como: presença de aluno na família, idade, sexo, raça/cor, renda e local de moradia da pessoa de referência da família.

Ajustou-se então um modelo de regressão linear múltipla, considerando as informações de gastos em educação das famílias para o período 2008/2009. O modelo pode ser expresso resumidamente pela seguinte expressão:

$$\ln(Y_i) = \beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_{ij} + e_i \quad (1)$$

À variável “gastos totais em educação” foi adicionada uma unidade e em seguida calculado o seu logaritmo neperiano. A variável $\ln(Y)$ expressa esse logaritmo das despesas em educação, X_j o conjunto de k variáveis socioeconômicas e demográficas associadas ao consumo e e_i o erro aleatório não explicado pelo modelo. O coeficiente β_j indica a variação no logaritmo do gasto em função de uma variação unitária da variável X_j equivale a $100 \beta_j \%$. E, quando X_j for uma variável dicotômica que assume valores 0 e 1, a variação percentual no consumo em

relação à categoria tomada como base para X_j será equivalente a $100[\exp(\beta_j - 1)]\%$ (HALVORSEN e PALMQUIST, 1980).

A variável dependente ou variável resposta foi o logaritmo do total das despesas (mais um) em educação, além das covariadas, anteriormente mencionadas.

O modelo tem então por objetivo estimar o diferencial de gastos considerando no total 27 variáveis independentes descritas anteriormente. As estimativas foram obtidas utilizando-se o peso como fator de expansão da amostra.

As estimativas foram obtidas pela rotina PROC REG do *software* SAS.

No próximo subitem, descreve-se a utilização de outra técnica estatística, estimada pelo método de máxima verossimilhança.

Estimação para informação limitada e variável censurada

Neste tipo de estimação, o modelo Tobit, criado por James Tobin (1958), no qual foram estudados os gastos dos domicílios, é considerado um clássico.

Há estudos que utilizam a estimação descrita com objetivo de traçar um sistema de demanda, desconsiderando gastos nulos. De acordo com Asano e Fiúza (2003) e Menezes *et al.* (2006), este tipo de procedimento é adequado quando a estimação da elasticidade ocorre para uma cesta de produtos cuja demanda é de frequente e ampla utilização pelas famílias. Contudo, quando se deseja identificar o comportamento das famílias face a um gasto específico e restrito, como é o caso das despesas em educação, os gastos nulos precisam ser tratados diferenciadamente. Uma proposta da literatura econométrica seria classificá-la como uma variável latente e, por não ser observada, se iguala a zero. A possibilidade de estimação pode ser feita, então, se utilizando o modelo TOBIT. “*The Tobit model uses all of the information, including information about the censoring, and provides consistent estimates of the parameters*” (LONG, 1997, p. 187).

Para descrever esse tipo de relação entre uma variável dependente não negativa Y_i^* e uma variável independente X_i , o modelo Tobit é bastante conveniente, pois em geral expressa a resposta observada, Y , em termos de uma variável latente subjacente (WOOLDRIGE, 2002, p. 529-530). Considere-se então o seguinte ajuste:

$$Y_i^* = \beta_0 + \beta_1 X_i + e_i^* \quad (2)$$

Onde Y_i^* representa, por exemplo, as despesas em educação das famílias. Dizemos que Y_i^* é uma variável latente, pois para algumas famílias, sobretudo para aquelas com pessoas matriculadas na rede pública de ensino, o valor normalmente não pode ser observado e se iguala a zero. Diante disso, a variável Y_i^* observada é dada por:

$$Y_i = Y_i^* \text{ para } Y_i^* > 0$$
$$Y_i = 0 \text{ para } Y_i^* \leq 0$$

O ajuste de fato observado seria então dado por:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + e_i \tag{3}$$

Contudo, a restrição imposta aos dados observados tornaria as estimativas MQO para a equação (3) viesadas. Para corrigir esse problema, o modelo Tobit trata, portanto, distintamente as diferentes possibilidades, ou seja, se propõe a estimar relações tratando as observações com valores censurados distintamente das demais, por meio de aplicação do método de Máxima Verossimilhança (não viesadas) ou Mínimos Quadrados em dois estágios (consistentes).

É uma solução amplamente utilizada na literatura nacional e internacional. Tomando apenas aqueles estudos descritos no primeiro capítulo deste trabalho, Curi e Menezes (2010), Carvalho e Kassouf (2009) lançaram mão da técnica para estimar gastos com educação das famílias brasileiras e, em um estudo internacional, Kingdon (2005) também aplicou o método para avaliar a propensão de se gastar valores superiores com filhos do que com as filhas na Índia.

As estimativas e a análise de variabilidade do modelo foram realizadas utilizando-se a rotina DTOBIT2 do *software* STATA. Esse tipo de modelo permite três tipos de análise:

- a) Como as variáveis explicativas impactam a propensão de gastar com educação, ou seja, como elas alteram a decisão de realizar o gasto (efeito sobre a variável latente).
- b) Efeito sobre o Y incondicional, ou seja, considerando na estimativa famílias com gastos nulos em educação.
- c) Efeito sobre o Y condicional, ou seja, considerando apenas as observações sem gastos nulos.

Há um debate na literatura econométrica sobre a ambiguidade do modelo Tobit considerar a mesma equação simultaneamente para a seleção (ter ou não gastos) e a estimação (KENNEDY,

2008). Diversos pesquisadores nesses casos, como é o caso de Curi e Menezes (2010) recorreram, paralelamente, ao procedimento Heckman de duas etapas.

Nesse trabalho serão comparados os resultados de um modelo de mínimos quadrados ordinários (MQO) aos de um modelo Tobit com seus efeitos marginais condicionais e incondicionais, apresentados na sequência. O objetivo é analisar a consistência e impactos das relações obtidas pelas técnicas.

4.3 Determinantes e dinâmica dos gastos com educação

Determinantes dos gastos com educação em 2008-2009

O modelo estimado pelo método de MQO serve como um referencial de comparação entre as duas técnicas (Tobit). A estimação com os microdados da POF 2008-2009 explica 40%, ou seja, o *quantum* de variação do logaritmo das despesas em educação explicada pelas variações ocorridas nas variáveis independentes. O nível de significância adotado foi de 5% (p-value < 0,05).

As estimativas do modelo por MQO destacam que um acréscimo de 1% em média na massa de renda total das famílias faz as despesas em educação aumentarem em 0,6% em média para o intervalo 2008-2009, mantidas as demais variáveis constantes (Tabela 4.4). O gráfico com os resíduos em função dos valores de *Y* é apresentado no Anexo 6. Os gastos em educação crescem, em média, 33% para cada aluno adicional na família, mantendo-se constantes as demais variáveis. Contudo, o montante varia dependendo do nível acadêmico e rede administrativa (pública ou privada) aos quais o aluno esteja vinculado, como constata-se a seguir.

Os gastos com alunos no ensino fundamental privado tendem a ser 5 vezes superiores em comparação aos gastos com alunos no fundamental público, mantendo-se constantes as demais características.

Se o aluno estiver matriculado no ensino médio, as despesas também vão variar com mais intensidade do que aquelas captadas para os alunos de nível fundamental público. As despesas com esses alunos (que cursam o ensino público) tendem a ser 15% superiores àquelas de alunos no ensino fundamental público e, caso o estudante esteja no ensino médio do ensino privado, as despesas serão 8 vezes superiores em média.

É possível constatar que o aumento de um estudante de nível médio na rede privada representa a maior elevação das despesas para as famílias comparando-se os três níveis (fundamental, médio e superior). Em segundo lugar aparecem os gastos com alunos na educação superior privado, que são, em média, 7,7 superiores (ou 770%) aos gastos praticados com alunos do ensino fundamental público.

Em relação às características de cor ou raça da pessoa de referência na família, apenas as mulheres não negras apresentaram diferenças significativas em relação aos homens não negros. Os gastos dessas famílias tendem a ser 11% superiores, mantendo-se fixas as demais características.

Quanto à variável “idade”, fica claro que os gastos em educação, para as famílias cuja pessoa de referência está na faixa etária de 41 a 50 anos, são superiores às demais. Não houve significância estatística para todas as faixas.

Na dimensão da escolaridade, a faixa de anos de estudos do chefe da família aparece como fator determinístico das despesas em educação numa associação positiva, isto é, a cada camada mais alta de escolarização, mais expressivos são os gastos com o item em pauta.

O local de residência foi estatisticamente significativo apenas para o Centro-Oeste, e o estado de São Paulo, quando comparados com a região Nordeste. Na região Centro-Oeste, os gastos em educação tendem a ser 17% inferiores, em média, em comparação às famílias nordestinas (categoria de referência), mantendo-se constantes as demais características. No estado de São Paulo, os gastos tendem a ser 16% superiores, em média em relação à categoria de referência. Também as famílias das áreas rurais gastam menos do que aquelas residentes em municípios do interior. As informações para áreas metropolitanas e capitais não apresentou significância estatística.

Tabela 4.4 - Comparativo da estimação dos gastos em educação das famílias brasileiras através do método MQO e do modelo Tobit: 2008-2009

	MQO			TOBIT			Efeito sobre o Y			
	β	<i>p</i>	$e^{\beta} - 1$	β	<i>p</i>	$e^{\beta} - 1$	Incondic	$e^{\beta} - 1$	Condicional	$e^{\beta} - 1$
Renda familiar total(Ln)	0,64262	***		0,74553	***		0,54915		0,38984	
No Alunos	0,28629	***	0,33148	0,34321	***	0,40946	0,25280	0,2876278	0,17947	0,19658
Ensino fundamental										
Privado	1,85139	***	5,36867	1,94318	***	5,98092	1,43131	3,1841865	1,01610	1,76240
Público										
Ensino médio										
Privado	2,21536	***	8,16471	2,16453	***	7,71053	1,59436	3,9251597	1,13185	2,10138
Público	0,14395	***	0,15483	0,13664	***	0,14641	0,10065	0,1058852	0,07145	0,07406
Ensino superior										
Privado	2,16438	***	7,70921	2,17282	***	7,78302	1,60046	3,9553153	1,13618	2,11485
Público	0,45216	***	0,57170	0,34845	***	0,41687	0,25666	0,2926055	0,18221	0,19986
Sexo/raça/cor										
Mulher não negra	0,10406	0,0005	0,10967	0,07530	0,075	0,07821	0,05547	0,0570329	0,03938	0,04016
Homem negro	0,02794	0,2371	0,02833	0,03924	0,201	0,04002	0,02890	0,0293229	0,02052	0,02073
Mulher negra	-0,01395	0,6371	-0,01385	0,01159	0,757	0,01165	0,00853	0,0085709	0,00606	0,00608
Homem não negro										
Idade										
Até 20 anos	-0,05840	0,5883	-0,05673	-0,25447	0,056	-0,22467	-0,18744	-0,17092	-0,13306	-0,12458
>20 a 30 anos	-0,22340	***	-0,20021	-0,25805	***	-0,22744	-0,19008	-0,17310	-0,13494	-0,12623
>30 a 40 anos	-0,03673	0,133	-0,03606	-0,04079	0,198	-0,03997	-0,03005	-0,02960	-0,02133	-0,02110
>50 a 60 anos	-0,16590	***	-0,15287	-0,26925	***	-0,23605	-0,19832	-0,17990	-0,14080	-0,13133
>60 anos	-0,32734	***	-0,27916	-0,42829	***	-0,34838	-0,31547	-0,27056	-0,22396	-0,20065
>40 a 50 anos										
Anos de estudos										
Até 4 anos	-0,04555	0,0763	-0,04453	-0,10292	***	-0,09780	-0,07581	-0,07300	-0,05382	-0,05239
>8 a 11 anos	0,11354	***	0,12024	0,07653	0,029	0,07953	0,05637	0,05799	0,04002	0,04083
>11 a 14 anos	0,24015	***	0,27144	0,24716	***	0,28038	0,18205	0,19968	0,12924	0,13796
>14 anos	0,43607	***	0,54662	0,35252	***	0,42264	0,25966	0,29648	0,18433	0,20242
>4 a 8 anos										
Continua...										

	MQO			TOBIT			Efeito sobre o Y			
	β	p	$e^{\beta} - 1$	β	p	$e^{\beta} - 1$	Incondic	$e^{\beta} - 1$	Condicional	$e^{\beta} - 1$
Região										
Norte	-0,03338	0,3640	-0,03283	-0,05420	0,136	-0,05276	-0,03992	-0,03914	-0,02834	-0,02794
MG+ES+RJ	0,07031	0,0127	0,07284	-0,03978	0,275	-0,03899	-0,02930	-0,02887	-0,02080	-0,02058
SP	0,14558	***	0,15671	0,00970	0,862	0,00974	0,00714	0,00717	0,00507	0,00508
Sul	0,00557	0,8637	0,00559	-0,02387	0,589	-0,02359	-0,01758	-0,01743	-0,01248	-0,01240
C.Oeste	-0,19049	***	-0,17345	-0,29970	***	-0,25896	-0,22076	-0,19809	-0,15672	-0,14505
Nordeste										
Área										
Município capital	-0,09290	0,0351	-0,08872	-0,00982	0,818	-0,00978	-0,00724	-0,00721	-0,00514	-0,00512
Rg Metropolitana	-0,07086	0,0261	-0,06841	0,06642	0,134	0,06867	0,04892	0,05014	0,03473	0,03534
Resto da UF	0,11316	***	0,11981	0,12711	***	0,13554	0,09363	0,09815	0,06647	0,06873
Rural										

Fonte: POF 2008-2009 – microdados

Um problema do modelo MQO é que este trata igualmente as famílias com e sem gastos em educação. A elevada quantidade de famílias sem gastos com o item pode tornar essas estimativas tendenciosas.

Assim, outra abordagem seria censurar essas observações, desconsiderando-as na estimação. Todavia, esta opção resultaria em uma relação viesada. De acordo com Long (1997) traria superestimação do intercepto e subestimação da inclinação da curva.

As estimativas obtidas para o modelo Tobit apresentaram resultados consistentes e acompanharam o mesmo tipo de tendência apresentada pelo método MQO para os atributos estatisticamente significativos. Os gastos com educação, por exemplo, são maiores com alunos do ensino privado do que com os alunos do ensino público, o que evidentemente é compatível com a realidade, já que mensalidades das escolas privadas têm um peso considerável nos dispêndios em educação.

Os efeitos marginais, estimados através do modelo Tobit, permitem confrontar a consequência sobre os gastos condicionados às famílias com propensão ao dispêndio e os incondicionais. Os efeitos marginais condicionais revelaram uma elasticidade de gastos em educação inferior aos valores encontrados pelo modelo MQO, já que consideram as relações estabelecidas para as famílias com gastos positivos.

Assim como observado no ajuste por MQO, as estimativas (2008-2009) do modelo Tobit para a participação dos alunos nas redes de ensino mostram que não há uma diferença substancial entre as despesas efetuadas pelas famílias com estudantes no ensino médio e no superior da esfera privada. Analogamente, o acréscimo de um estudante no setor privado faz com que as despesas de ensino da família elevem-se um pouco mais para o nível superior do que para o nível médio, isolando-se o efeito das demais variáveis.

A escolaridade do chefe da família é outra característica fundamental e, como esperado, os resultados do modelo indicam que responsáveis com mais de 14 anos de estudos tendem a gastar mais com educação do que aqueles menos escolarizados. O estudo de Santana e Menezes (2009) também se deteve a este aspecto, utilizando a base de dados da POF de 2002-2003 e encontrando o mesmo tipo de determinação da escolaridade sobre as despesas.

Para a análise da faixa etária do responsável, nem todos os resultados foram significativos estatisticamente. Para aquelas faixas com significância, a tendência foi sempre de gastar menos com o item educação do que o gasto das famílias chefiadas por pessoas com idade entre 41 e 50

anos. É muito provável que a categoria base (41 a 50 anos) concentre um maior contingente de estudantes, talvez cursando instituições privadas de ensino.

Em outro condicionador da despesa normalmente utilizado – a raça – não houve significância estatística que permita apontar diferenças entre brancos e negros como o impacto diferenciado anteriormente registrado em outra pesquisa (SANTANA e MENEZES, 2009). A estimativa feita pelos autores constatou que entre as famílias mais pobres não havia diferença racial na determinação dos gastos, mas, nas famílias mais ricas, os chefes que se declaravam de cor branca apresentavam despesas mais elevadas em educação do que os de cor negra, o que aqui foi estatisticamente insignificante.

Os resultados do modelo mostraram também que o impacto da região de residência indica que as famílias nordestinas tendem a gastar relativamente menos do que as unidades de consumo do estado de São Paulo, independentemente das demais características socioeconômicas. Na literatura revisada, Carvalho e Kassouf (2009) apontavam para as diferenças de despesas em educação segundo grande região do país, chamando a atenção para o fato de que a família residir no Sudeste já implicava em maiores valores destinados à preparação escolar de seus filhos.

A área de residência na decisão de gastar também apresentou valores significativos e positivos, revelando, como esperado, que famílias residentes em área urbana tendem a efetuar maiores despesas com educação, relativamente às famílias moradoras de áreas rurais.

A estimação Tobit também mostrou que a variação média de 1% no rendimento das famílias implicou em uma variação média correspondente de gasto de 0,4% em educação para as famílias com gastos positivos. Em outra pesquisa, elaborada por Silveira Neto e Menezes (2010) em regiões metropolitanas comparando dados da POF de 1995-1996 e de 2002-2003, a associação com a renda também fica evidente. Os autores concluem que o aumento dos gastos em educação deveu-se à elevação dos gastos das famílias distribuídas nos décimos mais altos de rendimento, um comportamento oposto ao captado durante o período aqui estudado, no qual as famílias de menor rendimento mostraram as mais altas variações de gastos (Capítulo 3). Entre os estudos internacionais, a maioria inclui a variável renda como um dos principais condicionantes às despesas em educação.

Na sequência apresentamos o comportamento temporal. A ideia é estabelecer uma comparação das estimações em dois períodos (2002-2003 e 2008-2009), podendo então se captar

a influência das características sociodemográficas sobre as despesas em educação das famílias brasileiras ao longo do tempo.

Dinâmica dos gastos em educação ao longo dos anos 2000

Para empreender a análise temporal dos gastos com educação, estimamos um modelo Tobit também para as informações da POF, mas referentes à base de dados anterior (2002-2003). O importante no estudo é controlar os mesmos fatores observáveis em 2008-2009 para estabelecer a comparação e entender o que aconteceu com o comportamento dos gastos em educação segundo os mesmos condicionantes ao longo do tempo.

Os efeitos marginais condicionais obtidos através do modelo Tobit (Tabela 4.5) para os períodos 2002-2003 e 2008-2009 traduzem a dinâmica ocorrida entre os dois momentos e apresentam as seguintes revelações.

Durante o período, os gastos em educação aumentam conforme o mesmo comportamento verificado para a renda, mantendo inalteradas as demais características. Isolando-se os efeitos das demais variáveis sobre as despesas de educação, é possível observar-se um crescimento desses valores para cada aluno adicional na família ao longo do tempo. Em outras palavras, famílias com características semelhantes, incluindo número de alunos, estariam gastando mais com educação em 2008 que em 2002.

Considerando cada nível (fundamental, médio e superior) e a proveniência administrativa da rede (pública, privada) separadamente, ocorreram movimentos opostos em relação aos gastos em educação. Em outras palavras, quando comparado com os gastos com o ensino fundamental público, os gastos com o ensino fundamental privado e médio privado apresentaram elevação de despesas. Por outro lado, os gastos com a educação superior (pública ou privada) e ensino médio público implicaram em redução relativa de despesas das famílias em comparação aos gastos com o ensino fundamental público.

Essa revelação é curiosa dada à expansão do número de matrículas no nível superior. Embora a demanda tenha-se elevado, a oferta deve ter respondido rapidamente, o que teria provocado concorrência entre instituições privadas, ocasionando preços mais baixos. Ressalta-se aqui que a tendência de inflação registrada anteriormente (Gráfico 3.2) referia-se a todos os níveis de ensino e não apenas à educação superior que pode ter apresentado um comportamento distinto.

Vale salientar que a oferta pública também teria sua cota de responsabilidade sobre os gastos, pois durante o período houve criação bem como expansão do complexo de nível superior de ensino. Curi e Menezes (2010), ao estudar a opção das famílias em matricular seus filhos em escolas particulares, haviam constatado que a sensibilidade dos gastos em educação em relação à renda era mais elevada no ensino fundamental do que no ensino médio; todavia, não estudam a educação superior. Na estimação deste estudo observou-se que os gastos em educação em geral cresceram relativamente acompanhando o comportamento da renda nesse mesmo período, mas como descrito, apresentaram diferentes tendências.

Quanto à variável “idade” dos responsáveis pelas famílias, é possível perceber um comportamento semelhante entre as diversas faixas estudadas, ou seja, todas elas gastam menos do que famílias com responsáveis com idade entre 41 e 50 anos. A tendência permaneceu ao longo dos dois momentos analisados. Observa-se, contudo, que unidades de consumo cujos responsáveis possuíam idade superior a 50 anos passam a gastar relativamente menos no período. Uma das possíveis explicações pode estar relacionada com a alteração demográfica em curso durante os dois períodos, observada a diminuição da taxa de fecundidade vivenciada no país ao longo da década estudada, sugerindo que esses responsáveis podem estar agora cursando universidades públicas e sem filhos ou com número reduzido destes.

Em relação à escolaridade dos chefes da família, há uma redução do diferencial de despesas com educação tendo como categoria de referência as pessoas com mais de 4 anos de estudos e menos de 8. Isso significa que diminui a heterogeneidade de gastos, aproximando os valores das despesas de chefes de família mais escolarizados com os dos responsáveis menos escolarizados durante o período. Esses resultados podem estar associados à elevação mais acelerada da renda das camadas menos favorecidas da população e com menor escolaridade

Não se pode indicar uma redução da heterogeneidade regional. As características regionais já foram apontadas como importante aspecto diferencial em estudo anterior. A pesquisa de Carvalho e Kassouf (2009) revelava a preponderância das despesas em educação para as famílias do Sudeste sobre as das demais regiões. Todavia, os modelos empregados aqui para os dois períodos não obtiveram resultados estatisticamente significantes a ponto de possibilitar a comparação do comportamento temporal para as grandes regiões brasileiras, o que não aconteceu para as diversas áreas de residência. Nesse último caso, foi possível captar um aumento de gastos

nas áreas urbanas (não capitais e não regiões metropolitanas) comparativamente aos espaços rurais.

Em resumo, o que define as diferenças entre os gastos médios com educação dessas regiões é, segundo o modelo, sobretudo as características socioeconômicas de suas famílias.

Para verificar o resultado completo da estimação e da distribuição dos resíduos para 2002-2003 ver Anexos 6 a 8.

**Tabela 4.5 - Comparativo dos efeitos marginais incondicionais e condicionais:
2002-2003 / 2008-2009**

	2002/2003			2008/2009		
	Incondic	Condicional	p	Incondic	Condicional	p
Renda familiar total(Ln)	0,56077	0,40509	***	0,54915	0,38984	***
No Alunos	0,21052	0,15208	***	0,25280	0,17947	***
Ensino fundamental			***			
Privado	1,30704	0,94420		1,43131	1,01610	***
Público			***			
Ensino médio						
Privado	1,50545	1,08752		1,59436	1,13185	***
Público	0,18668	0,13485	***	0,10065	0,07145	***
Ensino superior			***			
Privado	2,04844	1,47977		1,60046	1,13618	***
Público	0,53737	0,38819	***	0,25666	0,18221	***
Sexo/raça/cor			***			
Mulher não negra	-0,05147	-0,03718		0,05547	0,03938	0,075
Homem negro	-0,00706	-0,00510	0,096	0,02890	0,02052	0,201
Mulher negra	-0,01520	-0,01098	0,736	0,00853	0,00606	0,757
Homem não negro			0,582			
Idade						
Até 20 anos	-0,04961	-0,03583		-0,18744	-0,13306	0,056
>20 a 30 anos	-0,24439	-0,17655	0,587	-0,19008	-0,13494	***
>30 a 40 anos	0,01747	0,01262	***	-0,03005	-0,02133	0,198
>50 a 60 anos	-0,14549	-0,10510	0,438	-0,19832	-0,14080	***
>60 anos	-0,29372	-0,21218	***	-0,31547	-0,22396	***
>40 a 50 anos						
Anos de estudos						
Até 4 anos	-0,08985	-0,06491	***	-0,07581	-0,05382	***
>8 a 11 anos	0,20169	0,14570	***	0,05637	0,04002	0,029
>11 a 14 anos	0,31446	0,22716	***	0,18205	0,12924	***
>14 anos	0,49143	0,35500	***	0,25966	0,18433	***
>4 a 8 anos						
Região						
Norte	-0,10860	-0,07845	***	-0,03992	-0,02834	0,136
MG+ES+RJ	0,27732	0,20033	***	-0,02930	-0,02080	0,275
São Paulo	-0,04078	-0,02946	0,388	0,00714	0,00507	0,862
Sul	0,01891	0,01366	0,542	-0,01758	-0,01248	0,589
C.Oeste	0,01135	0,00820	0,661	-0,22076	-0,15672	***
Nordeste						
Área						
Município capital	-0,00919	-0,00664	0,757	-0,00724	-0,00514	0,818
Rg Metropolitana	0,24401	0,17627	***	0,04892	0,03473	0,134
Resto da UF	0,06992	0,05051	***	0,09363	0,06647	***
Rural						

Fonte: POFs - microdados

4.4 Considerações gerais

Este capítulo examinou primeiramente o impacto isolado de algumas características sociodemográficas das famílias brasileiras sobre suas próprias despesas em educação no final dos anos 2000 e, em segundo lugar, estudou a evolução destes gastos sob os mesmos condicionantes, comparando a influência de diversos atributos sobre as despesas em dois momentos do período estudado, no início e final da primeira década dos anos 2000, com base nos dados das POFs (2002-2003 e 2008-2009).

Apesar do expressivo crescimento da renda das famílias brasileiras nos anos 2000, não houve mudanças substanciais na elasticidade renda-gastos com educação. Deve-se, entretanto, considerar que a evolução da renda entre os dois períodos ocorreu de forma mais intensa para as famílias de menor rendimento. A associação entre rendimentos e gastos em educação teriam tido então impactos diferentes para as famílias das diversas camadas da distribuição de renda.

Diferenças e eventuais mudanças nos padrões de gastos dos diversos grupos sociais foram analisadas a partir das relações de causa e efeito entre as características sociodemográficas e as despesas em educação das famílias. Primeiro, foram identificadas diferenças significativas para os grupos definidos pela idade e escolaridade da pessoa responsável pela família, região e área de residência. Não houve, entretanto, diferenças isoladas estatisticamente significativas entre os grupos definidos pela raça e o sexo do responsável pela família. Em outras palavras, diferenças nos gastos dessas famílias, por exemplo, entre aquelas lideradas por homens brancos e mulheres negras, seriam explicadas pelas demais características familiares de controle, como renda, idade e escolaridade da pessoa responsável.

Quanto à dinâmica dos gastos e sua hierarquia em relação ao nível e a proveniência da rede de ensino, como era esperado, os gastos das famílias com a rede privada são substancialmente superiores aos praticados com alunos da rede pública. Em 2008 não havia, entretanto, grandes diferenças entre os gastos com alunos no nível médio privado e superior privado, que eram muito superiores aos gastos com alunos de nível fundamental privado.

Isolando-se os impactos de alterações nas características sociodemográficas da população, houve crescimento dos gastos médios com educação por aluno. Isso significa que famílias com características idênticas estariam gastando mais com educação para cada aluno em 2008 do que em 2002. Ressalte-se que na análise com a utilização da estatística descritiva (Tabela 3.1) essas

informações foram ofuscadas no tratamento conjunto para todas as famílias cujos gastos médios por aluno teriam declinado entre 2002-2003 e 2008-2009.

É preciso registrar, contudo, dois tipos de comportamento quanto às despesas em educação. Em comparação aos gastos praticados com alunos do ensino fundamental público (categoria de referência), os valores aumentaram mais aceleradamente para as famílias com alunos no ensino básico privado – tanto para aquele cursando o ensino fundamental quanto para o médio. Já no caso dos gastos com a educação superior a tendência foi oposta, havendo um decréscimo dos gastos relativos. Ou seja, os gastos com nível superior privado ou público se aproximaram daqueles efetuados com o ensino fundamental público. Assim, reduz-se a distancia entre os gastos com alunos de ensino superior com o aluno de ensino fundamental.

A variação positiva da renda de maior intensidade para os estratos populares explicaria, em parte, a dinâmica dos gastos com educação, sugerindo maior busca dessas famílias⁴⁷ por escola privada no nível básico (fundamental e médio) em que pese à massificação ocorrida na esfera da educação superior, com a grande expansão de número de matrículas. Parece haver maior disposição desses domicílios em despende na educação dos filhos no ensino privado, uma reprodução do comportamento dos segmentos sociais, médio e alto, enfatizada por Schwartzman (2003).

Embora o número de alunos do ensino superior tenha se expandido com muito maior vigor do que no ensino básico, a configuração institucional⁴⁸ durante o período, somada a outros processos⁴⁹, teria reduzido os diferenciais de despesas das famílias em educação superior, comparativamente as do ensino básico, ambas na esfera privada. Portanto, a dinâmica temporal (2002-2003 e 2008-2009) revela dois comportamentos opostos na esfera privada. O primeiro, para o ensino de nível fundamental e médio (aumentando a despesa média com um aluno adicional na família mantendo-se as demais variáveis constantes) e, o segundo, para o nível superior (diminuindo a despesa média com o aluno).

Resumidamente, pode-se afirmar que, em relação aos gastos praticados com o ensino fundamental público, houve uma redução dos gastos comparativamente aos realizados para a educação superior, tanto no âmbito público quanto no privado, o que nega parcialmente a hipótese de que teria havido aumento no valor despendido por aluno em todos os níveis de ensino

⁴⁷ São famílias de maior tamanho médio, com maior número de filhos.

⁴⁸ Ações afirmativas de cota, segundo diversos critérios, PROUNI, FIES e REUNI.

⁴⁹ Elevação da oferta de vagas no ensino superior.

ao longo do tempo em tela. De forma oposta, as despesas com o ensino básico (fundamental e médio) apresenta uma manifestação clara da busca pela preparação do estudante, pois se eleva o custo de um aluno adicional na família na rede privada ao longo do tempo.

A explicação do fenômeno observado para o nível superior indica novos caminhos de pesquisa a serem percorridos. O aumento do número de alunos e a redução concomitante dos gastos das famílias com estes estudantes, observada com as informações para os dois períodos, pode estar indicar a expansão de vagas para o nível superior, a redução dos preços para a educação superior e as próprias políticas afirmativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Nesse último caso, as despesas dos domicílios com educação teriam sido absorvidas pelo poder público através de mecanismo de renúncia fiscal, promovendo, assim, redução de custos inerentes à prestação de serviços de instituições privadas para as famílias. Ainda há que se considerar a política de expansão (fase I) do ensino superior público, ocorrida a partir de 2003, com a criação de mais de dez unidades no país. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) contribuiu para a ampliação das vagas em Instituições Federais de Ensino Superior.

A dinâmica dos padrões de gastos em educação sinaliza ainda para importantes reduções da heterogeneidade entre alguns grupos sociais. Diminuem-se ao longo do tempo, sobretudo, os impactos das características associadas à escolaridade da pessoa responsável pela família sobre os gastos com educação. Famílias chefiadas por pessoas mais escolarizadas passam a registrar gastos mais próximos aos das famílias chefiadas por pessoas menos escolarizadas, indicando, portanto, nova frente de pesquisa.

CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou um quadro da evolução recente dos gastos em educação das famílias brasileiras considerando sua interligação com processos concomitantes, como a evolução demográfica e o contexto econômico da sociedade. O estudo se ateve à análise dos gastos das famílias com o ensino regular de primeiro, segundo e terceiro graus.

Dentre as principais contribuições do estudo, destaca-se a comprovação de uma migração de alunos da rede pública em direção à rede privada em todos os níveis de rendimento (das famílias) na educação básica, sobretudo na fundamental, ao longo do tempo. Isso se dá paralelamente à diminuição da pressão sobre a oferta de vagas. Embora se deva enfatizar que há ainda um longo caminho para se alcançar a universalização da oferta no nível básico.

Constatou-se também que a qualidade de ensino vem mostrando níveis bastante sofríveis, ainda mais para um país que está entre os dez que mais produzem no mundo. Essa percepção de qualidade pode ter levado às famílias das camadas mais pobres a buscarem escolas privadas para seus filhos no momento em que ocorreu a elevação de seus rendimentos. Entretanto, escola privada nem sempre é sinônimo de qualidade.

Acredita-se, neste trabalho, que a educação (de qualidade) é um direito de todos e na verdade vai muito além da busca por um resultado econômico ou de competição para se obter um emprego. Aqui se encara a escolarização como algo maior, um instrumento de cidadania para além da produção. O cidadão pleno é aquele titular das três dimensões que sustentam a cidadania: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais (MARSHALL, 1967). Os direitos sociais por sua vez, garantem a participação na riqueza coletiva, que naturalmente inclui a educação.

Cabe, no entanto, deixar claro que embora haja diferenças quanto à abordagem teórica, o importante é valorizar o que há de comum, ou seja, o fato concreto de que há confluência das posições quanto à importância do tema, o valor social da educação, fundamental para as sociedades. As dúvidas se relacionam muito mais aos métodos e políticas a serem adotados do que a tornar a educação uma prioridade. As indagações são: que tipo que arranjo institucional deve se responsabilizar pelas diversas etapas de ensino? As instituições de ensino devem ser públicas ou privadas? Ou, qual o tipo de financiamento mais adequado?

As sociedades fazem suas escolhas, e institucionalmente há países com educação de qualidade com maior ou menor financiamento público. Pontos em comum entre esses países, com

educação reconhecidamente de qualidade, apontam para algumas variáveis. Uma das mais importantes se refere à igualdade, isto é, o sistema educacional jamais capitula frente ao aprendizado de um aluno e todos devem ter acesso ao ensino de qualidade.

Esta pesquisa mostrou que se vivencia na sociedade brasileira um momento demográfico ímpar, com menor pressão sobre o sistema. A ocasião seria propícia para colocar na agenda, em virtude da menor demanda por vagas, a aplicação de elementos comuns entre os países bem-sucedidos. As ações podem ser iniciadas pelo horário integral de permanência do aluno na escola, valorização do professor tanto em termos salariais como de melhoria de sua profissionalização, a aplicação na estrutura material e instrucional para a execução de um bom trabalho do professor e a constante avaliação são alguns itens de consenso em prol de uma escola de bom nível. Nesse contexto, a literatura consultada admite que os fenômenos de evasão e de repetência escolar estariam diretamente associados à baixa qualidade do ensino.

De fato, recupera-se aqui o conceito de reprodução social através do processo de ensino (BOURDIEU e PASSERON, 1975), no qual a escola de má qualidade é uma forma de exclusão. Dessa forma, a escola privada de educação básica passou a ser encarada como “tábua de salvação”, uma esperança nem sempre efetiva de aprendizado do estudante e consequentes despesas com matrículas e mensalidades para as famílias. Como há um processo demográfico concorrente, o movimento do aluno da rede pública para a privada é atenuado em relação ao número total de pessoas matriculadas tanto no ensino fundamental como no médio, uma vez que a queda da taxa de fecundidade já atinge esse contingente populacional.

Outra contribuição do trabalho foi concluir que embora as famílias tenham apresentado menores gastos médios entre o início e o final da década (anos 2000), a neutralização dos aspectos demográficos mostrou que, de fato, as famílias passaram a gastar mais por aluno matriculado no ensino básico e menos por aluno no ensino superior, ambos na esfera privada. A indagação é: “Que tipo de educação superior está sendo oferecida?”. Pessoas com deficiência acadêmica no ensino básico, que não conseguem entrar em instituições de primeira linha de ensino superior, vão para essas unidades, despendendo recursos próprios ou contraindo um financiamento educacional. Emerge daí um trabalhador subalterno, sem capacidade de questionamento. Na maioria das vezes, essas pessoas terminam por constatar que o mercado de trabalho confere valores distintos a escolas de primeira e segunda linhas.

Na recente aceleração do crescimento econômico (2010), a percepção de grande parte dos empresários veiculada nos meios de comunicação era de falta de qualificação de mão de obra em todos os níveis. Será que isso não estaria associado à proliferação de cursos de má qualidade nos diversos níveis e modalidades? Em outras palavras, o profissional disponível não atenderia aos requisitos da ocupação para a qual se candidata?

Ainda se deve destacar que, aparentemente, em um mundo em constantes mudanças, qualquer que seja a escola, por melhor que seja, de âmbito público ou privado, jamais se poderá utilizar a tecnologia mais recente. Não é possível acompanhar a velocidade das alterações. Nesse sentido, uma boa formação na educação básica deve conferir ao estudante a capacidade de aprender a aprender. Esse é um pressuposto.

Finalmente, a expansão e universalização de acesso ao sistema de ensino não podem encobrir e dissimular a lógica de exclusão histórica do processo de escolarização das camadas populares deste país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREOU, S. Analysis of Household Expenditure on Education in Cyprus, **Cyprus Economic Policy Review**, Vol.6, no. 2, pp 17-38, Economics Research Centre, University of Cyprus, 2012, Disponível em: http://ucyweb.ucy.ac.cy/erc/documents/Andreou_17-38-new.pdf, Acessado em: jun 2013.

AMEMIYA, T. Regression Analysis when the Dependent Variable is Truncated Normal. **Econometrica**. 41(6), pp. 997-1016, Nov. 1973.

ASANO, S.; FIÚZA, E.P.S. An analysis of the Brazilian consumer behavior: a microeconomic study based on regional prices indexes and metropolitan household expenditures. In: FUKUCHI, T.; CAVALCANTI, M. A. F. H. (Org.). **Modeling the Brazilian economy: macroeconomics, security and consumer demand**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

BALTAR, P.E.A.; SANTO, A.L.; GARRIDO, F.L. A estrutura do emprego e da renda. **Estudos Transversal**, n.3, Perspectivas do investimento no Brasil. Projeto PIB, Instituto de economia da UFRJ e Instituto de economia da Unicamp, ago. 2009.

BARROS, R. P. de; CURY, S.; ULYSSEA, G. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais**. Texto de discussão, n. 1.263. Rio de Janeiro: IPEA, 2007a.

BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. **Le niveau monte**. Paris: Seuil, 1989.

BECKER, G. Human Capital: a Theoretical and empirical analysis, with special reference to education. **National Bureau of Economic Research**. [S.l.]: 1964.

BELTRÃO, K.I.; TEXEIRA, M. D. P. **O vermelho e o negro: viés de cor e gênero nas carreiras universitárias**. Texto de Discussão 1052. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. **Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 20-24 set. 2004.

BOURDIEU, P. **Contre-feux 2**. Paris: Raisons d'Agir, 2001.

_____; PASSERON, J. C. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, C. F. O ensino médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito, **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 195-208, maio-ago. 2011.

BRITO, F.. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 25, n-1, p. 5-26, jan./jun. 2008a.

_____; CARVALHO, J.A.M.; TURRA, C.M.; QUEIROZ, B.L. **A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil**. CGEE, 2008b.

_____. Crescimento demográfico e mudanças na estrutura etária: as especificidades da transição demográfica no Brasil. In: **População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: CGEE, 2008c.

CABRITO, B.G. Avaliar a qualidade em educação: Avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê? **Cadernos CEDES**. Vol. 29, n. 78, maio-ago, Campinas, 2009, p. 178-199.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO Disponível em: <http://www.campanhaeducacao.org.br/> , Acessado em: 06/05/2014.

CARVALHO, C. H. A. **Uma análise crítica do financiamento do PROUNI: instrumento de estímulo à iniciativa privada e/ou democratização do acesso à educação superior?** IN: Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 34, 2011, Natal-RN. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/GT11-935%20int.pdf>>. Acessado em: nov. 2013.

CARVALHO, J.A.M. O enigma e o demógrafo, entrevista concedida à Cariello. **Revista Piauí**. ed. 80, maio, 2013.

CARVALHO, S.C.; KASSOUF, A. L. As despesas familiares com educação no Brasil e a composição de gênero do grupo de irmãos. **Economia Aplicada**. Vol. 13, n.3, Ribeirão Preto, jul./set. 2009.

CASTRO, J.A.; VAZ, F.M. Gastos das famílias com educação, In: Silveira, F. G.; SERVO, L. M.; MENEZES, T.; PIOLA, S. (Org.) **Gastos e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas**. 1ª ed., v.2, Brasília: IPEA, 2007, p. 1-552.

CHISWICK, B.R.; KOUTROUMANES, S. An Econometric Analysis of the Demand for Private Schooling. In: **Research in Labor Economics**. Vol. 15, 1996, p. 209-237. Disponível em: <<http://heartland.org/policy-documents/econometric-analysis-demand-private-schooling>>. Acessado em: 26 fev. 2013.

COMISSÃO EUROPEIA. **Private Household Spending on Education**. [S.l.], 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/more-information/doc/household_en.pdf>. Acessado em: 10 nov. 2012.

CORSEUIL, C. H. **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4029>. Acessado em: 10 set. 2013.

CURI, A.Z.; MENEZES FILHO, N.A. Os determinantes dos gastos com educação no Brasil. In: **Pesquisa e planejamento econômico** (PPE). V.40, n.1, abr-2010. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-660e543a38938cb1082bab06da7a6a7d.pdf>>. Acessado em: 10 nov. 2012.

DEATON, A.; MUELLBAUER, J. **Economics and consumer behavior**. Cambridge: University Press, 1980.

DIAS SOBRINHO, J. **Qualidade, avaliação:** do SINAES a índices. **Avaliação**. Vol.13, n.3. Campinas, Sorocaba, nov. 2008, p. 833-840. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em: 10 fev. 2013.

DINIZ, B. C.; SERVO, L. M. S.; PIOLA, S. F.; EIRADO, M. Gasto das famílias com saúde no Brasil: evolução e debate sobre gasto catastrófico. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M.; MENEZES, T.; PIOLA, S. F. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, 2007.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Texto para discussão:** Série Documental, v. 24, n. 22, 2007, p. 5-34.

_____; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**. Vol. 29, n. 78, maio-ago, Campinas, 2009.

FERRARO, A.R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. [S.l.]: Cortez, 2009.

FERREIRA, F.H.G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? **Texto para discussão**. n. 415, PUC-RIO, fev. 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____; **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GOULD, B.W. At-Home Consumption of Cheese: A purchase-infrequency Model. **American Journal of Agricultural Economics**. Vol. 74, n.2, maio, 1992, p. 453-459.

HALVORSEN, R; PALMQUIST, R. The Interpretation of Dummy Variables in Semilogarithmic Equations. **American Economic Review**. n.70, [S.l.], 1980, p.474-75.

HECKMAN, J.J.; JUNJIAN, Y.I. Human Capital, Economic Growth, and Inequality in China. **National Bureaus of Economic Research**. NBER Working Papers 18100, 2012.

HOFFMANN, R.; TRONCOSO, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda familiar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**. Belo Horizonte, mai-ago, 2004, p. 35-58.

_____. Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar In: **Economia e Sociedade**, vol.19, n.3 (40), Campinas, dez. 2010, p. 647-661.

HOLANDA BARBOSA FILHO, F; PESSOA, S. Educação, crescimento e distribuição de renda: A experiência brasileira em perspectiva histórica. In: VELOSO, F; PESSOA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Org.) **Educação básica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HUGHES, M.; WIKELEY, F.; NASH, T. **Parents and their children's schools**. Oxford: Blackwells, 1994.

HUY, V. Q. *Determinants of Educational Expenditure in Vietnam*, **International Journal of Applied Economics**, p.59-72, mar 2012, Disponível em: http://www2.southeastern.edu/orgs/ijae/index_files/IJAE%20MARCH%202012%20HUY%20QUANG%204-30-12%20Educational%20Expenditure%20in%20Vietnam-final%20RV.pdf, Acessado em: 10 jul. 2013.

IBGE. **Séries estatísticas**, Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP261>>. Acessado em: 20 jul. 2012.

_____. Pesquisa de Orçamentos Familiares (2002-2003). **Documentação dos microdados**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009). **Documentação dos microdados**. Rio de Janeiro, 2010.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/>, Acessado em: 26 fev, 2013.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). Vol. 2, Brasília, ago. 2007.

_____ - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Edição Especial, vol. 13, Brasília, 2007.

IPEADATA. **Pessoas analfabetas com 15 anos ou mais**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acessado em: 20 set. 2013.

JAMES, E. Why Do Different Countries Choose a Different Public-Private Mix of Educational Services?. **The Journal of Human Resources**. Vol. 28, n. 3, 1993, p. 571-592. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/146161>>. Acessado em: 26 fev. 2013.

KENNEDY, P. **A Guide to Econometrics**. 6th edition. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2008.

KEYNES, J.M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New York: PrometheusBooks, 1997.

KINGDON, G. G. **Where has all the bias gone?** Detecting gender bias in the intrahousehold allocation of educational expenditure. [S.l.]: Oxford University, 2005.

_____. The Quality and Efficiency of Private and Public Education: A Case Study of Urban India. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**. [S.l.]: 1996, p. 57-81.

LONG, J.E.; TOMA, E.F. The determinants of private school attendance 1970-1980. **Review of Economics and Statistics**. 70, [S.l.], 1988, p. 351-357.

LONG, J.S. **Regression models for categorical and limited dependent variables**. Sage Publications, Thousand Oaks, 1997.

MAIA, A.G.; GARCIA, V.G. Desigualdade e discriminação segundo gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Revista da ABET**. Vol. 6, 2007, p. 133-153.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. **Sinopses estatísticas da educação superior - Graduação**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acessado em: 07 ago. 2012a.

_____. **Portal MEC**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=313> . Acessado em: 07 ago. 2012b.

_____. **Portal MEC**. Disponível em: http://pruniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124 Acessado em: 07 ago. 2012c.

_____. **Portal MEC**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12302&Itemid=608, Acessado em: junho 2014a.

_____. **Portal MEC**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acessado em: junho 2014b.

_____. **Portal MEC**. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/> Acessado em junho 2014c.

MEHROTRA, S.; DELAMONICA, E. *Household costs and public expenditure on primary education in five low income countries: a comparative analysis*. **International Journal of Educational Development**, vol. 18, N. 1, p. 41-61, Elsevier, Jan 1998.

MELO, S. D. G.; DUARTE, A. Políticas para o ensino médio no Brasil: perspectivas para a universalização. **Cadernos Cedes**. Vol. 31. n.84, Campinas, maio/ago, 2011, p. 231-251.

MENEZES FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICHETTI, P. Rising human capital, but constant inequality: the education composition effect in Brazil. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 60, 2006, p. 200-250.

_____; SCORZAFAVE, L.G. Oferta e Demanda por Trabalho no Brasil – 2006-2015. **Policy Paper**. n.5, Insper, 2008.

_____; NUÑEZ, D. F. Estimando os Gastos privados com Educação no Brasil. **Policy Paper**. n.3, Insper, dez-2012.

MENEZES, T.; PIOLA, S. (Org.), **Gastos e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas**. 1ª ed., v.2, Brasília: IPEA, 2007, p. 1-552.

_____; SILVEIRA NETO, R.M.; AZZONI, C.R. **Demografia, ciclo de vida e dinâmica da desigualdade regional de renda**. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A028.pdf>>. Acessado em: 10 jan. 2013.

MINCER, J. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **Journal of Political Economy**. Vol LXVI, no. 4, ago. 1958. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1827422?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102705316381> . Acessado em: 10 set. 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Anuário Estatístico do Brasil**. 1908/1911, vol. III, Indústria e Comércio, 1927.

_____. **Anuário Estatístico**, Indústria e Comércio, 1936.

MOURA CASTRO, C. Desventuras do ensino médio e seus desencontros com o profissionalizante. In: VELOSO, F; PESSOA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Org.) **Educação básica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MOURA, M.R. Universidades federais criadas na gestão Lula mantêm desigualdades. **Jornal Estado de São Paulo**. 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,universidades-federais-criadas-na-gestao-lula-mantem-desigualdades,760039,0.htm>>. Acessado em: 16 jan. 2014.

OCDE ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **International Development Statistics**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/brazil>>. Acessado em: jul. 2013.

_____. **Education at a Glance 2012: OCDE Indicators**. OCDE Publishing, versão set. 2012. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/EAG%202012_e-book_EN_200912.pdf>. Acessado em: 05 mai. 2013.

_____. **PISA 2000 Knowledge and skills for life:** First results from PISA 2000. Disponível em: <<http://www.oecd.org/fr/education/scolaire/programmeinternationalpourlesuividesacquisdeslevespisa/knowledgeandskillsforlifefirstresultsfrompisa2000-publications2000.htm>>. Acessado em: jul. 2013.

_____. **PISA 2003 Learning for tomorrow's world:** First results from PISA 2003. Disponível em: <<http://www.oecd.org/fr/education/scolaire/programmeinternationalpourlesuividesacquisdeslevespisa/learningfortomorrowsworldfirstresultsfrompisa2003.htm>>. Acesso em: jul. 2013.

_____. **PISA 2006 Science competencies from tomorrow's world.** Disponível em: <<http://www.nbbmuseum.be/doc/seminar2010/nl/bibliografie/opleiding/analysis.pdf>>. Acessado em: jul 2013.

_____. **PISA 2009 Results:** What students know and can do. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/48852548.pdf>>. Acesso em: jul 2013.

_____. **PISA 2009 Results: Learning Trends: Changes in student performance since 2000.** Vol. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/48852742.pdf>>. Acessado em: jul 2013.

_____. **Doing better for families,** 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/social/soc/doingbetterforfamilies.htm>>. Acesso em: jul 2013.

PASW STATISTICS versão 18.0.

Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acessado em: jul. 2013.

PEIXOTO, M. C. L. **Avaliação institucional externa no SINAES: considerações sobre a prática recente.** Avaliação, Campinas, SP, v.16, p. 11-36, mar.2011. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em: 10/02/2013.

RAMOS, L. Desigualdade de Rendimento do Trabalho no Brasil, de 1995 a 2005 In: BARROS, R. P., FOGUEL M. N., ULYSSEA G. (Orgs) **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**, vol. 2, Ipea, 2007.

REIS, M.R.; CRESPO, A.R.V. Race discrimination in Brazil: an analysis of age, period and cohort effects. **Texto para discussão**. n. 1.114, Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

REMY, M.A.P.A.; QUEIROZ, S.N.; SILVA FILHO, L.A. Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. **Revista da ABET**. Vol. X, n.1, jan-jul 2011. São Paulo: LTr, 2011.

ROSETO-BIXBY, L. Is Latin America starting to retreat from early and universal child bearing? In: **Annual meeting of the population association of America**. p. 17-19, New Orleans, apr. 2008.

SAMPAIO, H. **O setor privado de ensino superior no Brasil**: continuidades e transformações, Revista Ensino Superior Unicamp, pp 28-43, 2011, Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes> . Acessado em: 10 fev. 2014.

SANTANA, P. J; MENEZES, T.A. Diferenças raciais no padrão de gastos com educação. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte, set-dez 2009, p. 383-405.

SAS, SAS/STAT – User guide 9.3, SAS Institute Inc., Cary, Disponível em: <http://support.sas.com/documentation/cdl/en/statug/63962/HTML/default/viewer.htm#titlepage.htm>.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. [S.l.], 2003. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/1desafios.pdf>>. Acessado em: 20 dez 2012.

_____. As universidades brasileiras no cenário internacional, Rio de Janeiro: IETS, 2012.

SCHULTZ, T. W. Investment in man: An economist's view, **The Social Service Review**, Vol. XXXIII, no 2, jun 1959.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO social da presidência da república. **Por Dentro do Brasil Educação**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/navegue_por/noticias/textos-de-referencia/educacao-no-brasil>. Acessado em: 10/07/2013.

SILVA, N. do V.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**. Vol. 34. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

SILVA NETO, R. M.; MENEZES, T. A.A. Nível e Evolução da Desigualdade dos Gastos Familiares no Brasil: uma Análise para as Regiões Metropolitanas no Período 1996 a 2003, **Estudos Econ.**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 341-372, abril-junho 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v40n2/v40n2a04.pdf>>. Acessado em: jun. 2013.

SILVEIRA NETO, R. M.; MENEZES T.A. Nível e Evolução da Desigualdade dos Gastos Familiares no Brasil: uma Análise para as Regiões Metropolitanas no Período 1996 a 2003. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 341-372, abril-junho 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v40n2/v40n2a04.pdf>>. Acessado em: Abril 2013.

SOARES, J. F.; MAROTTA, L. Desigualdades no Sistema de Ensino Fundamental Brasileiro. In: VELOSO, F; PESSOA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Org.) **Educação básica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SOARES, S. S.D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. **Texto para discussão**. n. 769. Brasília: IPEA, 2000.

SPERA, C; WENTZEL, K.R.; MATTO, H.C. **Parental aspirations for their children's educational attainment**: relations to ethnicity, parental education, children's academis

performance, and parental perceptions of school climate, 2009. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19636777>>. Acessado em: jul 2013.

STATA - DTOBIT2: **module to estimate a tobit model with marginal effects at observed censoring rate**. Disponível em: <<http://fmwww.bc.edu/repec/bocode/d/dtobit2.hlp>>. Acessado em: 10 mai. 2013.

TERRAVIEW **4.1.0 São José dos Campos**. São Paulo: INPE, 2010. Disponível em: <www.dpi.inpe.br/terraview>. Acessado em: 02 abr. 2013.

THERBORN, G. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900-2000. Trad. BILAC, Elisabete Dória. São Paulo: Contexto, 2006.

TOBIN, J. Estimation of relationships for limited dependent variables. **Econometrica**. Vol. 26, n. 1, 1958, p. 24-36.

UCLA: Statistical Consulting Group. **Introduction to SAS**. Disponível em: <<http://www.ats.ucla.edu/stat/sas/notes2>>. Acessado em 03 abr. 2013.

ULYSSEA, G Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica In: PAES DE BARROS, R; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.) **Desigualdade de renda no Brasil**. Vol. 2, agosto 2007, Brasília: Ipea, 2007.

UOL. Apenas 27 instituições de ensino superior recebem "nota máxima" do MEC; veja quais são. **UOL Educação**. São Paulo, 06 dez. 2012. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/mobile/2012/12/06/apenas-27-instituicoes-de-ensino-superior-recebem-nota-maxima-do-mec-veja-quais-sao.htm>>. Acessado em: 06 dez. 2012.

VELOSO, F. 15 Anos de educação no Brasil: Onde estamos? In: VELOSO, F; PESSOA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Org.) **Educação básica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WOOLDRIGE, J.M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. Trad. SOUZA, R.C.; FERREIRA, J.A. Thomson: Michigan State University, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1

Passos utilizados para seleção de material usado na revisão de literatura

Fase	Procedimentos utilizados
1	Busca na rede internacional de computadores de artigos internacionais e nacionais versando tanto sobre gastos das famílias em educação quanto sobre os determinantes da escolha pela rede particular de ensino.
2	Seleção de trabalhos que contemplassem diversidade espacial e de nível de desenvolvimento, ou seja, informações para países de diferentes continentes e níveis de desenvolvimento.
3	Revisão de livros e artigos que tratassem tanto do nível básico quanto do nível superior de ensino.
4	Revisão de trabalhos que contemplassem também a dimensão de análise quantitativa.

ANEXO 2

Evolução da pontuação no PISA para alguns países da América Latina

País	Disciplina	Ano			
		2000	2003	2006	2009
Argentina	Leitura	418		374	398
	Matemática			381	388
Brasil	Leitura	396	403	393	412
	Matemática		356	370	386
Chile	Leitura	410		442	449
	Matemática			411	421
Colômbia	Leitura			385	413
	Matemática			470	481
México	Leitura	422	400	410	425
	Matemática		385	406	419
Peru	Leitura	327			370
	Matemática				
Uruguai	Leitura		434	413	426
	Matemática		422	427	427

Fonte: OCDE – 2000, 2003, 2006 e 2009

ANEXO 3

Varição das despesas médias das famílias em cursos regulares segundo UF: 2002/2003 – 2008/2009

UF	2002-2003	2008-2009	Var (%)
Rondônia	156,74	175,11	11,7
Acre	170,49	279,25	63,8
Amazonas	138,95	85,98	(38,1)
Roraima	162,08	111,83	(31,0)
Pará	98,89	147,26	48,9
Amapá	70,78	181,61	156,6
Tocantins	87,09	117,71	35,2
Maranhão	103,18	171,03	65,7
Piauí	162,73	187,70	15,3
Ceará	143,62	141,79	(1,3)
Rio Gde Norte	128,96	139,84	8,4
Paraíba	110,38	187,9	70,2
Pernambuco	140,44	122,24	(13,0)
Alagoas	144,07	139,27	(3,3)
Sergipe	165,86	187,33	12,9
Bahia	172,16	154,78	(10,1)
Minas Gerais	256,65	239,35	(6,7)
Espírito Santo	256,01	201,85	(21,2)
Rio de Janeiro	251,30	265,14	5,5
São Paulo	407,41	430,33	5,6
Paraná	295,84	208,81	(29,4)
Santa Catarina	136,05	338,53	148,8
Rio Grande Sul	233,09	241,06	3,4
Mato Grosso Sul	226,04	276,11	22,2
Mato Grosso	216,26	155,75	(28,0)
Goiás	170,56	191,22	12,1
Distrito Federal	393,52	271,60	(31,0)
Brasil	240,12	248,62	3,5

Fonte: POFs – microdados

ANEXO 4

Variação das despesas médias das famílias em curso superior por UF: 2002/2003 – 2008/2009

UF	2002-2003	2008-2009	Var (%)
Rondônia	373,94	272,17	(27,2)
Acre	217,69	426,10	95,7
Amazonas	319,98	224,17	(29,9)
Roraima	213,60	209,87	(1,7)
Pará	387,74	331,89	(14,4)
Amapá	368,01	297,44	(19,2)
Tocantins	289,07	310,47	7,2
Maranhão	245,27	350,18	42,8
Piauí	238,92	340,48	42,5
Ceará	360,67	229,86	(36,3)
Rio Gde Norte	321,17	208,49	(35,1)
Paraíba	319,61	253,01	(20,8)
Pernambuco	298,45	327,70	9,8
Alagoas	305,72	201,98	(33,9)
Sergipe	397,44	371,07	(6,6)
Bahia	385,86	314,74	(18,4)
Minas Gerais	469,59	368,07	(21,6)
Espírito Santo	495,49	249,05	(49,7)
Rio de Janeiro	442,55	567,28	28,2
São Paulo	652,22	469,12	(28,1)
Paraná	449,73	319,18	(29,0)
Santa Catarina	451,02	303,24	(32,8)
Rio Grande Sul	439,76	442,57	0,6
Mato Grosso Sul	400,06	288,18	(28,0)
Mato Grosso	568,88	231,61	(59,3)
Goiás	420,08	414,63	(1,3)
Distrito Federal	868,83	464,21	(46,6)
Brasil	511,08	398,57	(22,0)

Fonte: POFs – microdados

ANEXO 5

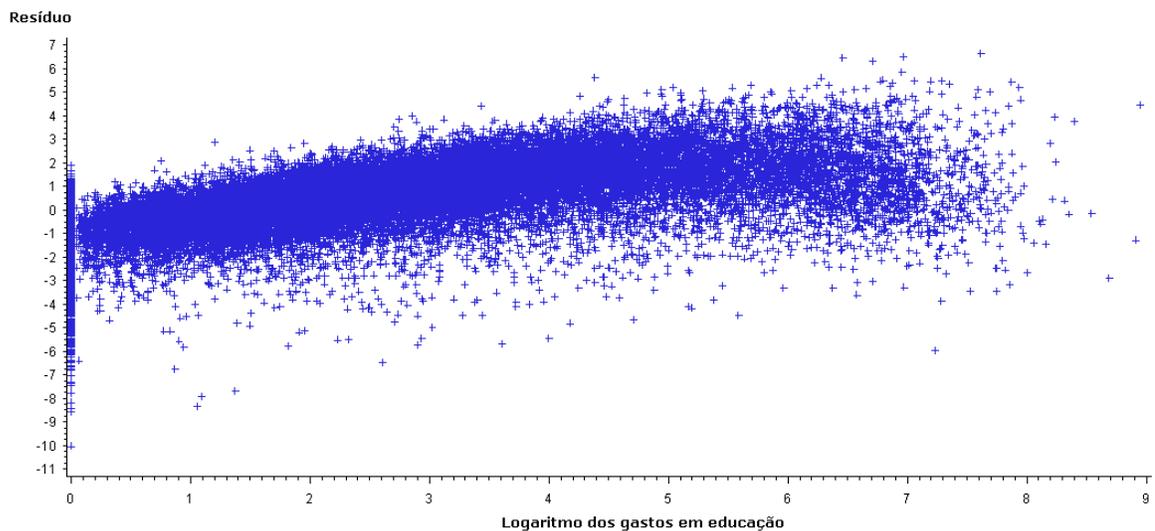
Equivalência entre níveis educacionais (INEP) e rubricas de despesas em educação POF (IBGE)

INEP	Idade	IBGE - POF
Educação básica		
Educação infantil	4 a 5	Curso regular*
Ensino fundamental	6 a 14	Curso regular
Ensino médio	15 a 17	Curso regular
Educação superior		Curso superior

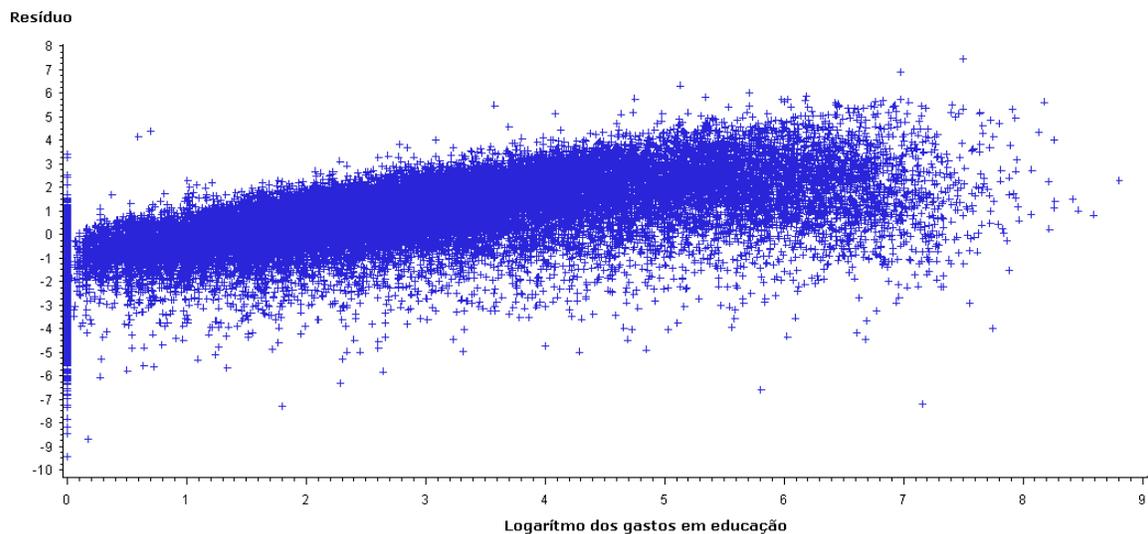
*Não inclui creche

ANEXO 6

Resíduos do Modelo de gastos em educação utilizando o método de mínimos quadrados ordinários 2002-2003

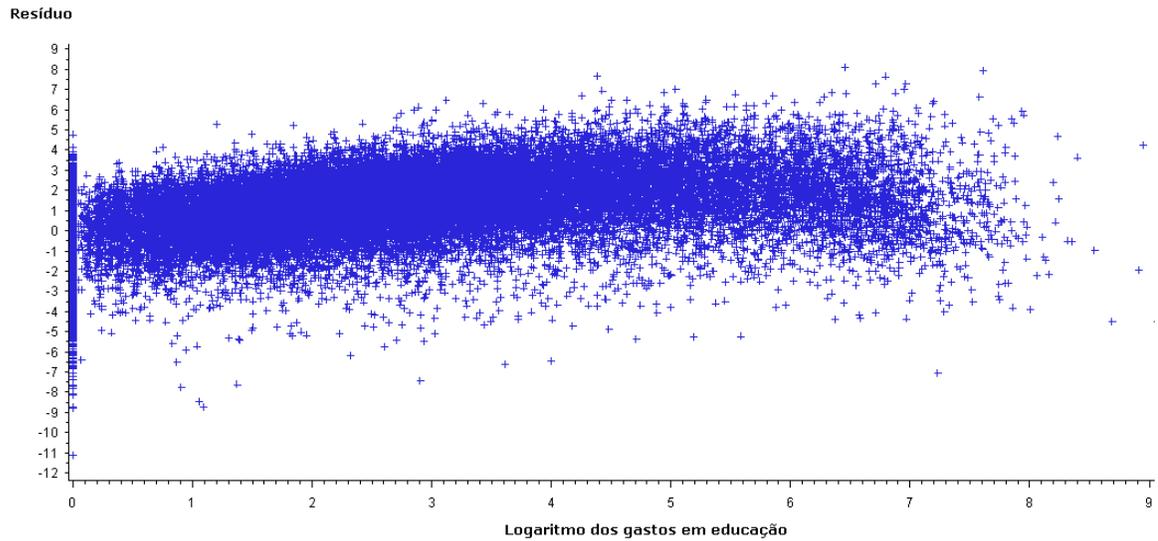


Resíduos do Modelo de gastos em educação utilizando o método de mínimos quadrados ordinários 2008-2009

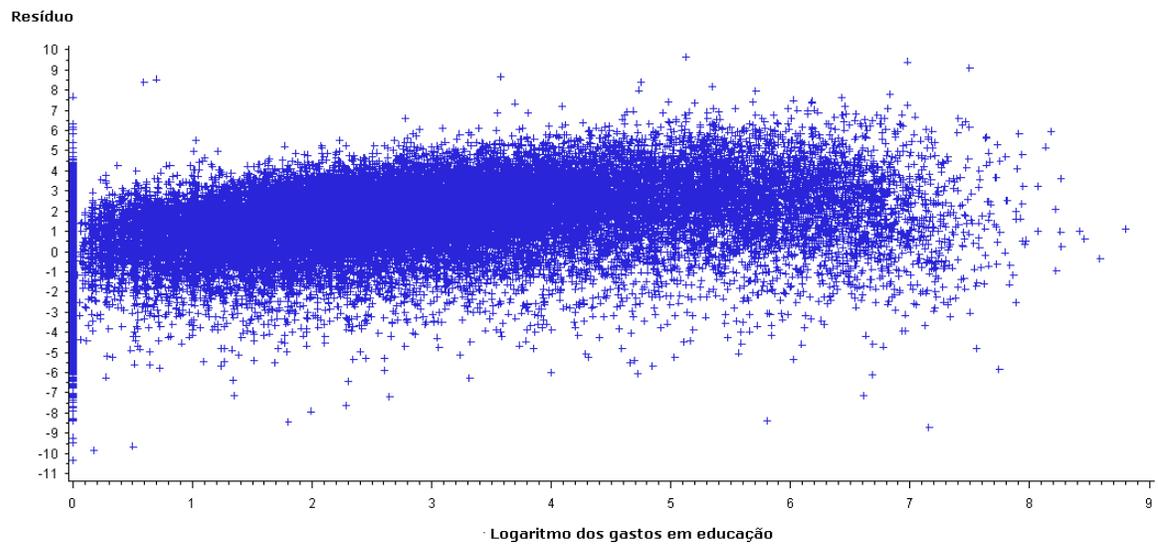


ANEXO 7

Resíduos do Modelo de gastos em educação utilizando o modelo Tobit, 2002-2003



Resíduos do Modelo de gastos em educação utilizando o modelo Tobit, 2008-2009



ANEXO 8

Comparativo da estimação dos gastos em educação das famílias brasileiras através do método MQO e do modelo Tobit: 2002-2003

	MQO			TOBIT			Efeito sobre o Y			
	β	<i>p</i>	$e^{\beta} - 1$	β	<i>p</i>	$e^{\beta} - 1$	Incondic	$e^{\beta} - 1$	Condicional	$e^{\beta} - 1$
Renda familiar total(Ln)	0,70324	***		0,71648	***		0,56077		0,40509	
No Alunos	0,21758	***	0,24306	0,26898	***	0,30863	0,21052	0,23433	0,15208	0,16425
Ensino fundamental										
Privado	1,53395	***	3,63645	1,66999	***	4,31210	1,30705	2,69524	0,94420	1,57074
Público										
Ensino médio										
Privado	1,98533	***	6,28145	1,92349	***	5,84479	1,50545	3,50619	1,08752	1,96692
Público	0,21369	***	0,23824	0,23851	***	0,26936	0,18668	0,20524	0,13485	0,14437
Ensino superior										
Privado	2,32086	***	9,18443	2,61725	***	12,69800	2,04844	6,75576	1,47977	3,39194
Público	0,72535	***	1,06545	0,68659	***	0,98692	0,53737	0,71150	0,38819	0,47431
Sexo/raça/cor										
Mulher não negra	-0,06112	0,0423	-0,05929	-0,06576	0,096	-0,06365	-0,05147	-0,05017	-0,03718	-0,03650
Homem negro	-0,08122	0,0003	-0,07801	-0,00902	0,736	-0,00898	-0,00706	-0,00704	-0,00510	-0,00509
Mulher negra	-0,08075	0,0076	-0,07758	-0,01942	0,582	-0,01923	-0,01520	-0,01508	-0,01098	-0,01092
Homem não negro										
Idade										
Até 20 anos	-0,05557	0,5865	-0,05405	-0,06338	0,587	-0,06141	-0,04961	-0,04840	-0,03584	-0,03520
>20 a 30 anos	-0,30192	***	-0,26060	-0,31226	***	-0,26821	-0,24439	-0,21682	-0,17655	-0,16184
>30 a 40 anos	-0,02275	0,3383	-0,02249	0,02232	0,438	0,02257	0,01747	0,01762	0,01262	0,01270
>50 a 60 anos	-0,13470	***	-0,12602	-0,18589	***	-0,16963	-0,14549	-0,13540	-0,10510	-0,09976
>60 anos	-0,30448	***	-0,26249	-0,37528	***	-0,31290	-0,29372	-0,25452	-0,21218	-0,19118
>40 a 50 anos										
Continua....										

Anos de estudos										
Até 4 anos	-0,05705	0,0178	-0,05545	-0,11480	***	-0,10846	-0,08985	-0,08593	-0,06491	-0,06285
>8 a 11 anos	0,27287	***	0,31373	0,25770	***	0,29395	0,20169	0,22347	0,14570	0,15685
>11 a 14 anos	0,68742	***	0,98858	0,40178	***	0,49448	0,31446	0,36952	0,22716	0,25503
>14 anos	0,71953	***	1,05347	0,62789	***	0,87366	0,49143	0,63465	0,35500	0,42619
>4 a 8 anos										
Região										
Norte	-0,09770	0,0084	-0,09308	-0,13875	***	-0,12956	-0,10860	-0,10291	-0,07845	-0,07545
MG+ES+RJ	0,13743	***	0,14732	0,35433	***	0,42522	0,27732	0,31959	0,20033	0,22181
São Paulo	-0,08739	0,0031	-0,08368	-0,05211	0,388	-0,05077	-0,04078	-0,03996	-0,02946	-0,02903
Sul	-0,14921	***	-0,13861	0,02416	0,542	0,02445	0,01890	0,01909	0,01366	0,01375
C.Oeste	0,07171	0,0636	0,07434	0,01450	0,661	0,01460	0,01135	0,01141	0,00820	0,00823
Nordeste										
Área										
Município capital	-0,23577	***	-0,21004	-0,01175	0,757	-0,01168	-0,00919	-0,00915	-0,00664	-0,00662
Rg Metropolitana	0,02888	0,3628	0,02930	0,31177	***	0,36584	0,24401	0,27636	0,17627	0,19276
Resto da UF	0,04587	0,0989	0,04694	0,08933	***	0,09345	0,06992	0,07242	0,05051	0,05181
Rural										

Fonte: POF 2008-2009 – microdados

ANEXO 9
Descrição dos itens de despesa segundo as Pesquisas de Orçamentos Familiares:
2002-2003 / 2008-2009

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
CURSOS REGULARES			
49001	CURSO PRÉ-ESCOLAR	4900101	CURSO PRÉ-ESCOLAR
49031	CURSO REGULAR DE PRIMEIRO GRAU	4903101	CURSO REGULAR DE PRIMEIRO GRAU
49032	CURSO REGULAR DE SEGUNDO GRAU	4903201	CURSO REGULAR DE SEGUNDO GRAU
CURSO SUPERIOR			
49033	CURSO REGULAR DE TERCEIRO GRAU	4903301	CURSO REGULAR DE TERCEIRO GRAU
OUTROS CURSOS E ATIVIDADES			
49015	BERÇÁRIO/BERÇÁRIO		
49002	CURSO SUPLETIVO	4900201	CURSO SUPLETIVO
		4900301	AULA PARTICULAR
49011	CRECHE	4901101	CRECHE
49022	ESPECIALIZAÇÃO (MESTRADO)	4901501	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO)
49022	PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO)	4902201	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO)
49022	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO)		
49022	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (MESTRADO)		
49022	MESTRADO (CURSO)		
49022	CURSO DE MESTRADO		
49023	CRECHE (DOMICILIO PARTICULAR)		
49034	GINÁSTICA	4903401	AULA DE GINÁSTICA
		2805501	ACADEMIA
49034	HIDROGINÁSTICA		
49035	DATILOGRAFIA	4903501	CURSO DE DATILOGRAFIA
49036	BALE	4903601	CURSO E AULA DE BALE
49037	IOGA	4903701	CURSO E AULA DE IOGA
49038	MÚSICA	4903801	CURSO DE MÚSICA
Continua ...			

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
OUTROS CURSOS E ATIVIDADES			
49039	INFORMÁTICA	4903901	CURSO DE INFORMÁTICA
49040	OUTROS CURSOS	4904001	AULA DE HIDROGINÁSTICA
49043	NATAÇÃO	4904301	AULA DE NATAÇÃO
49044	CURSO DE IDIOMA (EXCETO LINGUAFONE)	4904401	CURSO DE IDIOMA (EXCETO LINGUAFONE)
49044	CURSO DE ESPANHOL		
49044	CURSO DE INGLÊS		
49044	CURSO DE ALEMÃO		
49044	CURSO DE ITALIANO		
49044	CURSO DE JAPONES		
49044	CURSO DE FRANCÊS		
49044	CURSO DE IDIOMA		
49047	CURSO DE MECÂNICA EM REFRIGERAÇÃO	4904701	CURSO DE MECÂNICA EM REFRIGERAÇÃO
49048	PROGRAMA COMPUTACIONAL DE CURSO (SOFTWARE)		
49049	CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS	4904901	CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS
49049	PRIMEIROS SOCORROS (CURSO)		
49050	CURSO PARA EXCEPCIONAL	4905001	CURSO PARA EXCEPCIONAL
49051	PRÉ-VESTIBULAR	4905101	CURSO PRÉ-VESTIBULAR
49052	PRÉ-TÉCNICO	4905201	CURSO PRÉ-TÉCNICO
49057	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (CURSOS)	4905701	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (CURSOS)
49059	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (EXTENSÃO)		
49015	BERÇÁRIO		
49040	ESCOLINHA/CURSO (FUTEBOL, VÔLEI, LUTAS, BASQ., ETC.)		
49040	CURSO/ESCOLINHA (FUTEBOL, VÔLEI, LUTAS, BASQ., ETC.)		
49040	FUTEBOL (ESCOLINHA OU CURSO)		
Continua ...			

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
OUTROS CURSOS E ATIVIDADES			
49039	INFORMÁTICA	4903901	CURSO DE INFORMÁTICA
49040	OUTROS CURSOS	4904001	AULA DE HIDROGINÁSTICA
49043	NATAÇÃO	4904301	AULA DE NATAÇÃO
49044	CURSO DE IDIOMA (EXCETO LINGUAFONE)	4904401	CURSO DE IDIOMA (EXCETO LINGUAFONE)
49044	CURSO DE ESPANHOL		
49044	CURSO DE INGLÊS		
49044	CURSO DE ALEMÃO		
49044	CURSO DE ITALIANO		
49044	CURSO DE JAPONES		
49044	CURSO DE FRANCÊS		
49044	CURSO DE IDIOMA		
49047	CURSO DE MECÂNICA EM REFRIGERAÇÃO	4904701	CURSO DE MECÂNICA EM REFRIGERAÇÃO
49048	PROGRAMA COMPUTACIONAL DE CURSO (SOFTWARE)		
49049	CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS	4904901	CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS
49049	PRIMEIROS SOCORROS (CURSO)		
49050	CURSO PARA EXCEPCIONAL	4905001	CURSO PARA EXCEPCIONAL
49051	PRE-VESTIBULAR	4905101	CURSO PRE-VESTIBULAR
49052	PRÉ-TÉCNICO	4905201	CURSO PRÉ-TÉCNICO
49057	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (CURSOS)	4905701	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (CURSOS)
49059	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (EXTENSÃO)		
49015	BERÇÁRIO		
49040	ESCOLINHA/CURSO (FUTEBOL, VÔLEI, LUTAS, BASQ., ETC.)		
49040	CURSO/ESCOLINHA (FUTEBOL, VÔLEI, LUTAS, BASQ., ETC.)		
49040	FUTEBOL (ESCOLINHA OU CURSO)		
Continua ...			

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
OUTROS CURSOS E ATIVIDADES			
49040	VOLEIBOL (ESCOLINHA OU CURSO)	49040	VOLEIBOL (ESCOLINHA OU CURSO)
49040	TÊNIS (ESCOLINHA OU CURSO)	49040	TÊNIS (ESCOLINHA OU CURSO)
49040	LUTAS (ESCOLINHA OU CURSO)	49040	LUTAS (ESCOLINHA OU CURSO)
49040	BASQUETEBOL (ESCOLINHA OU CURSO)	49040	BASQUETEBOL (ESCOLINHA OU CURSO)
49040	HANDEBOL (ESCOLINHA OU CURSO)	49040	HANDEBOL (ESCOLINHA OU CURSO)
49040	AUTOESCOLA (CURSO)	49040	AUTOESCOLA (CURSO)
49040	CURSO DE DIREÇÃO DE VEÍCULO	49040	CURSO DE DIREÇÃO DE VEÍCULO
49040	CURSO DE CABELEIREIRO	49040	CURSO DE CABELEIREIRO
49040	CURSO DE CAPACITAÇÃO	49040	CURSO DE CAPACITAÇÃO
49040	CURSO DE CORTE E COSTURA	49040	CURSO DE CORTE E COSTURA
49040	CURSO DE CULINÁRIA	49040	CURSO DE CULINÁRIA
49040	CURSO DE DANÇA	49040	CURSO DE DANÇA
49040	CURSO DE DESENHO	49040	CURSO DE DESENHO
49040	CURSO DE ELETRECISTA	49040	CURSO DE ELETRECISTA
49040	CURSO DE ENFERMAGEM	49040	CURSO DE ENFERMAGEM
49040	CURSO DE PINTURA	49040	CURSO DE PINTURA
49040	CURSO DE SECRETARIADO	49040	CURSO DE SECRETARIADO
49040	CURSO DE TEATRO	49040	CURSO DE TEATRO
49040	CURSO DE VIGILANTE	49040	CURSO DE VIGILANTE
49040	CURSO PREPARATÓRIO	49040	CURSO PREPARATÓRIO
49040	CURSO PROFISSIONALIZANTE	49040	CURSO PROFISSIONALIZANTE
49040	CURSO TÉCNICO	49040	CURSO TÉCNICO
49048	SOFTWARE DE CURSO	49048	SOFTWARE DE CURSO
49048	SOFT DE CURSO	49048	SOFT DE CURSO
Continua ...			

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
OUTROS CURSOS E ATIVIDADES			
		4905801	AULA DE CAPOEIRA
		4905901	AULA DE FUTEBOL
		4906001	AULA DE VOLEIBOL
		4906101	AULA DE BASQUETEBOL
		4906201	AULA DE TÊNIS
		4906301	AULA DE HANDEBOL
		4906401	AULA DE LUTAS
		4906501	CURSO DE CULINÁRIA
		4906601	CURSO DE DANÇA
		4906701	CURSO DE DESENHO
		4906801	CURSO DE ELETRICISTA
		4906901	CURSO DE ENFERMAGEM
		4907001	CURSO DE PINTURA
		4907101	CURSO DE SECRETARIADO
		4907201	CURSO DE TEATRO
		4907301	CURSO DE VIGILANTE
		4907401	CURSO DE DIREÇÃO DE OUTROS VEÍCULOS
		4907501	CURSO TÉCNICO
		4907601	CURSO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO
		4907701	CURSOS RELIGIOSOS
		4907801	CURSO DE ARTESANATO
		4907901	CURSO DE MECÂNICA DE VEÍCULOS
		4908001	CURSO DE TELEMARKETING
		4908101	CURSO DE MANICURE E PEDICURE

Continua ...

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
OUTROS CURSOS E ATIVIDADES			
		4908201	CURSO DE MONTAGEM/MANUTENCAO DE COMPUTADORES
		4908301	CURSO DE ARTES
		4908401	CURSO DE ESTETICISTA
		4908601	CURSO DE MASSOTERAPIA (MASSAGEM)
		4908701	CURSO DE PROMOTOR DE VENDAS
		4908801	CURSO PREPARATÓRIO PARA OAB
		4908901	CURSO PREPARATÓRIO PARA ESCOLA MILITAR
		4909001	CURSOS DIVERSOS (MEDITAÇÃO, ORATÓRIA, ETC.)
		4909101	OUTROS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL
		4909201	CURSO NÃO-ESPECIFICADO
		4905401	AUTOESCOLA
		4905501	CURSO DE CABELEIREIRO
		4905601	CURSO DE CORTE E COSTURA
		4900301	AULA PARTICULAR
LIVROS DIDÁTICOS E REVISTAS TÉCNICAS			
49006	ASSINATURA DE PERIÓDICO TÉCNICO	4900601	ASSINATURA DE PERIÓDICO TÉCNICO
49007	LIVRO ESCOLAR DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS	4900701	LIVRO ESCOLAR DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU
49007	LIVRO ESCOLAR DE 1º E 2º GRAU		
49008	LIVRO E REVISTA TÉCNICA E OUTROS LIVROS DIDÁTICOS	4900801	LIVRO TÉCNICO, REVISTA TÉCNICA/OUT. LIVROS DIDAT.
49008	LIVRO TÉCNICO		
49008	REVISTA TÉCNICA		
49008	OUTROS LIVROS DIDÁTICOS		
49008	DICIONÁRIO		
49008	APOSTILA		
Continua ...			

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
LIVROS DIDÁTICOS E REVISTAS TÉCNICAS			
49008	MANUAL DIDÁTICO		
49008	GUIA (MANUAL) DE VESTIBULAR		
49008	APOSTILA DE SUPLETIVO		
49008	LIVRO PARA-DIDÁTICO		
49008	ENCICLOPÉDIA		
49008	LIVRO E REVISTA TÉCNICA		
49008	LIVRO PRÉ-ESCOLAR		
49008	MATERIAIS DIDÁTICOS E ESCOLARES		
49045	ALUGUEL DE LIVRO DE PRIMEIRO GRAU	4904501	ALUGUEL DE LIVRO DE PRIMEIRO GRAU
ARTIGOS ESCOLARES			
32001	CADERNO	3200101	CADERNO
32002	LÁPIS, BORRACHA, CANETA, ETC.		LÁPIS, BORRACHA, CANETA /OUTROS ARTGS. DE
32002	BORRACHA	3200201	PAPELARIA
32002	CANETA		
32002	APONTADOR		
32002	ESTOJO ESCOLAR		
32002	CARGA DE CANETA		
32002	LÁPIS, BORRACHA, CANETA, ETC.		
32002	CORRETIVO		
32002	LÁPIS DE COR		
32002	PINCEL		
32002	TESOURA ESCOLAR		
32002	TINTA		
32003	OUTROS ARTIGOS DE PAPELARIA		
Continua ...			

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
ARTIGOS ESCOLARES			
32003	PAPEL		
32003	CLIPS		
32003	GRAMPO DE GRAMPEADOR		
32003	GRAMPEADOR		
32003	BLOCO DE PAPEL		
32003	CARTOLINA		
32003	COLA		
32003	FITA ADESIVA		
32003	RÉGUA		
32003	COMPASSO		
32003	TRANSFERIDOR		
32003	ESQUADRO		
32003	ENVELOPE		
32003	BANDEIRINHAS DE FESTA		
32003	ENFEITES DE PAREDE DE FESTA		
32003	CARTÃO DE ANIVERSÁRIO		
32003	CARTÃO DE VISITA		
32003	CONVITE		
32003	CARTÃO DE NATAL		
32003	GRAFITE		
32003	CONFETE		
32003	ENFEITE DE BOLO		
32003	ARRANJO DE BOLO		
32003	ETIQUETA		
Continua ...			

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
ARTIGOS ESCOLARES			
32003	AGENDA		
32003	FITA DE MÁQUINA DE ESCREVER		
32003	CURRICULUM VITAE		
32003	CARTELA DE RIFAR PRÊMIO		
32003	FOLHA PARA FICHÁRIO		
32009	MASSA DE MODELAR		
32012	PRANCHETA		
32013	TRANSPARÂNCIA		
32014	GIZ		
32015	DIGITAÇÃO, IMPRESSÃO		
32098	AGREGADO	3299901	AGREGADO
49019	PASTA ESCOLAR	4901901	PASTA ESCOLAR
49020	MERENDEIRA ESCOLAR	4902001	MERENDEIRA ESCOLAR
49020	LANCHEIRA ESCOLAR		
49020	AGENDA ESCOLAR		
49021	MOCHILA ESCOLAR	4902101	MOCHILA ESCOLAR
49025	INSTRUMENTOS E APARELHOS DE CURSOS EDUCATIVOS	4902501	INSTRUMENTOS E APARELHOS DE CURSOS EDUCATIVOS
49025	APARELHOS DE CURSOS EDUCATIVOS		
49025	ESTETOSCÓPIO		
49025	TENSIÔMETRO		
49025	AERÓGRAFO		
49025	BÚSSOLA		
49025	INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS DE CURSO		
49025	INSTRUMENTOS DE AULA PRÁTICA		
Continua ...			

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
ARTIGOS ESCOLARES			
49029	MAPA ESCOLAR	4902901	MAPA ESCOLAR
OUTROS GASTOS			
48003	CAIXA ESCOLAR (CONTRIBUIÇÃO)	4800301	CAIXA ESCOLAR (CONTRIBUIÇÃO EM DINHEIRO)
48003	CONTRIBUIÇÃO PARA CAIXA ESCOLAR		
48013	SEGURO-EDUCAÇÃO	4801301	SEGURO-EDUCAÇÃO
48013	MUDANÇA		
48047	AUXÍLIO-EDUCAÇÃO (DESCONTO)	4803601	AUXÍLIO-EDUCAÇÃO (DESCONTO)
48047	DESCONTO DE AUXÍLIO-EDUCAÇÃO		
49003	AULA PARTICULAR		
49004	CURSO EM DISCO OU FITA (LINGUAFONE)	4900401	CURSO EM DISCO OU FITA
49004	CURSO EM FITA CASSETE		
49004	CURSO EM DISCO		
49005	TAXAS ESCOLARES	4900501	TAXAS ESCOLARES
49005	TAXA DE MATERIAL ESCOLAR		
49005	TAXA DE EXAME BIOMÉDICO		
49005	TAXA DE TRANSFERÊNCIA ESCOLAR		
49005	CERTIFICADO DE CONCLUSÃO ESCOLAR		
49005	DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR (EMOLUMENTO)		
49005	EMOLUMENTO (DESPESA DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR)		
49005	FICHA MODELO 18 E 19		
49005	DIPLOMA		
49005	CARTEIRA DE ESTUDANTE		
49005	CADERNETA ESCOLAR		
49005	DECLARAÇÃO ESCOLAR		
Continua ...			

2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
OUTROS GASTOS			
49005	CARTÃO MAGNÉTICO ESCOLAR		
49005	CARTÃO ESCOLAR MAGNÉTICO		
49005	TAXAS ESCOLARES (DIPLOMA, ETC.)		
49009	TRANSPORTE ESCOLAR	4900901	TRANSPORTE ESCOLAR
49010	UNIFORME ESCOLAR	4901001	UNIFORME ESCOLAR
49012	LOCAÇÃO DE ALOJAMENTO ESTUDANTIL	4901201	LOCAÇÃO DE ALOJAMENTO ESTUDANTIL
49012	LOCAÇÃO DE QUARTO		
49012	LOCAÇÃO DE VAGA (MORADIA)		
49014	CARNÊ DE FORMATURA	4901401	CARNÊ DE FORMATURA
49014	FORMATURA (CARNÊ)		
49014	COLAÇÃO DE GRAU		
49014	FESTA ESCOLAR	4901301	FESTA ESCOLAR
49014	CONVITE DE FORMATURA		
49014	OUTROS ARTIGOS DE FORMATURA (BECA, CHAPÉU ETC.)		
49016	EXCURSAO ESCOLAR	4901601	EXCURSÃO ESCOLAR
49017	TAXA DE CONGRESSO, SEMINARIO, ETC. (EDUCAÇÃO)	4901701	TX DE INSCRIÇÃO CONGRESSO, SEMINÁRIO, ETC. (EDUC.)
49017	CONGRESSO (TAXA DE INSCRIÇÃO) (EDUCAÇÃO)		
49017	SEMINARIO (TAXA DE INSCRIÇÃO) (EDUCAÇÃO)		
49017	PALESTRA EDUCATIVA (TAXA DE INSCRIÇÃO)		
49017	TAXA DE INSCRIÇÃO DE CONGRESSO (EDUCAÇÃO)		
49017	TAXA DE INSCRIÇÃO DE SEMINÁRIO (EDUCAÇÃO)		
49017	TAXA DE INSCRIÇÃO DE PALESTRA EDUCATIVA		
49018	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)	4901801	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES
49018	CÍRCULO DE PAIS E MESTRES (CPM)		
Continua ...			

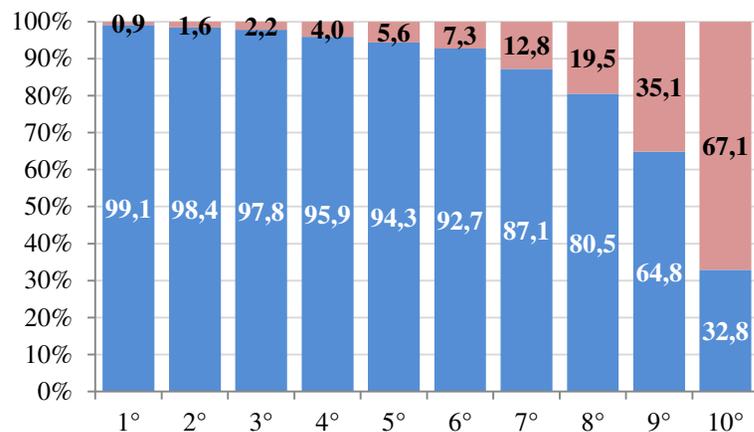
2002-2003		2008-2009	
Código	Descrição	Código	Descrição
OUTROS GASTOS			
49027	BIBLIOTECA (MENSALIDADE, MULTA, ETC.)	4902701	BIBLIOTECA (MENSALIDADE, MULTA, ETC.)
49027	MENSALIDADE DE BIBLIOTECA		
49027	MULTA DE BIBLIOTECA		
49028	GRÊMIO ESTUDANTIL	4902801	GRÊMIO ESTUDANTIL
49030	TRADUTOR	4903001	TRADUTOR
49042	TAXA DE INSCRIÇÃO DE VESTIBULAR	4904201	TAXA DE INSCRIÇÃO DE VESTIBULAR
49042	INSCRIÇÃO DE VESTIBULAR (TAXA)		
49046	TAXA DE INSCRIÇÃO P/ CONCURSO (ESCOLA TÉCNICA, ETC.)	4904601	TAXA DE INSCRIÇÃO PARA CONCURSO
		4904801	SOFTWARE DE CURSO
49053	MATRÍCULA ESCOLAR	4905301	MATRÍCULA ESCOLAR
49054	COTA EXTRAESCOLAR		
49058	CAPOEIRA		
49098	AGREGADO	4999901	AGREGADO
		4908501	MATERIAL ESCOLAR (AGREGADO)
		4909301	REVISÃO DE TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHOS ESCOLS.

Fonte: IBGE - POFs

ANEXO 10

Comparativo da distribuição das matrículas entre a rede pública e privada para o ensino fundamental, ensino médio e o ensino superior segundo décimos de renda familiar *per capita*: 2001 e 2012

Ensino Fundamental Regular

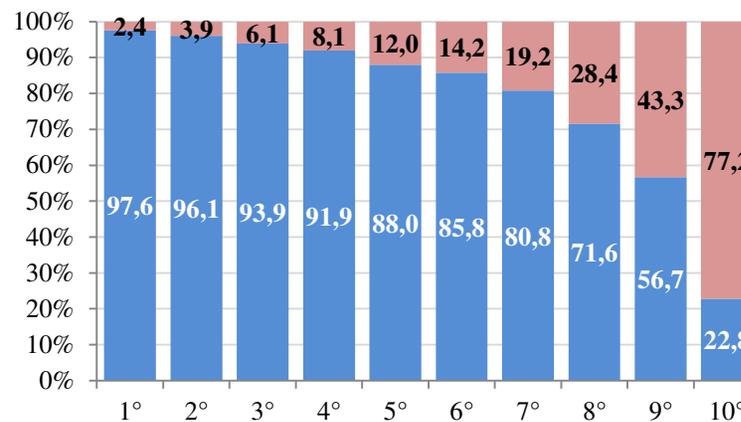


Décimos de Renda

■ Pública

■ Particular

Fonte: PNAD 2001



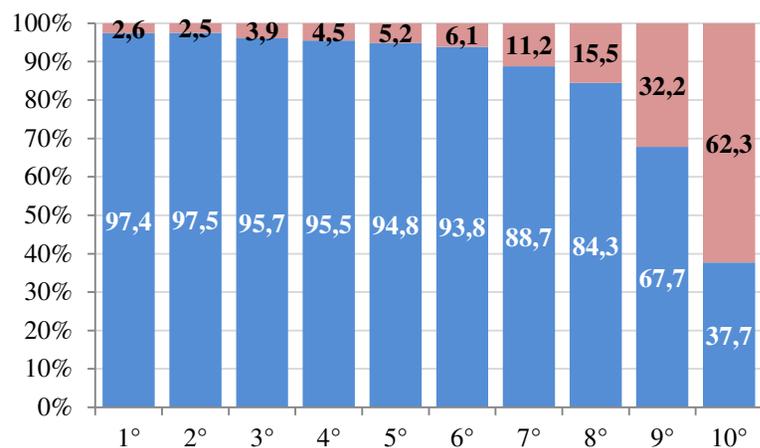
Décimos de Renda

■ Pública

■ Particular

Fonte: PNAD 2012

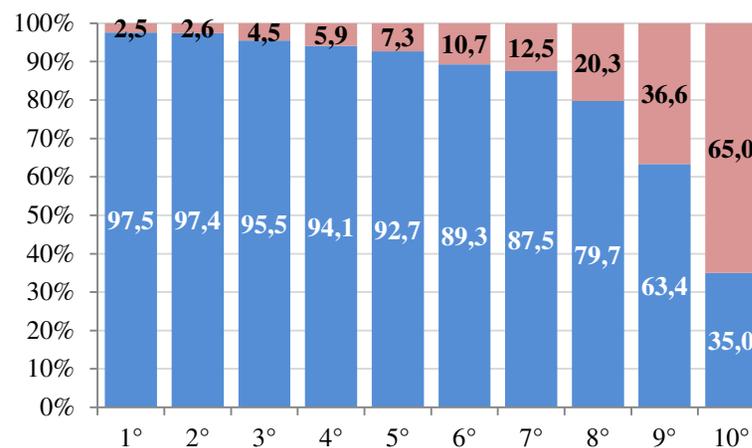
Ensino Médio Regular



Décimos de Renda

■ Pública ■ Particular

Fonte: PNAD 2001

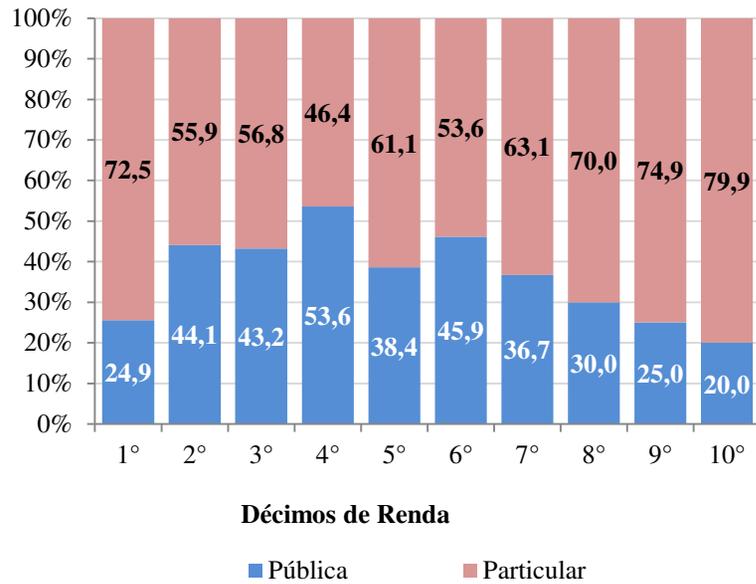


Décimos de Renda

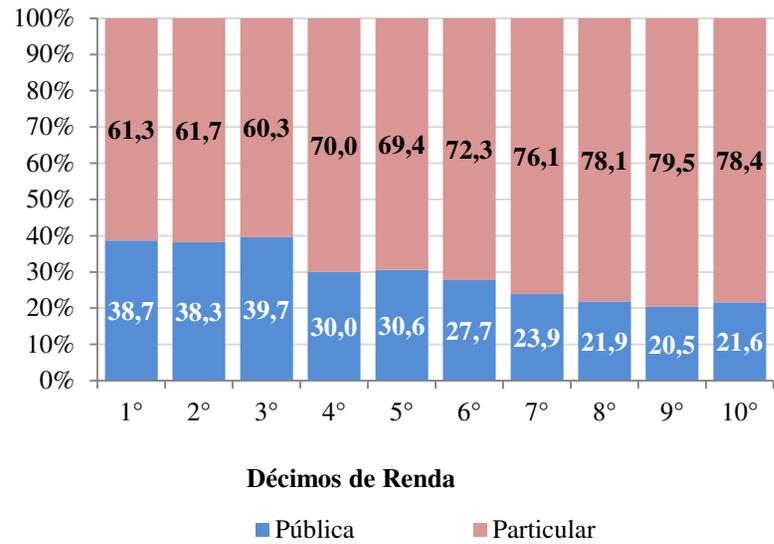
■ Pública ■ Particular

Fonte: PNAD 2012

Ensino Superior



Fonte: PNAD 2001



Fonte: PNAD 2012

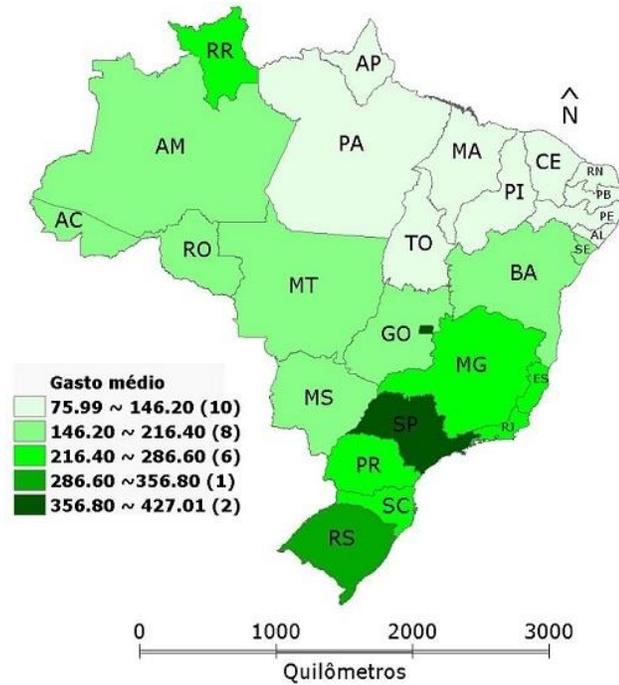
ANEXO 11

Variação percentual do número de alunos segundo rede privada, pública e total conforme UF: 2002-2003 / 2008-2009

UF	Privada	Pública	Total
Rondônia	13,9	(5,2)	(2,5)
Acre	49,6	4,6	6,9
Amazonas	(10,1)	2,6	1,2
Roraima	34,9	15,3	16,6
Pará	38,5	5,9	9,6
Amapá	84,9	5,3	13,7
Tocantins	25,2	(19,9)	(14,8)
Maranhão	11,5	(2,4)	(0,9)
Piauí	32,1	(9,3)	(4,1)
Ceará	(0,2)	(4,2)	(3,6)
Rio Grande do Norte	12,3	(7,5)	(4,2)
Paraíba	35,8	(15,5)	(7,9)
Pernambuco	8,0	(1,0)	1,0
Alagoas	4,4	(1,2)	(0,2)
Sergipe	33,9	(5,3)	1,2
Bahia	18,3	1,0	3,9
Minas Gerais	7,3	(2,8)	(0,8)
Espírito Santo	(4,5)	(12,8)	(11,1)
Rio de Janeiro	(8,9)	(0,7)	(3,7)
São Paulo	0,2	(3,5)	(2,6)
Paraná	6,3	1,1	2,1
Santa Catarina	26,0	(7,7)	(0,8)
Rio Grande do Sul	(2,8)	2,2	1,0
Mato Grosso do Sul	28,8	(3,3)	1,9
Mato Grosso	12,9	3,7	5,0
Goiás	29,7	(4,4)	1,7
Distrito Federal	55,8	2,8	16,9
Brasil	7,2	(2,3)	(0,4)

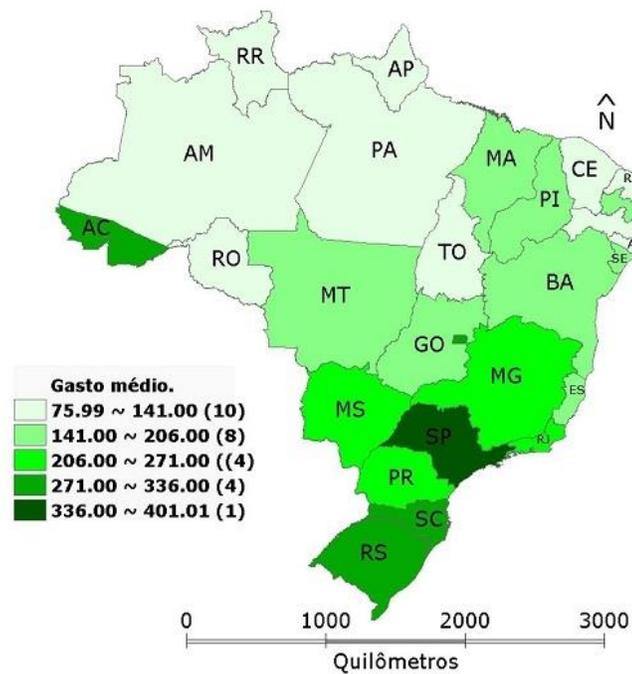
Fonte: POFs - microdados - elaboração própria

ANEXO 12
Gastos médios (das famílias) por aluno em curso regular
Brasil: 2002-2003



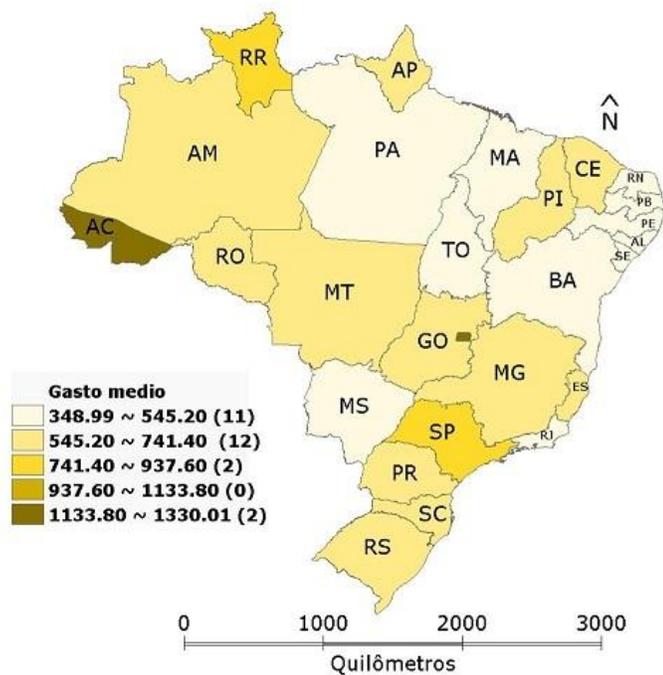
Fonte: POF 2002-2003 – microdados

Gastos médios (das famílias) por aluno em curso regular
Brasil: 2008-2009



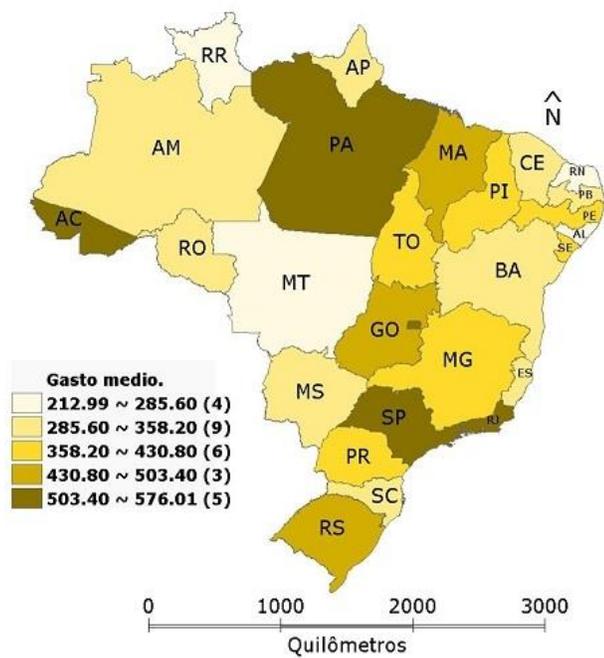
Fonte: POF 2002-2003 – microdados

ANEXO 13
Gastos médios (das famílias) por aluno em curso superior
Brasil: 2002-2003



Fonte: POF 2002-2003 – microdados

Mapa 3.8
Gastos médios (das famílias) por aluno em curso superior
Brasil: 2008-2009



Fonte: POF 2008-2009 – microdados